

GÍLBER MARTINS DUARTE

**NA ARENA DA LUTA DE CLASSES – A MAIS-VALIA – SOB O CRIVO DA
ANÁLISE DO DISCURSO**

UBERLÂNDIA

DEZEMBRO DE 2013

GÍLBER MARTINS DUARTE

**NA ARENA DA LUTA DE CLASSES – A MAIS-VALIA – SOB O CRIVO DA
ANÁLISE DO DISCURSO**

Tese de doutoramento, protocolada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada

Linha de Pesquisa: Linguagem, Texto e Discurso.

Orientador: Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos

UBERLÂNDIA

DEZEMBRO DE 2013

**NA ARENA DA LUTA DE CLASSES – A MAIS-VALIA – SOB O CRIVO DA
ANÁLISE DO DISCURSO**

Tese de doutoramento defendida e aprovada em _____ de _____
de 2013, pela banca examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos (UFU – Orientador)

Profa. Dra. Ida Lúcia Machado (UFMG)

Prof. Dr. Marco Antônio Villarta-Neder (UFLA)

Profa. Dra. Maria de Fátima Fonseca Guilherme (UFU)

Profa. Dr. Marcelo Marques Araújo (UFU)

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à classe trabalhadora.

AGRADECIMENTOS

A minha amada mamãe, ao meu amado papai e a minha amada maninha, pelo amor incondicional que praticamos juntos e pela força que damos uns aos outros.

Aos meus queridos amigos e minhas queridas amigas, que me enchem de orgulho.

Aos lutadores e lutadoras que compartilham comigo a defesa de um mundo mais justo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos, antes de tudo pela amizade sempre fiel e também por me incentivar-interpelar a fazer essa tese, (re)-trazendo a discussão marxista para o interior da Análise do Discurso.

Aos professores-leitores que ajudaram a qualificar essa tese, com suas sugestões e críticas construtivas sempre pertinentes: Prof. Dr. Marco Antônio Villarta Neder, Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Fonseca Guilherme, Prof^a. Dr^a. Cristiane Carvalho de Paula Brito, Prof^a. Dr^a. Ida Lúcia Machado, Prof^a. Dr^a. Grênissa Bonvino Stafuzza, Prof. Dr. Marcelo Marques de Araújo.

Aos colegas do LEP (Laboratório de Estudos Polifônicos), pelo aprendizado e pelas discussões conjuntas, sempre tão aprazíveis.

Ao Programa de Doutorado em Estudos Linguísticos, com seus Professores e Funcionários, por terem confiado em meu projeto.

À classe trabalhadora brasileira que, à custa do trabalho e da produção de mercadorias que realiza nas empresas, paga os impostos federais que financiam, inclusive, os Programas de Pós-Graduação nas Universidades Públicas. Meu compromisso moral é defender essa classe que, além de ser explorada nas fábricas, sustenta, com seu trabalho, os impostos que fazem funcionar os serviços públicos desse país.

À Natureza, por me dar, generosamente, a vida, o oxigênio, a energia, o metabolismo, a pulsação, a água, o calor, o frescor, a alegria e a força necessária para concluir essa empreitada.

RESUMO

Defendemos, como centralidade, a tese de que *um* dos mecanismos usados pelo processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo para *reproduzir as relações de produção no capitalismo* passa pela *interpelação* que procura apagar-legitimar-naturalizar-eternizar-(fazer parecer inevitável)-(fazer parecer necessária) a mais-valia, ou seja, a exploração do tempo de trabalho do trabalhador, não os pagando por isso: tudo com vistas a beneficiar os donos dos meios de produção. Para demonstrar a pertinência dessa tese central, pesquisamos *corpus* constituído por materialidades linguísticas providas das instituições pró-capitalistas (excertos e sequências discursivas recortados de: i) sites de empresas; ii) discursos político-partidários tradicionais e iii) teorias antimarxistas). Também pesquisamos *corpus* constituídos por materialidades linguísticas provenientes das organizações combativas da classe trabalhadora (excertos e sequências discursivas recortados de: i) jornais da esquerda socialista; ii) músicas alternativas, poesias e quadrinhos de cunho marxista e iii) discursos político-partidários da esquerda socialista). Com essa pesquisa, demonstramos a relevância de se ler criticamente, segundo o viés da Análise do Discurso, as diversas práticas econômico-jurídico-ideológico-discursivas constitutivas da mais-valia. Também demonstramos que é preciso ler criticamente as teorias que negam o marxismo, já que estas não conseguem tratar da contradição capitalista da mais-valia, corroborando indiretamente para a perpetuação desse fenômeno social que se funda na exploração dos trabalhadores. O grande efeito de sentido que procuramos fazer emergir é: faz-se necessário desvendar-problematizar, com criticidade, as diversas discursividades que se relacionam à mais-valia, pois, no fundo, por meio dessas discursividades, definem-se tomadas de posição na luta de classes, ou seja, tomadas de posição na batalha reprodução/transformação das relações de produção, batalha, esta, em que todo e qualquer sujeito está implicado, conforme Pêcheux (1997). Portanto, adotando a posição de uma Análise do Discurso de cunho marxista revolucionária, de orientação pecheutiana, colocamos as discursividades que, direta ou indiretamente, sustentam a extração da mais-valia sob suspeita, demonstrando que estas ajudam a reproduzir as relações de produção como algo natural, eterno, legítimo, necessário, inevitável. Com esse trabalho, concluímos então que o marxismo continua sendo um referencial de leitura crítica bastante pertinente em Análise do Discurso, a despeito dos que insistem em negá-lo, apagá-lo, esquecer-lo.

ABSTRACT

This thesis aims at defending, as a central point, that, one of the devices used by discursive-ideological-legal-economic process to reproduce production relations in capitalism, works under the interpelation which tries to erase-legitimate-naturalize-eternalize-(make seems to be unavoidable)-(make seems to be necessary) the surplus value, that is to say, the exploration of labor time worker, not paying them for such endeavor, in order to benefit production means owners. To demonstrate the relevance of such central thesis, it was researched a *corpus*, composed by linguistic materialities captured from some 'so called' capitalist institutions (discursive extracts and sequences collected from: i) company sites; ii) traditional partisan-political discourses and iii) anti-marxist theories). It was also taken as *corpus*, linguistic materialities collected from combative organisations from working class (discursive extracts and sequences collected from i) socialist left journals; ii) alternative lyrics, poems, and marxist comics and iii) partisan political discourses from socialist left parties). This thesis also aims at demonstrating the relevance of critical reading, under the framework of Discourse Analysis, several discursive-ideological-legal-economic practices which constitute surplus value framework. It was also demonstrated that it is needed to read critically theories which deny marxism, once such theories do not approach clearly the capitalist contradiction of surplus value, indirectly corroborating to a perpetuation of such social phenomenon which is founded in worker exploration. The great sense effect which emerges is the need to unveil and to emphasize, critically, several discursivities concerned to surplus value, once such discursivities define position makings in class struggle, that is to say, position makings in transformation/reproduction struggles in production relations. Such struggle which any subject is involved, according to Pêcheux (1997). Thus, adopting a marxist and revolutionary Discourse Analysis framework, the pecheutean orientation, these discursivities are introduced direct or indirectly, as a support to capture suspected surplus value extractions, showing they reproduce production relations as natural, eternal, genuine, necessary and unavoidable practices. This research also aims at showing that marxism continues to be a reference of critical reading close to Discourse Analysis scope, in spite of the ones which insist in denying, erasing or trying to forget such reference.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| CAPÍTULO 1 - PONTUANDO O FOCO DA PESQUISA | 12 |
| 1.1 Uma síntese demarcatória do espaço..... | 12 |
| 1.2 Explicitando a problemática da pesquisa..... | 17 |
| 1.3 Conversando sobre as questões que perpassam a pesquisa..... | 24 |
| 1.4 Conversando sobre os objetivos gerais..... | 26 |
| 1.5 Panorama metodológico..... | 26 |
| 1.6 Interpeleções primeiras que pautaram a pesquisa: tomando posição na arena..... | 27 |
| CAPÍTULO 2 - TRAVANDO A LUTA DE CLASSES NA TEORIA | 34 |
| 2.1 Problematizações acerca do marxismo negado..... | 34 |
| 2.2 Em favor do resgate dos princípios marxistas constituintes da análise do discurso..... | 65 |
| CAPÍTULO 3 - A MAIS-VALIA EM FOCO: UMA PROBLEMATIZAÇÃO DO FENÔMENO | 85 |
| 3.1 Interpeleções que atravessam a constitutividade da mais-valia..... | 85 |
| 3.2 Revisitando <i>O Capital</i> de Marx para refletir sobre a mais-valia..... | 93 |
| 3.3 Detalhando a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa..... | 118 |
| CAPÍTULO 4 - CONTRADIÇÕES EM TORNO DA MAIS-VALIA | 129 |
| 4.1 A mais-valia contada-formulada pelos sujeitos-militantes que a denunciam.... | 129 |
| 4.2 O apagamento-legitimação-naturalização-eternização-inevitabilidade-necessidade da mais-valia <i>versus</i> a luta contra a exploração na discursividade política..... | 156 |
| CAPÍTULO 5 - A MAIS-VALIA NA PRÁTICA ECONÔMICO-JURÍDICO-IDEOLÓGICO-DISCURSIVO-EMPRESARIAL | 184 |
| 5.1 O caso da empresa Sadia..... | 184 |
| 5.2 A prática de exploração da mais-valia em empresas baseadas no cooperativismo: o caso Unimed..... | 201 |
| CAPÍTULO 6 - RADIOGRAFIA CONCLUSIVA | 235 |
| 6.1 Ponto de chegada: concluindo o percurso..... | 235 |
| REFERÊNCIAS | 241 |

INTRODUÇÃO

Antes de tudo, é preciso dizer que para nós a linguagem reflete-refrata-disputa-cria-inaugura práticas econômico-jurídico-político-ideológico-histórico-cultural-sócio-discursivas, implicando as contradições da reprodução/transformação das relações de produção. Estudar-pesquisar-problematizar-produzir a linguagem, portanto, é tomar posição, “sem álibi”¹, nessa arena que (co)-(re)-constrói a própria vida, eis o telescópio teórico que criva tudo o que nesse trabalho vai se formular ou não se formular.

Situada, pois, a concepção de linguagem que guiou-guia o nosso olhar de sujeito pesquisador, cumpre dizer que o histórico dessa pesquisa surgiu de nossa interpelação perante as argumentações teóricas que, inclusive, no seio da Análise do Discurso, procuravam desqualificar as teses do marxismo como teses válidas na atualidade. A proposição de que “luta de classes não existe”, conforme veremos com detalhes no Capítulo I, foi o elemento detonador que nos fez pesquisar mais profundamente quais seriam os interesses de fundo em negar o marxismo. O caminhar inquietante e politicamente engajado da pesquisa logo nos fez perceber que o que está em jogo nessa discursividade que busca desqualificar as teses do marxismo não é algo novo, ao contrário, trata-se de batalhas político-teóricas movidas, sobretudo, por interesses econômicos-jurídico-ideológicos-discursivos atravessados pela própria luta de classes.

Ao estudar Pêcheux (1997) e Althusser (1978), logo descobrimos que “filosofia é luta de classes na teoria”, assim, a negação das teses do marxismo não é mais do que a própria luta de classes se travando na teoria. Essa reflexão nos fez trilhar um caminho: pesquisar-discutir como as teses marxistas ainda são válidas e atuais. Assim, elegendo como centro a temática da mais-valia, procuramos investigar como as próprias teses marxistas ainda continuam produzindo seus efeitos na conjuntura econômico-ideológico-jurídico-discursiva. Portanto, não é casual que, na luta de classes, há necessidade de se desqualificar o marxismo, ou seja, o marxismo é uma filosofia não grata ao capitalismo.

Asseverar o marxismo ou desqualificá-lo, portanto, faz parte da própria luta política de classes. Nesse sentido, partindo de Pêcheux (1997), formulamos o centro dessa polêmica

¹ Bakhtin (2010), em sua obra *Para uma Filosofia do Ato Responsável*, ao utilizar a expressão “sem álibi”, conforme nossa interpretação, quer ressaltar que toda tomada de posição implica responsabilidade. Em outras palavras, não há desculpas para as tomadas de posição dos sujeitos: toda e qualquer tomada de posição pontuam um determinado “dever ser” ou um determinado “dever não ser” para mundo. Em consequência disso, dizemos: na e através da linguagem somos cúmplices quer seja da reprodução, quer seja da transformação do mundo. Na e através da linguagem tomamos posição e por isso somos sujeitos políticos sem qualquer desculpa, sem qualquer álibi, sem qualquer “não tenho nada a ver com isso”.

que nos interpela: há uma luta da “reprodução/trans formação das relações de produção” sendo travadas em todas as discursividades. E o que estaria na base das lutas em torno da reprodução/trans formação das relações de produção? A própria mais-valia, a própria exploração do trabalho não pago aos trabalhadores. Sendo assim, em torno da mais-valia é travada uma ferrenha luta econômico-ideológico-jurídico-discursiva de classes.

Chegamos, pois, ao centro dessa pesquisa: demonstrar a validade das teses marxistas pontuando que *um* dos mecanismos usados pelo processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo para *reproduzir as relações de produção no capitalismo* passa pela *interpelação* que procura apagar-legitimar-naturalizar-eternizar-(fazer parecer inevitável)-(fazer parecer necessária) a mais-valia, ou seja, a exploração de parte do tempo de trabalho do trabalhador, tudo para beneficiar os donos dos meios de produção. Por esse caminho materialista-histórico-dialético, a ser pesquisado-demonstrado-discutido nas contradições das próprias materialidades linguístico-discursivas, trazemos para o seio da Análise do Discurso, a atualidade das teses marxistas, ao contrário das teses que anunciam a morte ou a decrepitude do marxismo. Luta de classes existe e está bem viva nas relações de produção baseadas na extração da mais-valia. Eis o ponto que asseveramos nesse trabalho.

No Capítulo I, discutimos as questões de pesquisa, o objeto de estudo, a tese, a definição do corpus, os objetivos, os dispositivos teórico-analíticos, as inquietações primeiras que pautaram a problemática da pesquisa.

No Capítulo II, analisamos-criticamos algumas proposições teóricas que servem de base para esconder-apagar-desqualificar-deslegitimar a validade das teses marxistas. Em seguida, anunciamos a validade e atualidade de uma Análise do Discurso de cunho marxista, partindo principalmente dos princípios e estudos estabelecidos por Michel Pêcheux.

No Capítulo III, demonstramos um estudo que fizemos de *O Capital*, de Karl Marx, resgatando as teses que asseveram as contradições que envolvem a constitutividade do fenômeno da mais-valia, enquanto elemento econômico-jurídico-ideológico-discursivo mantenedor da coluna vertebral do próprio capitalismo. Procuramos aí as bases teóricas que nos ajudariam a perceber-visualizar como as próprias materialidades linguísticas se deixam atravessar-marcadas por apagamentos-naturalizações-legitimações-eternizações-inevitabilidades-necessidades-asseverações-denúncias que perfazem as contradições constitutivas da própria mais-valia, enquanto exploração do trabalho não pago.

No Capítulo IV, começamos analisar algumas materialidades linguísticas que trazem à tona a contradição da mais-valia, enquanto fenômeno econômico-jurídico-ideológico-discursivo produtor de efeitos de sentido no seio da própria vida social. Nesse sentido, analisamos como algumas discursividades de orientações marxistas (artigos de jornais de esquerda, letras de música, quadrinhos, poemas) deixam marcar em suas materialidades linguísticas a asseveração-denúncia da própria mais-valia. Analisamos também como sujeitos-candidatos de partidos políticos – em materialidades linguísticas recortadas de debates eleitorais dos quais esses sujeitos-candidatos participaram – enunciam sobre a problemática da mais-valia.

No Capítulo V, analisamos como a SADIA, empresa capitalista tradicional, e a UNIMED, empresa baseada no cooperativismo, apagam-naturalizam-legitimam-eternizam-(fazem parecer necessárias e inevitáveis) as relações de produção cuja base perpassa pela extração de mais-valia (trabalho não pago) dos trabalhadores.

No Capítulo VI, fazemos uma síntese conclusiva, em forma de matriz sinóptica, das principais proposições que colocam em jogo a contradição reprodução/transformação das relações de produção, tendo por foco as materialidades linguístico-discursivas que tem como centro a problemática da mais-valia. Retomamos também o ponto de se considerarem ou não se considerarem válidas as teses marxistas no seio da Análise do Discurso. Nossa conclusão talvez seja “uma afirmação do óbvio”: o marxismo incomoda porque continua produzindo seus efeitos. Convidamos os leitores e as leitoras a percorrerem conosco esse caminho e a tecerem suas próprias considerações.

CAPÍTULO 1

PONTUANDO O FOCO DA PESQUISA

1.1 Uma síntese demarcatória do espaço

Um trabalho de pesquisa da envergadura de uma tese de doutorado possui um centro gravitacional, conforme roteiro a seguir: i) as perguntas de pesquisa; ii) a lente teórica escolhida pelo pesquisador para observar os fenômenos; iii) a delimitação do objeto de estudo; iv) as hipóteses delineadas para tentar explicar/compreender a problemática relacionada ao objeto de estudo em questão; v) a tese defendida pelo sujeito pesquisador, de modo a contribuir com alguma reflexão teórico-prática relevante ainda não pontuada no campo; vi) a seleção do *corpus* apropriada à problematização teórico-prática a ser realizada; vii) os dispositivos teórico-analítico-metodológicos instaurados para proceder o desvelamento dos possíveis efeitos de sentido que emergem dos *corpora* investigados; viii) os objetivos gerais buscados com a empreitada acadêmica empreendida e ix) os objetivos específicos construídos com o desenrolar da pesquisa.

Passamos, na sequência, à síntese dessa jornada acadêmica, procurando apontar para o leitor, como uma espécie de bússola, o panorama a ser percorrido-desenhado-trilhado-perpassado-problematizado nesta reflexão. Aos que por aqui aventuram, uma boa viagem.

i) Perguntas de pesquisa:

- como determinadas teorias² que refratam-negam os postulados marxistas acabam funcionando para manter o apagamento-eternização-naturalização-legitimação-inevitabilidade-aparente necessidade da mais-valia?
- como o discurso³ de alguns partidos políticos funciona para manter o apagamento-eternização-naturalização-legitimação-inevitabilidade-aparente

² Essas teorias são classificadas por nós como teorias antimarxistas e serão analisadas com detalhes no Capítulo II, na medida em que produzem efeitos que desviam o foco das lutas que se travam em torno da problemática da mais-valia.

³ Trata-se dos discursos políticos que produzem efeitos de sentido em torno da batalha econômico-jurídico-ideológica que coloca em pauta a “reprodução/transformação das relações de produção”, conforme aponta Pêcheux (1997).

necessidade da mais-valia e como alguns partidos de esquerda asseveram-denunciam esta exploração dos trabalhadores?

- como o discurso de asseveração-denúncia da mais-valia enfrenta as tomadas de posição do apagamento-eternização-naturalização-legitimação-inevitabilidade-aparente necessidade da mais-valia?
- como o discurso⁴ empresarial funciona no sentido de manter o apagamento-eternização-naturalização-legitimação-inevitabilidade-aparente necessidade da mais-valia?
- por que a mais-valia é uma coisa-a-saber e como ela funciona?

ii) Base Teórica Principal:

Nessa pesquisa fazemos ecoar um estudo que realizamos da obra “*O Capital*”, produzida por (MARX, 1988); enfatizamos percepções das incursões teórico-discursivas da obra “*Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*”, do autor (PÊCHEUX, 1997); trazemos, à tona, as consequências teóricas da obra “*Aparelhos Ideológicos de Estado*”, de (ALTHUSSER, 1999); salientamos as conclusões político-filosóficas da obra “*Resposta a John Lewis*”, também construída por (ALTHUSSER, 1978); pautamos os desenvolvimentos teórico-metodológicos da obra “*Uma Reflexão Metodológica sobre Análise de Discursos*”, conforme (SANTOS, 2004) e SANTOS (no prelo); incursionamos sobre os vários artigos organizados na obra “*Um mapa da ideologia*”, compilada por (ZIZEK, 1999); compartilhamos a concepção de linguagem da obra “*Marxismo e Filosofia da Linguagem*”, segundo (BAKHTIN, 1997); deixamos refletir os amadurecimentos teórico-práticos dos vários artigos publicados na obra “*A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*”, organizada por (BORON, AMADEO e GONZALEZ, 2007).

iii) Objeto de estudo:

Pesquisamos, nesse empreendimento acadêmico, como o suposto *apagamento-naturalização-legitimação-eternização-(suposta inevitabilidade)-(suposta necessidade) da mais-valia* é um dos mecanismos usados pelos sujeitos que desejam manter a reprodução das relações de produção do sistema capitalista, refratando assim posições outras que se

⁴ Trata-se do discurso econômico-jurídico-ideológico marcado nos sites das empresas cujo efeito é asseverar autoimagens que procuram legitimar suas práticas “reprodutoras das relações de produção”, conforme sugeriria Pêcheux (1997).

pautariam pela *asseveração-denúncia da mais-valia*, enquanto instrumentalização teórica necessária para os que se proponham a travar o embate contra as contradições do capital.

iv) Hipóteses:

Materialidades linguísticas ou signos⁵, provindos das instituições pró-capitalistas (sites de empresas, sequências discursivas de discursos político-partidários tradicionais, sequências discursivas de teorias antimarxistas) são *corpora* em que procuramos comprovar ou não a hipótese de que, no capitalismo, tenta-se apagar-naturalizar-legitimar-eternizar-(fazer parecer inevitável)-(fazer parecer necessária) a mais-valia (exploração do tempo de trabalho não pago aos trabalhadores). Já os *corpora* provenientes de organizações combativas da classe trabalhadora (jornais da esquerda socialista, músicas alternativas, poesias e quadrinhos de cunho marxista, discursos político-partidários da esquerda socialista) nos permitiram fazer o contraponto desse confronto que, juntamente com Althusser, estamos chamando de “luta de classes na teoria”, ou juntamente com Bakhtin chamamos de “luta de classes nos signos” ou com Pêcheux “luta de classes na língua ou nas palavras” ou mesmo podemos evocar Marx e Engels “a história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes” (MARX, K. & ENGELS, F, 1982, p.93).

v) Tese:

Defendemos a tese de que *um* dos mecanismos usados pelo processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo para *reproduzir as relações de produção no capitalismo* passa pela *interpelação* que procura apagar-legitimar-naturalizar-eternizar-(fazer parecer inevitável)-(fazer parecer necessária) a mais-valia, ou seja, a exploração do tempo de trabalho do trabalhador, não os pagando por isso: tudo com vistas a beneficiar os donos dos meios de produção.

vi) Corpus:

Utilizamos como *corpus* materialidades linguísticas provindas das instituições pró-capitalistas (excertos e sequências discursivas recortados de: i) sites de empresas; ii) discursos político-partidários tradicionais e iii) teorias antimarxistas). Também depreendemos *corpus* das materialidades linguísticas provenientes das organizações

⁵ Entendemos a palavra signo na acepção bakhtiniana de “signo ideológico”. No signo ideológico trava-se a luta de classes, no “signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios” (BAKHTIN, 1997, p.146).

combativas da classe trabalhadora (excertos e sequências discursivas recortados de: i) jornais da esquerda socialista; ii) músicas alternativas, poesias e quadrinhos de cunho marxista e iii) discursos político-partidários da esquerda socialista).

As unidades de análise recortadas como *corpus*, a saber, *excertos* e *sequências discursivas*, buscaram seguir os critérios analíticos postulados por SANTOS (no prelo): i) *excertos* são recortes mais *aleatórios* que fazemos em uma materialidade linguística, cujo critério apenas obedece a delimitação do campo de uma dada temática em análise, no caso dessa pesquisa, o campo das contradições em torno da problemática da mais-valia, implicando na disjuntiva asseveração-denúncia *versus* apagamento-naturalização-eternização-legitimação-inevitabilidade-necessidade do fenômeno; ii) *sequências discursivas* são recortes de *regularidades* que fazemos em uma materialidade linguística, na medida em que tais regularidades demarcam especificamente o centro das contradições que o pesquisador procura fazer emergir, no caso dessa pesquisa, o centro das contradições em torno da mais-valia, implicando os pontos nevrálgicos da disjuntiva asseveração-denúncia *versus* apagamento-naturalização-eternização-legitimação-inevitabilidade-necessidade do fenômeno mais-valia.

vii) Dispositivo teórico-analítico-metodológico:

Verificamos, através de excertos e sequências discursivas, como se processa o apagamento-naturalização-legitimação-eternização-(suposta inevitabilidade)-(suposta necessidade) da mais-valia, bem como verificamos, em excertos e sequências discursivas, como se processa a asseveração-denúncia da mais valia.

- O *APAGAMENTO* é da ordem do não mostrar, do esconder, do blindar, do fazer esquecer, do não lembrar que a mais-valia (o trabalho não pago ao trabalhador) existe;
- A *NATURALIZAÇÃO* é da ordem do considerar que a exploração do trabalho é inerente e próprio da espécie humana, como o é o alimentar, o respirar, o possuir sangue nas veias, o ter nascido, o ter de morrer, é fazer esquecer que a mais-valia é uma construção sócio-econômico-jurídico-ideológico-histórico-discursiva e não algo que a natureza nos impõe como facticidade, a exemplo da chuva, do vento, dos relâmpagos, do movimento das marés;
- A *LEGITIMAÇÃO* é da ordem do justificado socialmente, do válido para a universalidade dos sujeitos, do considerado correto nos termos da lei, do

considerado verdadeiro em termos de julgamento social, logo, faz a mais-valia parecer uma exploração correta, socialmente válida e socialmente justificável;

- A *ETERNIZAÇÃO* é da ordem do imutável, do fazer parecer que a mais-valia sempre existiu e sempre vai existir, não sendo um fenômeno passível de mudança na história humana;
- A *INEVITABILIDADE* é da ordem do fazer parecer que *não há o que se fazer* ou que *não houve o que se fazer* para evitar o surgimento e a continuação do fenômeno da mais-valia;
- A *NECESSIDADE* é da ordem do fazer parecer que essa construção histórico-social chamada mais-valia (exploração do trabalho do trabalhador) é algo necessário para o bom andamento da sociedade, é algo que tem de ser feito, a despeito dos questionamentos que tal fenômeno possa apresentar;
- A *ASSEVERAÇÃO-DENÚNCIA* é da ordem do mostrar a mais-valia, é trazer à tona as várias facetas constitutivas desse fenômeno que se baseia na exploração do trabalho não pago, é questionar sua legitimidade, é desvelar a sua pretensa naturalidade, é indagar sobre sua dita imutabilidade, é sugerir que é possível transformá-lo, é lembrar que a mais-valia existe, ao contrário dos discursos que a apagam.

viii) Objetivos:

Com essa pesquisa, sobretudo, procuramos: 1- Problematizar a *naturalização-eternização-legitimação-necessidade-inevitabilidade-apagamento* da prática social da mais-valia que se apresenta, direta ou indiretamente, em várias discursividades; 2- Interpelar, a partir do olhar leitor construído nessa prática de Análise do Discurso, sobre a relevância política de se ler, criticamente, as diversas práticas sócio-econômico-jurídico-ideológico-discursivas.

ix) Objetivos específicos:

- A problematização da *naturalização-eternização-legitimação-necessidade-inevitabilidade-apagamento* da prática social da mais-valia far-se-á interpretando- desconfiando-suspeitando-desvelando-criticando as supostas evidências enunciadas por: i) alguns discursos de partidos políticos (em debate de representantes partidários candidatos à presidência da república);

ii) alguns discursos de empresas (sites da SADIA e UNIMED) e iii) algumas teorias cujos enunciados negam-refratam o marxismo como teoria pertinente de análise-intervenção nas práticas sociais.

- A interpelação para se ler, criticamente, as diversas práticas sócio-econômico-jurídico-ideológico-discursivas, sob o viés da Análise do Discurso, é posta sobretudo como efeito decorrente da leitura dessa tese. Ou seja, acreditamos na possibilidade de que o leitor submetido à leitura desse trabalho de análise discursiva que questiona-avalia-critica, do início ao fim, a construção da prática econômico-social-jurídico-ideológico-discursiva da mais-valia, também, diante do posto, seja interpelado para olhar criticamente outras práticas econômico-jurídico-ideológico-discursivas que se nos apresentam como eternas, legítimas, verdadeiras, necessárias, inevitáveis, naturais ou mesmo apagadas.

1.2 Explicitando a problemática da pesquisa

Pesquisamos, nesse trabalho acadêmico, como o *apagamento-naturalização-legitimação-eternização-(suposta inevitabilidade)-(suposta necessidade) da mais-valia* é uma das interpelações usada pelos sujeitos que desejam manter a reprodução das relações de produção do sistema capitalista, refratando, assim, as posições outras que pautariam pelo *destacamento-denúncia da mais-valia*, enquanto instrumentalização teórica necessária para os que se proponham a travar o embate contra as contradições do capital.

Isto esclarecido, queremos ressaltar que nessa pesquisa, relacionando Marx, Bakhtin, Althusser e Pêcheux, encontramos fios teóricos que se interpenetram, possibilitando, assim, não um criar, mas um (re)criar epistemológico, enquanto ferramenta potencial para seguir o debate instaurado até a atualidade sob a égide do que chamamos de legado do marxismo. Travamos, assim, a velha batalha teórica e política de grandes intelectuais do passado, tentando fazer ecoar, em nossa pesquisa, a força viva de seus debates na discursividade moderna.

Brindamos à história por podermos ter bebido em tão fecundas teorias. Com a lente teórica desses pensadores marxistas, ampliamos, indubitavelmente, o nosso olhar interpretativo sobre as materialidades linguísticas que utilizamos como *corpora*. Cumpre ressaltar que instituições e ou teorias pró-capitalistas foram fontes de *corpus*

significativas para investigar a hipótese de que no capitalismo tenta-se apagar-naturalizar-legitimar-eternizar-(fazer parecer inevitável)-(fazer parecer necessária) a mais-valia (exploração do tempo de trabalho não pago aos trabalhadores), enquanto que organizações combativas dos trabalhadores foram fontes de *corpus* significativas que forneceram o contraponto desse confronto que, juntamente com Althusser, chamamos de “luta de classes na teoria”, ou juntamente com Bakhtin chamamos de “luta de classes nos signos” ou com Pêcheux “luta de classes na língua ou nas palavras” ou mesmo, com Marx e Engels, pudemos salientar que “a história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes”. (MARX, K. & ENGELS, F, 1982, p.93).

Feitas essas primeiras considerações, cumpre dizer, portanto, que, partindo da hipótese acima, nosso estudo defende a tese de que a tentativa de apagamento-eternização-legitimação-naturalização-(fazer parecer necessária)-(fazer parecer inevitável) a mais-valia é uma das interpelações inerentes ao sistema baseado na produção capitalista. Trazer essa reflexão-pesquisa para o âmbito dos estudos discursivos é investigar como a materialidade linguística corrobora esse processo, visto que nos inscrevemos na visão pecheutiana de que a língua reflete as batalhas das condições reais da existência dos sujeitos situados em uma árdua luta de classes.

Em nota, o autor mencionado faz emergir a discursividade teórica que, em nossa pesquisa, pretendemos problematizar:

As condições reais de existência do proletariado não podem ser apagadas pela ideologia dominante. Como escrevem M. Plon e E. Préteceille: “Alguém pode ser operário e votar na U.D.R., ler apenas a imprensa burguesa mais insípida ou não ler absolutamente nada, ocorre que a exploração da força de trabalho existe e produz seus efeitos, ocorre ainda que, nos piores casos, tenta-se justificar: ‘a vida é assim mesmo!’, ‘quanto a isso não se pode fazer nada’, mas o ‘isso’ permanece, atestando alguma coisa.” (La théorie des jeux et Le Jeu de l’idéologie’, La Pensée, 1972, n. 161, p.27) (PÊCHEUX, 1997, p.235) (grifos do autor)

Portanto, esse vislumbrar das condições reais de existência a que estão submetidos os operários coloca-nos em posição de afirmar que a mais-valia é um ‘ISSO’ que produz seus efeitos. As materialidades linguísticas “quanto a isso não se pode fazer nada” (E1), “a vida é assim mesmo!” (E2) são provas de que a língua reflete modos de interpretar o ‘ISSO’ chamado mais-valia, no caso, fazendo evidenciar sujeitos conformados com a exploração da força de trabalho, servos incontestes do capital. Com os enunciados E1 e E2, citados, como exemplo, na obra de Pêcheux (1997), é notório que se tenta eternizar-naturalizar-legitimar-(fazer parecer inevitável)-(fazer parecer

necessário) o fenômeno da mais-valia, apagando-se aí os possíveis brados contra os fundamentos do capital, que, conforme veremos ao longo desse trabalho, baseiam-se na mais-valia, ou seja, na exploração do trabalho não pago.

Dizer que a língua reflete as batalhas das condições reais de existência é, em outras palavras, concordar com Pêcheux (1997), quando este diz que:

o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso (PÊCHEUX, 1997, p.91)

Mais à frente o autor prossegue sua concepção teórica:

...diremos que a “indiferença” da língua em relação à luta de classes caracteriza a *autonomia relativa do sistema linguístico* e que, *dissimetricamente*, o fato de que as classes não sejam “indiferentes” à língua se traduz pelo fato de que *todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes* (PÊCHEUX, 1997, p.92). (grifos do autor)

Portanto, tal concepção, dentro do que é pertinente para a fundamentação de nossa pesquisa, revela que é possível depreender que a materialidade linguística reflete os conflitos das classes em luta, e, no que diz respeito ao tema, a tentativa de apagar-suaavizar-eternizar-legitimar-naturalizar-(fazer parecer inevitáveis e necessários) os efeitos da mais-valia, através dos enunciados ou das materialidades linguísticas, não é outra coisa senão o reflexo de uma luta de classes travada na interpretação dos ‘ISSOS’, tomando aqui a mais-valia como esse ‘ISSO’ que condiciona as condições reais de existência no mundo capitalista e, como tal, produz seus efeitos.

A propósito dessa concepção teórica de Pêcheux, é relevante também destacar, para ficar quites com as conquistas conceituais do marxismo, no âmbito das pesquisas em linguagem, que os seus fundamentos dialogam, de alguma forma – a despeito de interpretações diversas – com outra autoridade marxista, que, no caso, trata-se de Bakhtin (1997). A despeito das posições históricas e geográficas distintas entre esses dois autores, é curioso notar que, em outra circunstância, o último autor citado também já mencionara:

...classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Consequentemente, *em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios*. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. (BAKHTIN, 1997, p.46) (grifos do autor)

Ademais, concordamos com Pêcheux, quando este caracteriza as conjunturas econômico-jurídico-repressivo-ideológico-discursivas do sistema capitalista como:

determinadas pelo estado das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção, isto é, pelo estado da luta ideológica de classes (PÊCHEUX, 1997, p.195).

Trazendo esses postulados para o debate que pretendemos realizar em nossa pesquisa, importa ressaltar que a tentativa de apagamento da mais-valia ou a tentativa de eternização-legitimação-naturalização-(aparente necessidade)-(aparente inevitabilidade) da mais-valia ocupam posição de destaque no sentido de reproduzir as relações de produção do sistema capitalista.

Em nossa tese, conforme análises de *corpora* produzidos pelas aglomerações patronais (sites de empresas), pelas teorias antimarxistas, pelos partidos políticos submissos à ordem capitalista, a tentativa de apagamento-legitimação-eternização-naturalização-(fazer parecer necessária)-(fazer parecer inevitável) a mais-valia enquanto fenômeno trata-se de uma interpelação econômico-jurídico-ideológico-discursiva no sentido de constituir indivíduos em sujeitos que reproduzam as relações de produção capitalistas. Aqui também estamos em acordo com Pêcheux (1997), quando este, adotando uma visão marxista da ideologia, afirma que “é a ideologia que, através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser (...)* É a ideologia que fornece as evidências...” (PÊCHEUX, 1997, p.159-160).

Fazer parecer evidente que a mais-valia é algo natural, eterno, inevitável, necessário, legítimo é um ‘ISSO’ que interessa à ideologia dominante, e, como tal, confirma a hipótese pecheutiana acerca de nossa conjuntura teórica, econômica, jurídica e ideológica. Os que porventura refutam tal caracterização, no fundo, fazem parte daqueles que querem apagar ou suavizar ou silenciar os efeitos da mais-valia, ou porque a ignoram ou porque se beneficiam dela.

Por outro lado, se nossa incursão acadêmica pretende pesquisar-problematizar como funciona a tentativa de apagamento-eternização-naturalização-legitimação-inevitabilidade-necessidade da mais-valia, não é que ignoramos seu avesso, isto é, a tentativa de fazer aparecer, o trazer à tona, a asseveração da mais-valia. Esse outro viés, evidentemente, é o contraponto de nosso estudo, investigar, problematizar e mostrar como funciona a tentativa de apagamento-eternização-legitimação-naturalização-inevitabilidade-necessidade da mais-valia é, por certo, apostar na transformação das

relações de produção, fazendo emergir discursos que não se conformam com o posto, que se digladiam contra a exploração do trabalho, que repudiam o trabalho não pago e teorizam sobre possibilidades outras das relações de trabalho.

Concentrações sindicais de luta, organizações políticas combativas, obras de arte engajadas são os lugares em que emergem esse interpretar outro, são os lugares em que o ‘ISSO’ da mais-valia é traduzido por outros modos, com outras materialidades linguísticas, provando o que Pêcheux diz: a luta por conceitos, a luta teórica é condição para que os operários possam almejar possibilidades outras para suas condições reais de existência, assim,

a objetividade materialista do ponto de vista do proletariado se caracteriza discursivamente por tomadas de posição *a favor de* certas palavras, formulações, expressões, etc., *contra* outras palavras, formulações ou expressões, exatamente como uma luta pela produção dos conhecimentos. (PÊCHEUX, 1997, p.209-210) (grifos do autor)

Que fique claro, aqui, o crivo de análise: apagar um ‘ISSO’ é ser contra as palavras que o revelam, da mesma forma que destacar-asseverar um ‘ISSO’ é ser a favor das palavras que o evidenciam, enquanto que eternizar-naturalizar-legitimar-(fazer parecer necessário)-(fazer parecer inevitável) um ‘ISSO’ é ser a favor de nomear o fenômeno com algumas palavras-formulações-expressões, sendo contra a presença de outras palavras-formulações-expressões. Nesse sentido, buscar-pesquisar *corpora* que demonstrem o apagar-naturalizar-legitimar-eternizar-(fazer parecer necessário e inevitável) a mais-valia, bem como buscar-pesquisar *corpora* que façam o contraponto com a tentativa de apagamento-legitimação-naturalização da mais-valia sempre fora uma das preocupações dessa pesquisa, no sentido de fornecer uma visão o mais ampliada possível para a problemática em estudo.

Todavia, cumpre ressaltar que nossa pesquisa-problematização não é neutra, muito menos parcial, ao contrário, estudando os vários discursos que se digladiam em torno do fenômeno social da mais-valia, torna-se possível evidenciar a discursividade que coloca a mais-valia em relevo, destacando-a, asseverando-a, denunciando-a, bem como permite desvendar a discursividade que a apaga-legítima-naturaliza-eterniza-(julga inevitável)-(julga necessária). Com isso, nossa pesquisa-problematização coloca em relevo o que Althusser chama de “luta de classes na teoria” (ALTHUSSER, 1978, p.34), e, queremos

acreditar, aqui, que seja perceptível o que desejaríamos ser já óbvio: a simples denominação do tema de pesquisa já pontua nosso lugar nessa luta, o lugar do operariado.

Sempre pode se questionar o mérito de uma pesquisa (e aqui dialogamos com um questionador imaginário), julgando que tal investigação não teria lugar dentro de um estudo discursivo, sob os argumentos de que tais investigações marxistas estariam superadas dentro de uma visão teórica da Análise do Discurso. Entretanto, a despeito de possíveis questionamentos, cumpre ressaltar que, mesmo com autocríticas, Pêcheux, teórico da Análise do Discurso, sobre quem procuraremos aprofundar nesse trabalho, jamais relegou conquistas conceituais do marxismo. Em *Discurso: Estrutura ou Acontecimento*, Pêcheux (2002) continua afirmando que o marxismo pontua “coisas-a-saber” e a nosso ver, a mais-valia seria uma dessas “coisas-a-saber” ou, para ser irônico, “coisas-a-não-saber” ou “coisas que se deseja que não se saiba”. Vejamos o que diz o autor:

A questão aqui não é de saber se *O Capital* e as pesquisas que dele derivaram produziram o que chamei “coisas-a-saber”: mesmo para os adversários, os mais ferozes, do marxismo, o processo de exploração capitalista, por exemplo, constitui incontestavelmente uma coisa-a-saber, da qual os detentores de capitais aprenderam a se servir tanto, e, às vezes, melhor que aqueles que eles exploram. O mesmo acontece, para a luta de classes e várias outras “coisas-a-saber”. (PÊCHEUX, 2002, p.37) (grifos do autor)

Nesse ponto, por mais que se tente apagar Pêcheux como um legado intelectual profícuo do marxismo, algo fica claro, em todas suas obras continua havendo para o autor, ou perpassa por sua teoria, fruto de suas leituras marxistas, “coisas-a-saber” que produzem efeitos, ou “coisas-a-saber” que podem ser interpretadas em seus efeitos. Para nós, essa deixa pecheutiana serve-nos de referência para investigar a discursividade que é tecida em torno da “coisa-a-saber” ou “coisa-a-não-saber” (para alguns) ou “fenômeno” chamado de mais-valia.

Assim, determinar de forma bastante simples essa “coisa-a-saber” chamada mais-valia seria desvelar que, no coração do sistema capitalista, a sua mola propulsora de dinheiro não é nenhuma mágica, é tão só a exploração do tempo de trabalho dos corpos e das consciências, não se pagando parte desse tempo trabalhado, logo, o marxismo de Pêcheux nunca fora uma constituição arcaica, ao contrário, seguiria viva.

Muito bem, poderia argumentar nosso questionador imaginário, inquirindo sobre os possíveis méritos de nossa pesquisa: a mais-valia é ainda uma “coisa-a-saber”, afinal, Pêcheux (2002) afirmara isso, mas e daí? Qual a relevância de se pesquisar, na atualidade, sobre a temática da mais-valia, adotando-se o crivo da Análise do Discurso?

Ora, acreditamos que a relevância de nosso trabalho está justamente na tese ainda não explorada de que *uma* das interpelações usadas pelo processo sócio-econômico, pelo poder estatal (jurídico-repressivo), pelas práticas discursivo-ideológicas (para reproduzir as relações de produção no capitalismo) passa por apagar-esconder-legitimar-naturalizar-eternizar-(fazer parecer inevitável)-(fazer parecer necessária) a mais-valia (a exploração do tempo de trabalho do trabalhador, não os pagando por isso, com vistas a beneficiar os donos dos meios de produção). Esta é a reflexão central que nosso trabalho pretende (re)-colocar no devir atual. Esta problematização produzirá interpelações? Esperamos que sim, este é o cerne do projeto.

Hipotetizamos que esse processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo interpela os indivíduos em sujeitos de forma a considerarem esse processo de exploração natural, inevitável, eterno, legítimo e necessário. Logo, esse discurso capitalista procura suavizar, assim, os efeitos dessa exploração, afinal, se a classe operária ou trabalhadora descobrisse e não enxergasse como natural, legítimo, eterno, necessário, inevitável, que o seu salário é pago com muito menos trabalho do que é forçada a realizar, é possível que o sistema fosse abalado em suas contradições, podendo, inclusive, emergir as condições ideológicas de sua transformação, conforme aponta Pêcheux.

Assim, segundo nosso ponto de vista, faz parte da luta de classes não deixar aparecer certas “coisas-a-saber”, ou, em outras palavras, “há coisas que se deseja que não se saiba”. Nesse sentido, inclusive, as tentativas atuais de procurar apagar as conquistas teóricas do marxismo, por exemplo, ou de fazer de tudo para que as mesmas não apareçam, refletem essa conjuntura econômico-jurídico-histórico-ideológico-discursiva que busca legitimar, eternizar, naturalizar, fazer parecer necessária e inevitável a mais-valia. Não é, portanto, pouca coisa, trazer esse debate para a atualidade.

A propósito desse embate, fazemos reverberar aqui as palavras de Pêcheux:

é impossível continuar mantendo por mais tempo a “evidência” segundo a qual é *o homem, o sujeito, a atividade humana*, etc. que produz os conhecimentos científicos. (...) Descartaremos essa formulação porque ela pressupõe a existência da sociedade e da história independentemente das relações de produção e da luta de classes. Ora, **a história da produção dos conhecimentos não está acima ou separada da história da luta de classes**, como o “bom lado” da história se oporia ao “mau lado”; **essa história está inscrita, com sua especificidade, na história da luta de classes**. Isso implica que a produção histórica de um conhecimento científico não poderia ser pensada como uma “inovação nas mentalidades”, uma “criação da imaginação humana”, um “desarranjo dos hábitos de pensamento”, etc. (cf. T. S. Kühn), mas como o efeito (e a parte) de um processo histórico determinado, em última instância, pela própria produção econômica. Ao dizer

que **as condições da produção dos conhecimentos científicos estão inscritas nas condições da reprodução/transformação das relações de produção**, não estamos fazendo mais do que explicitar a afirmação precedente. (PÊCHEX, 1997, p.190) (grifo em negrito nosso)

Essa visão teórica confirma um fato, a luta pela asseveração-denúncia, apagamento, naturalização, eternização, legitimação, necessidade, inevitabilidade dos conceitos e fenômenos, inclusive como é o caso da mais-valia, expressa o conflito ideológico da reprodução/transformação das relações econômicas de produção ou, conforme já citamos anteriormente, também nas palavras de Althusser (1978), o asseverar-denunciar ou o apagar-naturalizar-eternizar-legitimar-(fazer parecer inevitável)-(fazer parecer necessário) atravessado no conceituar dos fenômenos revelam “a luta de classes na teoria”. Nossa tese, a ser enriquecida com o aprofundar da pesquisa, situa-se nesse entremeio: elegendo a mais-valia como temática central, é luta teórica, é luta de classes, é batalha do tempo presente.

Portanto, o fenômeno social conceituado como mais-valia é o foco do conflito de classe econômico-jurídico-ideológico-discursivo que investigamos-problematizamos nesse trabalho. Em nosso ponto de vista, tal fenômeno continua produzindo seus efeitos, logo, não é tema ultrapassado, é tema vivo, carecendo, pois, de reflexão teórica e prática nos tempos capitalistas atuais.

1.3 Conversando sobre as questões que perpassam a pesquisa

Formulamos as seguintes questões que modulam os caminhos a serem trilhados em nossa trajetória de pesquisa:

- Como determinadas teorias que refratam-negam os postulados marxistas acabam funcionando para manter o apagamento-eternização-naturalização-legitimação-inevitabilidade-aparente necessidade da mais-valia? Essa questão surgiu de nossas interpelações perante a algumas argumentações teórico-práticas que assistimos vigorar dentro da própria academia, inclusive, afirmando que “luta de classes não existe”. Diante disso, quisemos entender um pouco mais de perto a serviço de que estariam funcionando essas insistentes negações dos postulados marxistas.
- Como o discurso de alguns partidos políticos funciona para manter o apagamento-eternização-naturalização-legitimação-inevitabilidade-aparente

necessidade da mais-valia e como alguns partidos de esquerda asseveram-denunciam essa exploração dos trabalhadores? Tal questão surgiu de nossas interpelações face às práticas políticas de lutas de classe presentes em nossa sociedade, querendo entender um pouco mais como alguns partidos políticos de poder expressivo no Brasil, bem como partidos da esquerda marxista mais radical tomam posição e tratam, discursivamente, o processo econômico-jurídico-ideológico perpassado pela geração de mais-valia.

- Como o discurso de asseveração-denúncia da mais-valia enfrenta as tomadas de posição do apagamento-eternização-naturalização-legitimação-inevitabilidade-aparente necessidade da mais-valia? Tal questão surgiu devido à busca dialética pelos contrapontos, isto é, se concordamos com Pêcheux (1997), como citamos mais acima, que a produção dos conhecimentos deixa se atravessar pelas “condições da reprodução/transformação das relações de produção” (PÊCHEX, 1997, p. 190), ou seja, pela luta de classes, nada mais significativo do que procurar desvelar como funcionam as interpelações econômico-jurídico-ideológico-discursivas que procuram asseverar-denunciar-destacar a mais-valia como uma problemática a ser superada e não eternizada-legitimada-naturalizada.
- Como o discurso empresarial funciona no sentido de manter o apagamento-eternização-naturalização-legitimação-inevitabilidade-aparente necessidade da mais-valia? Tal questão surgiu da interpelação de pesquisa, a nosso ver necessária, de ir ao centro gravitacional da problemática, isto é, ir ao centro da própria exploração, no caso, investigando, em forma de amostra, como funciona a interpelação de empresas que buscam justificar-legitimar seus crescimentos econômicos, apagando, naturalizando, legitimando, eternizando, fazendo parecer necessário e inevitável a própria mais-valia, o próprio trabalho não pago.
- Por que a mais-valia é uma *coisa-a-saber* e como ela funciona? Tal questão surgiu da necessidade de se buscar compreender, nessa pesquisa, em detalhes, as várias facetas do que viria constituir o fenômeno da mais-valia, explicitando, discursivamente, de forma aprofundada, o porquê de não poder se ignorar as causas e efeitos dessa coisa-a-saber.

1.4 Conversando sobre os objetivos gerais

Nosso trabalho objetiva (re)-colocar, na ordem do discurso, a problematização acerca das contraditórias relações de produção do mundo capitalista, escolhendo a mais-valia como centro desse embate. Destarte, problematizar e investigar como funciona o apagamento-legitimação-eternização-naturalização-inevitabilidade-necessidade da mais-valia é recolocar em discussão também o seu avesso, ou seja, a sua asseveração teórica, a sua denúncia, fazendo, assim, com que os estudos discursivos não se limitem à diagnose, mas também apontem para tomadas de posição contra a reprodução das relações exploradoras do sistema de produção, armando a luta dos que leem e estudam e se posicionam do lado do proletariado no intuito de transformá-las.

Enxergamos Pêcheux como um analista de discurso com posição bem definida nessa luta pela transformação das relações de produção. Recontar, recriar, refazer um pouco dessa batalha por ele continuada, travando-a, por outros meios, em um momento posterior a sua conjuntura, é, por intermédio da Análise do Discurso atual, pontuar, na discursividade, a grande guerra do marxismo contra as mazelas do capital. Esperamos estar contribuindo com os estudos em Análise do Discurso e com as reflexões dos leitores que queiram aprofundar no conhecimento das interpelações econômico-jurídico-ideológico-discursivas de cunho capitalista que tentam constituir os indivíduos em sujeitos de forma a reproduzirem as relações de produção.

Portanto, entender com mais profundidade o funcionamento do discurso capitalista, no que tange especialmente à discursividade da mais-valia, é uma contribuição que nossa pesquisa pretende colocar em evidência. Entender contra quem e contra o quê lutamos, em nosso ponto de vista, ilumina e fortalece nossa luta pela transformação das relações de produção. Retomamos, aqui, a tese marxista que nos constitui enquanto sujeitos pesquisadores: “Os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de transformá-lo” (MARX, 2007, p.103).

1.5 Panorama metodológico

Para investigar-problematizar a discursividade de apagamento-naturalização-legitimação-eternização-necessidade-inevitabilidade da mais-valia, analisamos materialidades linguísticas produzidas por sujeitos identificados com o processo

econômico-jurídico-ideológico-discursivo da reprodução do capital, confrontando-as com sujeitos desidentificados com esse processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo e que lutam pela transformação dessas mesmas relações de produção.

Em nossa hipótese, auferida com o andamento da pesquisa, sites de empresas, teorias antimarxistas, partidos políticos pró-capital revelam o apagamento-eternização-legitimação-naturalização-(aparente necessidade e inevitabilidade) dos efeitos da exploração do trabalho, dos efeitos da mais-valia. Já nos documentos das organizações operárias combativas, nas obras de arte alternativas de cunho marxista, encontramos amostras linguísticas representantes do embate social em favor da asseveração teórica da mais-valia, fazendo, assim, o confronto de classe.

Escrutinamos o *corpus* através de alguns recursos metodológicos, conforme pudemos apreender dos princípios teórico-analíticos apresentados por Santos (2004) e por Santos (no prelo), assim, priorizamos o recorte de excertos e sequências discursivas, seguidas de interpretações dos mesmos, procurando desvelar os efeitos de sentido que deles derivariam. Em alguns momentos, contudo, apesar da prioridade antes enunciada, também optamos por agrupar algumas sequências discursivas em matrizes explicativas ou por sintetizá-las em axiomas capazes de expressar as conclusões analíticas a que chegamos.

A metodologia teórico-analítica aqui utilizada, portanto, vale ressaltar, sempre esteve a serviço de demonstrar a pertinência da nossa tese, antes já enunciada, qual seja: sobretudo evidenciar como funciona o discurso dos sujeitos reprodutores do capitalismo, que, segundo nossa hipótese, para cumprirem seus intentos, necessitam apagar, naturalizar, legitimar, eternizar, fazer parecer necessário e inevitável os efeitos do fenômeno social da mais-valia.

1.6 Interpelações primeiras que pautaram a pesquisa: tomando posição na arena

Defendemos a ideia de que uma autêntica pesquisa não se constrói independentemente do engajamento do sujeito-pesquisador, ao contrário, surge motivada por interpelações advindas das determinações econômicas, jurídicas, políticas, históricas, ideológicas, científicas e culturais.

Assim sendo, não nos furtamos a explicitar as condicionantes que nos fizeram empreender a jornada deste trabalho, no âmbito da Análise do Discurso. Uma assertiva feita por sujeitos-professores da referida área, segundo a qual “luta de classes não

existe”, foi o elemento detonador de nossa busca político-teórica, interpelando-nos a procurar entender quais seriam as determinações econômico-jurídico-político-teórico-discursivo-ideológicas que teriam possibilitado a formulação desta proposição na conjuntura universitária brasileira atual.

A princípio, é preciso dizê-lo, nossa pesquisa surgiu tateando no vazio, desconfiando do posto, questionando o dito, espiando as teorias com um olhar militante um tanto estupefato. As inquietações eram: o que teria acontecido na Análise do Discurso desde a morte de Pêcheux? O que estaria acontecendo com a Análise do Discurso brasileira? O marxismo não seria mais um referencial válido para os estudos da linguagem? Os acontecimentos históricos de derrocada das burocracias estatais soviéticas e a queda do muro de Berlim teriam abalado os fundamentos marxistas da Análise do Discurso? A eleição e reeleição do lulismo-petismo no Brasil, em colisão com a burguesia, teriam retraído os teóricos brasileiros a se acomodarem nos limites da reprodução do capitalismo? Outros elementos político-teórico-ideológicos teriam atravessado contraditoriamente a própria história marxista da Análise do Discurso, tendo alcançado em nosso tempo o auge do seu florescimento? As teorias da linguagem, principalmente as vinculadas à Análise do Discurso, apresentariam, como um Triste Fim de Policarpo Quaresma⁶, a negação político-teórica-ideológica da luta de classes? Por fim, para simplificar as inquietações, mesmo para os que não pertencem a AD, perguntávamos: não se lê mais, na academia, com um olhar marxista?

Como se vê, não eram e não são poucas as inquietudes que interpelam o sujeito-pesquisador, quando exposto à discursividade de sua época, exigindo-lhe respostas político-teórico-ideológicas para fazer frente às lutas de seu tempo. Parece um paradoxo, mas o questionamento que nós, enquanto sujeito-pesquisador, nos colocamos e insistimos em ecoar é: como ser militante classista, socialista, em um mundo em que se diz impunemente que “luta de classes não existe”? No mínimo seria quixotesco, não é verdade, a exemplo das batalhas de Dom Quixote contra os moinhos de vento, assistir, participar e ser afetado por uma luta política e sindical que existiria apenas enquanto uma ilusão?

As sucessivas derrubadas de governo na América Latina no início do milênio; as greves operárias ao longo do tempo; as lutas contras os golpes de Estado em Honduras;

⁶ Trata-se do romance do escritor brasileiro Lima Barreto, composto no início do século XX, cujo personagem principal, Policarpo Quaresma, destaca-se por ser o último representante apaixonado de uma ideologia, no caso, a ideologia do ufanismo nacionalista. O paralelo aqui com a Análise do Discurso de orientação marxista, como sendo esta uma suposta espécie em extinção, no âmbito dos estudos da linguagem, é uma metáfora, obviamente indesejável de nossa parte.

as lutas contras as ocupações militares imperialistas no Iraque, no Afeganistão, no Haiti; as revoluções contemporâneas no mundo árabe, derrubando ditaduras há décadas ali instaladas; as lutas contra a crise econômica e contra a perda de direitos no chamado “estado de bem-estar social da Europa” não passariam de quimeras de sujeitos ideologicamente afetados por uma ilusão, já que, segundo os pós-modernos, “luta de classes não existe”? Seriam estas as grandiosas contribuições sociais que a Análise do Discurso dessa época estaria apta a realizar? Se levássemos a sério a assertiva que aqui colocamos sobre suspeita, não seria difícil chegar a estas equivocadas conclusões.

Portanto, não se trata aqui, simplesmente, de denunciar o sujeito-professor da conjuntura universitária brasileira, inscrito no antimarxismo, e aniquilá-lo em um “paredão argumentativo”, como um ideólogo da burguesia, defensor direto ou indireto da classe detentora dos meios de produção, dentro de um poderoso Aparelho Ideológico de Estado, a escola, conforme sugeriria Althusser (1999). Passa, ao contrário, por um caminho mais longo e mais delicado, teórica e politicamente necessário, diríamos: trata-se de buscar as condicionantes que possibilitaram o aparecimento deste discurso de negação do marxismo no interior da academia, mais precisamente no âmbito da Análise do Discurso.

Se a Análise do Discurso construída teoricamente por Michel Pêcheux foi a grande propulsora desse campo de reflexão e pesquisa, a AD, para além dos muros franceses, na conjuntura do pós-maio de 1968, a nosso ver, isso não foi por acaso. Deveu-se, sobretudo, às elaborações teóricas dos princípios marxistas que forjaram a necessidade de aliar o estudo da linguagem com as circunscrições econômicas, jurídicas, históricas, políticas e ideológicas que a constituem.

Pensar a linguagem por fora dessas determinações seria idealismo puro, deixando as teorias da linguagem condicionadas ao imediatismo de uma ideologia capitalista. Logo, a mestria e os méritos de Pêcheux foram revolucionários e singulares, ao conjugar as leituras althusserianas de Marx e do materialismo histórico dialético, com outro elemento, até então não considerado pertinente (teoricamente) na crítica social, a Linguagem. Essa concepção materialista do discurso, teorizada por Pêcheux, abriu caminhos para introduzir a reflexão sobre a linguagem no terreno da crítica social, mostrando que esta seria um elemento pertinente para acrescentar certo teor qualitativo às críticas econômico-jurídico-sócio-histórico-ideológicas. Seria então o caso de se dar um passo atrás na teoria, negando o marxismo constitutivo da Análise do Discurso? Não compactuamos com essa tomada de posição, que, antes de tudo tratar-se-ia do que Althusser (1978) chamara de “luta de classes na teoria”.

Entretanto, sabemos que não se trata aqui de reivindicar a autoridade teórica de Pêcheux e/ou de Althusser para convencer os antimarxistas ou pós-modernos a se engajarem nas fileiras do movimento operário. Essa tarefa seria praticamente impossível, pois, a nosso ver, esses autores, intitulados aqui de antimarxistas ou pós-modernos, mesmo quando se inscrevem teoricamente no campo da Análise do Discurso, não conseguem ou não querem visualizar sequer as contradições de classe constituintes de nossa história, logo, pouco teriam a contribuir com as possibilidades sócio-históricas de libertação do proletariado.

A pergunta e, ao mesmo tempo, a justificativa necessária dessa nossa empreitada político-teórica então é: se não são esses autores antimarxistas ou pós-modernos os nossos interlocutores potenciais, a quem nos dirigimos? Esse é um questionamento que nós, enquanto sujeito-pesquisador, não queremos deixar de explicitar e diríamos que os alcances dessa pesquisa e desses argumentos dirigem-se, em primeiro lugar, aos que lutam e que não se deixam abater contra os ditames do capital. Em segundo lugar, dirigimo-nos aos estudiosos da linguagem simpáticos ao movimento dos trabalhadores, e que estão abertos politicamente a ousar continuar lutando para que o legado marxista constituinte da Análise do Discurso não seja derrotado, enquanto “arma teórica” capaz de iluminar e fortalecer as práticas políticas. Recomendamos, a propósito dessa preocupação, a leitura da Tese de Doutorado de Figueira (2012) que compartilha desses mesmos anseios.

Cumpramos ressaltar também, neste ensejo, que pinçamos o conceito de “arma teórica” da leitura de Pêcheux (1997), quando este afirma:

Formulações, expressões e palavras de ordem políticas são, assim, elaboradas em uma conjuntura dada, com grau variável de autonomia (ora *armas*, por exemplo “ditadura do proletariado”, ora elaborações que apresentam um estatuto *equivoco*, por exemplo “o fim da história”) (PÊCHEUX, 1997, p.211) (grifos do autor)

Assim, se o termo “ditadura do proletariado”, na argumentação de Pêcheux, seria uma formulação considerada como uma “arma teórica”, no campo da luta de classes, defendemos, nesse trabalho, que a própria Análise do Discurso, de cunho marxista, potencialmente também poderia realizar formulações, expressões e dispor palavras que venham a ser compreendidas enquanto “armas teóricas” para instrumentalizar os leitores da classe trabalhadora para entenderem e sentirem-se interpelados rumo à tentativa de transformar as explorações apagadas, naturalizadas, legitimadas, eternizadas, feitas necessárias e inevitáveis no âmago do sistema capitalista.

Afinal, sabemos muito bem que os sujeitos reprodutores das relações de produção – baseadas na exploração da classe trabalhadora; na opressão dos negros, das mulheres, dos homossexuais e outras minorias vítimas de preconceito; na exploração não planejada dos recursos naturais/ambientais do planeta Altvater (2007)⁷; na manutenção da extração da mais-valia dos operários para beneficiar uma minoria burguesa detentora dos meios de produção – também dispõem de suas “armas teóricas” para interpelarem rumo à manutenção desse estado de coisas.

Nesse sentido, só para ficarmos em pequenos exemplos, tais sujeitos usam “armas teóricas” como “luta de classes não existe” – logo não haveria que se interpretarem as péssimas condições de vida da classe trabalhadora, muito menos há que se lutar para superá-las. Utilizam também “armas teóricas” como é chegado o “fim da história” – logo não haveria que se questionar a superioridade do capitalismo, este seria o ápice das possibilidades econômico-históricas, por conseguinte deve ser eternizado, tratado como necessário, inevitável, legítimo, natural e impossível de ser superado. Enfim, partindo do postulado teórico de Pêcheux (1997), acima pontuado, ousamos aqui afirmar que existem “armas teóricas” que funcionam perfeitamente à classe burguesa e seus aliados no sentido de interpelarem rumo à reprodução das relações de produção. A pergunta então é: poderia a classe operária incorrer na negligência de não ter as suas próprias “armas” políticas e teóricas? Deixamos aos leitores essa relevante interpelação e todas as possíveis conclusões que dela derivariam.

Isso posto, cabe marcar nosso lugar de sujeito-pesquisador no seio da presente pesquisa: o que implica, na atual conjuntura, manter vivo o legado marxista da Análise do Discurso, enquanto “arma teórica”, impulsionada pelo trajeto de pesquisa aberto por Michel Pêcheux? Correndo o risco de formular e sabendo de antemão que sempre existirão restos ou existirão críticas, diríamos que há algumas asserções que poderiam guiar esse trabalho teórico:

⁷ Conforme Altvater (2007): “Os pobres são relegados à satisfação das chamadas necessidades básicas, enquanto os ricos acumularam tantas reclamações sobre a natureza que podem se expandir ambiciosamente sobre o “meio-ambiente” que dominam e excluir a outros do seu uso ordenado, por isso desenvolvem práticas destrutivas de uso excessivo dos recursos que estão ao seu dispor. O “rastros ecológico” dos ricos é muito maior que o dos pobres. A emissão de CO₂ de um cidadão médio dos Estados Unidos em 1999 era de 20,2 toneladas, o qual é mais de dez vezes a emissão de um brasileiro médio que polui a atmosfera com 1,8 toneladas de anidrido carbônico.” Disponível em la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxistpt/cap.15.doc>

- seguirmos firmes travando a luta contra o capitalismo e suas perversidades ou nas palavras de (PÊCHEUX, 1997, p.147), “colocando a política no posto de comando”, travar a luta contra a reprodução das relações de produção;
- levarmos a sério o resgate da linha marxista de diversos autores como Althusser, Gramsci, Eagleton, Lukács, Marx, Lênin, dentre outros, a que Eagleton (1999) propriamente chamou de “crítica da ideologia”, mas que também se estende ao que poderíamos chamar de “crítica da economia política” e “crítica do poder do estado”;
- desvelarmos como os discursos, enquanto efeitos de sentidos, materializados em proposições, formulações, textos orais ou escritos, pré-construídos, intradiscursos, ditos, não-ditos, revelam o que Pêcheux (1997) chamou de “contradições ideológicas da reprodução *versus* a transformação das relações de produção”;
- perscrutarmos a determinação econômico-jurídico-ideológico-discursiva dos sujeitos da linguagem que – enquanto indivíduos interpelados em sujeito pelas práticas, hábitos, ideias e padrões sociais estabelecidos, na contradição, pela estrutura econômica contraditoriamente atravessada pela luta de classe, pelo aparelho repressivo-jurídico do estado, pelas práticas ideológico-discursivas – acabam identificando-se ou contra-identificando-se/desidentificando-se com o posto ou com o estado de coisas, tomando posição nesse processo de reprodução/transformação das relações de produção.

Sob este viés, ao transcorrer deste trabalho, pretendemos aprofundar e situar essas assertivas como lugares teóricos capazes de impulsionar a herança marxista da Análise do Discurso, enquanto crítica econômica, discursiva, ideológica, política e social pertinente na atual conjuntura. Antes, porém, é preciso explicitar que, no próprio âmbito da Análise do Discurso ou em elaborações próximas a este campo, há algumas teorias que estariam dando margem para que se investisse de forma brutal contra o marxismo, desqualificando, inclusive, a própria possibilidade de uma Análise do Discurso com viés marxista. A investida antimarxista mais gritante seria provida de teorias que permitiriam efeitos que negariam a própria luta de classes, enquanto determinante econômico-jurídico-ideológico-discursiva constituinte dos indivíduos em sujeito e, por conseguinte, todos os efeitos de sentido que daí decorreriam.

Nesse sentido emergem algumas perguntas, tais sejam: essas teorias, de viés antimarxista, serviriam para explicar os efeitos de sentidos decorrentes da existência do objeto de estudo dessa pesquisa, a mais-valia? Tais teorias serviriam para explicar as contradições concernentes às relações de produção atravessadas pelo trabalho? Tais teorias não estariam simplesmente marcando um lugar na luta da reprodução/transformação das relações de produção, desviando atenções e olhares e, por consequência, servindo à ordem dominante de exploração da mais-valia a serviço do grande capital?

A inquietação, portanto, é bastante apropriada: se a luta de classes não existe, logicamente a mais-valia (a exploração sem ônus de parte do tempo de trabalho do trabalhador em favor dos donos dos meios de produção) também não existe, logo, seria insanidade qualquer engajamento político dos sujeitos identificados com a luta operária nesse terreno econômico-jurídico-ideológico-discursivo, por conseguinte, até mesmo seria inválido o nosso próprio objeto de estudo, a mais-valia, já que estaríamos debruçando sobre o nada.

Ora, seria uma política prudente sucumbir-se ao modo antimarxista de teorizar? Segundo nossa tomada de posição, obviamente que não. Portanto, a grande questão que nos moveu nessa interpelação foi: a qual projeto de sociedade as teorias que negam ou relegam a terceiro plano a luta de classes e seus efeitos estariam servindo? Podem tais teorias permitir qualquer estudo consequente sobre a temática da mais-valia e seus efeitos? Ora, parece-nos inegável que tais visões teóricas serviriam exatamente ao projeto social de reprodução das relações de produção, logo, jamais poderiam fazer um estudo crítico do fenômeno econômico-jurídico-ideológico-social-discursivo da mais-valia e seus efeitos. Portanto, é justamente por isso que, no percurso dessa pesquisa, abrimos um espaço para examinarmos essa problemática um pouco mais de perto. É o que faremos na sequência.

CAPÍTULO 2

TRAVANDO A LUTA DE CLASSES NA TEORIA

2.1 Problematizações acerca do marxismo negado

Para empreender tal análise e demonstração das possíveis argumentações teóricas que, de alguma forma, estariam autorizando certos ataques-desqualificações-descréditos do marxismo, por quais trajetos conduziu-nos a intuição de pesquisador? Primeiramente percorremos o caminho mais próximo, qual seja, os teóricos recorrentes na própria Análise do Discurso, começando por um de seus grandes expoentes tão citado na atualidade das pesquisas: Michel Foucault. Ao estudá-lo, inquietaram-nos algumas proposições teóricas de cunho notadamente antimarxista, que este autor deixara reverberar em algumas de suas obras.

Seriam as obras desse autor um ataque frontal ao marxismo? Achamos que não, seria demasiada uma afirmação dessa envergadura, afinal, há que se reconhecerem as muitas contribuições e méritos deste autor no sentido de propiciar a ampliação do olhar aos que tem interesse por uma crítica social mais exigente. Porém, cumpre demonstrar que alguns gestos teóricos de Foucault são explicitamente antimarxistas e, sobretudo, nesses momentos não marxistas do autor encontramos algumas proposições que justamente podem ajudar a alimentar esse intento de colocar em descrédito o marxismo. Sobre algumas dessas formulações foucaultianas, portanto, julgamos necessário tecer uma análise-crítica, asseverando nosso olhar de sujeito analista do discurso marxista, colocando sob suspeita alguns momentos desse marxismo negado.

Quais formulações de Michel Foucault que pinçaríamos para avaliar-ponderar-investigar-criticar no intuito de detectar efeitos de sentido que encaminhariam para conclusões pretensamente interessadas em negar o marxismo?

Ora, interpela-nos, em primeiro lugar, a percepção de que Foucault preferiria, em nome de certo reducionismo político, a crítica do tema das “relações de poder”, desprivilegiando-secundarizando o combate travado no seio da “luta de classes” contra a dominação da classe detentora do capital. Assim, convicto desse desvio político, por exemplo, esse autor, inspirador de muitíssimos analistas do discurso da atualidade, em alguns momentos, realizou inclusive tentativas claras de desacreditar o marxismo, situando-

o como um mero apêndice oposicionista às teorias econômicas burguesas de Ricardo⁸. Destarte, investindo contra a teoria marxista, Foucault afirmaria sem hesitação que:

o marxismo está no pensamento do século XIX como peixe n'água: o que quer dizer que noutra parte qualquer deixa de respirar. Se ele se opõe às teorias “burguesas” da economia e se, nessa oposição, projeta contra elas uma reversão radical da História, esse conflito e esse projeto têm por condição de possibilidade não a retomada de toda a História nas mãos, mas um acontecimento que toda a arqueologia pode situar com precisão e que prescreveu simultaneamente, segundo o mesmo modo, a economia burguesa e a economia revolucionária do século XIX. Seus debates podem agitar algumas ondas e desenhar sulcos na superfície: são tempestades num copo d'água. (FOUCAULT, 2007, p.360). (grifos do autor)

Foucault argumenta aqui que o marxismo é um mero oposicionismo teórico-político facilmente previsível pela arqueologia histórica: “esse conflito e esse projeto (o marxismo) têm por condição de possibilidade não a retomada de toda a História nas mãos, mas um acontecimento que toda a arqueologia pode situar com precisão”. Ora, onde estaria essa pretensa superioridade do olhar arqueológico foucaultiano, a ponto de formular tamanho desdenho para com o marxismo, dizendo que este “está no pensamento do século XIX como peixe n'água: (...) noutra parte qualquer deixa de respirar”?

Ao dizer que o marxismo simplesmente “se opõe às teorias “burguesas” da economia” e ao dizer que os debates do marxismo “podem agitar algumas ondas e desenhar sulcos na superfície”, mas, no fundo, não passam de “tempestades num copo d'água.”, claramente, Michel Foucault desvaloriza o aparecimento do marxismo como filosofia dialética revolucionária engajada na transformação da História. Por outro lado, em detrimento do marxismo, enquanto aparecimento de uma filosofia radical de transformação da História, Foucault valoriza uma suposta supremacia do olhar histórico da arqueologia que, segundo ele, pode “situar com precisão” esse acontecimento (aparecimento do marxismo) “simultaneamente, segundo o mesmo modo, a economia burguesa e a economia revolucionária do século XIX”.

Qual a razão de fundo de desprezar o marxismo como filosofia dialética de luta pela transformação radical da História? Em nossa leitura, Foucault quer fazer emergir a valorização de uma visão não dialética da História, em detrimento da visão dialética e engajada do marxismo. O olhar foucaultiano valorizaria, assim, uma postura política

⁸ Ricardo era um teórico da economia burguesa que viveu na mesma conjuntura econômico-ideológico-jurídico-político-discursiva de Karl Marx. Ao estudar a economia capitalista, Ricardo não tirava as mesmas conclusões políticas de Karl Marx, uma vez que não asseverava que a mais-valia (exploração do trabalho não pago) era a grande mola propulsora do próprio capitalismo. Marx, ao escrever *O Capital*, faz uma crítica da economia política burguesa e inclusive polemiza com a teoria economista burguesa de Ricardo.

antidialética de um sujeito-analista que apenas observaria/assistiria a História como um observador privilegiado, supostamente acima das contradições (economia burguesa *versus* economia revolucionária), supostamente distante da necessidade de tomar partido na contradição social, apenas como um grandioso espectador das “condições de possibilidade” de aparecimento dos conflitos. Contudo, é preciso suspeitar dessa possível superioridade desse sujeito-analista.

Ao instalar-se nesse lugar supostamente acima da necessidade de tomar partido na contradição – tomada de partido que o marxismo faz questão de escancarar – o que Foucault faz é, sutilmente, naturalizar-eternizar-legitimar a facticidade das próprias contradições – no caso, as lutas de classe – como algo necessário e insuperável no processo histórico. Assim, quando Foucault (2007) despreza o engajamento marxista, como uma tomada de posição desprezível na história das ideias, sua teoria serve tão somente à reprodução das relações de produção, já que seria mero oposicionismo ou, conforme veremos, na linguagem do autor, “ilusão antropológica ou ilusão dialética”, uma teoria que tivesse por projeto lutar por transformar a História, e, não nos esqueçamos, para os marxistas “A história da sociedade existente é a história da luta de classes” (MARX, K. & ENGELS, F., 1982).

Esse engajamento político do marxismo na História, lutando por transformá-la, provavelmente incomodava as tomadas de posição política de Foucault, a ponto de este precisar querer desqualificá-lo. Assim, recorrendo ao filósofo niilista Nietzsche – o mestre que lhe inspirara o projeto de arqueologia das ideias – o autor de *As Palavras e as Coisas* não hesitaria em revelar sua náusea para com o método dialético, o método que, em nossa opinião, não exime o sujeito de analisar as ideias e as práticas sem se embeber da luta, da tomada de partido e do engajamento no seio dessa contradição. Mas as palavras “luta”, “transformação da história” não convinham ao então projeto de Foucault, expresso no momento da obra *As Palavras e as Coisas*.

Na conjuntura em que este autor produziu esta obra, dizendo que “o marxismo está no pensamento do século XIX como peixe n’água: o que quer dizer que noutra parte qualquer deixa de respirar”, a impressão é que o mesmo estaria, politicamente, se julgando crítico-contemporâneo por demais para se engajar em projetos “tão infantis ou tão fora de moda” como os do marxismo, por conseguinte, veria as lutas por transformação radical da história – e nomeemos apenas uma luta pela transformação radical da história, para não parecermos marxistas abstratos (a luta pelo socialismo) – como meros projetos apocalípticos de fim da História, ou desejo antropológico de um futuro ilusório:

O grande devaneio de um termo da História é a utopia dos pensamentos causais, como o sonho das origens era a utopia dos pensamentos classificadores. Essa disposição foi por longo tempo constringente; e, no fim do século XIX, Nietzsche a fez cintilar uma última vez, incendiando-a. (FOUCAULT, 2007, p. 361)

É em Nietzsche que Foucault se baseia para “incendiar” o engajamento marxista. Portanto, se as lutas que se constituem no seio da contradição, no âmago do movimento dialético da História não são projetos válidos para engajar o sujeito, restaria, como efeito, a tomada de posição de um sujeito contemplador da História, o que, diga-se de passagem, em última instância, em um mundo de luta de classes, referenda a reprodução das relações de produção. Haveria superioridade nesse olhar teórico-analítico? Não concordamos.

Voltas e voltas para o método arqueológico assumir a velha posição filosófica idealista já criticada anteriormente pelo próprio Marx “os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de transformá-lo”. (MARX, 2007b, p.103). Lutar por transformar o mundo? Esse ponto de não retorno, trazido à tona pela filosofia marxista, para o interior do próprio horizonte da filosofia, é que provavelmente incomodaria Foucault e, quiçá, alguns teóricos e políticos da atualidade que, em se tratando de um mundo atravessado pela luta de classes, preferem poupar a própria pele a investir em lutas políticas tão pouco confortáveis.

Portanto, se assim é, se o engajamento na luta de classes é intrínseco ao próprio modo de ser do marxismo, enquanto teoria e prática, o melhor seria expurgar esses princípios marxistas de luta pela transformação da história do interior da própria Filosofia e das práticas políticas a que esta inspira. Uma forma encontrada pelo teórico foi formular, com outras palavras, que o projeto dos marxistas, em suas insistências na tomada de partido pró-operariado no interior da luta de classes, almeja um fim para a história. Para dar crédito ao desprezo pelas lutas materiais ao longo do tempo, o velho idealismo, agora às avessas, referendado em Nietzsche, não levanta aqui a bandeira abstrata da marcha do progresso e da evolução da História, mas abstrações outras como “errância do último homem”, ou “o projeto da vitória do super-homem”. Se se assume esta posição de sujeito-analista, que tenta apagar a autoridade teórica do marxismo, daí a assassinar a dialética é um passinho. Aliás, essas palavras se lançam sem se pestanejar:

O grande devaneio de um termo da História é a utopia dos pensamentos causais, como o sonho das origens era a utopia dos pensamentos classificadores. Essa disposição foi por longo tempo constringente; e, no fim do século XIX, Nietzsche a fez cintilar uma última vez, incendiando-a. Retomou o fim dos tempos para dele fazer a morte de Deus e a errância do último homem;

retomou a finitude antropológica, mas para fazer fulgir o arremesso prodigioso do super-homem; retomou a grande cadeia contínua da História, mas para curvÁ-la no infinito do retorno. A morte de Deus, a iminência do super-homem, a promessa e o terror do grande ano se esforçam em vão por retomar, como que termo a termo, os elementos que se dispõem no pensamento do século XIX e formam sua rede arqueológica, mas não é menos certo que inflamam todas essas formas estáveis, desenham com seus restos calcinados rostos estranhos, impossíveis talvez; e, a uma luz de que não se sabe ainda ao certo se reaviva o último incêndio ou se indica a aurora, vê-se abrir o que pode ser o espaço do pensamento contemporâneo. Foi Nietzsche, em todo o caso, que queimou para nós, e antes mesmo que tivéssemos nascido, as promessas mescladas da dialética e da antropologia. (FOUCAULT, 2007, p. 361-362)

A propósito, essas formulações foucaultianas servem ou não servem, de bom grado, a muitos sujeitos analistas do discurso contemporâneos, que se inscrevem em tomadas de posição pró-reprodução das relações de produção capitalistas, mas que preferem, por uma questão de “elegância” acadêmica, silenciar suas posições políticas? Aliás, não seria errôneo supor que alguns até se jubilam com essas formulações, afinal, um teórico tão respeitado por tantos, como é o caso de Foucault – que parece nomear mistérios insondáveis das ideias e das práticas que circulam na história – lhes daria aval para os seus projetos político-ideológicos capitalistas mais secretos, desresponsabilizando-os socialmente de batalha tão dura, como a que se trava contra o estado capitalista. Por que analistas do discurso propagam enunciados de que “luta de classes não existe”? Não estariam propagando tais proposições escondidos sob as deixas argumentativo-teóricas de Foucault?

Em relação ainda às formulações acima destacadas, cumpre ressaltar que ao lado do “assassinato de Deus”, mata-se também “o projeto do socialismo”, mata-se “a dialética” – princípio filosófico que sugere que a história se constitui de movimentos perpassados por embates de classes, logo as próprias contradições são todas passíveis de superação e revolução no seio desse mesmo movimento histórico –, por conseguinte, Foucault (2007) trata esses objetos de discurso como se situassem ou pudessem ser situados historicamente em um mesmo plano de aparecimento e tratados com o mesmo grau de interesse pelos sujeitos.

Ora, essa postura niilista e contemplativa de nivelar as contradições, tomando partido por assistir à história, como se as contradições fossem graus diferentes da mesma ilusão, sendo inutilidade e “devaneios vãos” lutar por superá-las dialeticamente, joga, no mínimo, nos marcos do quietismo político. E a quem interessa o quietismo político? Supondo-se que seja uma facticidade o enunciado teórico do marxismo de que estamos situados em uma conjuntura capitalista, baseada na luta de classes, o quietismo político

não serve a outra ideologia, senão à da reprodução das relações de produção. Como não ser críticos, do ponto de vista da luta de classes, a essa visão foucaultiana-nietzscheana da História que, em outros termos, desqualifica as próprias utopias operárias, inspiradas no marxismo, que sonham libertar-se das explorações de classe que corroem o tempo de vida de grande parcela da humanidade, a exemplo do que ocorre com as relações de produção baseadas na exploração da mais-valia, do trabalho não pago?

Ademais, o que temos a considerar é que – em um mundo de corpos mortais que tem como horizonte o próprio fim, e, no limite, o fim do sol, o fim dos sóis e o fim dos planetas, na vastidão do espaço cósmico – é cômodo argumentar em defesa do “fim das lutas pela transformação radical da história”, em defesa do “fim das utopias”, em defesa do “fim do projeto marxista”, tratando-o como “tempestade em copo d’água”, o mais difícil, contudo, e menos cômodo, é argumentar em defesa da “luta” e da “vida” e da “transformação radical do mundo em benefício de todos (o que chamamos de socialismo)”, e é desta tarefa que o marxismo, enquanto filosofia, não se exime.

No mundo da vida e da morte, muitos se curvam e se deixam abater pelo pessimismo, pelo comodismo, pelo niilismo passivo, pelo quietismo político; muitos se contentam e se beneficiam com os regozijos propiciados pela “generosidade” da classe detentora dos meios de produção; muitos assumem literalmente o projeto dos que estão por cima, no caso do capitalismo, os que estão apropriando-se da mais valia dos operários para curtirem a vida de seus corpos descansados abundantemente. Os marxistas, porém, lutam por viver mais um dia, de forma mais rica e mais digna, sem se calarem diante da escravidão, da exploração e da opressão, sejam as de classe ou não. Assim, o marxismo que Foucault e alguns de seus leitores tentam colocar em descrédito – em nome da pretensa valorização contemplativa desse olhar foucaultiano-nietzscheano – é antes de tudo uma resistência da vida que luta por continuar viva, acima de qualquer caricatura de sonho antropológico ou de devaneio utópico com que se tenta nos circunscrever.

Para nós, a História é sempre um campo de possibilidades em que as contradições podem ser resolvidas dialeticamente para se enriquecer a vida. É por isso que o marxismo e a dialética continuarão sendo a Filosofia da História, quer alguns sujeitos gostem ou não, pois enquanto houver desejo de vida plena, convivendo com a opressão-exploração-escravidão, haverá aqueles que, politicamente, procurarão os modos de superar tais contradições. Estes encontrarão inspiração no que se costumou chamar de marxismo. Nesse sentido, para usar o termo do próprio Michel Foucault, com quem estamos polemizando, somos um “peixe” bem vivo e não pararemos de respirar,

enquanto projeto e enquanto prática política, pois respiramos a sede por vida plena, em qualquer que seja a circunstância histórica.

Em qualquer que seja o movimento dialético da História, lá estaremos, revigorando o desejo de vida e de vida melhor para todos os vivos, sendo implacáveis com os opressores, com os exploradores, com os escravocratas e colocando a própria pele, o próprio corpo, a própria vida, a serviço da batalha por superar as contradições atrasadas existentes no mundo. Assim, na morte comemoramos e comemoraremos a história do ser solidário e criativo que se foi, portanto, são bastante suspeitos os prognósticos contempladores-expectadores da História produzidos por Michel Foucault e estão equivocados os que se inspiram nessas proposições teóricas para declararem a decrepitude do marxismo. Já estamos no século XXI e estamos aqui vivinhos, lutando contra as opressões e explorações do capital. O “peixe” não morreu.

Poderiam dizer, entretanto, que estamos exagerando na crítica a Foucault, trazendo à tona suas enunciações antimarxistas, tomando apenas uma obra. Como dissemos anteriormente, contudo, não se trata de fazer generalizações e julgamentos levianos ao autor, assim sendo, cuidadosamente, o teor das polêmicas aqui anunciadas foi pinçado das materialidades linguístico-discursivas que julgamos passíveis de uma problematização com maior acuidade. Não é, pois, nossa pretensão uma crítica simplista. De qualquer modo, estendamos a lista das obras sobre as quais tecemos nossas ponderações.

Assim, vamos incursionar agora sobre as aulas de Foucault, ministradas em 1976, no Collège de France, publicadas na obra intitulada *Em Defesa da Sociedade*. Aqui cumpre mencionar que é bastante curioso o esforço teórico-argumentativo por legitimar o discurso de que, na história humana, a “luta das raças” (FOUCAULT, 2005) precede a luta de classes, o que implica, em nossa leitura, outra postura política tendenciosa de tentativa de desconstrução do princípio marxista de que “a história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes” (MARX, K. & ENGELS, F, 1982, p.93), descrendo dos projetos cujas saídas políticas históricas passam pelo embate econômico-ideológico das classes sociais.

Para levar a cabo essa tentativa de legitimação de sua arqueologia das ideias e das práticas sociais, o autor argumenta, por exemplo, que o fascismo seria uma versão recente da “luta das raças” (FOUCAULT, 2005). O que, entretanto, Foucault omite ou desconsidera em suas análises, são os interesses econômicos constitutivos do fascismo, que, para resolver crises econômicas internas, sob a ameaça da iminente possibilidade do comunismo mundial, que tanto assustava os detentores dos meios de produção, na

época, acabou criando bodes expiatórios, como os judeus, para amenizar problemas que eram de ordem econômica.

Da mesma forma, o teórico desconsidera, também, os interesses econômicos constitutivos das mais longínquas “lutas das raças” (FOUCAULT, 2005), conforme sua nomenclatura, que sempre estavam disputando terras, espaços, força de trabalho (raptos de escravos), ou outros elementos materiais da natureza entre si, seja para sobrevivência de um grupo ou povo ou para manter as regalias de determinados grupos ou comandantes de povos. A escravidão contra os africanos, por exemplo, não se deu com base em um ódio racista dos brancos contra aquele povo, ou de uma relação de poder que os brancos achassem que, por direito divino, tivessem por obrigação de exercer sobre aquele povo ou “raça”.

A questão foi outra, o rapto/compra dos escravos na África se deu com base em interesses econômicos que buscavam mão de obra barata para produzir riquezas para uma determinada classe de pessoas, não para a “raça” dos brancos especificamente, mas para os portugueses ou americanos donos dos meios de produção, como foi, respectivamente, o caso de Brasil e Estados Unidos. Vale lembrar, pois, que se tentou escravizar o índio, nesses territórios, no intuito de explorar sua força de trabalho, sem se obter êxito, o que levou ao quase extermínio desse povo que não se submeteu às práticas econômico-ideológicas do dominador.

Outras práticas de exploração entre povos também se dão com base nos interesses de classe, logo, não podemos concluir, apressada e forçosamente, que se trataria de disputas (lutas) de raças: o imperialismo, por exemplo, ao longo da História, privilegiou a nação do império em detrimento das demais, mas as explorações econômicas, os massacres de povos, como fizeram recentemente com os iraquianos, afegãos, etc., visam à manutenção de privilégios econômicos da classe que está no poder, no interior do próprio império. É assim nos Estados Unidos, foi assim no império romano e outros.

Os interesses, portanto, que movem as aparentes lutas entre povos ou raças, no fundo, são prioritariamente interesses econômicos de uma dada classe que detém o controle dos meios de produção e das riquezas, almejando, nas guerras, mantê-los ou ampliá-los. Assim, nessas relações de opressão-exploração, baseadas em disputas econômicas, que aparecem superficialmente como se fosse um ódio entre povos ou raças, acontece a mesma luta acirrada que aconteceria caso os operários ousassem se rebelar contra as condições econômicas de trabalho oferecidas pela burguesia.

Só haveria duas alternativas, no caso de rebelião operária: ou a revolução da classe oprimida / explorada contra o opressor-explorador, ou a submissão dos operários à custa de prisões e assassinatos. Portanto, a classe dos detentores dos meios de produção e das armas, na história, sempre tem tentado explorar e subjugar outra classe ou outras classes economicamente, e é isso que chamamos de luta de classes e não “luta de raças”, afinal, não faz diferença se a bola da vez dos explorados, a ser subjugada por dada classe opressora/exploradora, pertença a uma nação inteira ou a uma única etnia (branca, índia, negra, amarela ou todas essas etnias juntas, sendo estrangeiras ou não). O que está na raiz dos conflitos são as disputas econômicas, embora estas, muitas vezes, precisem ficar veladas, pois, se fossem plenamente explícitos os interesses econômicos que estão em jogo, isso poderia fazer com que as guerras fossem estúpidas demais, tornando difícil, assim, aos donos dos meios de produção e aos chefes de estado, o convencimento do povo ou dos soldados a morrerem por causas tão mesquinhas.

Nesse sentido é que entendemos que Foucault (2005) – com a premissa de que “a luta das raças” é que é precedente na história e não a luta de classes – parece querer forçar a barra para uma teoria de que estamos em guerra “uns contra os outros”, numa relação de poder perpétua, a-histórica, logo, a depender dessa visão, as conclusões políticas, a que se chegariam, seriam de que nunca se poderia apontar para o fim dessas contradições opressoras e exploradoras que embatem no devir da história.

Assim, mais uma vez, ou carregado de um pessimismo ou de um comodismo ou de um niilismo passivo ou de um quietismo político ou de um antimarxismo desviante constitutivo, tal pensamento-discurso, se legitimado-naturalizado, acaba desviando a luta política atual que se dá entre a classe trabalhadora e a classe detentora dos meios de produção para uma “luta de todos contra todos”, o que tiraria o foco de qualquer projeto coletivo de resolução das contradições nos marcos do capitalismo ou de outro sistema qualquer que existisse baseado na opressão e na exploração de classe.

Nesse sentido, para reverter ou desautorizar a compreensão marxista e dialética da história – que, com o objetivo claro de promover a transformação das relações de produção baseadas na exploração/opressão, procura investigar o funcionamento das determinações econômico-materiais-ideológicas constitutivas das contradições que se pautam por interesses de classe –, Foucault, em favor do seu constructo teórico-político da primazia das “relações de poder” e da extensão filosófica de Hobbes que nomearia a “guerra de todos contra todos”, em detrimento da “luta de classes pautada por interesses

econômicos”, inventaria e defenderia a inversão do aforismo de Clausewitz, dizendo que “a política é a guerra continuada por outros meios”.

O aforismo de Clausewitz, antes de ser invertido por Foucault, seria outro: “A guerra não é mais que a continuação da política por outros meios”; ela, a guerra, “não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento da política, seu prosseguimento por outros meios”. (FOUCAULT, 2005, p. 22)

Por um lado, tomar o aforismo de Clausewitz, segundo o qual as decisões dos sujeitos políticos é que optam pela guerra ou a fazem, sem relacioná-lo à compreensão materialista-histórico-dialética, seria um equívoco idealista. Obrigatoriamente, do ponto de vista marxista, para entendermos melhor essa relação entre política e guerra, precisaríamos explicitar, nessa definição de Clausewitz, quais seriam os interesses políticos que optariam pela guerra, e esses interesses são, sobretudo, econômico-materiais. Destarte, se não se levar em conta as disputas econômico-materiais detonadoras da guerra, incorrer-se-ia em uma visão idealista da política, como uma mera disputa de ideias, e seria pouco criterioso chegar a essas apressadas conclusões. Em uma visão marxista, seria necessário deixar claro quais são as disputas políticas das classes, investigando quais interesses econômicos pautariam essas disputas, ao ponto de se chegar às vias da declaração da guerra ou do seu fim.

Por outro lado, a inversão foucaultiana do aforismo de Clausewitz incorre na mesma postura idealista, com um agravante: haveria uma guerra primeira, determinando o aparecimento da política. Sim, pode-se dizer, haveria uma “luta”, uma “guerra”, aproximando-se da “luta de classes”, compreensão, esta, construída historicamente no seio do marxismo. Mas, na visão de Foucault, trata-se de uma guerra primeira “historicamente precisável”, contudo, que guerra primeira seria essa? Quais os motivos que movem os sujeitos nessa guerra? Por que essa guerra? Quais interesses econômicos estão em disputa a ponto de se declarar essa guerra? Essas questões, levantadas pelo marxismo, para Foucault (2005), seria uma hipótese econômica aplicada à análise do poder, hipótese, vale lembrar, que o mesmo faz questão de colocar sob suspeita:

...se o poder é mesmo, em si, emprego e manifestação de uma relação de força, em vez de analisá-lo em termos de cessão, contrato, alienação, em vez mesmo de analisá-lo *em termos funcionais de recondução das relações de produção*, não se deve analisá-lo antes e acima de tudo em termos de combate, de enfrentamento ou de guerra? Teríamos, pois, diante da primeira hipótese – que é: o mecanismo do poder é, fundamental e essencialmente, a repressão –, uma segunda hipótese que seria: o poder é a guerra, é a guerra continuada por outros meios. (FOUCAULT, 2005, p.22) (grifo nosso)

Tratar, contudo, a análise da disputa pelo poder ou a análise da guerra, principalmente levando-se em conta as coletividades ou os grupos ou as classes, sem se levar em conta os interesses materiais e econômicos que estão em jogo nessas situações de luta, determinadas pelos conflitos “das relações de produção”, seria uma abstração idealista, agravada por uma concepção quase instintiva do ser humano, como a mais canibalesca das feras, pois, de antemão, consideraria o homem como aquele que se converteu em lobo devorador do próprio homem, num processo de nunca acabar.

Para um marxista, na História, não há lugar para esses fatalismos canibalescos, provindos de orientações quase instintivas do próprio homem, que num belo dia, na noite dos tempos, descobriu-se em uma fatal guerra sem fim. Ao contrário, concebemos que somos, sobretudo, um ser histórico e social, movidos por necessidades e interesses materiais, logo, toda luta que surge no processo histórico pressupõe, sim, precisar quais seriam os interesses econômicos e materiais valorizados na história da sociedade, seja em tempos passados, seja na época atual.

As opressões, as explorações não se dão, na abstração, pelo simples prazer de oprimir. Oprime-se e explora-se, pois se calcula que, nessa opressão-exploração, estar-se-á ganhando algo, seja dinheiro; tempo livre; sexo; mercadorias de todas as espécies; *status e* reconhecimento social; e os demais objetos de desejo social considerados de luxo – sejam esses objetos construídos na *imaginação idiossincrática dos sujeitos* (possibilidade de realizar uma viagem a determinado lugar, por exemplo) ou construídos no *imaginário da coletividade cultural* (possibilidade de ascender e manter-se em posições consideradas de prestígio, um jornalista reconhecido, um deputado famoso ou um empresário de sucesso, por exemplo).

Portanto, na leitura da obra que aqui estamos problematizando, percebe-se que há um desejo sutil do autor de livrar-se do marxismo e, conseqüentemente, do materialismo histórico e dialético, que pressupõe, em suas análises, nunca se esquecer de observar os interesses materiais e econômicos que estão em disputa em qualquer guerra ou luta.

Foucault – em sua prática, a nosso ver, idealista, de análise e arqueologia das ideias, desvinculadas dos interesses materiais e econômicos que sempre atravessaram-atravessam e constituíram-constituem as mesmas – prefere supor, de forma pessimista, uma guerra adâmica, abstrata, a-histórica, e até biológica que estaria na base genética do homem:

E, se é verdade que o poder político pára a guerra, faz reinar ou tenta fazer reinar uma paz na sociedade civil, não é de modo algum para suspender os efeitos da guerra ou para neutralizar o desequilíbrio que se manifestou na

batalha final da guerra. O poder político, nessa hipótese, teria como função reinsserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros. (FOUCAULT, 2005, p.23)

Destarte, Foucault propõe interpretar as lutas em si e por si, independentemente dos interesses materiais em disputa: cai assim nas suas supostas abstrações das “relações de força” primeiras ou da “guerra de todos contra todos”, pressupondo a condição a-histórica de um eterno guerrear: “Sempre se escreveria a história dessa mesma guerra, mesmo quando se escrevesse a história da paz e de suas instituições” (FOUCALUT, 2005, p.23).

Todavia, se observarmos desapaixonadamente, veremos que nem o reino animal se comporta assim, em uma relação de força abstrata, em si e por si, em uma eterna guerra, ao contrário, sempre se disputa um naco de carne ou uma fêmea, afora isso, reinaria a paz nas noites e dias das florestas. Vejamos, na sequência, mais amostras que revelam essa concepção do autor, caracterizada aqui, por nós, como “esforço antimarxista”:

...o poder é a guerra, é a guerra continuada por outros meios. E, neste momento, inverteríamos a proposição de Clausewitz e diríamos que *a política é a guerra continuada por outros meios*. (...) as relações de poder, tais como funcionam numa sociedade como a nossa, têm essencialmente como ponto de ancoragem uma certa relação de força estabelecida em dado momento, *historicamente precisável, na guerra e pela guerra*. (...) a política é a sanção e a recondução do desequilíbrio de forças manifestado na guerra. (FOUCALUT, 2005, p.22-23) (grifos nossos)

Aqui o efeito de sentido é claro, ao se tomarem as lutas, o poder, a guerra, como se fossem manifestações de uma relação de forças abstratas, em si e por si, independente das condicionantes econômico-jurídico-ideológico-discursivas, cria-se uma visão pessimista e fatalista do ser humano, como um eterno opressor/explorador de si mesmo, sem possibilidades de superação dessas contradições historicamente construídas. Vejamos a continuidade dessa concepção que não visualiza saídas para as contradições bélicas da história humana, uma vez que desconsidera os fatores econômicos constitutivos das próprias guerras:

no interior (da) “paz civil”, as lutas políticas, os enfrentamentos a propósito do poder, com o poder, pelo poder, as modificações das relações de força – acentuações de um lado, reviravoltas, etc. –, *tudo isso, num sistema político, deveria ser interpretado apenas como as continuações da guerra*. (...) A inversão do aforismo de Clausewitz significaria ainda uma terceira coisa: a decisão final só pode vir da guerra, ou seja, de uma prova de força em que as armas, finalmente, deverão ser juízes. O fim do político seria a derradeira batalha, isto é, a derradeira batalha suspenderia afinal, e afinal somente, o exercício do poder como guerra continuada. (...) *a partir do momento em que tentamos libertar-nos dos esquemas*

econômicos para analisar o poder, encontramos imediatamente em face de duas hipóteses maciças: de uma parte, o mecanismo do poder seria a repressão – hipótese que, se vocês concordarem, chamarei comodamente hipótese de Reich – e, em segundo lugar, o fundamento da relação de poder é o enfrentamento belicoso das forças – hipótese que chamarei, também aqui por comodidade, hipótese de Nietzsche. (FOUCAULT, 2005, p.23-24) (grifos nosso)

Diríamos, em suma, que essas teorias político-ideológicas – que enxergam as lutas como uma mera troca perpétua de poder entre os lados, ou como um combate sem fim, independentemente dos interesses econômicos que constituem essas batalhas – acabam naturalizando-legitimando o discurso de que é inútil e, em vão, ao sujeito tomar partido nas batalhas político-econômico-jurídico-ideológico-discursivo-materiais que se travam. Segundo essa visão idealista, pessimista e fatalista de Foucault (2005), não há lugar para superação das contradições baseadas na exploração e na opressão, uma vez que, de qualquer forma, a guerra continuaria no final das batalhas, logo, implicitamente, está se sugerindo que as contradições nunca seriam resolvidas, ou que projetos marxistas como o socialismo e o comunismo nunca seriam exequíveis.

Em resumo, diante do exposto – para o que nos interessa pontuar na defesa de nossa tese, que, de certa forma, é uma batalha contra a mais-valia capitalista –, sem dúvida, afirmaríamos que tais concepções antimarxistas, levadas às últimas consequências, não poderiam contribuir com a libertação dos explorados e oprimidos, pois, se não sabemos contra quem, porque, e contra o quê estamos lutando, apenas somos levados a acreditar que estamos numa luta perpétua, e sem qualquer tipo de saída, logo, de antemão já fica determinado a impossibilidade de qualquer revolução-transgressão-superação que alcance estágios superiores de organização da vida humana.

Por isso, achamos que investir contra o marxismo, insistindo em teorias que não avaliam os elementos materiais-econômicos constitutivos dos conflitos, muito menos as soluções para estas contradições, é, no mínimo, no capitalismo, favorecer a burguesia – e Foucault teoriza no seio do capitalismo, logo, não há alibi para o mesmo, não há como não imputar “responsabilidade” ao mesmo, conforme diria Bakhtin (2010).

Assim sendo, só para ficar no caso da problemática que estamos discutindo nessa pesquisa – a mais-valia – não é demasiado afirmar que tais teorias ajudam os sujeitos capitalistas a apagarem, a esconderem, a legitimarem, a eternizarem e fazerem parecer inevitável e necessária a própria exploração da mais-valia, o próprio roubo do trabalho não pago, que, diga-se de passagem, é a grande exploração atual que o homem

exerce sobre o próprio homem nos marcos desse sistema, gerando, por isso, diversas outras contradições sociais.

Tal teoria-discurso de Foucault, portanto, levados às últimas consequências, faria pensar que essa exploração da mais-valia, cujo exercício os burgueses não titubeiam em praticar à custa do cérebro e músculo dos operários, seria natural à guerra própria da espécie, sendo, por conseguinte, inócuo o esforço por tentar superar tal contradição. Um sujeito-analista engajado no marxismo não poderia, pois, deixar de denunciar-desvelar os efeitos de sentido derivantes de tais concepções teóricas idealistas, que se recusam a considerar os fatores econômicos como determinantes das lutas.

Ademais, cabe ressaltar que uma concepção teórica que visualiza, como alcance crítico, uma suposta descrição de uma guerra de todos contra todos, de uma perpétua guerra, de uma guerra sem fim, em nosso ponto de vista, não incomoda o capital, afinal, este, em sua essência, também se digladiava entre si e faz isso parecer “natural” e “legítimo”.

Nós, marxistas, sabemos, por exemplo, da luta mortal que se dá entre os capitalistas, uns tentando derrotar os outros, na concorrência, para se ganhar mais, apropriando-se da mais-valia relativa de outros capitalistas. Nessa luta interna à própria classe burguesa capitalista, quem não consegue produzir mais em menos tempo, logo vai ser obrigado a colocar seus produtos mais caros no mercado, sendo engolidos pelos capitalistas que possuem mais tecnologia e que fazem os operários renderem-lhes uma quantidade maior de trabalho não pago, produzindo mais mercadorias em menos tempo.

Destarte, os capitalistas que produzem mais em menos tempo poderão vender suas mercadorias por um valor um pouco mais barato do que os capitalistas que produzem menos em mais tempo. Assim, quem produz uma quantidade maior, em menos tempo, terá uma lucratividade bem superior aos capitalistas concorrentes que exploram os trabalhadores com menos eficácia. Ora, as teorias de perpétua guerra de poder entre os sujeitos não seria apenas um espelhamento ideológico da própria concorrência capitalista? Não estaria Foucault, com sua teoria-discurso, apenas legitimando e naturalizando a ordem insana do capitalismo? São perguntas que não podem ser silenciadas, quando investigamos a fundo os efeitos de sentido da tomada de posição desse sujeito-analista.

Vale enfatizar, ainda, que essa guerra ideológica entre os capitalistas, movida também por interesses econômicos, é tomada pelos burgueses como força motriz, que os faz crescer e os faz aprimorar técnicas de exploração. Contudo, quando se sentem ameaçados pelos operários, os burgueses se juntam e aí se fazem classe, e reivindicam a

lei e a ordem, e aí reina a solidariedade de classe entre eles, esvaindo-se como fumaça a guerra contra a concorrência, pois o desejo de manter seus interesses econômicos fala mais alto. A pergunta que fazemos, então, é: como não considerar os fatores econômicos como constitutivos do poder pelo qual os sujeitos lutam?

Nesse sentido, derivando outras questões centrais de nossa pesquisa, perguntaríamos: em que contribuiria, para a crítica do capital e para a crítica do poder dos sujeitos, a consideração abstrata da “primazia da guerra” sobre a política, sem considerar a disputa concreta por espaços econômicos/materiais? Em que contribuiria para criticar o capitalismo a consideração conceitual de que a “guerra das raças” precede “a luta de classes vinculada aos interesses materiais e econômicos”?

Em nosso ponto de vista, tal olhar foucaultiano ratificaria, sobremaneira, a legitimação do próprio capitalismo como o sistema ideal, uma vez que tal olhar reflete e refrata, perfeitamente, as relações de produção do capital, quando a burguesia não está sendo ameaçada pelo conjunto da classe operária, espelhando, assim, os indícios desta guerra de todos contra todos ou desta relação de poder ou relação de forças perpétua. Tal perspectiva, todavia, não serve para lutar contra esse sistema que se baseia na exploração-opressão de uns sobre os outros.

Em nossa concepção, as teorias produzem efeitos, assim perguntamos: se os trabalhadores, explorados cotidianamente em sua força de trabalho, produzindo mais-valia para os donos dos meios de produção, adotassem tal visão foucaultiana, o que isso acrescentaria às suas lutas? Passariam a enxergar seu companheiro de classe como mais um inimigo ou o companheiro trabalhador de uma empresa mais competitiva como um potencial adversário que colocaria em risco seu próprio emprego, caso a empresa em que trabalhe viesse à falência?

Ora, segundo o ponto de vista marxista que assumimos – ao contrário dessas concepções teóricas pessimistas ou friamente calculadas para espelhar o capitalismo, como é o caso desses momentos filosófico-teóricos de Michel Foucault –, a solidariedade da classe trabalhadora contra os ditames da classe dona dos meios de produção precisa estar em primeiro lugar, exigindo estabilidade no emprego, exigindo aumento real dos salários, exigindo condições melhores de trabalho, exigindo emprego para todos. Por conseguinte, em hipótese alguma, o descuido político-teórico é aliado da classe operária, precisamos, sim, somar conhecimentos e posturas contra os pensamentos-discursos-teorias que, de algum modo, tentam nos confundir, não importa se são, respeitosamente, construídos pelos renomados intelectuais.

A propósito, esses momentos teórico-filosóficos de formulações-proposições foucaultianas, aqui colocados sob suspeita, cumprem o papel de tirar do horizonte – dos trabalhadores e operários em geral – a possibilidade de raciocinar sobre um futuro possível, em que a classe trabalhadora seria liberta das mazelas do capital. Portanto, não são concepções desprovidas de suscitação de efeitos. Tomadas em profundidade, retratam um projeto de sociedade, e, a nosso ver, ajudam reproduzir as relações de produção do capitalismo, já que naturalizam e legitimam tais relações pautadas na exploração de classes, facticidade para a qual tais visões teóricas não apontam qualquer perspectiva de superação. Como não problematizar tais concepções? Essa é uma interpelação que não pode ser silenciada.

Por fim, para fechar essa polêmica com alguns momentos teórico-filosóficos foucaultianos que não nos servem como arma-teórica para enfrentar o capital, cumpre salientar que não é menos questionável e suspeitável o fato de Foucault (2006) – nos cursos de sua última fase, ministrados no Collège de France, e publicados na obra *A Hermenêutica do Sujeito* – desembocar na defesa do projeto político individualista e idealista do “cuidar de si” para “cuidar dos outros”.

Ora, soltemos as asas de nossa imaginação para problematizar esse projeto político individualista e idealista da última fase de pesquisa de Foucault. Assim perguntamos: um sujeito da classe burguesa que “cuida de si” teria como “cuidar dos outros”, quando esse “cuidar dos outros”, na prática, tratar-se-ia de “cuidar dos operários”? Entendemos que não. Ao contrário, se de fato o sujeito burguês “cuidar de si”, levando em conta as concretudes de sua condição econômico-jurídico-ideológica de classe, jamais poderá “cuidar dos outros”, quando, justamente, esse outro referir-se a “cuidar dos operários”. Assim, na prática, o sujeito burguês só poderia “cuidar da melhoria de vida dos operários” se “descuidar-se de si”.

É claro, porém, que o autor não discute nenhuma dessas possibilidades aqui ironizadas por nós, pois, segundo suas elaborações – pinçadas para ponderação nessa análise – a luta de classes não é a grande contradição da história e as condições econômico-materiais que determinam a constituição dos indivíduos em sujeitos também não são consideradas como uma variável de análise relevante. Logo, é somente a partir dessa abstração que ele, Foucault, poderia formular esse projeto político individualista e idealista do “cuidar de si” para melhor “cuidar dos outros”. Não é difícil intuir que semelhante projeto é totalmente arredo a qualquer possibilidade de busca coletiva que

almeja saídas emancipatórias para situações de exploração, como, por exemplo, a sujeição dos operários face à exploração da mais-valia.

Assim, na essência, também não temos dúvidas, tais momentos de formulações teórico-filosóficas de Foucault vem bem a calhar à burguesia e à classe média alta, conformada com a reprodução das relações de produção, já que, em função dos seus privilégios econômico-materiais, amparados por meios jurídico-repressivo-ideológicos, seriam as únicas classes que poderiam vislumbrar o projeto e o privilégio de ter tempo e condições de “cuidar de si”. E a possibilidade de “cuidar do outros” que derivaria de uma exemplar governança do “cuidar de si”? Ora, dentro de um mundo econômico-jurídico-ideológico-discursivo, dividido em classes sociais, cujo próprio *modus operandi* baseia-se na exploração do trabalho de uma classe para com a outra, como é o caso da exploração de mais-valia, tal perspectiva, como já o sugerimos acima, não passa de um sonho individualista, idealista e abstrato.

Ironicamente, a classe operária, nas circunstâncias capitalistas em que vive, nasce “cuidando dos outros”, leia-se, “cuidando do aumento dos bens do patrão”, “trabalhando uma parte do seu tempo, gratuitamente, para o patrão, gerando mais-valia a este último”. Assim, a classe operária, enquanto “cuida dos outros” – a classe detentora dos meios de produção –, ao mesmo tempo, “descuida de si”, pois é forçada, para sobreviver, a “trabalhar durante um tempo significativo de suas vidas para enriquecer esses outros, no caso, a burguesia”. Já cada trabalhador, individualmente, vive bem aquém das riquezas que ele próprio produz, ou seja, parte significativa das riquezas produzidas por cada trabalhador sequer retorna a si próprio, pois, na verdade, em uma parcela considerável do seu tempo de trabalho ocorre que trabalha de graça apenas para o benefício do dono dos meios de produção, produzindo-lhe mais-valia. Como, então, “cuidar de si”, se, em uma parte do dia, o trabalhador individualmente está dedicando parte do seu tempo de vida para gratuitamente produzir mais-valia para o patrão? Mais uma vez fica a interpelação: pensar saídas políticas sem se considerar os embates econômico-ideológicos concretos das classes sociais em luta, no mínimo, estaria a serviço de produzir equívocos.

Portanto, tais saídas político-individuais, idealizadas como efeito de sentido nas pesquisas da última fase de Foucault, não abordam, enquanto projeto político, as contradições a que grande parcela da humanidade está submetida, no caso, a parcela chamada de classe trabalhadora. A conclusão que tiramos, sob júdice de sermos apedrejados pelos leitores-admiradores dessa teoria, é que o “cuidar de si”, concepção

que nascera na conjuntura das condições econômico-jurídico-ideológicas da antiga aristocracia-oligarquia grega, à semelhança daquela conjuntura, também no mundo atual, só pode ser desfrutada pela classe dominante: lá, pelos aristocratas-oligarcos, aqui, em tempos hodiernos, pela burguesia ou dado setor da classe média alta.

O “cuidar de si”, portanto, ajuda ideologicamente à manutenção da reprodução das relações de produção, pois, enquanto projeto político, silencia e apaga a mais-valia, uma vez que não atinge a universalidade dos sujeitos e ainda desconsidera que a classe trabalhadora, em função do grande tempo de vida dedicado a trabalhar para enriquecer os donos dos meios de produção, jamais, no seio do capitalismo, poderia usufruir desse privilégio aristocrático-oligárquico-burguês. Em suma, segundo nossa leitura, sem superar-transformar as atuais relações de produção, saídas políticas individuais e idealistas como o “cuidar de si” seriam para poucos, como o são as Ferrari, os hotéis de luxo, as poupanças gordas, as mansões, o tempo livre.

À semelhança desses momentos teórico-filosóficos de Foucault que caminham na contramão do marxismo e que não servem para pesquisar-problematizar a questão da mais-valia, tema de nossa pesquisa, há, ainda, outros pensadores a quem se atribui a alcunha de pós-marxistas que também tentam desprivilegiar a luta de classes como aspecto constitutivo central da História e, se assim o fazem, por conseguinte, depõem contra nossa tese central, já que sugeririam que lutar contra a mais-valia não é a grande questão. Serviriam tais concepções para explicar-problematizar o objeto de estudo eleito como tema dessa pesquisa, a mais-valia? Obviamente que não. Veremos, portanto, agora, um pouco dessas posições teóricas outras que também fazem parte do que estamos chamando aqui de o “marxismo negado”.

Laclau (1985), por exemplo, em *Hegemony and Socialist Strategy*, supervaloriza o papel dos novos movimentos sociais contemporâneos (luta das mulheres, lutas dos negros, lutas contra o militarismo, lutas dos indígenas, lutas contra a homofobia, lutas em defesa do meio ambiente, etc.), e, aproveitando dessa supervalorização, parte para apontar supostos reducionismos do marxismo, com vistas a questionar a concepção de que a luta de classes é o motor da história. Destarte, tirando encaminhamentos políticos de suas formulações teóricas, sugere que o movimento operário que luta contra a exploração da burguesia é só mais um movimento, não tendo destaque dentro do projeto político defendido por ele, ao qual chamaria de revolução democrática.

Tais elaborações teóricas desenvolvidas por Laclau (1985) encontram raízes em suas práticas político-teóricas, desde 1983. Em texto apresentado no *workshop*

promovido pelo CEDLA (Centro de Documentação Latino-Americano) de Amsterdã, Holanda, em outubro de 1983, sob o título “Novos Movimentos-Sociais e Estado na América Latina”, acessado por nós em 06/07/2008, percebemos claramente como Laclau (1983) concebe essa matriz político-teórica que incorre nesse olhar de prioridade para os novos movimentos sociais, em detrimento de se conceber a luta de classes como o elemento central dos conflitos sociais.

Vejamos algumas tomadas de posição que extraímos desse artigo, em forma de excerto, no intuito de problematizar a visão de Ernesto Laclau, que, em nossa leitura, inclui-se no que intitulamos de *o marxismo negado*:

Nossas preocupações têm origem nos vários debates contemporâneos, onde se busca uma determinação das dimensões e formas radicalmente novas assumidas pelo conflito social, nas últimas décadas (...) as novas lutas ocasionam uma crise de um paradigma tradicional das Ciências Sociais (...) As conceituações tradicionais de conflitos sociais têm sido tipificadas através de três características principais: a determinação da identidade dos agentes era feita através de categorias pertencentes à estrutura social; o tipo de conflito era determinado em termos de um paradigma diacrônico-evolucionário; e a pluralidade de espaços do conflito social era reduzida, na medida em que os conflitos se politizavam, a um espaço político unificado, onde a presença dos agentes era concebida como uma “representação de interesses”. (...) O que caracteriza os novos movimentos sociais, então, é que, através deles, rompeu-se a unidade destes três aspectos do paradigma. (LACLAU, 1983, p.1)

Nesse artigo, temos uma significativa amostra das tentativas antimarxistas de se formular outras teorias para se interpretar os conflitos econômico-jurídico-ideológico-discursivo-políticos constitutivos da vida em sociedade. O argumento de que existe “uma crise de paradigma” na interpretação dos conflitos sociais, em nossa leitura, trata-se de um falseamento teórico-idealista da conjuntura sócio-econômico-jurídico-ideológico-discursiva.

O que do ponto de vista de uma leitura marxista tem acontecido não é uma crise de paradigma na interpretação das contradições sociais, trata-se de uma crise política da própria classe trabalhadora mundial que – fruto das decepções políticas com a burocratização político-estatal na União Soviética e fruto da atual supremacia econômico-político-ideológica conjuntural do capitalismo – tem abandonado-desacreditado-desistido da perspectiva socialista revolucionária no interior das suas organizações políticas. Nesse sentido, Laclau e tantos outros, ao invés de lutar política e teoricamente para encontrar caminhos revolucionários para superar as contradições do capitalismo, começam a querer procurar o caminho mais curto e mais cômodo, o

caminho político-teórico do antagonismo social sem centralidade na estrutura social que, em outras palavras, implica no projeto político do velho reformismo⁹.

O que significa, por exemplo, negar ou anunciar a crise da centralidade de se analisar a “determinação da identidade dos agentes (...) feita através de categorias pertencentes à estrutura social”? Significa deixar de caracterizar as motivações econômicas das classes sociais em luta, tirando de cena, assim, a perspectiva de se compreender e de se lutar para criar um sistema político-econômico que não seja baseado na exploração de classe, por exemplo, em que burgueses exploram a mais-valia dos operários.

O que significa, por exemplo, negar ou anunciar a crise da centralidade de se analisar a “representação de interesses” dos grupos sociais em luta, argumentando que isso seria reduzir “a pluralidade de espaços do conflito social”? Significa atribuir autoridade a um olhar que prefere diluir a luta política na pluralidade de conflitos, escondendo o fato comum a todos os movimentos sociais – insurgentes no seio da classe trabalhadora – de que o grande conflito social que atravessa a sociedade reside no fato de que esta se divide entre os donos dos meios de produção de um lado e os trabalhadores de outro.

Qual seria, então, a “representação de interesses”, comum aos diversos movimentos sociais, que, do ponto de vista marxista, deveria ser identificada e jamais poderia ser diluída? Justamente os interesses econômicos das classes em luta. Por exemplo, um marxista, em suas análises da conjuntura econômico-jurídico-ideológico-discursiva, sempre questionaria: determinado interesse político x serve à reprodução das relações de produção capitalistas, contribuindo com o *status quo* da classe burguesa? Ou serve à luta para a transformação das relações de produção, contribuindo com a possibilidade de libertação da classe trabalhadora da exploração de mais-valia a que é submetida? Não fazer mais esse tipo de questionamento em uma análise econômico-político-jurídico-ideológico-discursiva é, em outros termos, abandonar o projeto marxista de se lutar para transformar o mundo.

Destarte, se os novos movimentos sociais não se munem teoricamente dos conceitos marxistas revolucionários, por mais que lutem, jamais superarão o capitalismo, debaterão eternamente nas malhas ideológicas do reformismo político.

⁹ Conforme sabemos, o reformismo político não é algo novo. Surge historicamente no seio das próprias Internacionais da antiga Social Democracia, diluindo o caráter irreconciliável das classes sociais (burguesia *versus* proletariado), argumentando que a revolução socialista não seria necessária e que seria mais aconselhável fazer reformas paulatinas no capitalismo até se chegar a um governo favorável à classe trabalhadora e ao conjunto da humanidade: nasce aí o ilusório *slogan* do governar para todos, pois, na verdade, sob a ótica do reformismo político, acaba-se governando em favor das classes dominantes.

Laclau (1983), contudo, aceita, resignadamente, encaminhar a luta político-teórica por esse caminho antimarxista. Não é por acaso que anuncia:

As categorias de “classe trabalhadora”, “pequeno-burguês”, etc.¹⁰, adquirem um significado cada vez mais reduzido como forma de entendimento da identidade global dos agentes sociais. O conceito de “lutas de classes”, por exemplo, não é correto nem incorreto – ele é, simplesmente, totalmente insuficiente para descrever os conflitos sociais contemporâneos. (LACLAU, 1983, p.2).

Aqui cabe uma pergunta curiosa: o que aconteceu de tão inédito, assim, na contemporaneidade, ao ponto de se “reduzir” ou de se tornar “totalmente insuficientes” noções como “luta de classes” ou como “classe trabalhadora, classe burguesa, classe pequeno-burguesa”? Não estariam tais proposições a serviço da despolitização da própria luta dos movimentos sociais, desviando o olhar dos interlocutores para outras caracterizações dos agentes sociais, desprezando, por conseguinte, as lutas que a classe trabalhadora necessita travar contra a classe detentora dos meios de produção, se um dia quiser se tornar livre das explorações de mais-valia, motor constitutivo do próprio capitalismo? Como não lembrar mais uma vez aqui a tese de Althusser (1978, p.34) de que a filosofia é “a luta de classes na teoria”?

Mas, obviamente, Laclau, ao negar o projeto marxista, não está preocupado com os efeitos políticos que sua teoria produz no âmago da luta de classes, já que ele mesmo nega a própria centralidade que os marxistas atribuem à luta de classes, como sendo, esta, o centro da disputa política mundial. Assim, não é também casual que Laclau (1983, p.5) afirma: “...o social, em última instância, não tem fundamento”.

O que implica afirmar que o social “não tem fundamento”? Implica desprezar totalmente o princípio marxista e materialista de que, antes de tudo, o que está em disputa no processo político-econômico-jurídico-ideológico-discursivo-social é: “a reprodução/transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, 1997). Em outras palavras, ao se dizer que “o social, em última instância, não tem fundamento”, teoricamente está se procurando evitar que se perceba a divisão fundamental que atravessa a sociedade capitalista: a luta de classes entre os detentores dos meios de produção, a classe burguesa, *versus* a classe detentora apenas de sua força de trabalho para seguir viva, ou seja, os trabalhadores – que, para sobreviver, deixam seu trabalho não pago, sua mais-valia, para encher de fôlego econômico a própria classe que os explora.

¹⁰ E, no etc, leia-se “burguês”.

Assim, ao negar a luta de classes como fator político determinante ou como contradição fundamental, Laclau (1983) supervaloriza o conceito de *antagonismo* como sendo a outra face do conceito gramsciano de hegemonia. Na hegemonia, encontrar-se-iam as práticas dominantes construídas historicamente em uma dada sociedade, enquanto: “o antagonismo envolve a presença da negatividade no social (...) a positividade do social é negada, na medida em que o sistema de diferenças, no qual ele se baseia sofre uma subversão” (LACLAU, 1983, p.5).

Quais efeitos produziriam o conceito de antagonismo social, sem centralidade, em detrimento do conceito de centralidade da luta de classes? Justamente o efeito de se minimizar as contradições econômicas que estão na base da divisão social entre a classe trabalhadora e a classe burguesa. Assim, o conceito de antagonismo social, sem centralidade, permitiria detectar conflitos ideológico-discursivos pontuais que podem aparecer na superfície contraditória de uma dada conjuntura, contudo: i- não permite, como teor de fundo, identificar as contradições fundamentais do capitalismo que estão atravessadas em todas as dimensões econômico-materiais da sociedade; e ii- não coloca como centralidade o embate que se dá entre o capital e o trabalho, entre os donos dos meios de produção e os que por estes são explorados.

O conceito de antagonismo social, portanto, – sem centralidade na luta econômico-jurídico-ideológico-discursiva, como postulam os marxistas – serve a um projeto político reformista, em última instância, reproduzidor das relações de produção – já que não coloca no horizonte a superação das relações de produção capitalistas –, mas não serve ao projeto de luta pela transformação das relações de produção, não serve à luta pelo que se chama de socialismo.

Colocar, portanto, os novos movimentos sociais como o centro da luta política é tirar de cena a luta da classe trabalhadora contra o capitalismo. De conjunto, esta teoria ajuda apagar-naturalizar-legitimar-eternizar-(fazer parecer inevitável e necessária) a própria mais-valia, a própria exploração do trabalho não pago, tema de discussão dessa pesquisa. Os movimentos sociais existem? Possuem sua relevância? É claro que sim. Os marxistas nunca negaram esse fato, ao contrário, sempre o marxismo lutou ao lado dos movimentos sociais da classe trabalhadora que colocam, na ordem do dia, a superação de opressões, atrasos e obscurantismos, contudo, para os marxistas, jamais se pode tirar do horizonte a luta pelo socialismo, a luta contra as políticas da burguesia, a luta pela superação das atuais relações de produção.

As proposições teóricas de Laclau (1983) e de Laclau (1985), todavia, tiveram seus efeitos políticos, arregimentando seus seguidores no imaginário antimarxista. Vejamos, por exemplo, outras amostras desse imaginário teórico-ideológico-discursivo do “marxismo negado” que se fazem presentes nas palavras de Michelle Barret. Ao comentar as concepções teóricas laclaulianas, Barret (1999) fica muito otimista com o que chama de “pós-marxismo”:

Várias grandes considerações se apresentam ao pensarmos sobre as questões levantadas por *Hegemonia e estratégia socialista*. Tenho duas razões para levar muito a sério sua crítica do marxismo, ambas relacionadas com dificuldades de longa data nos argumentos do marxismo: a primeira é a questão da classe social, num contexto político em que é cada vez mais óbvio para todo o mundo, exceto os dogmáticos de extrema direita e extrema esquerda, que as desigualdades sociais e as diferenças políticas simplesmente não podem ser enquadradas de maneira plausível na questão da classe, ou reduzidas a ela. Assim, qualquer tentativa de defender novas maneiras de pensar sobre essas diferentes lutas políticas deve ser bem recebida e examinada. (BARRET, 1999, p.254)

Tecer um julgamento de valor, igualando “os dogmáticos da extrema direita e extrema esquerda” para argumentar em defesa de uma pretensa não centralidade da luta de classe é um jeito bem curioso de desqualificar o marxismo, mas daí vem o que de fato mais lhe importa debater, que é tratar “as desigualdades sociais e as diferenças políticas” como se não estivessem ligadas ou reduzidas a interesses econômicos e materiais de classes. Aqui, para analisar mais a fundo os efeitos dessas proposições, é preciso separar os objetos de discurso, ou seja, não podemos tratar as “diferenças políticas” da mesma forma que tratamos “as desigualdades sociais”, e ainda seria um erro dialético grosseiro, e aí, sim, reducionista, dizer que o marxismo as explica da mesma forma, sem levar em conta as contradições históricas da conjuntura.

Ora, as “diferenças políticas”, olhadas na superfície, parecem estar acima das contradições de classe, isto é, borbulham os partidos políticos que se intitulam liberais, reformistas, nacionalistas, sociais democratas, progressistas, desenvolvimentistas e outras alcunhas. Muitas vezes esses setores se digladiam por cargos ou por estarem no comando do estado, e, inclusive, galgam seus objetivos, sob pretensas declarações de possuírem diferenças políticas profundas, contudo, uma vez no poder, todos governam para a reprodução das relações de produção.

Portanto, não se trata de dogmatismo marxista, mas a pergunta fundamental que caracteriza um setor político é: para qual classe social este setor governa ou pretende governar? Não existe marxismo autêntico senão aquele que luta pela transformação das

relações de produção, logo, ao analisar as diversas diferenças políticas que aparecem como contraditórias na superfície, os marxistas procuram perceber qual o vínculo de classe mais profundo que sustenta essas posições políticas que aparecem como sendo diferentes. Ao fazê-lo, os marxistas tentam caracterizar quem são aliados na luta de classes, e quem são os adversários que estão no camarote da defesa da reprodução das relações de produção. Não se trata, portanto, nem de dogmatismo, nem de reducionismo, trata-se de obter clareza política na luta de classes.

Geralmente, porém, os teóricos que veem com bons olhos essa pretensa diversidade política, independentemente das fidelidades de classe a que se vinculam, são aqueles que se aliam aos partidos políticos que se intitulam de progressistas ou reformistas, mas que, no fundo, governam, mantendo intacta a coluna vertebral que sustenta o capital, a saber, a reprodução da mais-valia ou a reprodução das relações de produção como sendo algo eterno, legítimo e natural, já que não se quer lutar pela revolução.

Por outro lado, tratar “as desigualdades sociais” como se estas não fossem geradas ou sustentadas pelas contradições de classe, perpassando pela manutenção de privilégios econômicos, também é um jeito, aparentemente moderno, de travar a luta política. Na verdade, porém, sob a pretensão discursiva de se estar inventando a roda no âmago das contradições, ao colocar o foco da luta política nos “novos movimentos sociais”, como propõe Laclau (1985), está se desviando a consciência política dos lutadores para desigualdades que não se resolvem a contento sem se enfrentar com as contradições do capital.

Dessa forma, com tais teorias ditas “pós-marxistas”, no fundo, tenta-se cooptar os lutadores para essas batalhas democráticas imediatas, no âmbito dos “novos movimentos sociais” que, é claro, não vamos negar, tem sua relevância, entretanto, travadas isoladamente, sem se combater o centro da reprodução das relações de produção, acaba-se convencendo a vanguarda da luta de que enfrentar o capitalismo de conjunto não é mais o objetivo maior da prática política.

De acordo com essas formulações denominadas de “pós-marxistas”, o efeito de sentido que salta aos olhos é o de que a luta contra o capitalismo, rumo ao socialismo, estaria, contemporaneamente, fora de questão. Trata-se, nessa visão, tão somente de obter conquistas democráticas pontuais no interior do próprio regime capitalista. É por isso que tais concepções teórico-políticas constituem a menina dos olhos dos reformistas, que, assumindo essas bandeiras democráticas e as diversas reivindicações dos “novos movimentos sociais”, quando, no poder, nunca as solucionam plenamente, é

claro, mas insistem em dizer que estão ampliando e amadurecendo a democracia, como é o caso atual do Brasil, por exemplo.

Aqui, no Brasil, para exemplificar, sob as práticas reformistas do sujeito-governo Lula-Dilma-(no arco de aliança PT, PMDB, PC do B, PDT, PSB, etc), busca-se incorporar politicamente esses ditos “novos movimentos sociais”. Assim, a cada estatuto afrodescendente aprovado no Congresso Nacional – mesmo que este deixe impunes os crimes racistas, mesmo que este sequer mencione a possibilidade de dar vida digna para milhões da população negra que segue morando em situações degradantes nas favelas – comemora-se tal passo como um “grande avanço”.

A cada lei Maria da Penha aprovada, “orgulha-se de se estar resolvendo o problema da violência contra a mulher”, quando, na verdade, esconde-se que milhares, muitas vezes sem condição de se sustentarem financeiramente, fruto do desemprego ou do salário bastante inferior ao do homem, continuam sendo vítimas de espancamento familiar, inclusive, sendo assassinadas aos milhares ano após ano.

A cada lei contra a homofobia que é votada – sem criminalizar, contudo, os praticantes desse delito; sem gastar, contudo, muito dinheiro em campanhas educativas contra essas violências; sem obrigar, contudo, na prática, sequer os *kits* anti-homofobia no interior das escolas – o sujeito governo lava as mãos e faz propagandas, dizendo que está fazendo sua parte, enquanto os crimes homofóbicos se alastram no país, mesmo e apesar das paradas LGBTTs populosas que, inclusive e, também, até já tem sido incorporadas por um grande setor do empresariado que passou a enxergar, nas mesmas, a possibilidade de torná-las numa grande festa lucrativa, deixando, às calendas gregas¹¹, as batalhas de Stone Wall.

Stone Wall, só para rememorar, é um bar que demarcara o palco detonador da primeira luta LGBTT da história, quando uma batida policial, nesse bar, frequentado por gays e lésbicas em Nova York, em 1969, resultou na prisão e o espancamento de várias pessoas. Tal fato levou 2.000 manifestantes às ruas da cidade, no dia 28 de junho daquele ano. Depois desse acontecimento, diversas paradas LGBTTs se espalharam pelo mundo, dando início a esse relevante movimento social de luta contra a opressão. Todavia, não podemos nos iludir. Nos marcos dos governos que não rompem com o capitalismo, não se adota uma política consequente para por fim a essa opressão.

¹¹ As calendas, no antigo calendário romano, eram o primeiro dia de cada mês quando ocorria a Lua nova. É desta expressão que se originou o termo calendário e a expressão *calendas gregas*, representando um dia que jamais chegará, pois era inexistente no calendário grego.

Noutra vertente, ainda, também as lutas dos sem-terra – exército de reserva¹² do capital – em diversas circunstâncias não conseguem ir além da conquista de pequenos assentamentos rurais, ficando ali, agora, esses ex-sem-terra na situação de pequenos proprietários, sem a possibilidade, muitas vezes, de ter vida digna, pois, sem financiamentos, técnicas e meios adequados para produzir, tendem continuar tão miseráveis quanto antes, ou, na melhor das hipóteses, quando alguns conseguem produzir minimamente, sempre há o risco de parte dos mesmos ser ganha pela ideologia do capital. Por quê? Porque não é incomum ocorrer que determinados pequenos agricultores, agora ex-sem-terra, de sujeitos que antes lutavam contra as desigualdades do sistema, passem agora, quando adquirem a terra, a também sonhar em ampliar seus negócios ou ampliar suas propriedades, ou seja, passem a serem cúmplices ideológicos da reprodução das relações de produção do capital.

Nesse sentido, tal movimento social de luta pela reforma agrária, positivo pelo fato de distribuir renda, contudo, apresenta essa contradição, qual seja, sem lutar em conjunto para destruir o capitalismo, na maioria das vezes não realiza uma democratização plena das terras, colocando esse meio de produção (terras) a serviço das necessidades alimentares da maioria da população e a serviço de uma produção alimentícia com preservação ambiental, diferentemente do que faz o agronegócio, que, conforme sabemos, produz tão somente para obter mais-valia e lucros, sem a mínima preocupação em preservar a natureza.

No limite, então, a grande contradição é que, apesar de distribuir renda, quando tudo dá certo no movimento dos sem-terra e conquistas são obtidas, assentando-se os trabalhadores e, estes, prosperando, agora alguns destes ex-sem-terra acabam ajudando ideologicamente a naturalizar e a legitimar o próprio esteio da exploração capitalista que é a legitimação-naturalização do sistema de propriedades privadas. Ora, ao conquistar a terra, mesmo que uma pequena propriedade, alguns ex-sem-terra, experimentando agora o *status* de também serem donos mesmo que de pequenos meios de produção, muitas vezes desistem de lutar contra o capitalismo de conjunto e acabam se acomodando com sua pequena propriedade como se esta fosse seu destino político natural e eterno, ajudando, assim, a reproduzir as relações de produção. Essa contradição ocorre porque a luta por reforma agrária só pode ser de fato revolucionária se abraçar para si a luta

¹² Exército de reserva, segundo Marx, é o conjunto de trabalhadores potenciais que se encontram desempregados e de algum modo fora do setor produtivo. Não importa se estes trabalhadores são especializados no trabalho camponês ou no trabalho fabril.

contra o modo de produção capitalista, colocando a terra a serviço da maioria da população. Não basta ser uma luta para a obtenção individual de pequenas propriedades. Mais uma vez os limites dos novos movimentos sociais, quando não colocam a transformação das relações de produção como horizonte máximo.

Portanto, com tais descrições – no caso, esses exemplos brasileiros de reivindicações mínimas obtidas pelos ditos “novos movimentos sociais” e que, infelizmente, não superam suas contradições de fundo ou nem atentam contra os seus problemas mais complexos –, o que queremos ressaltar é que, apesar de aparentemente parecerem estar desvinculados da centralidade da luta da classe trabalhadora de conjunto contra o capital, tais movimentos só podem de fato obter conquistas dignas e profundas caso atuem em conjunto com o movimento operário, expropriando a grande fábrica de riqueza do capital, que é o conjunto dos meios de produção, colocando essa produção de riqueza a serviço do extermínio de suas opressões mais sentidas (homofobia, machismo, racismo, falta de terras, destruição ambiental, etc.).

Ora, sabemos que, no capitalismo, o conjunto da riqueza não pode ser investido para se por fim aos diversos tipos e formas de opressão/exploração – sejam as praticadas contra as ditas minorias, seja as praticadas contra os excluídos em geral – já que se trata, em primeiro lugar, de canalizar as forças, no sentido de satisfazer os anseios de manutenção progressiva da taxa de mais-valia dos donos dos meios de produção.

Assim, a luta da mulher, a luta contra o racismo, a luta do sem terra, a luta contra a homofobia, a luta do sem teto, a luta dos deficientes físicos, a luta contra o extermínio dos animais, as demais lutas dos ambientalistas, a luta das vítimas do HIV, a luta dos indígenas possuem sua legitimidade e relevância e devemos apoiá-las. Entretanto, só há a possibilidade concreta desses movimentos sociais livrarem-se da opressão e obterem conquistas duradouras se não se desvincularem da luta central que esses mesmos precisam travar contra o capital, isto é, paralelamente a esses movimentos sociais de lutas um tanto específicas, é preciso ousar apropriar-se¹³ dos meios de produção e, conseqüentemente, das riquezas que ali são produzidas, colocando-as a serviço de todos os explorados e de todas as democratizações desejáveis.

¹³ Apropriar-se dos meios de produção, vale lembrar, está no centro da perspectiva política marxista. No capitalismo, os meios de produção pertencem às classes dominantes e estão a serviço de render mais-valia para seus donos, no caso, os burgueses. No projeto marxista, os meios de produção estratégicos da economia seriam estatizados (empresas de produção de petróleo, de produção de minério, de produção de energia, de produção de alimentos, de produção de máquinas, etc) e as riquezas aí produzidas seriam investidas para melhorar as condições de vida da maioria da população.

Enfatizar apenas o papel político desses novos movimentos sociais, como o faz Laclau e seus correligionários “pós-marxistas”, é silenciar/apagar/minimizar o papel que a luta da classe trabalhadora precisaria cumprir contra a mais-valia, já que esta, sim, enquanto processo de exploração dos trabalhadores, naturaliza, legitima, eterniza as grandes contradições de nossa sociedade, inclusive, asseverando as opressões de raça, gênero, sexuais, ambientais, ou dos excluídos em geral.

Por conseguinte, argumentar contra a centralidade desta luta de classes maior contra o capital, como ensejam as perspectivas teóricas que aqui estamos avaliando-criticando, é, no fundo, ser a favor de conquistas democráticas pontuais¹⁴, desde, porém, que tais conquistas não atentem contra a reprodução das relações de produção. Mais uma vez fica óbvio, ao se tentar “desfocar” o centro da luta marxista – que é a luta da classe trabalhadora *versus* os sujeitos do grande capital – caricaturando-o como “reducionismo”, “dogmatismo”, conforme vimos, anteriormente, nas formulações de Laclau (1983, 1985) e Barret (1999), procura-se concentrar os esforços políticos na luta dos “novos movimentos sociais”, logo, apaga-se ou tenta-se apagar ou deslegitimar as lutas que são pautadas contra a mais-valia.

A recusa ao marxismo acaba revelando a luta que não se quer fazer. Portanto, essas teorias político-ideológicas, alcunhadas de “pós-marxistas”, não ajudam a luta do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras que se enfrentam contra as raízes da exploração e contra as raízes de todas as formas de opressão que se expressam e se sustentam por circunstância das políticas, econômico-materiais, adotadas no seio do atual sistema capitalista.

Essas formulações dos sujeitos-analistas ditos “pós-marxistas”, em nossa leitura, contribuem para aquilo que, em nossa tese, chamamos de *apagamento-naturalização-legitimação-eternização-inevitabilidade-necessidade* da mais-valia, já que seu grande objetivo é desautorizar as lutas marxistas que colocam na ordem do dia a *asseveração-enfrentamento-denúncia* contra a exploração do trabalho, ou seja, contra a mais-valia. Os sujeitos “pós-marxistas” se contentam com as revoluções democráticas (redução do machismo, redução do racismo, redução da homofobia, redução dos crimes ambientais, etc.), não julgam necessária a transformação radical das relações de produção, ou, em outras palavras, a revolução econômica. Convivem pacificamente com o capitalismo,

¹⁴ No Brasil, poderíamos citar alguns exemplos de conquistas democráticas pontuais: projetos de ampliação de vagas nas universidades, projetos de renda mínima (bolsa escola, bolsa família, etc), Lei Maria da Penha, união civil dos homossexuais, etc.

assujeitam-se ideologicamente ou *recalam-se inconscientemente*, mas, *livremente*, servem à *reprodução das relações de produção*, conforme Pêcheux previra:

[...] o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto [livremente] sua submissão... (...) esse sujeito, com um S maiúsculo – sujeito absoluto e universal –, é precisamente o que J. Lacan designa como o Outro (Autre, com A maiúsculo), e, de outro lado, que, sempre de acordo com a formulação de Lacan “o inconsciente é o discurso do Outro”, podemos discernir de que modo *o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico* estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar como *o processo do Significante na interpelação e na identificação*, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção. (PÊCHEUX, 1997, p.133-134). (grifos do autor)

Em suma – para fechar esse desvio teórico-analítico-crítico que exemplifica um pouco esse percurso por que essa pesquisa precisou trilhar, a fim de problematizar estas arestas antimarxistas, ou, no mínimo, explicitá-las como um aviso a nós mesmos e aos possíveis leitores deste trabalho, que, porventura, tenham interesse em manter vivas as lutas político-teóricas inspiradas pelo marxismo – diríamos que poderíamos ainda alongar essa batalha teórico-político-analítico-argumentativa contra os que, de algum modo, inscrevem-se no que denominamos aqui de *o marxismo negado*. Entretanto, não é o objetivo principal dessa pesquisa estudar-analisar-avaliar-criticar, como centralidade única, a discursividade desse marxismo teoricamente negado.

Se se coube fazer esse desvio analítico, o mesmo se deu em função de investigar como tais perspectivas teóricas blindam o enfrentamento contra a exploração do capital ou o enfrentamento contra a exploração do trabalho através dessa “coisa-a-saber” (PÊCHEUX, 2002) chamada de mais-valia. Assim, se tais teorias blindam os efeitos de uma leitura marxista, um fato é certo: tais perspectivas não podem servir como teorias pertinentes para estudar-investigar-analisar-escrutinar a problemática do objeto de estudo central dessa pesquisa, a mais-valia.

A propósito, como vimos anteriormente, acerca de Foucault, Laclau e Barret, tais perspectivas ou momentos teórico-filosóficos estão na contramão de um estudo que problematiza como centro a exploração do trabalhador, no caso, a exploração da mais-valia. Nesses autores, o foco é cunhar proposições teóricas que produzem efeitos políticos bastante diversos dos efeitos propostos pelo marxismo revolucionário.

Assim, a que serviriam os princípios político-teóricos, como: i) precedência histórica da luta das raças, ao invés de luta de classes?; ii) guerra sem fim, ao invés de

luta dialética na busca de superação das contradições baseadas na exploração e na opressão?; iii) foco nas relações de poder, em si e por si, sem se considerar a determinação das lutas de classe perpassadas por interesses econômicos-ideológicos que são constitutivas, inclusive, dos efeitos que incidem sobre as demais relações de poder?; iv) foco na luta dos novos movimentos sociais, ao invés de asseverar, como central, a luta da classe trabalhadora contra a exploração do capital?; v) concepção de que a luta de classes possui papel menor na cena teórica, argumentando-se que os novos movimentos sociais é que deveriam ser os fatores determinantes das transformações sociais?; vi) convicção de que as questões econômicas não devem ser tomadas como centro ou como constitutivas de uma análise do poder?; vii) elaboração do princípio político do “cuidar de si”, ao invés de asseverar a organização político-coletiva dos trabalhadores para construir a revolução operária-socialista?

Enfim, tais formulações e proposições teóricas serviriam para explicar-avaliar-criticar-investigar as contradições problematizadas pelo marxismo? Serviriam para estudar-investigar-problematizar a temática da mais-valia, objeto de estudo dessa pesquisa? A resposta é não. Tais lentes teóricas, ao contrário, ajudariam a blindar o olhar dos leitores para que não visualizem os princípios marxistas que serviriam de “arma teórica” para a luta e para as questões centrais que afligem a vida da classe dos trabalhadores.

Pêcheux, um dos teóricos fundamentais que dão sustentação a essa pesquisa, previra esses movimentos de luta teórica constitutivos do que estamos chamando aqui de blindagem teórica, justamente quando demonstrou que na luta pela produção do conhecimento:

A objetividade materialista do ponto de vista do proletariado se caracteriza discursivamente por tomadas de posição *a favor de* certas palavras, formulações, expressões, etc., *contra* outras palavras, formulações ou expressões, exatamente como uma luta pela produção dos conhecimentos. (PÊCHEUX, 1997, p.209-210) (grifos do autor)

Ademais, cumpre dizer que essa vertente teórico-político-argumentativa que tenta colocar sob suspeita o marxismo não é propriedade apenas da área da Análise do Discurso (AD), pelo contrário, reflete uma batalha política e filosófica que atravessa não só os vários campos das ciências humanas, mas, também, e, principalmente, as batalhas políticas cotidianas em que os reformistas e os neoliberais, mantenedores da ordem do capital, em suas práticas político-discursivo-ideológicas, tentam banir e desautorizar as práticas político-discursivo-ideológicas dos trabalhadores que se aliam aos militantes

políticos revolucionários, insistindo em lutar pelo socialismo marxista. Não é casual, pois, que Althusser (1978) nomeara singularmente este conflito de “luta de classes na teoria”, o que, no fundo, reflete o sintoma de uma estrutura econômica constituída com base na contradição, como bem o revela os trabalhos de Marx.

Portanto, conforme sugerimos acima, não é o foco, neste trabalho de tese, constituir uma batalha teórica longa contra os antimarxistas ou contra os pós-marxistas ou contra os arautos do *marxismo negado*, desconstruindo, como centralidade única da pesquisa, suas posições. Para nós, basta, para finalizar esta polêmica, constatar que, fruto das leituras dessas teorias, acima analisadas-criticadas, é comum encontrar, no âmbito da AD atual, o discurso-análise de um sujeito-analista do discurso que tende a ser ora tendencialmente niilista passivo, ora tendencialmente idealista, ora tendencialmente relativista, ou ora tendencialmente dito “pós-marxista”.

No fundo, entretanto, tal sujeito-analista, a despeito da tendência assumida, ajuda a perpetuar, em seu discurso, um projeto de sociedade de cunho capitalista, pois, não tendo projeto de transformar o mundo, acaba contentando-se com uma crítica desconstrutivista, desconfiando de todas as possibilidades práticas no terreno econômico-jurídico-ideológico-discursivo, porém, nos bastidores, sendo conivente com o sistema vigente, já que, na visão desse sujeito-analista, qualquer outro projeto seria uma mera alternância de poder ou desvio de foco das ortodoxias ou dogmatismos marxistas ou miopias e reducionismos marxistas.

Resta, pois, a esse sujeito-analista – colocado aqui sob nossa suspeita – tão somente colocar em descrédito as análises de cunho marxista, pois, evidentemente, os marxistas não apenas interpretam os discursos, mas o fazem justamente porque projetam a construção de outras relações econômico-jurídico-ideológico-discursivas, lutando por transformar as relações de produção existentes. Esse sujeito-analista, portador de um discurso tendencialmente niilista, idealista, relativista, antimarxista, pós-marxista, pró-reprodução das relações de produção, com grande probabilidade, é o mesmo sujeito-analista que sustenta o discurso teórico do referido professor universitário de prestígio¹⁵ que se regozija em argumentar que “luta de classes não existe”. Para essa perspectiva teórico-política não existe possibilidade prática de superar as contradições do capitalismo.

¹⁵ Conforme sugerimos no Capítulo I, seção 1.6.

Para referendar essa afirmação, aqui feita, de que os sujeitos-analistas do discurso também produzem um discurso em suas análises, vale mencionar a contribuição teórica de Villarta-Neder (2010), quando este pontua que: “a teoria *também é discurso* e, portanto, não é imune ao funcionamento discursivo. Não é uma “verdade neutra”, um dogma.” (VILLARTA-NEDER, 2010, p.187)

Enfim, dentre tantas interpelações, problematizar os efeitos do *marxismo negado* é uma interpelação que essa pesquisa não poderia deixar de colocar para a apreciação dos nossos possíveis leitores. Está posta.

2.2. Em favor do resgate dos princípios marxistas constituintes da análise do discurso

Sinalizadas as contradições possíveis do que anteriormente chamamos de *o marxismo negado*, gostaríamos agora de tratar de outro desafio teórico que nos interpela nessa pesquisa, trata-se de visitar as bases teóricas da AD proposta por Pêcheux, resgatando seu viés marxista. Por que esse resgate marxista da obra de Pêcheux? Justamente porque, em nossa leitura, cita-se muito Michel Pêcheux, mas apagam-se as conquistas teóricas significativas de sua constitutividade marxista, que, em nosso ver, muito poderiam contribuir para iluminar e fortalecer as práticas políticas dos que lutam pela transformação das condições econômico-jurídico-sócio-histórico-ideológicas em que vivemos.

Desbravar as possibilidades de leitura marxistas abertas pelo trabalho teórico de Pêcheux funciona, portanto, como orientação ou bússola teórica para não se cair em desvios idealistas, que:

- tornam-nos cegos para a luta de classes constitutivas das práticas econômico-jurídico-ideológico-discursivas dos sujeitos, ao ponto de se enunciar que luta de classes não existe;
- tornam-nos cegos diante de teorias partidárias do fim da dialética, cujo efeito político principal é colocar em descrédito os projetos de superação das contradições baseadas na exploração e opressão;
- tornam-nos cegos diante de teorias que sugerem que as contradições econômico-jurídico-ideológicas, tendo as lutas de classes como centralidade, não são o grande foco das lutas;

- tornam-nos cegos diante teorias que anunciam o fim da história, apostando que a guerra é constitutiva eterna do homem, apostando que o capitalismo é a possibilidade máxima do devir histórico, logo não haveria que se ter perspectivas diante projetos políticos que anunciam a possibilidade de revoluções capazes de superar as mazelas do capitalismo;
- tornam-nos cegos diante teorias político-individualistas como o “cuidar de si”, que apostam em saídas idealistas individuais, sem se levar em conta a exploração econômica da maioria da parcela da humanidade, a classe trabalhadora;

Ora, por que se tenta destruir a concepção dialética e materialista dos marxistas, quando entendemos que é justamente esse materialismo histórico e dialético dos marxistas que vê as contradições como sendo historicamente construídas, portanto, não eternas, não naturais, não inevitáveis, logo passíveis de superação? O que tanto temem as teorias idealistas? A qual classe social tais visões servem? Precisamente Pêcheux nos mantém alertas quanto a esse ponto e orienta-nos a não ofuscarmos nossa visão perante tais desvios idealistas, já que estes, direta ou indiretamente, aceitam e sugerem que o destino dos seres do planeta é estacionar-se no roubo do trabalho alheio (a exploração da mais-valia), é estacionar-se em relações de produção baseadas em explorações e opressões.

Em outras palavras, a depender das concepções idealistas, as mesmas naturalizam-eternizam-legitimam-(fazem parecer inevitável e necessária) a mais-valia, objeto de estudo dessa pesquisa, que, na conjuntura capitalista, é um dos fenômenos constitutivos de todas as outras misérias, violências e atrocidades. O marxismo constitutivo de Pêcheux, entretanto, não nos permite acomodar perante estas questões.

Portanto, fazer ecoar as contribuições teórico-analíticas de Michel Pêcheux é bastante relevante para constituir uma AD que, na conjuntura atual, ainda lê e analisa com um olhar marxista, a despeito de tantos que desejam apagar esse viés. A propósito, os princípios marxistas constitutivos da obra de Pêcheux são também bastante apropriados para analisar o apagamento da mais-valia, ou, em outros termos, analisar a legitimação-eternização-naturalização pública, social e ideológica do roubo do trabalho alheio ou, em palavras mais suaves, a legitimação “da apropriação do trabalho não pago”.

Sem incorrer nos desvios antimarxistas, portanto, cujas concepções idealistas, niilistas passivas, relativistas, individualistas ajudam dar sustentabilidade política a uma

dada classe, a burguesia, em detrimento da classe trabalhadora – que mói suas vidas nas fábricas e demais aparelhos do estado burguês – uma Análise do Discurso comprometida com os princípios marxistas é que pode pesquisar-problematizar-investigar a temática da mais-valia, desvelando as posições dos que buscam apagar-naturalizar-legitimar-eternizar-(fazer parecer necessária e inevitável) essa exploração dos trabalhadores. Portanto, concordamos com Marx, Althusser, Pêcheux e tantos outros teóricos marxistas. São bastante questionáveis, segundo o ponto de vista do operariado, as teorias idealistas, niilistas, relativistas, individualistas, que, em última análise, perpetuam tais contradições, ao invés de lutar por transformá-las.

Assim, conforme o que estamos defendendo ao longo dessa tese, a práxis sócio-econômico-jurídico-histórico-ideológico-discursiva, legitimadora da mais-valia, ou do roubo legitimado do trabalho alheio (trabalho não pago), não é natural, não é eterna, não é necessária, não precisaria ser assim, ou seja, poderia ser diferente: aqui está, portanto, o essencial da defesa da atualidade de persistir em uma Análise do Discurso de caráter marxista, enquanto arma teórica que possa servir como referencial de resistência para esclarecer e tentar revolucionar as práticas políticas. As perguntas e respostas, enumeradas a seguir, pretendem dar uma dimensão acerca desse referencial que aqui queremos asseverar.

1) Por que é significativo travar uma luta contra a reprodução das relações de produção e, em que sentido, a Análise do Discurso pode assumir o papel de referencial teórico de resistência, pertinente a essa luta? Ora, é bem conhecido pelos militantes políticos marxistas que inscrever-se na filosofia de Marx é, sobretudo, assumir posição em uma filosofia da ação, em uma filosofia da práxis, em uma filosofia da luta pela transformação social. Aliás, já o mencionamos anteriormente, o próprio Marx formulara este princípio nas *Teses sobre Feuerbach*, dizendo que “os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de transformá-lo” (MARX, 2007b, p.103).

Assim, quando Pêcheux (1997) formula a teoria da “desidentificação do sujeito” face ao chamado da ideologia dominante, o que este autor quer fazer é ressoar esse princípio marxista em sua teoria materialista do discurso, ou seja, não bastaria ao sujeito-analista constatar e explicar que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos do discurso, forjando-lhes uma identificação no lugar social. Antes, seria preciso também procurar perceber o momento em que o sujeito rebela-se contra essa identificação com a ideologia da reprodução das relações de produção.

Destarte, um primeiro vislumbre descoberto por Pêcheux é que caberia ao movimento operário consciente, munido da teoria revolucionária, promover

desidentificações em relação às determinações sócio-histórico-econômico-jurídico-ideológico-discursivas que tenderiam a enquadrar os sujeitos no *status quo*, intimando-os a serem meros coadjuvantes das mesmas. Os avanços da teoria da interpelação – iniciada por Althusser no terreno da crítica da ideologia, e desenvolvida por Pêcheux na teoria materialista do discurso – é que esta acaba incorporando a noção de que alguma coisa falha na constituição ideológica do sujeito, abrindo sempre um caminho para a revolução, para a luta pela transformação das relações de produção.

Ora, esse esforço de Pêcheux em ressaltar a brecha revolucionária, em enfatizar a possibilidade de desobediência dos sujeitos frente às práxis sociais estabelecidas, era, na teoria, no fundo, uma forma de incluir o princípio teórico marxista de que é preciso lutar pela transformação das relações de produção, é preciso lutar para “transformar o mundo” e nós fazemos questão de frisar esse fundamento no âmago de uma Análise do Discurso comprometida com o projeto marxista. Uma Análise do Discurso preocupada apenas em interpretar o mundo de muitas outras diversas maneiras estaria inscrita nas filosofias idealistas que Marx tanto criticou. Étienne Balibar descreve bem esse ponto de não retorno forjado por este princípio marxista:

Escrever: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de outra maneira; o que importa é transformá-lo”, é afirmar que há um ponto de não-retorno para todo pensamento que se queira efetivo, terrestre ou “mundano”. É também proibir a si mesmo voltar atrás, para a filosofia. Ou melhor, é condenar-se, se por acaso se começasse outra vez a interpretar o mundo, e especialmente o mundo social, a recair sob o qualificativo de filosofia, já que entre a filosofia e a revolução não há meio-termo. (BALIBAR, 1995, p. 28-29) (grifos da autora).

Nossa posição de sujeito-analista é que o marxismo constitui a teoria da Análise do Discurso, quando esta, assumindo um ponto de não retorno, converte-se em referencial teórico capaz de interpelar os sujeitos-leitores de nossas análises a “desidentificarem-se” com a reprodução das relações de produção. Ou seja, a AD tem o mérito de ser intitulada de marxista, quando suas análises iluminam as práticas políticas que ousam lutar pela transformação das relações baseadas na exploração econômico-jurídico-ideológica dos sujeitos.

Em nossa posição de sujeito-analista, ao desvelar que um dos mecanismos utilizados pelo capitalismo, para perpetuar-se, passa pelo apagamento da mais-valia ou pela naturalização-legitimação-eternização-inevitabilidade-necessidade da exploração do trabalho não pago, claramente investimos nossas análises com enunciações que interpelam rumo à desidentificação de nossos possíveis sujeitos-leitores perante esse

processo de exploração. Portanto, trata-se de uma análise do discurso, com viés marxista, que claramente assume uma tomada de posição política frente à problemática investigada, sem termos qualquer pretensão de neutralidade.

Porém, poder-se-ia nos questionar: defender esta postura não seria inflar a teoria com uma condenada carga de interesses ideológicos? Ora, não acreditamos que seja possível fazer qualquer crítica econômico-jurídico-ideológico-discursiva desprovida de interesses políticos no âmago da contradição social. Portanto, construir asserções teórico-analíticas que desnaturalizam, questionam a legitimidade e demonstram o caráter constitutivo, histórico e não eterno das práticas econômico-jurídico-ideológico-discursivas sempre provoca, como efeito, no sujeito-leitor, uma possibilidade de “desidentificação” desse “já sujeito” com o estabelecido, abrindo margens para rupturas políticas.

Nesse sentido, é que entendemos que não existe neutralidade teórico-analítica, desprovida de interesses ideológicos e não afetada pela conjuntura econômico-sócio-histórico-jurídico-discursiva. Então, analisar o discurso como forma de iluminar as práticas políticas que lutam por “transformar o mundo” é um tom marxista que fazemos questão de não silenciar, mesmo sabendo que esse princípio seja indigesto a muitos – principalmente aos sujeitos-pesquisadores interpelados pelo positivismo, que acreditam na neutralidade política de suas pesquisas e na verdade absoluta do conhecimento que produzem.

E mais, compreendemos que os sujeitos-analistas que apagam os interesses político-ideológicos de suas asserções teórico-analíticas talvez precisassem ao menos se explicar aos seus possíveis sujeitos-leitores, antes de serem lidos-estudados de forma mais séria. Contudo, por que tais sujeitos pesquisadores não explicam suas posições políticas para os seus possíveis leitores? Por que omitem os efeitos políticos de suas teses? É claro, eles se escondem atrás da autoridade do discurso acadêmico ou da aparente neutralidade do discurso científico tão somente para legitimarem suas proposições teórico-analíticas, como se fossem verdades incontestes, muitas vezes servindo a interesses de classe que ficam silenciados.

Nós, marxistas, porém, acreditamos na dialética, sabemos que os alcances explicativos das proposições teóricas que postulamos podem ser superados, sabemos que as teorias podem ser revistas, e, principalmente, sabemos que toda teorização é também um discurso que reflete interesses das classes sociais em luta, logo, segundo nosso ponto de vista, seria má fé não explicitar os interesses econômico-político-jurídico-ideológico-discursivos que movem as formulações que derivam da pesquisa. É por isso que os marxistas não se contentam em “explicar o mundo”, anunciam, sem

temer, seus interesses econômico-jurídico-ideológico-político-discursivos de classe, “é preciso transformá-lo”. Desqualificar, portanto, esse princípio marxista interessa aos que almejam esconder suas tomadas de posições políticas, muitas vezes conservadoras, atrás do aparelho ideológico da ciência.

2) Por que é significativo assumir a “crítica da ideologia”, a “crítica da economia política” e a “crítica do poder repressivo-jurídico-estatal” como princípios marxistas fundadores e ainda bastante relevantes à Análise do Discurso, dando-lhe a credencial de referencial teórico de resistência, eficaz enquanto suporte de práticas políticas da/na academia e fora dela?

O marxismo, enquanto crítica social que se constrói na luta contra o capital, deixou-nos, do ponto de vista de um raciocínio materialista histórico e dialético, um grande legado de reflexões e encaminhamentos que: i) buscou compreender as práticas sócio-histórico-econômicas contraditórias constituintes das classes sociais e dos respectivos sujeitos que nelas se constituem; ii) procurou descrever os mecanismos de coerção jurídica e de repressão do Estado, em suas diversas fases históricas – Estado Escravocrata, Estado Feudal, Estado Burguês, etc., – responsáveis pela manutenção da reprodução das relações de produção; iii) da mesma forma, também esforçou-se por entender como as superestruturas ideológicas, também contraditórias, tornam-se constitutivas para a manutenção do Estado, em confronto com as forças que lutam por sua transformação.

O modo de raciocínio materialista, histórico e dialético, enquanto postura filosófica de se encarar as questões, inaugurado pelos trabalhos de Marx, não pode dar privilégios exclusivos para um desses fatores, quando se trata de compreender as condicionantes universais determinantes do sujeito. A estrutura sócio-histórico-econômica, o poder político-jurídico-repressivo do Estado e as condicionantes ideológicas exercidas nos Aparelhos Ideológicos de Estado são três macrofatores que, de acordo com essa herança teórica marxista, funcionam de forma dialética e mutuamente interferentes, determinando, na “história da luta de classes” – conforme (MARX & ENGELS, 1982) o entendem no Manifesto Comunista – a constitutividade do processo de reprodução/transformação das relações de produção, que interpela os indivíduos em sujeito.

Neste ponto, vale lembrar que, às vezes, algum autor marxista dá maior peso ao fator econômico, enquanto processo em que se joga a reprodução/transformação das relações de produção, constituintes das tomadas de posição dos sujeitos; às vezes, outro autor marxista dá maior peso ao poder jurídico-repressivo-estatal; e ora, outro determinado autor marxista dá maior relevância às determinações ideológicas; contudo,

o método dialético é claro, na determinação dos sujeitos, assumindo posição pró ou contra a reprodução das relações de produção, tais elementos se imbricam. Desse imbricamento, portanto, deriva o fato de que os indivíduos são interpelados em sujeito, em igual peso e medida, pelos fatores econômicos, pelo poder jurídico-repressivo-estatal e pelas práticas ideológicas.

A propósito, desde que Marx tomara o método histórico-dialético emprestado a Hegel, excluindo o fator idealista da filosofia de Hegel, e dando-lhe um caráter materialista – isto é, fazendo a necessária ligação dos conceitos universais e abstratos sugeridos por Hegel, às suas múltiplas possibilidades de referência às singularidades histórico-materiais dos objetos – os teóricos inscritos no marxismo sabem ou pelo menos deveriam saber que não se compreende a universalidade da árvore sem se levar em conta à possibilidade de este conceito poder se relacionar com toda a floresta.

Em linguagem hegeliana, esse modo dialético de proceder a análise articula-se do seguinte modo: não se tem a “certeza sensível” da “universalidade dos objetos”, quaisquer que sejam sua natureza, analisando-os isoladamente. Assim, parafraseando Hegel (1989), podemos dizer que para se determinar o que vem a ser a universalidade do objeto de discurso “árvore”, há de se considerar a possibilidade de esse objeto de discurso “universal” poder estar-se referindo a toda a floresta. A aplicabilidade da universalidade dos conceitos em Hegel, tomados emprestados de uma forma materialista pelos marxistas, por exemplo, seria assim:

“A certeza sensível, por conseguinte, deve ser interrogada: *o que é o isto?* Se tomarmos o isto sob o duplo aspecto do seu ser, como o agora e como o aqui, a dialética que esse ser nele tem possuirá uma forma intelegível na medida da inteligibilidade de tal ser. À pergunta: *o que é o agora?* Respondemos, por exemplo, *o agora é a noite*. Para examinar a verdade dessa certeza sensível basta uma experiência simples. Anotamos essa verdade por escrito. Uma verdade nada perde ao ser anotada por escrito e tampouco pelo fato de a conservarmos. Olhemos novamente agora, nesse meio-dia, a verdade anotada, e, então, deveremos dizer que ela se tornou insípida (isto é, perdeu todo o sabor para a certeza sensível que ingenuamente se refere à coisa como à essência)”. O agora que é a noite é conservado, isto é, tratado tal como se apresentou, como um existente. Mas ele se mostra, antes, como um não-existente. É verdade que o *agora* como tal se conserva, mas como um agora que não é a noite. Igualmente se conserva, com relação ao dia que ele agora é, como um agora que não é dia, ou seja, como um *negativo* em geral. Portanto, esse agora que se conserva não é um agora imediato, mas mediatizado, pois ele é determinado como algo que permanece e se conserva *porque* outro, ou seja, o dia e a noite, não é. Justamente por isso esse agora é ainda tão simples como antes: *agora*. Nessa simplicidade é indiferente em face do que se joga em torno dele (indiferente às determinações (exemplos: a noite, o dia) que a ele são atribuídas). Assim como a noite e o dia não são o seu ser, tampouco ele é a noite e o dia, e não é afetado por esse ser ser-outro. Um tal ser simples que é por meio da negação, não é nem isto nem aquilo,

um *não-isto*, e é também indiferente a ser isto ou aquilo, chamamos um *universal*. Portanto o universal é, de fato, o verdadeiro da certeza sensível.” (HEGEL, 1989, p. 61) (grifos do autor)

Portanto, à pergunta: quais elementos materiais que implicam a reprodução *versus* a transformação das relações de produção que interpelam os indivíduos em sujeitos econômico-jurídico-ideológico-discursivos? Deveríamos, com certeza, responder, tendo em vista o método materialista, histórico e dialético, que se trata, com igual peso e medida, do processo que envolve tanto os fatores sócio-histórico-econômicos, tanto os fatores jurídico-repressivos do estado, tanto as práticas ideológica-discursivas em voga nos Aparelhos Ideológicos do Estado.

Portanto, não se trata de uma redundância lógica em que X (o econômico), Y (o poder jurídico-estatal), Z (a ideologia) criam X (sujeito econômico), Y (sujeito jurídico submetido ao estado), Z (sujeito ideológico-discursivo), mas, sim, da dialeticidade material constitutiva desse processo, que, no caso da Análise do Discurso – para não incorrer em desvios antidialéticos – não pode dar maior destaque para uma dada singularidade, seja X (o econômico), por exemplo, como se esta fosse a única variável determinante do sujeito X – Y – Z (sujeito econômico-jurídico-ideológico-discursivo). Estamos mostrando, portanto, que não concordamos com alguns sujeitos-analistas marxistas, quando alguns destes privilegiam, em nome da dialética, um determinado fator, seja o econômico, seja o ideológico, seja o jurídico, seja o discursivo, por exemplo, como se algum desses fatores fosse mais determinante do que outros.

Da mesma forma que o conceito universal de *agora*, na linguagem hegeliana, refere-se a várias facticidades espaço-temporais, por exemplo, (noite-dia-aurora-crepúsculo), o conceito universal de sujeito econômico-jurídico-ideológico-discursivo refere-se e se constitui, em igual peso e medida, pelos diversos acontecimentos e nuances econômico-jurídico-ideológico-discursivos que o determinam a ser o que é. Argumenta-se, portanto, aqui em defesa do bem compreender a *universalidade* das determinações do sujeito, que devem ser entendidas em todas suas constitutividades, tendo em conta que, em nossas análises, pretendemos ter a melhor compreensão possível dos processos econômico-jurídico-ideológico-discursivos constitutivos das tomadas de posição dos sujeitos.

Para concluir, ressaltamos que, ao assumir o método dialético, a Análise do Discurso não pode desprezar os fatores sócio-econômicos determinantes das práticas sócio-discursivas; não pode desprezar os mecanismos de coerção e repressão do poder

político-jurídico-estatal também interferentes nas práticas sócio-discursivas; do mesmo modo que não pode desconsiderar a ideologia constitutiva das identificações, contra-identificações e desidentificações das práticas sócio-discursivas dos sujeitos.

Assim, feitas essas considerações, acerca do método materialista-histórico-dialético, somos levados a (re)-formular a descrição conceitual da teoria da interpelação construída tanto por Althusser (1999), quanto por Pêcheux (1997), dentro do que queremos fazer funcionar enquanto “crítica da ideologia”, “crítica da economia política” e “crítica do poder jurídico-estatal” nos marcos da Análise do Discurso. Essa (re)-formulação pode ser descrita pelo seguinte axioma:

AXIOMA TEÓRICO: as práticas econômicas, o poder jurídico-repressivo-estatal e as práticas ideológico-discursivas – historicamente e contraditoriamente estabelecendo-se na luta de classes – interpelam/constituem os indivíduos, *sempre já de alguma forma sujeitos*, em sujeitos econômico-jurídico-ideológico-discursivos, que, tomando posição, ou identificam-se, ou contra-identificam-se ou desidentificam-se com as determinações contraditórias desse mesmo processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo, podendo meramente reproduzir as relações de produção ou lutar por sua transformação.

Queremos justificar alguns aspectos dessa (re)-formulação que fizemos da teoria da interpelação dos autores retromencionados. É claro que aqui figuram as práticas econômicas e o poder jurídico-estatal como proposições-destaques que atuam como interpelantes/constituintes dos indivíduos em sujeitos, e com essas proposições-destaques queremos ressaltar que as condições econômicas e o poder jurídico-repressivo-estatal são determinantes para que os indivíduos assumam certas práticas discursivo-ideológicas. Defender a relevância da conquista salarial em uma greve, por exemplo, a ponto de arriscar, inclusive, a perder o emprego em uma luta dentro de uma fábrica, é fruto das condições econômicas que levam-interpelam um dado indivíduo, geralmente da classe operária, a tomar uma posição de sujeito-grevista em busca de um patamar salarial superior. O burguês, quando reprime o sujeito-grevista, demitindo-o, não é porque ele insere-se na “ideologia do mal”, à semelhança de um demônio das/nas religiões, mas, é que, fruto de sua identificação econômica com os privilégios da apropriação do capital, lhe parece natural e legítimo conservar a taxa de mais-valia e o padrão dos seus lucros, único motivo que o move a ser empresário, o que, em sua concepção, ficaria em risco, caso sua fábrica fosse invadida por sujeitos-grevistas, inspirados por visões revolucionárias.

No âmbito do mesmo exemplo de acima, poderíamos dizer que o medo-insegurança que o sujeito-operário sente em aderir ou não à greve – e todo militante

marxista conhece bem esse receio dos sujeitos-trabalhadores – é fruto das experiências dos sujeitos com as possibilidades iminentes das práticas repressivas do aparelho jurídico-estatal que, muitas vezes, usa da lei e da bala para conter os movimentos sociais de contestação. O burguês, plenamente identificado com a legitimidade do aparelho jurídico-repressivo-estatal, que criou para ajudar a administrar seus negócios, sente-se mais seguro nos conflitos, pois sabe que pode recorrer ao aparato jurídico-repressivo do estado burguês para coagir seus funcionários a adotarem posturas mais contidas e menos radicais no calor dos confrontos de classe.

Ademais, é preciso dizer que esses fatores histórico-dialéticos interpelante-constitutivos do sujeito não eram desconhecidos/ignorados por Pêcheux. Ao contrário, eram considerados por ele, o que fizemos aqui, nesta (re)formulação, foi tão somente enfatizá-los enquanto elementos determinantes das práticas político-sócio-discursivas dos sujeitos, com o mesmo peso que Pêcheux atribuiria ao fator ideológico, sem desconsiderar os demais. Vejamos a formulação do autor:

a *figura* da interpelação (...) tem o mérito, primeiramente, pelo duplo sentido da palavra “interpelação”, de tornar tangível o vínculo superestrutural – determinado pela infra-estrutura econômica – entre o aparelho repressivo de Estado (o aparelho jurídico-político que distribui-verifica-controla “as identidades”) e os aparelhos ideológicos de Estado, portanto: o vínculo entre o “sujeito de direito” (aquele que entra em relação contratual com outros sujeitos de direito, seus iguais) e o sujeito ideológico (aquele que diz ao falar de si mesmo: “Sou eu!”) (PÊCHEUX, 1997, p. 154). (grifos do autor)

Dando sequência a essa explicação, talvez o leitor pudesse estranhar, no axioma teórico, a presença do verbo *estabelecendo-se*, no gerúndio, mas, esse detalhe apenas foi delineado para salientar que não há um estado terminal, acabado e estacionário para os fatores econômico-jurídico-ideológico-discursivos, determinantes das interpelações/constituições dos indivíduos em sujeitos. Trata-se de processos contraditórios que são moventes ou não e que vão se estabelecendo, legitimando-se ou deslegitimando-se ao calor das lutas políticas de classe no decorrer do devir histórico.

A presença da formulação *sempre já de alguma forma sujeitos* apenas reflete a teoria althusseriana e pecheutiana, segundo a qual, paradoxalmente, os indivíduos interpelados/constituídos em sujeito pela economia, pelo aparelho jurídico-repressivo-estatal, pela ideologia, pelas práticas discursivas, curiosamente, já são sempre sujeitos. O indivíduo interpelado/constituído, chamado a existir, identificando-se, contra-

identificando-se ou desidentificando-se com as práticas sociais é sempre já sujeito, não se trata de um indivíduo sem referência econômico-jurídico-ideológico-discursiva.

Isso implica que já nascemos em um lugar econômico-social, protegidos ou não por um dado aparelho jurídico-repressivo-estatal, e ambientado em dada circunstância ideológico-discursiva. O processo de constituição do indivíduo em sujeito, por identificação, contra-identificação ou desidentificação com o que lhe é dado pensar-praticar, é contraditório, movente, confortável, desconfortável, estável, instável, o que implica a fantástica formulação de Pêcheux: cabendo-lhe tomar posição no processo da “reprodução/transformação das relações de produção”, e, acrescentaríamos, reprodução/transformação das relações de produção da vida coletiva e, por conseguinte, da própria vida.

A propósito do fato do indivíduo interpelado em sujeito ser já sempre sujeito, vejamos as palavras pecheutianas:

Podemos, de agora em diante, tendo em conta o que acabamos de expor, considerar o *efeito de pré-construído como a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito...* ao mesmo tempo em que é *sempre-já* sujeito... (PÊCHEUX, 1997, p.156). (grifos do autor)

Outra explicação, que precisaríamos frisar, diz respeito ao fato de dizermos que o processo econômico, jurídico-repressivo-estatal, ideológico-discursivo interpela/constitui indivíduos em sujeitos econômico-jurídico-ideológico-discursivos. Ora, se estamos circunscritos na Análise do Discurso, por que afirmaríamos que a interpelação-constituição dos indivíduos em sujeitos implica na produção de sujeitos econômicos, sujeitos jurídicos, sujeitos ideológicos, sujeitos discursivos? Qual elemento material existiria, além do impulso por sobreviver, que implicaria, por exemplo, na constituição do sujeito econômico, mantendo-se no seu lugar social ou lutando por modificar sua situação? Se teoricamente inscrevemo-nos como sujeitos-analistas do discurso, qual materialidade, passível de análise, por exemplo, que descreveríamos como constituinte do sujeito econômico ou do sujeito jurídico-estatal?

Não temos dúvida, a materialidade linguística, imbricada à linguagem-pensamento-imaginário-memória dos sujeitos, é mediadora da reprodução/transformação das relações de produção construídas-vividas pelos sujeitos nas suas respectivas práticas econômicas, mediadas pelo trabalho. É nesse sentido que podemos ler a afirmação de Marx segundo a qual o pior dos arquitetos humanos é melhor do que o mais esmerado trabalho das abelhas,

justamente pela capacidade do sujeito-social-humano ter conquistado historicamente o planejamento do trabalho, atribuindo-lhe certo sentido histórico.

E aqui, é preciso dizê-lo, essa conquista do planejamento do trabalho pelo sujeito-social-humano, conjugado com seu sentido histórico, trata-se de uma conquista material do trabalho, mediada pela constitutividade da linguagem-pensamento-imaginação-memória. Sem o elemento material de sociabilidade e interação, que estamos chamando aqui de materialidade linguística, imbricada por meio da linguagem-pensamento-imaginário-memória, seria difícil imaginar as possibilidades atuais do sujeito social-econômico-jurídico-ideológico-discursivo, em suas respectivas práticas de produção do trabalho. Se, conforme assinalou, há muito tempo, Engels (2000), a transformação do macaco em homem foi mediada pelo trabalho, ousamos dizer, também, que sem a mediação do desenvolvimento da materialidade linguística, atravessada pela linguagem-pensamento-imaginário-memória dos sujeitos, provavelmente ainda estaríamos “trepados” nas árvores, coletando frutos e fugindo dos leões.

Marx formulou esse raciocínio aqui esboçado, com as palavras que se seguem:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo (...) Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim... (MARX, 1988, p. 142-143)

Assim, defendemos que cabe, sim, à Análise do Discurso desnaturalizar, deseternizar, investigar a legitimidade ou não, entender a inevitabilidade ou não, compreender a necessidade ou a pseudonecessidade das relações imaginárias-pensadas-memorizadas, mediadas pela materialidade da linguagem, que os indivíduos estabelecem com suas mais variadas condições de existência, sejam estas:

- *econômicas* (fundadas na produção das riquezas, manipulando as matérias-primas derivadas da natureza, via a materialidade do trabalho);
- *jurídico-repressivo-estatais* (fundadas em mecanismos de ordem, deveres, direitos, coerção e contenção);
- *práticas ideológico-discursivas* (e destacamos aqui que entendemos estas práticas ideológico-discursivas como sendo fundadas, sustentadas, construídas,

vividas ou até mesmo deslocadas-transformadas nas relações sócio-imaginárias – atravessadas pelo simbólico – que os sujeitos estabelecem com suas condições de existência. Essas práticas ideológico-discursivas dos sujeitos vão se estabelecendo socialmente com base em hábitos, usos, rituais, práticas sociais as mais diversas, normas, ideias, comportamentos, atitudes que se padronizam, lutas de classe que são travadas e movências diversas no interior dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Entretanto, apesar dessas práticas ideológico-discursivas serem construídas historicamente, muitas vezes elas aparecem aos sujeitos – envolvidos e emaranhados na malha ideológica – como se fossem práticas naturais, evidentes, necessárias, legítimas, eternas, inevitáveis, quando, no fundo, poderiam ser radicalmente outras, a depender do engajamento e da luta social dos indivíduos interpelados em sujeitos, que – caso se desidentificassem com as práticas postas ou impostas – poderiam, no mínimo, lutar para tentar transformar as relações de produção da vida. Por fim, vale lembrar que estamos ousando dar esta formulação para as práticas ideológico-discursivas, com base em leituras de Pêcheux (1997), Althusser (1999), Marx & Engels (2007), Eagleton (1999) e Zizek (1999)).

Exposto acima o que poderíamos chamar de potencialidades teórico-descritivo-analíticas da Análise do Discurso, esperamos ter desvelado a proposta de continuarmos firmes na defesa de que a “crítica da ideologia” em relação dialética com a “crítica das determinações econômicas” e a “crítica do poder jurídico-repressivo-estatal” – fatores sociais, estes, produtores de indivíduos em sujeitos – devem persistir e serem exploradas proficuamente como fundamento ainda bastante atual da Análise do Discurso de inspiração marxista, a despeito de outros julgamentos.

A potencialidade dos princípios aqui defendidos para a Análise do Discurso é, indubitavelmente, bastante enriquecedora. Se, por exemplo, os sujeitos são interpelados, constituídos, afetados pelo processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo, identificando-se, contra-identificando-se ou desidentificando-se com a reprodução/transformação das relações de produção, cabe à Análise do Discurso, de cunho marxista, tentar potencializar esse processo de “desidentificação” dos sujeitos com o processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo que lhes aparece naturalizando, fazendo parecer eterno, fazendo parecer necessário, fazendo parecer

legítimo, fazendo parecer inevitável, fazendo parecer verdadeiro e evidente o que poderia ser transformado em “práticas sociais superiores”.

E não nos venham posições políticas outras decorrentes de interpelações outras no processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo – em nome de um vale-tudo sócio-histórico-ideológico – desconstruir nossa visão marxista, argumentando que não existiriam práticas sociais superiores: afinal, o que seria mais desejado, enquanto prática sócio-ideológica, o racismo ou a solidariedade entre os povos? O machismo, ou a convivência igualitária e respeitosa entre homens e mulheres? A homofobia, ou a liberdade de conduta sexual dos sujeitos? A exploração do trabalho não pago alheio (mais-valia), em benefício de poucos (os patrões), ou a produção socialista em que as riquezas produzidas destinam-se à melhoria da vida de todos? O desemprego (aumento progressivo do exército de reserva), ou a construção de um mundo em que haja pleno emprego? A violência bárbara, indiscriminada no capitalismo, ou a civilização? Como se vê, o que está em jogo, no seio das lutas teóricas, são as possibilidades de práticas sociais outras a serem construídas ou, lamentavelmente perpetuadas, no âmago da luta de classes.

Os marxistas não escondem sua posição nessa luta. A propósito, como diria, também, Bakhtin (2010), por outros termos, não há alibi para os sujeitos que participam da vida, somos chamados a ser “responsáveis” perante as várias dimensões do existir. Portanto, na construção histórica de um mundo dividido em luta de classes, os marxistas não cedem às seduções nem do liberalismo, nem do relativismo, nem do niilismo descrente, nem do criticismo idealista, nem do quietismo político, pois, politicamente, tais perspectivas não produzem efeitos capazes de questionar-superar as contradições degradantes do devir capitalista, por conseguinte, nossos atos e ações são outros, somos, assumida e responsabilmente, engajados nos projetos econômico-jurídico-ideológico-discursivo-socialistas de libertação dos oprimidos e explorados.

Dessa forma, consideramos deveras pertinente o viés teórico-analítico acima pontuado que observa a tríade da “crítica da ideologia” aliada à “crítica sócio-econômica” e à “crítica jurídico-repressivo-estatal”. Nesse sentido, o foco dessa tese pretende desvelar as implicaturas econômico-jurídico-ideológico-discursivas legitimadoras da mais-valia, que, inclusive, através da materialidade da linguagem-pensamento-memória-imaginação, apagam e escondem essas práticas econômico-ideológicas – juridicamente legitimadas – naturalizando esse processo de exploração do trabalho, eternizando-o, fazendo-o parecer inevitável e necessário, como se fosse o único modo de produção social possível.

Assim, trabalhando nesse entremeio, acreditamos que a Análise do Discurso, enquanto trabalho teórico, é um *discurso-outro* que pode colocar sob suspeita *discursos-outros* que se fundam no apagamento-naturalização-legitimação-eternização-inevitabilidade-necessidade das práticas ideológicas, no apagamento-naturalização-legitimação-eternização-inevitabilidade-necessidade das práticas econômicas, no apagamento-naturalização-legitimação-eternização-inevitabilidade-necessidade das práticas discursivas, no apagamento-naturalização-legitimação-eternização-inevitabilidade-necessidade do poder jurídico-estatal, e destarte, mesmo sabendo que somos também afetados por interesses econômico-político-jurídico-discursivo-ideológicos a serem também construídos – isto é, não-naturais e não-evidentes – trabalhando no âmago do *front* de uma luta de classes que nos constitui, honestamente buscamos vislumbrar algo a que chamaríamos de uma prática política transformadora.

Colocando em funcionamento as reflexões teóricas de acima ao tema da tese – segundo a qual um dos mecanismos usados pelo processo sócio-econômico, pelo poder jurídico-estatal, pelas práticas discursivo-ideológicas (para reproduzir as relações de produção no capitalismo) passa por apagar-esconder-legitimar-naturalizar-eternizar (fazer parecer inevitável e necessária) a mais-valia – esperamos poder desvelar-compreender-politizar (através de proposições teórico-analíticas, formuladas a partir dos princípios aqui descritos) o imbricamento dialético que envolve a constituição dessa prática no capitalismo, inclusive, interpelando rumo às possibilidades de rupturas e transformações que se abrem como perspectiva nesse processo contraditório.

Ou seja, como lutar, com clareza, contra a exploração do trabalhador, em um mundo em que se argumenta que ‘*isso*’ é assim mesmo ou que a exploração nem existe? Ou, ainda, no máximo da caracterização política pró-reprodução das relações de produção, admite-se que a exploração existe, mas que é “legítima e inevitável”, pois as relações de trabalho não poderiam ser diferentes, afinal, os donos dos meios de produção “se esforçaram muito” ao longo de suas vidas, e somente contratam trabalhadores que “livremente” assinam os contratos jurídicos de trabalho, aceitando de bom grado participar do processo. A escravidão acabou, argumenta-se, o capitalismo-econômico é o lugar da relação de trabalho entre sujeitos “livres”. Esse é um dos discursos do senso comum que naturaliza-legitima-eterniza-(faz parecer necessário e inevitável) a mais-valia: nós, enquanto sujeito-analista, contudo, em nossa tese, colocaremos sob suspeita essa discursividade.

Como se vê, analisa-se o discurso afetado pelas contradições da história, e não haveria modo de fazê-lo diferentemente, por isso, as reflexões aqui exibidas tratam-se da defesa de uma tese, segundo a qual, supomos que para manter a reprodução das relações de produção *um* dos mecanismos utilizados pelo capitalismo passa por apagar-naturalizar-legitimar-eternizar-(fazer parecer inevitável)-(fazer parecer necessária) a exploração da mais-valia, em detrimento das tomadas posições que tentam asseverar-denunciar esse fenômeno.

Acreditamos, portanto, que essa tese se sustenta. Enquanto houver luta de classes e houver capitalismo e houver opressão e houver desigualdades sociais agudas, pode até ser que essas análises, por nós empreendidas, sejam esquecidas ou apagadas ou não lidas ou muito menos relidas por aqueles que porventura vierem a conhecê-las, afinal, não é cômodo ficar lembrando ou pensando que os trabalhadores foram e continuam sendo explorados e que talvez fosse preciso fazer alguma coisa. Esquecer essa tese é muito compreensível, à semelhança do que se faz com a tendência marxista constitutiva da teoria materialista do discurso de Pêcheux, afinal, não se lê Pêcheux sem ser afetado.

Porém, a despeito dos efeitos de nossas ponderações críticas, acreditamos que essa tese, enquanto o capitalismo e suas contradições não forem superados, poderá dizer algo aos sujeitos-leitores, afinal tal tese é Marx e Pêcheux falando e lutando teoricamente através de nós – em pleno século XXI e enquanto for identificado como necessário no esclarecimento das contradições econômico-jurídico-ideológico-discursivas – em conjunto com o sujeito-social intitulado de movimento operário.

Tal tese, portanto, colocada sob nossa suspeita política, já que não nos identificamos com ela, mas tão somente a denunciemos nesta análise discursiva de inspiração marxista-pecheutiana, argumenta que o capitalismo precisa apagar, silenciar, desvirtuar, naturalizar, legitimar, eternizar, fazer parecer inevitável, fazer parecer necessária a exploração dos trabalhadores para perpetuar-se, e, inclusive, como sintoma, na figura dos sujeitos que o reproduzem, precisa silenciar, deslocar, desconsiderar a relevância da percepção da própria luta de classes, mas, asseverando-denunciando o funcionamento e os efeitos da mais-valia, contrariemos estes planos – na luta.

3) Por que é relevante preservar a Análise de Discurso enquanto referencial teórico de resistência na enunciação de discursos constituídos pelo processo contraditório da reprodução/transformação das relações de produção? Este princípio, formulado por Pêcheux (1997), em sua teoria materialista do discurso, interpretando o papel que a luta de classes exerce na história social, é um conceito materialista relevante, podendo ser aplicado à análise de determinadas épocas sócio-históricas,

determinantes das práticas discursivo-ideológicas dos sujeitos. Nos Estados Escravocratas, no Estado Feudal, no Estado Capitalista, o que pode e deve ser dito, o que não pode e não deve ser dito, aquilo por que se luta no dizer, é atravessado pelas contradições da reprodução/transformação das relações de produção. Portanto, analisar os discursos, sejam quais forem, passa por desvelar esse processo e é, no mínimo, estranho, ver inúmeras publicações da Análise do Discurso no Brasil, por exemplo, em que, simplesmente, se apaga, ou se esquece, ou não se esforça por fazer entender este caráter marxista constitutivo da teoria pecheutiana.

Estariam os sujeitos-analistas do discurso totalmente identificados com os ditames do capital, não almejando mais qualquer projeto político de transformação das relações de produção? Correndo o risco de cometer um erro de caracterização, ousaríamos formular que parece ser este o caso. E fica uma provocação: Pêcheux construiu grandes avanços teóricos em sua teoria materialista do discurso, todavia, muitos dos que abraçaram o caminho teórico aberto por ele, por ironia do processo econômico-sócio-histórico-jurídico-ideológico-discursivo, acabam exercendo um papel no aquém, um papel no retrocesso. Lembramo-nos aqui, para refletir, de um axioma da dialética marxista-trotskista: tudo que não avança, recua.

De qualquer forma, aplicando esse princípio marxista de análise, formulado por Pêcheux, ao tema desta tese que investiga o apagamento-naturalização-legitimação-eternização-(suposta inevitabilidade)-(suposta necessidade) da mais-valia *versus* a luta por sua asseveração-denúncia, as possibilidades de reflexões são óbvias: ou se considera legítimo, natural, eterno, imutável, inevitável, necessário explorar os trabalhadores, extraindo-lhes o trabalho não pago que serve claramente para produzir mercadorias de graça para o patrão, o que joga peso *na reprodução das relações de produção*; ou se considera esta exploração ilegítima, como algo não natural, isto é, fruto tão só de uma contradição histórica que pode ser superada, já que é totalmente desnecessária, sendo passível de ser transformada totalmente. Esta última possibilidade de reflexão, evidentemente, joga peso na luta pela *transformação das relações de produção*. Ao sujeito-leitor desta análise, resta uma tomada de posição, e não se sai impune dessa interpelação na contradição da luta de classes.

4) Por que o sujeito social da linguagem, interpelado-constituído pelas condições econômicas, pelo poder jurídico-repressivo do Estado, pelas práticas ideológicas, pelas práticas histórico-discursivas, tomando posição por identificação, contra-identificação,

ou desidentificação, é uma conquista teórica que não se pode deixar de ponderar nas pesquisas e análises de *corpora* em Análise do Discurso?

É relevante salientar que analisar a constituição do sujeito-social do discurso foi divisor de águas nas teorias relacionadas à linguagem e mais uma vez somos devedores de Pêcheux. Pêcheux (1997) descreve três modalidades discursivas de tomadas de posição do sujeito frente à interpelação que estamos aqui chamando, resumidamente, de econômico-jurídico-ideológico-discursiva: i) tomadas de posição por identificação com o que lhe é dado a pensar-praticar (trata-se do bom sujeito que aceita reproduzir as relações de produção); ii) tomadas de posição por contra-identificação com o que lhe é dado a pensar-praticar (trata-se do mau sujeito, que questiona e coloca em dúvida as condutas que encaminham para reprodução das relações de produção); iii) e tomadas de posição por desidentificação com o que lhe é dado a pensar-praticar (trata-se do sujeito que levado ao extremo no processo de contra-identificação, ousa desidentificar-se com o posto, com o estabelecido, almejando, na luta, transformar as relações de produção).

Ora, já mencionamos, não de forma tão detalhada anteriormente, esse caráter revolucionário da teoria materialista do discurso de Pêcheux, de inspiração marxista. O que está aqui delineado é, no âmbito da Análise do Discurso, ou mais amplamente no âmbito da linguagem, uma teoria de como interferir na constituição dos sujeitos trabalhadores, via teoria, desidentificando-os das interpelações dominantes do processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo, com vistas a fazer a revolução operária socialista. Vejamos:

Compreende-se, assim, como a aparição do marxismo-leninismo (ao mesmo tempo teoria científica dos processos históricos e prática política do proletariado) constitui um corte na região da política, corte que “continua” ainda hoje; (...) Em outros termos, a prática política do proletariado não é *o ato de um sujeito* (que seria o proletariado); essa prática **rompe com o funcionamento político espontâneo da forma-sujeito**, e é com respeito a esse fato que ela é *Experiment*, experimentação científica, e não *Erfahrung*. Isso não quer dizer, como veremos, que o efeito da forma-sujeito desaparece pura e simplesmente, mas sim que se encontra transformado e deslocado – e é aí que se verifica, a bem dizer, a incidência, sobre a questão da política proletária (...) Em outras palavras, as formas empíricas e espontâneas – subjetivas – da prática política funcionam diferencialmente em função das posições de classe às quais elas correspondem, e constituem o ponto de aplicação da prática política de tipo novo (prática não-subjetiva de experimentação-transformação da história desenvolvida pelas massas por meio de suas organizações). **A transformação das relações de produção, em suas diferentes etapas – da tomada do poder político pelos trabalhadores à ocupação-transformação-destruição da “máquina do Estado” na transição socialista para o modo de produção comunista –, é o objeto dessa prática de tipo novo**, caracterizada por uma “transformação da luta em não-luta pelo desenvolvimento de uma luta nova (...) diremos que essa “prática de tipo novo” inclui, em uma necessária intrincação, ao mesmo tempo um trabalho político sobre o aparelho de Estado(...) e um trabalho político-

ideológico sobre “os aparelhos ideológicos de Estado”. Mais precisamente, um trabalho sobre a ideologia dominante que neles é realizada, enquanto “condições ideológicas da reprodução das relações de produção”, isto é (...), na verdade um trabalho sobre o complexo contraditório-desigual-sobredeterminado dos aparelhos ideológicos de Estado. Esse aspecto da **“prática política de tipo novo”** constituído pelo marxismo-leninismo visa transformar a configuração do “complexo dos aparelhos ideológicos de Estado”, de modo que **na relação contraditória de reprodução/transformação das relações de produção, a transformação predomina sobre a reprodução, por um desarranjo-rearranjo das relações de desigualdade-subordinação** que caracterizam o “todo complexo com dominante” dos aparelhos ideológicos de Estado e das formações ideológicas inerente às relações de produção capitalistas. (PÊCHEUX, 1997, p.206-208) (Os grifos em negrito são nossos).

Como se percebe, analisar o discurso, para Pêcheux, não era um exercício meramente interpretativo, os dispositivos de análise criados pelo autor, claramente, apontam para a construção de leituras que, ao caracterizar as contradições sócio-histórico-econômico-jurídico-ideológico-discursivas, iluminam as práticas político-revolucionárias dos sujeitos leitores.

Para concluir esse tópico deixamos aqui uma reflexão: não seria transformador se os militantes políticos, ou seus aspirantes a tal, combatentes contra a reprodução das relações de produção, tivessem acesso à construção da teoria materialista do discurso, impulsionada pelas reflexões de Michel Pêcheux? De nossa parte, estamos convencidos de que a Análise do Discurso proposta pelo autor nos instrumentaliza para incidir nesse processo de reprodução/transformação das relações de produção, podendo produzir desidentificações face às interpelações que espelham as práticas reprodutoras do sistema.

Portanto, essa concepção teórica, aplicada ao tema dos conflitos que se fazem em torno da problemática da mais-valia, permite ler-descrever-compreender o que se faz discursivamente para reproduzir como natural, eterna, legítima, inevitável e necessária a exploração do trabalho alheio. A tendência discursiva da reprodução das relações de produção aparece identificando-constituindo sujeitos com a pseudo naturalidade, inevitabilidade, eternidade, legitimidade, necessidade do processo de exploração e isso pode ser desmistificado por meio de análises discursivas, que tentem promover desidentificações frente a essas interpelações das práticas econômico-jurídico-ideológico-discursivas dominantes.

Da mesma forma, tal concepção teórica também possibilita ler-descrever-compreender processos de ruptura, em que algo ocorre, no processo contraditório, que leva os sujeitos a tomarem posição, contra-identificando-se com a exploração e, no limite, desidentificando-se totalmente com o processo, lutando por transformar as atuais

relações de trabalho capitalistas, fundadas na espoliação – apagada, legitimada, naturalizada, eternizada pelo aparato estatal – de parte do tempo de vida do sujeito-trabalhador em benefício do sujeito dono dos meios de produção.

Por fim, para resumir, em que toda a discussão até aqui apresentada se relaciona com o conjunto de nosso trabalho? Conforme deve ter ficado explícito, nesses encaminhamentos teóricos e análises aqui pontuadas: i) tratamos de um histórico, perpassado por contradições teórico-políticas, que nos obrigou a buscar entender discursos-teóricos outros que lutam por colocar os princípios marxistas em descrédito ou sob suspeita, o que engajou este sujeito-pesquisador a fazer leituras filosóficas não marxistas ou de autores que depõem contra as bases conceituais do marxismo (Foucault, Laclau, Barret), descobrindo que tais teorias acabam contribuindo com a reprodução das relações de produção e, conseqüentemente, com a reprodução da própria mais-valia; e ii) tratamos de extrair princípios guias para analisar-problematizar a temática da mais-valia, sob um viés de uma Análise do Discurso que assevera sua constituição marxista, resgatando o caráter revolucionário da teoria de Pêcheux, (re)significando tal referencial na atualidade.

Assim, segundo salientamos, a propósito da importação do método dialético que o marxismo faz a Hegel, adotar tal metodologia é analisar-compreender a árvore em sua relação com o conjunto da floresta, e, destarte, em meio a essa imensa floresta contraditória chamada teoria, pudemos fazer escolhas que, do ponto de vista da luta de classes, nos permitiram fazer avanços. Nesse sentido – sem fazer concessões aos teóricos “idealistas”, “niilistas”, “relativistas” ou “pós-marxistas”, pró-reprodução das relações de produção; sem fazer concessão aos políticos reformistas atuantes na teoria com o mesmo caráter conservador; e, muito menos, sem fazer concessão à ideologia dos neoliberais, pois claro fica que negar a luta de classes na teoria é tão só tomar partido na contradição do capitalismo – o que fica óbvio, portanto, é que, definitivamente, na teoria e na luta de classes, não estamos todos do mesmo lado.

Esclarecido esse caráter da luta econômico-jurídico-ideológico-político-discursiva, atravessada no fundamento das próprias teorias, a escolha foi resgatar armas teóricas – enquanto referencial teórico de resistência –, aprender usá-las, e com elas seguir brandindo nossa espada em meio à contradição do processo sócio-econômico-jurídico-ideológico-discursivo permeado pela luta de classes. Esperamos, portanto, que a leitura, até o presente momento, tenha sido interpelativa e que sirva de exemplo acerca do como se constrói a postura político-teórica de um pesquisador que busca esclarecer-se e, por consequência, esclarecer.

CAPÍTULO 3

A MAIS-VALIA EM FOCO: UMA PROBLEMATIZAÇÃO DO FENÔMENO

3.1 Interpelações que atravessam a constitutividade da mais-valia

Delineado, nos capítulos anteriores, os percursos preliminares desta pesquisa, em que se delimitaram escolhas e fundamentações teóricas que reivindicamos na defesa dessa tese, cabe, agora, adentrar mais profundamente na problematização direta daquilo que entendemos por mais-valia, bem como, daquilo que enunciamos como tese, que seria a formulação que aponta que *um* dos mecanismos utilizado pelo capital para reproduzir as relações de produção trata-se do *apagamento* ou da *legitimação-naturalização-eternização-inevitabilidade-necessidade* da mais-valia. Logo, se almejamos transformar tais relações de produção é preciso, na luta de classes, desmistificar tais práticas.

Isso posto, é preciso dizer também que esse *apagamento-legitimação-naturalização-eternização-inevitabilidade-necessidade* da mais-valia, no intuito de reproduzir as relações de produção, é determinado, sobretudo, por um processo de interpelação que advém das condicionantes econômicas, das constrictões jurídico-repressivo-estatais e das práticas ideológico-discursivas, que, conforme sabemos, são determinantes atravessadas pela contradição ou pela luta de classes, e que constituem-interpelam indivíduos em sujeito.

Assim, segundo esta formulação, esse processo interpelativo constitutivo de “indivíduos em sujeitos do discurso” (PECHÊUX, 1997, p.163) – utilizando como materialidade linguística o imbricamento da linguagem-pensamento-memória-imaginário dos sujeitos – tenta reproduzir as relações de produção, fazendo com que os milhões de indivíduos se constituam em sujeitos, sem embater com funcionamento do processo de exploração do trabalho não pago, o que resulta na mais-valia.

Ou seja, a interpelação determinada pela contradição do processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo funciona apagando-naturalizando-legitimando-eternizando-(fazendo parecer inevitável)-(fazendo parecer necessária) a mais-valia, desviando a atenção dos sujeitos de modo que estes não a julguem ou não a compreendam como um problema central que oprime suas vidas.

A propósito, no capítulo anterior já tivemos a oportunidade de demonstrar como determinadas teorias apagam-naturalizam-legitimam-eternizam-(fazem parecer inevitável)-(fazem parecer necessária) a mais-valia, desviando a atenção dos sujeitos face a essa problemática, principalmente quando não consideram a luta de classes contra o capital como uma das lutas centrais da nossa época. Percebemos que esse processo de interpelação dos indivíduos em sujeito funciona tentando desviar a atenção dos mesmos, de forma que não enxerguem a crucialidade de se enfrentar contra a exploração do capital, baseada na apropriação da mais-valia por parte dos donos dos meios de produção (os empresários, os latifundiários, os banqueiros).

Detalhemos, agora, como funcionaria essa interpelação que constitui os indivíduos em sujeitos econômico-jurídico-ideológico-discursivos, de forma que reproduzam as relações de produção, baseadas na exploração da mais-valia:

1) A interpelação funcionaria por *apagamento* direto da mais-valia, quando, via materialidade linguística, se omitem os indícios de que a exploração do trabalho exista, quando se nega que a luta de classes existe, quando se fabula que não há nada de contraditório no modo de produção capitalista. Porém, quando surge a suspeita, quando um vislumbre da exploração ou um vislumbre da mais-valia é percebido ou trazido à tona de alguma maneira, na luta política das classes, a interpelação constitutiva dos indivíduos em sujeito, determinada pela contradição do processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo, assumiria outras formas, conforme segue abaixo;

2) A interpelação dos indivíduos em sujeitos econômico-jurídico-ideológico-discursivos se faria, também, fazendo parecer-lhes que a mais-valia é algo *legítimo*, afinal, tratar-se-ia de uma relação de trabalho em que o trabalhador “livremente” consentiu em vender sua força de trabalho ao dono dos meios de produção, podendo desistir do emprego caso não esteja satisfeito. Essa hipótese defendida pela ideologia e aparelho jurídico-estatal burguês, contudo, desconsidera que o trabalhador, despojado histórica e economicamente dos meios de produção, não tem outra saída e nem é tão livre assim, pois, na prática, é forçado a aceitar o contrato de trabalho, uma vez que fala mais alto a necessidade de sobreviver, o que já não é possível aos operários, nas atuais condições, posto que, não dispondo dos meios de sobrevivência, somente dispõem do seu cérebro e músculos para vender;

3) Tal interpelação funcionaria também fazendo parecer aos sujeitos que a mais-valia é algo *natural*, afinal, no processo de trabalho todos tem de se esforçar, e, naturalmente, o dono dos meios de produção se esforçou muito no passado, ao ponto de

aumentar seu patrimônio, logo, é natural, agora, que ele desfrute de sua propriedade e que contrate trabalhadores para ajudá-lo. Estes últimos, portanto, na lógica da ideologia capitalista, ainda deveriam ficar-lhe gratos por terem a chance de estarem empregados. Essa hipótese capitalista, que julga natural o enriquecimento dos donos dos meios de produção, esconde o processo histórico que canalizou os sujeitos da classe operária ao ponto de ficarem totalmente excluídos desses meios de produção.

Separados historicamente da terra, na base do poder bélico da classe dominante, na base das escravidões passadas, uma imensa classe tornou-se despossuída de todos os meios de sobrevivência, sendo forçada, se quisesse sobreviver, a se vender, enquanto força de trabalho, por um valor irrisório para os donos das terras e, no capitalismo mais avançado, se vender aos donos dos diversos oligopólios.

Assim, as riquezas e os meios de produção acumulados nas mãos de poucos não se deram por um esforço natural de alguns, ao contrário, se deram na base da espoliação por intermédio de violência física, assassinatos, roubos, jagunçagem, grilagens e confisco de terras. Aqui é recomendável, para quem queira aprofundar no assunto, pesquisar sobre como o marxismo demonstrou, historicamente, a constituição desse processo chamado de acumulação primitiva do capital: tanto a obra *O Capital*, de Marx, traz reflexões relevantes sobre esse processo, quanto a obra de Engels, intitulada *Origem da Família, da Propriedade e do Estado*, ajuda-nos a aprimorar tal compreensão.

Em suma, a apropriação da mais-valia não é algo natural à espécie, não se trata de uma relação de trabalho semelhante à das abelhas e formigas, ao contrário, trata-se, sim, de uma construção histórica baseada na opressão e na exploração;

4) Semelhante interpelação dos indivíduos em sujeitos econômico-jurídico-ideológico-discursivos funcionaria ainda fazendo parecer aos sujeitos que a apropriação da mais-valia se trata de algo *inevitável*. Assim, os mecanismos jurídico-repressivos do estado – a lei, a polícia, o exército, as instituições – estão sempre a serviço da proteção do patrimônio dos donos dos meios de produção, administrando os conflitos trabalhistas que porventura venham a ocorrer entre patrão e trabalhador, criando, destarte, o efeito de que seria inevitável esta exploração, isto é, seria impossível evitá-la, seria impossível mudá-la, já que não se pode passar por cima da lei e a lei capitalista é clara, ela garante, em primeiro lugar, a proteção da propriedade privada, como se esta fosse inviolável, sob pena de prender e reprimir os sujeitos que atentem contra ela.

Logo, sem poder atentar contra a fábrica ou contra a propriedade privada em que se produz a mais-valia que, em última instância, é a fonte de riqueza geradora e

mantenedora da propriedade privada do patrão, fica parecendo que não há outra forma para encarar essa situação de exploração. Nós, marxistas, entretanto, sabemos, só há um jeito de evitar a mais-valia e o sistema que dela advém e que por ela se sustenta: a luta e a revolução, o que, em outras palavras, Pêcheux chama de:

A transformação das relações de produção, em suas diferentes etapas – da tomada do poder político pelos trabalhadores à ocupação-transformação-destruição da “máquina do Estado” na transição socialista para o modo de produção comunista (PÊCHEUX, 1997, p.207) (grifos do autor);

5) Além disso, esta interpelação, determinada pelo processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo, quando na esteira da reprodução das relações de produção, funcionaria fazendo parecer aos sujeitos que a mais-valia trata-se de algo *eterno*, isto é, desconsideraria o aparecimento histórico desse fenômeno, que surge com o poder bélico de grupos ou classes que foram, através de guerras, expulsando as pessoas de suas localidades, assaltando terras, expropriando as pessoas da possibilidade de plantar-colher, e, assim, com base na violência física, exterminou-se a possibilidade de se sobreviver junto à natureza.

Ao não poder caçar, pescar, plantar, colher junto às terras, junto à própria mãe-natureza, à semelhança do que fariam os indígenas, por exemplo, os indivíduos foram se amontoando em aglomerados e se viram forçados para sobreviver, primeiramente, ao longo da história, a trabalharem como escravos, em troca da alimentação. Já depois, no feudalismo, uma grande classe trabalhava como servos dos senhores que, fruto de heranças baseadas na escravidão, passaram a ser os donos das terras: nessas terras, tomados pela necessidade de sobrevivência, os servos praticavam todo o trabalho de cultivo em troca de metade das colheitas, pagando ainda impostos aos nobres. Por fim, mais recentemente na história, nesse processo de exploração de trabalho feito pelos poderosos na base das armas, quando do surgimento do capitalismo, as pessoas que tinham muita prole ou filhos, os proletários, não sendo mais comportados ou arrendados nas terras dos senhores, se viram, enquanto classe, forçados a aglomerar-se em arraiais ou cidades, e, também para sobreviverem ali, tiveram que vender a sua força de trabalho, por um preço bem próximo apenas de sua sobrevivência física, às pequenas fábricas que foram surgindo como derivadas da antiga manufatura ou antigo trabalho dos artesãos.

Assim, desconsiderando esse surgimento histórico que forçou uma classe de pessoas a trabalhar para outra classe de pessoas, em troca da sobrevivência, essa

interpelação funcionaria fazendo essa exploração do trabalho parecer eterna, sendo que ela é historicamente constituída e, sobretudo, foi construída com base na violência de uma classe sobre outra classe.

Portanto, a mais-valia, que se sustenta com base na exploração do trabalho não pago ao trabalhador, levando-o a produzir mercadorias gratuitamente para o dono dos meios de produção, de modo que este possa vender tais produtos e angariar lucros com a venda dos mesmos, não é algo que sempre existiu, ao contrário, é um fenômeno econômico-jurídico-repressivo-ideológico-discursivo que foi se construindo com base na opressão de uma classe de poderosos sobre pessoas que não puderam resistir ao poderio desses assassinos que foram se tornando, ao longo do tempo, nos respeitadíssimos ricos ou na respeitadíssima elite da sociedade.

O direito de herança das propriedades, passando as riquezas de pai para filho, conforme demonstrara Engels, em *Origem da Família, da Propriedade e do Estado*, é um dispositivo econômico-jurídico-ideológico-discursivo que apaga-esconde, em função do tempo, o sangue derramado que originou em muitas fortunas, que estão hoje nas mãos de muitos ditos cidadãos de bem. São para esses grandes proprietários modernos, filhos dos assassinos de outrora, que os trabalhadores continuam, se quiserem sobreviver, vendendo, por mísero preço, sua força de trabalho, enriquecendo ainda mais os atuais proprietários.

Dessa forma, se essa interpelação aqui discutida baseia-se no fazer parecer eterno das relações de produção, por exemplo, “pobre é pobre desde o início do mundo e isso nunca muda”, por conseguinte, nunca se discutem quais seriam outras práticas possíveis de trabalho social que poderiam dispensar desta exploração da força de trabalho que enriquece uma classe tão somente, enquanto a outra fica nos limites da sobrevivência, os trabalhadores, no caso.

Em suma, eternizar a mais-valia cumpre o papel simplesmente de constituir indivíduos em sujeitos trabalhadores, no sentido de levá-los a acreditar que esse processo de exploração sempre existiu e que nunca vai mudar, o que é falso, pois esse fenômeno pode ser transformado a depender do acirramento da luta de classes, que pode colocar na ordem do dia do movimento operário a luta pela superação dessa atual contradição histórica.

6) Tal interpelação funcionaria ainda argumentando que é *necessária* a existência da mais-valia. As justificativas giram em torno das necessidades imediatas, defendendo que todo sujeito precisa receber seu incentivo para trabalhar: o patrão

necessita de ter lucros para abrir e investir em sua empresa, contratando funcionários; e estes, os trabalhadores, necessitam do emprego para sobreviver de forma lícita.

Ora, como essa interpelação das necessidades imediatas não leva em consideração outras possibilidades de realização das relações produtivas, fica parecendo que a mais-valia é a mola propulsora da própria produção econômica. Não é a toa que os governos, pró-reprodução das relações de produção – e praticamente todos os governos, na atual conjuntura mundial, o são –, argumentam tanto em favor do crescimento econômico e do crescimento do PIB (soma dos bens e serviços produzidos em um país), pois, na lógica deles, a exploração do trabalho não é um problema, eles entendem que todos devem ganhar, os burgueses ganham os lucros, e os trabalhadores, se a economia vai bem, ganham mais possibilidades de empregos.

Segundo essa interpelação política capitalista, se as necessidades imediatas de sobrevivência vão se equilibrando de algum modo, até surgir uma crise econômica, fica parecendo que é necessário manter a atual produção de bens e serviços, baseadas na mais-valia, ou seja, no trabalho não pago aos trabalhadores. É evidente, então, que a interpelação econômico-jurídico-ideológico-discursiva, que faz parecer *necessárias* as atuais relações de produção, cumpre um grande papel para perpetuar a reprodução das relações de produção, e não sua transformação, conforme defenderiam os marxistas, à semelhança de Pêcheux:

de modo que na relação contraditória de reprodução/transformação das relações de produção, a transformação predomina sobre a reprodução, por um desarranjo-rearranjo das relações de desigualdade-subordinação (PÊCHEUX, 1997, p.208).

Detalhadas essas formas de interpelação e seus respectivos funcionamentos – em inter-relação com a mais-valia – que, conforme demonstramos, nos permitiram pontuar que, na luta de classes, os partidários do capitalismo precisam apagar-legitimar-naturalizar-eternizar-(fazer parecer inevitável)-(fazer parecer necessária) a mais-valia, perguntamos: como se daria o inverso, ou seja, como funcionariam as interpelações econômico-jurídico-ideológico-discursivas que estariam inscritas na luta pela transformação das relações de produção, no que tange ao enfrentamento do problema da mais-valia?

Em nossa hipótese, reside aqui a contribuição de uma Análise do Discurso comprometida com as lutas marxistas, servindo como arma teórica ou ferramenta de resistência para instrumentalizar o movimento operário em suas lutas, ou seja, no caso da mais-valia, deve-se trazer esta exploração do trabalhador à tona, *asseverando-a e*

denunciando os efeitos dessa prática exploradora sobre a vida dos milhões de operários, ao invés de deixá-la escondida, apagada, silenciosamente agindo na esfera da produção econômica como um processo natural, legítimo, eterno, inevitável e necessário.

Trazer a mais-valia à tona, em forma de interpelação por *asseveração-denúncia* da problemática, é, portanto, um trabalho teórico-analítico e, ao mesmo tempo, político, que tenta *tirar o véu ou desmistificar* a sua pseudo legitimidade, a sua pseudo eternidade, a sua pseudo necessidade, a sua pseudo inevitabilidade, a sua pseudo naturalização, a sua pseudo inexistência, interpelando os indivíduos em sujeitos de forma a se desidentificarem com essa lógica capitalista.

Essa interpelação, por *asseveração-denúncia* do modo como funciona a prática de exploração chamada mais-valia, poderia suscitar uma desidentificação nos sujeitos, levando-os a perceber que: i) esta exploração poderia ser evitada; ii) poder-se-ia construir outras práticas para se produzirem as riquezas, de forma que uma minoria (a classe dona dos meios de produção) não se apropriasse gratuitamente do trabalho da maioria (a classe trabalhadora, despossuída dos meios de produção e dona somente do seu corpo ou da sua força de trabalho); iii) poder-se-ia mostrar que tal exploração não é eterna, não é necessária, o que significa que foi construída historicamente, logo, a mesma também é passível de ser mudada, desde, é claro, que os trabalhadores se sintam interpelados com o fato de que são vítimas de uma exploração que em nada lhes serve, passando, em seguida ou concomitantemente, para ação político-militante que, na luta – organizando o batalhão da classe operária – poderia procurar dar um salto na história, transformando radicalmente as atuais relações de produção, tratando-se, pois, de implementar uma revolução.

Pêcheux (1997), quando construía sua teoria materialista do discurso, levando em conta os fundamentos marxistas que o embasavam, não poderia deixar de apontar, também, para o projeto de uma Análise do Discurso comprometida com as lutas de classe de seu tempo, tal como estamos defendendo nesse trabalho. Diria ele:

a ideia de que a reprodução das relações de produção não necessitaria ser explicada, porque “caminham por si mesmas”, *tanto que não são atingidas* mesmo que não se levem em consideração as *falhas* e os *malogros* do sistema, é uma ilusão eternalista e antidualética. Na realidade, a reprodução, bem como a transformação, das relações de produção é um *processo objetivo* cujo **mistério é preciso desvendar**, e não um simples estado de fato que bastaria ser constatado. (PÊCHEUX, 1997, p.148) (grifo em negrito nosso)

Como se pode ver, esta tese assevera o projeto pecheutiano de “desvendamento de mistérios”, com todas as implicaturas que tal desvendar acarreta, cujas consequências mais imediatas passariam por anunciar-defender, de modo também asseverado, um projeto claro de luta teórico-político-militante pró-transformação das relações de produção, (re)inscrevendo ou (re)colocando, assim, a Análise do Discurso nesse processo de resistência, a exemplo do que inspiraria Michel Pêcheux:

Atingimos, assim, outro ponto, sobre o qual incide tudo o que aqui está sendo debatido: esse ponto, como dissemos, é o da prática política revolucionária *na união do movimento operário com a teoria marxista*. É, na verdade, disso – e unicamente disso – que provém o caráter epistemologicamente novo da ciência (marxista) da história: a exemplo de todas as ciências, como se viu, essa ciência é determinada, em suas condições de aparição e de desenvolvimento, pelas condições infra e superestruturais da reprodução/transformação das relações de produção, mas sua especificidade – sua “inovação” radical – se encontra no fato de que seu *objeto* (objeto da teoria e da prática dessa ciência) é, precisamente, *essa reprodução/transformação das relações da própria produção*, de modo que os interesses *teóricos* do materialismo histórico e os interesses *práticos* (políticos) do movimento operário são, a rigor, indissociáveis. Em outros termos, a prática teórica do materialismo histórico pressupõe e implica a prática política do proletariado, com o vínculo que as une: em suma, trata-se da formação histórica de uma *política científica*, contemporânea à formação histórica do movimento operário, e ligada, de seu interior, a um conhecimento científico da luta de classes. (PÊCHEUX, 1997, p.203) (grifos do autor).

O potencial crítico dessa análise do discurso que “desvenda mistérios”, conforme sugere Pêcheux, pode ser sintetizado em alguns princípios, quais sejam: uma vez que os sujeitos econômico-jurídico-ideológico-discursivos, no calor da luta de classes, *apagam* determinadas práticas ou *fazem*, via interpelação – atravessada pela materialidade linguística imbricada por intermédio da linguagem-pensamento-memória-imaginário – determinadas práticas políticas, práticas educacionais, práticas de classe, práticas familiares, práticas religiosas, práticas econômicas, práticas midiáticas, práticas sindicais, práticas legais, práticas trabalhistas, práticas afetivo-sexuais, práticas étnico-raciais, práticas de gênero, práticas homofóbicas, etc., parecerem *eternas, legítimas, naturais, necessárias, inevitáveis*, logo, cabe ao sujeito analista de discurso, inscrito no marxismo, problematizar-denunciar-desmistificar-desvendar os efeitos de tais práticas.

A nosso ver, esse “desvendar dos mistérios” dos efeitos de sentido derivados das mais variadas práticas sociais é a primeira condição que o sujeito-analista, inscrito na Análise do Discurso e que reivindica o materialismo histórico e dialético, precisaria possuir para travar a luta em prol da transformação das relações de produção, superando

as práticas escusas que derivam do e se legitimam no processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo.

Algumas questões que uma Análise do Discurso, que procura desvendar-desmistificar-desvelar-problematizar os efeitos de sentidos derivados de determinadas práticas econômico-jurídico-ideológico-discursivas, pode acionar: i- tal prática foi apagada-escondida-destorcida? ii- será eterna esta prática? iii- será legítima esta prática? iv- será natural esta prática? v- será inevitável esta prática? vi- será única esta prática? vii- será evidente esta prática? viii- será necessária esta prática? Portanto, muito de nossas análises estarão atravessadas por essas questões.

Explicados, assim, mais detalhadamente, o método de análise, as problematizações e os supostos “mistérios” a serem desvelados potencialmente em torno da prática social de extração da mais-valia – objeto de estudo alvo dessa pesquisa –, entendemos que o momento agora é de refletir mais incisivamente sobre como se constituiria o próprio fenômeno econômico-jurídico-ideológico-discursivo da mais-valia. É sobre essa explicitação-problematização-caracterização-reflexão que nos deteremos a seguir.

3.2 Revisitando *O Capital* de Marx para refletir sobre a mais-valia

Até então, de algum modo, precisamos realizar algumas formulações-definições para a problemática da mais-valia, pois precisávamos, mesmo que de forma simples, nos fazer entender ao longo do delineamento do estudo até aqui empreendido. Entretanto, cabe agora aprofundar e, na medida do possível, problematizar as seguintes questões: O que é a mais-valia? Como ela se constitui? Quem a gera? Quem dela se beneficia? Quais formas ela assume no processo produtivo? Seria possível discursivizar sobre a mais-valia de uma forma simples, a ponto de transformá-la de “coisa-a-saber” (PÊCHEUX, 2002) em uma “coisa-sabida”, a serviço da luta contra a exploração?

Para responder essas questões, julgamos necessário fazer uma trajetória pelos estudos¹⁶ do próprio Marx, em *O Capital*, que reflete a base teórica constitutiva do que se passou a denunciar historicamente nos movimentos operários, como sendo a apropriação da mais-valia e a necessidade de lutar contra essa exploração capitalista. Portanto, nosso objetivo, nesta seção, é fornecer ao leitor pistas de como se compreende

¹⁶ As reflexões feitas nessa seção, portanto, procura ser fiel aos postulados teóricos e às formas de descrever-exemplificar a complexidade da mais-valia, conforme estabelecido em Marx, na obra *O Capital*.

o fenômeno da mais-valia, interpelando, por conseguinte, quem interessar-se pelo assunto a enfrentar mais profundamente uma leitura desta obra de Marx.

Isso posto, vamo-nos deter sobre o que seja a mais-valia, conforme discutido em Marx. Antes de entender a função do determinante *mais* que se agrega ao nome *valia* ou *valor*, segundo Marx, cabe refletir sobre o que venha a ser a constitutividade do próprio *valor*, na fundamentação do capital. Para entender o que venha a ser essa constitutividade do *valor*, convidamos a iniciar a reflexão, partindo da própria mercadoria, como o fez o próprio autor mencionado:

A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma “imensa coleção de mercadorias”, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria. (MARX, 1988, p. 45) (grifos do autor)

Para o autor, a mercadoria deve ser pensada e deve ser compreendida dentro do que é chamado de a lei do valor, sendo que:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção. (...) A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. (...) O corpo da mercadoria mesmo, como ferro, trigo, diamante, etc., é, portanto, **um valor de uso ou bem**. (...) O valor de uso (da mercadoria) realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. (MARX, 1988, p.45-46) (grifo nosso)

Do exposto acima, depreende-se uma primeira noção: a mercadoria, em uma de suas facetas, é *valor de uso*, o que significa que o ser humano, a princípio, se interessa pelos objetos-mercadorias, porque estes vão satisfazer as suas necessidades ou desejos. Contudo, aqui importa-nos chamar a atenção sobre o nome *valor* que, segundo a teoria marxista, é a base material da sociedade capitalista, ou seja, uma construção histórico-social-econômica, em que as coisas (mercadorias) são o que são porque, sobretudo, valem alguma coisa – no caso, ao serem dotadas de valor de uso – valem para satisfazer as necessidades ou os desejos das pessoas. Entretanto, a mercadoria constitui-se de outra faceta, além do *valor de uso*. Na sociedade capitalista, ela se torna, também, e, sobremaneira, *valor de troca*, é o que Marx discute no capítulo I de *O Capital*, conforme tentaremos expor a seguir.

Destarte, estudando o funcionamento do capital, vamos descobrir, junto com Marx, que, na forma da sociedade capitalista, os valores de uso vão se constituir, ao mesmo tempo, em portadores materiais do valor de troca:

O valor de troca **aparece**, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie (...) **parece** imanente, intrínseco à mercadoria, mas “nada pode ter um valor de troca intrínseco. (MARX, 1988, p. 46) (grifo nosso)

Assim, se o valor de uso das mercadorias é o que provoca nos sujeitos-compradores o desejo ou a visualização de que, adquirindo tal objeto-mercadoria, este poderá satisfazer suas necessidades, é preciso lembrar que, no capitalismo, essa realização de necessidades ou de desejos não sai de graça, isto é, cada objeto-mercadoria, que traz em si uma utilidade possível, para os que almejam adquiri-lo, tem seu valor de aquisição, há um preço a se pagar: esse preço para adquiri-lo, conforme entendemos nas relações cotidianas com as mercadorias, é determinado pelo que Marx chama de *valor de troca* do objeto-mercadoria.

Mas o que determina esse *valor de troca* de um objeto-mercadoria? Na verdade, desenvolve Marx, para depreender o que determinaria os valores de troca das mercadorias é preciso identificar algo comum que os constitui. O que seria, então, esse algo comum que determina esse valor de troca, permitindo, por exemplo, que se troque uma mercadoria x (5 kg de arroz) por uma mercadoria y (três litros de óleo de soja) ou por uma mercadoria dinheiro z (oito reais)?

Esse algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias. Suas propriedades corpóreas só entram em consideração na medida em que elas lhes conferem utilidade, isto é, tornam-nas valor de uso. (...) é precisamente a **abstração dos valores de uso que caracteriza a relação de troca das mercadorias** (...) Deixando de lado o valor de uso das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem **produtos do trabalho**. (MARX, 1988, p. 46-47) (grifo nosso)

Portanto, segundo Marx, vamos perceber que o algo comum que determina o valor de troca das mercadorias é justamente o trabalho, ou seja, o trabalho que foi gasto na sua produção, afinal, é preciso gastar tempo de trabalho na confecção das mercadorias. Assim, o que as mercadorias (abstraindo-se seu valor de uso ou sua propriedade de satisfazer necessidades e desejos) ainda possuem em comum, enquanto

valor, possibilitando a troca das mesmas entre si, é apenas o fato de que, em sua produção, foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano:

O que há de **comum**, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, **seu valor**. (...) Como medir então a grandeza de seu valor? Por meio do quantum (quantidade) nele contido da “substância constituidora do valor”, o trabalho. Esse quantum ou **essa quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração**, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia. (Marx, 1988, p. 47) (grifo nosso)

Do que foi exposto, chegamos por ora, à seguinte conclusão: o valor de troca das mercadorias é determinado pelo trabalho envolvido-cristalizado-gasto na sua produção. Poderíamos, ainda, derivar outras conclusões, quais sejam: i) no fundo, ao se vender ou ao se comprar um objeto-mercadoria, recebe-se ou paga-se pelo trabalho que as constituíram; ii) no fundo – resguardado o lugar da natureza, que nos fornece as matérias primas para serem extraídas-transformadas – o trabalho é a segunda força material motriz geradora de bens e riquezas; iii) o trabalho é a grande energia empregada que possibilita a satisfação dos inúmeros desejos e necessidades que se realizam por meio de objetos-mercadorias; iv) o que, no capitalismo, aparece como troca, compra e venda de mercadorias é, no fundo, uma imensa comercialização do trabalho; v) se a comercialização do trabalho é o motor gerador de objetos-mercadorias no capitalismo, a investigação das relações de trabalho é um tema central a ser problematizado no contexto sócio-econômico-jurídico-ideológico-discursivo, já que são as relações de trabalho, atravessadas pela luta de classes, que fundamentam a própria reprodução/trans formação das relações de produção das riquezas. Enfim, essas reflexões acima enumeradas são constitutivas e perpassam as análises que estamos fazendo e faremos neste trabalho de tese.

Portanto, nesse trajeto dialético do conceituar econômico de Marx, acrescido das interpretações que lhe demos, chegamos, assim, a determinar um dos sentidos fundamentais dado à constitutividade do termo *valor* que seria o mesmo que *trabalho*, e, no caso desta pesquisa, tal determinação é relevante, já que é precisamente o substantivo *valor* que vai derivar-se no nome *valia* que está presente no conceito de mais-valia. O conceito de *valor* implica, pois, diretamente, o *valor de troca que é = trabalho*, portanto, representa aquilo que determina o que há de comum nos objetos-mercadorias, e que, contudo, não está à mostra. Para perceber o *valor = trabalho* embutido em uma mercadoria, antes é preciso raciocinar-investigar sobre qual é a

historicidade que constituiu determinado objeto-mercadoria, permitindo, inclusive, que esse dado objeto possa ser trocado por outro.

Vejam um exemplo hipotético¹⁷ para entender como o *trabalho* é a medida comum do valor de troca das mercadorias. Vende-se um par de chinelos para se comprar 10 kg de arroz, por exemplo, o que, a despeito das aparências, é o mesmo que trocar um par de chinelos por 10 kg de arroz, e os sujeitos que trocaram esses objetos-mercadorias não ficaram com a sensação de que foram enganados no ato de efetuação dessa troca. Por quê? O que fez com que objetos-mercadorias tão diferentes (chinelos e arroz), com valores de uso diferentes, fossem trocados sem nenhum dos sujeitos envolvidos na troca ficarem com a sensação de que foram ludibriados? O que estaria por detrás da construção desses objetos-mercadorias que permitiu fazer com que os mesmos se equivalham na hora da troca? Existiu algo comum que permitiu essa troca, trata-se do *valor* ou *valor de troca*, que, antes de tudo, na sua historicidade, é o fato de ter existido *trabalho* envolvido na produção desses objetos-mercadorias.

Contudo, há que se acrescentar aqui um detalhe lógico na investigação-descrição da determinação do valor de troca dos objetos-mercadorias, para entendermos porque os sujeitos trocaram *trabalho* por *trabalho* – no caso, trocaram o trabalho gasto-cristalizado¹⁸ na produção do par de chinelos por trabalho gasto-cristalizado na produção dos 10 kg de arroz – e não se sentiram lesados. Se para produzir 10 kg de arroz, o tempo de trabalho médio gasto fosse de 100 horas-trabalho e, na confecção do par de chinelos fossem gastas 10 horas-trabalho, com certeza, os sujeitos hipotéticos não realizariam a troca.

Assim, é preciso acrescer que, além de ser trabalho, aquilo que determina o valor ou valor de troca de um objeto-mercadoria específico é uma quantidade x de duração do tempo desse trabalho, que foi despendido na produção desse objeto-mercadoria em específico. O tempo de trabalho gasto-cristalizado na produção de um carro é bem maior que o tempo de trabalho gasto-cristalizado na produção de um par de chinelos. Logo, apesar desses objetos-mercadorias terem nascido do trabalho, ninguém ficaria satisfeito se desse seu carro em troca de um par de chinelos, ou seja, o valor ou valor de troca dos objetos-mercadorias é determinado pela duração do tempo de trabalho gasto

¹⁷ Avisamos ao leitor que trabalharemos, nesse capítulo, com exemplos hipotéticos mais próximos a nossa realidade brasileira atual. Na obra de Marx, *O Capital*, usam-se exemplos de trocas de mercadorias próprias de sua época e com moedas próprias de sua conjuntura histórica, o que dificulta um pouco o entendimento.

¹⁸ A expressão trabalho gasto-cristalizado nos objetos-mercadorias, segundo Marx, quer dizer que toda mercadoria precisou de um tempo de trabalho para ser fabricada e é justamente esse tempo de trabalho gasto na fabricação da mercadoria que é constituinte de seu valor de troca.

em sua produção. Em linguagem comum, dir-se-ia: “o que dá mais trabalho para produzir tem valor maior, o que dá menos trabalho para produzir tem valor menor”.

Destarte, enquanto *valores* – subtraindo-se o fato de que as mercadorias também possuem valor de uso – as mercadorias são trocadas de acordo com as medidas determinadas de tempo de trabalho nelas gasto-cristalizado. Daí conclui-se, aprofundando o raciocínio marxista que estamos expondo até aqui, que a duração do tempo de trabalho constitui uma das substâncias fundamentais dos *valores* das mercadorias. Contudo, e esse detalhe é muito significativo na descrição-exemplificação de Marx, seria qualquer duração do tempo de trabalho? Não, segundo Marx, seria o tempo médio de trabalho gasto em condições normais de produção. Denomina-se esse tempo médio de trabalho de “*Tempo de trabalho socialmente necessário*”¹⁹. Portanto, não se trata de demorar muito tempo na produção de um objeto-mercadoria para aumentar seu valor, o que se considera medida de seu valor é o tempo de trabalho normal que a sociedade, historicamente organizada, com suas tecnologias em desenvolvimento, despenderia na produção dos objetos-mercadorias.

A propósito, vale lembrar que um dos aspectos constitutivos da chamada concorrência entre os capitalistas é justamente essa duração social do tempo de trabalho, ou seja, quanto mais rápido se produz socialmente um dado objeto-mercadoria, menor será o seu *valor* ou *valor de troca = trabalho*, logo, caso um empreendimento de um dado capitalista realizar-se com um alto índice de produtividade²⁰, isto é, com menor tempo de trabalho do que a maioria dos seus concorrentes, esse mesmo capitalista poderá colocar mais objetos-mercadorias à venda, por um valor menor do que o dos seus concorrentes, permitindo-lhe vender mais produtos e lucrar mais na venda quantitativa dos objetos-mercadorias.

Ao vender mais mercadorias por um valor de troca um pouco menor, mas de forma a ter lucro em cada objeto-mercadoria vendido, o capitalista, que – usando novas tecnologias – faz seus operários produzirem mais mercadorias em tempo de trabalho menor, acaba ganhando, desta forma, espaço de mercado maior do que os outros capitalistas concorrentes, que ainda não conseguem produzir o mesmo objeto-mercadoria por um tempo de trabalho menor ou por um valor de troca mais acessível. Esses capitalistas que produzem de forma mais lenta tomam um prejuízo com isso, até

¹⁹ O tempo de trabalho socialmente necessário é um cálculo de tempo médio que a maioria das empresas gastaria na produção de uma dada mercadoria. Ex: 10 minutos para costurar uma calça.

²⁰ Alto índice de produtividade, na lógica capitalista, significa rapidez. Produzir muitas mercadorias em curto intervalo de tempo.

modernizarem-se e produzirem com a mesma rapidez que o concorrente já mais avançado no quesito de produtividade.

Esse concorrente mais moderno acaba abocanhando, assim, a mais-valia que o capitalista mais atrasado pensava em extrair de seus operários. Essa luta por produzir mais objetos-mercadorias em menor tempo, ou seja, com menos trabalho, é, também, chamada de mais-valia relativa e, a despeito das tecnologias que são inventadas e que estão a serviço desse processo, quem mais é penalizado são os operários, pois, nenhuma fábrica quer ficar atrás dos concorrentes, logo, são os trabalhadores que recebem a ordem explícita: “trabalhem mais rápido!”, “não façam corpo mole”, “não demorem no banheiro”, “não parem para conversar”, ou seja, produzam mais em menos tempo.

Como não lembrar aqui da denúncia feita por Charles Chaplin, no filme *Tempos Modernos*, em que, em dada cena, aumenta-se, infernalmente, a velocidade da esteira de apertar parafusos, na linha de produção, a ponto de deixar os operários quase neuróticos – Chaplin é o personagem que fica quase maluco neste episódio. Também em outra cena deste filme, em que se exhibe uma máquina que teria sido inventada para se almoçar mais rápido, de forma a não se perder tempo no trabalho, faz-se outra caricatura que denuncia de forma bem clara como se dá esse processo de exploração que exige produzir mais objetos-mercadorias em menor tempo, de forma a aumentar a extração de mais-valia ou mais-trabalho não pago, e, conseqüentemente, a lucratividade do sujeito-capitalista.

Voltaremos, mais à frente, a tratar da mais-valia que se classifica de relativa, diferenciando-a da chamada mais-valia absoluta, embora, já no momento, possamos antecipar que estas se dão em função do mesmo objetivo capitalista, qual seja, como se produzir mais e ganhar mais, gastando o mínimo possível com o trabalhador. É claro, em matéria de extrair mais-valia, os capitalistas intuitivamente já aprenderam o caminho da exploração: pagar o menor tempo de trabalho possível necessário à sobrevivência do trabalhador (custo salarial mínimo), e extrair o maior tempo de trabalho gratuito ou não pago possível a esse mesmo trabalhador (traduzido na produção máxima de objetos-mercadorias *extras* a serem vendidos, que foram feitas pelo trabalho, mas que tem uma despesa trabalho zero, porque o trabalho gasto nesta produção de mercadorias *extras* não foi pago ao operário).

Sem adiantar mais nas reflexões a serem derivadas dessa compreensão de que o valor ou valor de troca das mercadorias é determinado, sobretudo, pelo tempo de trabalho envolvido-cristalizado-gasto em sua produção, por agora, resumamos essas conquistas conceituais, dizendo o seguinte: o que há de comum entre uma mercadoria x

e outra y e outra z, e que possibilitaria sua troca, determinando seu valor de troca, é a quantidade de trabalho humano acumulado-envolvido-gasto na produção de cada uma delas, ou a duração média²¹ de trabalho acumulado-envolvido-gasto na produção de cada um dos objetos-mercadorias a serem trocados, comprados ou vendidos.

Partindo da análise da historicidade da produção dos objetos-mercadorias – que são comprados para serem usados pelas pessoas – e que, no fundo, tem como fundamento constitutivo o trabalho humano, pode-se caracterizar que seu *valor de troca* resume-se a *dispêndio de tempo de trabalho humano, socialmente calculado por um padrão médio de produtividade do trabalho*.

Esse padrão de produtividade do trabalho seria calculado com base em uma quantidade x de tempo de trabalho envolvido-cristalizado-gasto na produção de determinado objeto-mercadoria, levando em consideração o tempo de produção da maioria das fábricas²². Por exemplo²³, se na maioria das fábricas de celulares simples, produz-se cada aparelho, aproximadamente, por um tempo de 2 horas de trabalho, logo esse é o valor de troca médio do celular, 2 horas de trabalho. Por outro lado, se um notebook, na maioria das fábricas, for produzido, com a média de 10 horas de trabalho, logo seu valor de troca seria igual a 10 horas de trabalho, portanto, o notebook teria um *valor* ou *valor de troca* = *tempo de trabalho* 5 vezes maior do que o *valor* ou *valor de troca* = *tempo de trabalho* do celular simples. Por conseguinte, as mercadorias, na sociedade capitalista, valem, sobretudo, em função do tempo padrão de produtividade do trabalho gasto em sua produção.

Ora, consideramos essa conceituação relevante, principalmente na medida em que o foco desta pesquisa será justamente o apagamento ou a legitimação-naturalização-inevitabilidade-eternização-necessidade da mais-valia, que, enquanto terminologia, é uma derivação da noção de *valor = tempo de trabalho* constitutivo dos objetos-mercadorias. Contudo, conceitualmente, ao se falar de *mais-valia*, abstrai-se o fato de que, no *valor* das mercadorias, existe também uma faceta determinada como *valor de uso*. Em outros termos, em Marx, o conceito de *mais-valia* deriva-se, principalmente, da segunda faceta do *valor* das mercadorias, qual seja, a faceta em que está implicado o *valor de troca* = *tempo de trabalho gasto-cristalizado na produção das mesmas*. Além disso, na noção de

²¹ Lembrando que essa duração média de trabalho é o *tempo de trabalho socialmente necessário*: tempo médio que a maioria das empresas gastaria na produção de uma dada mercadoria.

²² Cf. Nota 19.

²³ Trata-se mais uma vez de exemplos hipotéticos.

mais-valia, acrescentam-se as implicações sentidurais do determinante *mais* que resultaria nas possibilidades terminológicas equivalentes de *mais-valor = mais-valia*.

Explicitemos, pois, na sequência, os pormenores dessa problematização: o que o determinante *mais* vai acrescentar a essa reflexão sobre essa faceta constitutiva do *valor* das mercadorias que é o *valor de troca = tempo de trabalho gasto-cristalizado nos objetos-mercadorias*? Se, em uma de suas facetas, o *valor* de um objeto-mercadoria é igual o tempo de trabalho social médio²⁴ empreendido na produção desse mesmo objeto-mercadoria, o que seria isso a que se chama de *mais-valor* ou *mais-valia*?

Se tomássemos o determinante *mais* acrescentado ao pé da letra ao nome *valor* – subtraindo-se o fato de nas mercadorias também existir valor de uso – tal como o descrevemos até aqui, diríamos que se trata de *uma duração de tempo de trabalho a mais* ou a busca do capitalista por extrair certa quantidade de *mais trabalho*. Porém, depois de se estudar o funcionamento da *mais-valia*, a questão aqui cabível é: por que esse grande interesse do sujeito-capitalista em extrair *mais trabalho*? E, para o sujeito-capitalista atingir seus objetivos de adquirir *mais-valia*, bastaria simplesmente o fato de o mesmo criar uma forma de agregar *mais-trabalho* às suas riquezas? Antes de simplificarmos a discussão ou de tirarmos conclusões apressadas, vamos seguir observando o fenômeno *mais* de perto, segundo teorização de Marx.

Assim, uma leitura atenta de Marx nos mostra o seguinte: as mercadorias são vendidas por seu exato valor ou pelo exato tempo de trabalho social padrão gasto-acumulado-cristalizado em sua produção, ou seja, se, desde a extração da matéria-prima até outros estágios do processo produtivo, foram gastas-cristalizadas-acumuladas²⁵ 50 horas na produção de determinada mercadoria x (considerando o padrão social médio de produtividade), então, tal mercadoria x será vendida no valor dessas exatas 50 horas de trabalho nela gasta-cristalizada-acumulada. Por conseguinte, tal mercadoria x possuiria equivalência a outra mercadoria y que traria cristalizada-gasta-acumulada, em si, 50 horas sociais padrões de trabalho, ou ainda, possuiria equivalência a uma quantidade de dinheiro que – na qualidade de meio simbólico universal de troca de mercadorias – representaria 50 horas sociais médias de trabalho.

²⁴ Relembrando aqui que o tempo de trabalho social médio é o tempo de trabalho que a maioria das empresas gastam para produzir determinado objeto-mercadoria.

²⁵ Conforme explicamos na Nota 18, em toda mercadoria existe uma quantidade de tempo de trabalho empregado-gasto em sua produção. Esse tempo de trabalho fica cristalizado-acumulado na mercadoria, porque, em sua venda, será calculado esse tempo de trabalho em seu valor de troca.

Aqui, a propósito dessa equivalência do dinheiro com o tempo de trabalho gasto nas mercadorias, baseando-nos também em Marx, cabe uma explicação: na história da origem das trocas de mercadorias não existia o dinheiro, trocava-se simplesmente produtos do trabalho (mercadorias) por outros produtos do trabalho (outras mercadorias). Depois passou a se convencionar que determinadas mercadorias, também produtos de tempo de trabalho, como *o sal, a prata, o ouro*, fossem as representantes simbólicas universais de todos os outros produtos do trabalho, justamente porque, por exemplo, trocar vacas por galinhas foi se tornando muito complexo, uma vez que o possuidor da vaca, para satisfazer suas necessidades, não poderia sobreviver apenas com esse produto de origem bovina, e também não precisaria apenas de trocar sua vaca com outro produtor de uma imensa quantidade de galinhas. Sua vaca teria de ser trocada com vários outros produtores, sejam de arroz, feijão, porco, galinha, tomate, etc.

Por consequência, diante das dificuldades das trocas diretas de um objeto-mercadoria por vários outros, convencionou-se que produtos do trabalho como o sal, a prata e depois o ouro passassem a facilitar esse processo. Foram surgindo casas especialistas em guardar esses produtos do trabalho como o ouro, por exemplo, que serviria de meio de troca de mercadorias, dando início ao surgimento dos bancos. Dessa forma, quem tinha uma barra de ouro, não sairia exibindo-a por aí, pois poderia ser roubado, então, guardava-a no banco e, quando precisasse de alguma mercadoria, ia até esse banco e buscava um equivalente, em ouro, à mercadoria de que necessitava.

Com o tempo, foi se aprimorando o processo e quando se precisava de comprar alguma mercadoria, o banco passou a emitir um papel, semelhante a um recibo, garantindo que o possuidor do recibo tinha depositada, no banco, determinada quantidade de ouro, então, com esse papel era possível realizar trocas, fiando-se na garantia dada pelo banco de que o ouro (produto do trabalho) de fato existia. Esse mesmo papel era passado para frente em outras trocas, e, assim, foi se configurando-convencionando um representante simbólico universal do valor = tempo de trabalho, na forma de ouro, registrado nesse papel moeda.

Contudo, para facilitar cada vez mais o processo, esses bancos, junto ao poder do Estado, cunharam as moedas, hoje chamada dinheiro, equivalentes ao ouro (produtos do trabalho) neles guardados ou, com o decorrer do processo de legitimação do dinheiro, passaram a emitir notas de dinheiro equivalentes aos diversos objetos-mercadorias (produtos do trabalho) confiadas aos bancos centrais de cada Estado. Esse processo gerou

uma confiança econômico-jurídico-ideológico-discursiva de que todo dinheiro que estaria circulando nas trocas dos objetos-mercadorias de fato existiria, enquanto ouro ou tesouro ou bens produzidos pelo trabalho e depositados-confiados aos bancos, ouro-tesouro-mercadorias, estes, que equivaleriam ao valor = tempo de trabalho cristalizado-empreendido-gasto nesses ouros-tesouros-objetos-mercadorias confiadas aos bancos.

Entretanto, é preciso observar que, às vezes, é abalada a confiança econômico-jurídico-ideológico-discursiva de que o valor = tempo de trabalho, traduzido em dinheiro, de fato existe enquanto objetos-mercadorias produtos do trabalho. A crise dos bancos em 2008, por exemplo, e que, de alguma forma, se arrasta até hoje em alguns países, revelou que muitos títulos equivalentes a objetos-mercadorias, circulando no mercado, fruto da especulação em juros altos, em bolsas de valores, existiam apenas na fantasia dos possuidores desse título-dinheiro e muitos bancos se viram quebrados. O que teria acontecido?

O título ou o dinheiro equivalente a esses títulos estava existindo apenas enquanto valor-simbólico, mas sem base real, na economia, enquanto valor ou valor de troca = tempo de trabalho, gasto-cristalizado-materializado em objetos-mercadorias, confiadas-depositadas nos bancos. Quando todos possuidores de títulos correram ao banco para sacar o dinheiro que achavam que possuíam, os bancos não possuíam ouro ou tesouros ou objetos-mercadorias (produtos de tempo de trabalho) equivalentes ao valor constante de tantos títulos. Com isso, o banco quebra, pois fica devendo uma quantidade simbólica enorme de dinheiro que não tem base real: não existem produtos do trabalho (mercadorias) equivalentes a tanto dinheiro, é o que se chama de títulos podres ou dinheiro podre.

O World Trade Center do mundo financeiro vem abaixo implodido por seu próprio funcionamento especulativo fantasioso. A especulação revela-se uma ilusão, um fetiche em torno do dinheiro, pois, quando levada ao extremo, demonstra que foi superdimensionado o caráter simbólico do dinheiro, ao ponto dessa simbologia perder o contato com a base material da economia que é o trabalho e os produtos que dele derivam.

Face às crises, a economia tem de voltar ao seu funcionamento real, quem achava que era muito rico vê-se agora sem milhões ou bilhões. O dinheiro-simbólico seduziu ao ponto de apagar, via interpelação econômico-jurídico-ideológico-discursiva, o fato de que as riquezas são produtos do trabalho e não produtos de títulos convencionados-comercializados em bolsas de valores ou superfaturados por meio de empréstimos a custo de juros altos. Percebemos, assim, o que Marx nos fez enxergar a mais de cem anos atrás: o dinheiro só possui valor enquanto meio simbólico *equivalente* aos produtos do

trabalho ou, em outras palavras, *equivalente* ao *valor* ou *valor de troca* que é igual a tempo de trabalho social padrão gasto-cristalizado na produção das mercadorias concretas. Sem essa equivalência $\text{dinheiro} = \text{valor} / \text{valor de troca} = \text{tempo de trabalho} = \text{objetos-mercadorias}$, quem acha que está rico, de repente, em uma crise de confiança na lucratividade do sistema capitalista, pode-se ver como o mais pobres dos pobres.

Feita essa explicação necessária acerca do funcionamento da historicidade do dinheiro, enquanto representante simbólico do *valor = tempo de trabalho social gasto-empresado-cristalizado nos objetos-mercadorias*, facilitando a venda e troca dessas mercadorias; bem como feita a incursão acerca do fetiche que esse mesmo dinheiro acarreta, derivando em crises financeiras, voltemo-nos, agora, à explanação acerca do que seria a base econômico-material geradora do *mais-valor* ou da *mais-valia*, isto é, como, segundo descrição-exemplificação de Marx, o sujeito capitalista faria para valorizar-aumentar o seu valor ou, em simples palavras, como o sujeito-capitalista poderia aumentar seu dinheiro sem incorrer nos riscos fantasiosos da mera especulação financeira?

Ora, se a extração de mais-valor ou de mais-valia ou de mais-dinheiro – conforme há de se sugerir ao longo dessa exposição-reflexão – é o grande interesse ou o grande objetivo²⁶ do sujeito-capitalista, como o mesmo realizaria essa extração? Como comprar e fabricar objetos-mercadorias para depois vendê-los e ganhar mais dinheiro ou mais-valor ou mais-valia do que gastou na compra e produção dos mesmos? Uma afirmação é certa, isso não poderia ser realizado simplesmente vendendo-se os objetos-mercadorias a um valor a mais, ou seja, vendendo-os mais caro.

Em outras palavras, não é possível ao sujeito-capitalista tomar um objeto-mercadoria x, em cuja produção foram empreendidas-gastas-cristalizadas 50 horas médias de trabalho social, e depois, espertamente, tentar vendê-lo como se nele tivessem sido gastas-cristalizadas-empresadas 80 horas de trabalho, colocando, por conta própria, 30 horas fantasiosas a mais de trabalho no seu valor de troca. Se alguém assim o fizesse, a tendência seria este produto ficar encalhado, não achando compradores, pois a concorrência entre os vendedores de mercadorias se encarregaria de equilibrar essas tentativas de “maracutaias”, já que aquele capitalista que tentasse vender o seu objeto-mercadoria pelo seu exato valor ou pelo exato tempo de trabalho social gasto-cristalizado-empresado na sua produção, 50 horas, teria grandes chances

²⁶ Estamos aqui seguindo o raciocínio argumentativo de Marx, ou seja, para entender a mais-valia, precisamos entender as tramas que os sujeitos-capitalistas fazem para atingir esse objetivo de explorar o trabalhador. Ao descrever a forma de pensar dos sujeitos-capitalistas, Marx, no fundo, quer desvelar que a extração de mais-valia não é um processo justo-legítimo como a burguesia quer fazer parecer: é exploração.

de impedir que o seu concorrente realizasse suas vendas, superfaturando o objeto-mercadoria em 80 horas de trabalho, sendo 30 horas fictícias colocadas a mais. É o que mostra Marx, em outros termos:

A formação de mais-valia e daí a transformação de dinheiro em capital não pode ser, portanto, explicada por venderem os vendedores as mercadorias acima do seu valor, nem por os compradores as comprarem abaixo do seu valor. (...) Os representantes da ilusão de que a mais-valia se origina de um aumento nominal de preço ou do privilégio do vendedor de vender a mercadoria caro demais pressupõem, portanto, uma classe que só compra sem vender, por conseguinte, só consome sem produzir. (MARX, 1988, p. 131)

Portanto, na lógica do sistema capitalista, não é comprando barato para vender mais caro que se ganha dinheiro, ou que se agrega mais-valor ou mais-valia a uma mercadoria, pois todos capitalistas passariam a fazer o mesmo, isto é, todos iriam querer vender mais caro aquilo que possuem, logo, também teriam que pagar mais caro quando fossem comprar, fazendo com que o dinheiro ganho na venda fosse perdido no ato de outra compra. Sendo assim, no modo de produção capitalista, o *mais-valor* ou a *mais-valia*, a serem realizados na venda das mercadorias, não podem ser obtidos, fingindo-se que houve uma duração a mais do tempo de trabalho gasto-cristalizado-empresado na produção de uma dada mercadoria. Não se aumenta o valor ou valor de troca de uma mercadoria em uma pretensa esperteza do vendedor ou do comprador, logo, esse mais-valor ou mais-valia, o grande interesse do sujeito-capitalista, deve ser alcançado por outros meios.

Aqui, enfatizemos o seguinte, o sujeito-capitalista, ao longo da história, precisou descobrir outro jeito de aumentar seu dinheiro ou de adquirir seu mais-valor ou sua mais-valia, e não poderia ser comprando mercadorias no valor de 10.000 mil horas de trabalho e depois, revendendo-as, no valor das mesmas 10.000 mil horas de trabalho. De acordo com Marx, pela lei do valor – segundo a qual as mercadorias valem fundamentalmente em função do tempo de trabalho social padrão gasto-empresado-cristalizado em sua produção – na determinação da compra, venda e troca de objetos-mercadorias, 10.000 mil horas de trabalho gastas-empresadas-cristalizadas em objetos-mercadorias só podem ser vendidas ou trocadas no equivalente a 10.000 mil horas de trabalho social padrão gastas-empresadas-cristalizadas na produção de mercadorias.

Vamos considerar a seguinte hipótese: o sujeito-capitalista, em seu intuito econômico-ideológico de aumentar seu dinheiro (capital), não empreenderia-investiria seu dinheiro-mercadoria, no valor de 10.000 mil horas de trabalho, na compra de matérias primas, mão de obra, máquinas, aluguel da empresa, por exemplo, se no final

do empreendimento ele revendesse tudo pelas exatas 10.000 mil horas de trabalho que ele investiu em forma de dinheiro. Foi preciso, então, a esse sujeito-capitalista hipotético, descobrir um jeito de fazer o investimento, inicialmente equivalente ao valor de 10.000 horas de trabalho acumuladas, render-lhe pelo menos 12.000 horas padrões de trabalho social, de forma a obter lucro ou mais-valor ou mais-valia ou mais-dinheiro. No caso desse exemplo aqui hipotetizado, então, o lucro ou o mais-valor ou mais-dinheiro ou a mais-valia seria equivalente a 2.000 horas padrões de trabalho social a mais, obviamente, acima do dinheiro ou valor inicial que foi investido.

Do contrário, se não fosse para obter esse mais-dinheiro ou esse mais-valor ou *essa mais-valia*, um dos grandes interesses do sujeito-capitalista, este não seria capitalista, seria apenas um guardador de dinheiro ou entesourador²⁷, no caso do exemplo acima, o guardador ou entesourador do dinheiro equivalente a 10.000 mil horas sociais padrões de trabalho: vamos imaginar que tais 10.000 mil horas de trabalho sejam equivalentes a 20.000 mil reais.

Porém, o sujeito-capitalista tradicional é aquele que investe seu dinheiro porque, de certo modo, apaixonou-se por ele, e quer extrair sempre mais dinheiro, quer extrair sempre mais-valor/mais-valia na hora da venda dos objetos-mercadorias que produziu ou comercializou de alguma forma, do contrário seu dinheiro não aumentaria e ele não realizaria seu objetivo de ser um capitalista, um empreendedor de capital. Marx descreve, assim, o movimento econômico-histórico-jurídico-ideológico-discursivo que deu origem à paixão pelo mais dinheiro:

Com o desenvolvimento inicial da própria circulação de mercadorias, desenvolve-se a necessidade e a paixão de fixar o produto da primeira metamorfose, a forma modificada da mercadoria ou a sua crisálida áurea (leia-se dinheiro). Vendem-se mercadorias não para comprar mercadorias, mas para substituir a forma mercadoria pela forma dinheiro. De simples intermediação do metabolismo de trocas de mercadorias, essa mudança de forma torna-se fim em si mesma. A figura alienada da mercadoria (dinheiro) é impedida de funcionar como sua figura absolutamente alienável ou como sua forma dinheiro apenas evanescente. O dinheiro petrifica-se, então, em tesouro e o vendedor de mercadorias torna-se entesourador. (MARX, 1988, p.110)

²⁷ Entesourador é o termo empregado por Marx para designar-ironizar o sujeito-capitalista demasiadamente apegado ao dinheiro, de forma que, embriagado por este, fica preocupado somente em guardá-lo. O sujeito-capitalista entesourador, diferentemente do sujeito-capitalista tradicional, não investe seu dinheiro na compra e venda de novas mercadorias. Obviamente a tendência desse sujeito-capitalista entesourador é ir perdendo cada vez mais o valor de seu dinheiro que, parado, guardado, tende a se desvalorizar. Um paralelo seria guardar dinheiro na poupança e ficar com ele parado ali por anos. Esse dinheiro tende a se desvalorizar completamente. Marx quer aqui ironizar que o capital só aumenta em movimento de exploração. O sujeito-capitalista tradicional faz isso: espertamente explora, lançando seu dinheiro no mercado capitalista.

Assim, fica claro, interpretando as palavras de Marx, que a interpelação por identificação com o que se chama de *capital* ou *capitalismo* nasce, objetivamente, com o surgimento sócio-econômico-histórico-jurídico-ideológico-discursivo do movimento de circulação e troca de mercadorias que desembocou no desejo e no fetiche crescente de acumulação de mais e mais dinheiro. No fundo, observando por detrás das aparências, a identificação com o capitalismo trata-se da identificação com o movimento de dinheiro investido na produção de *valor = tempo de trabalho acumulado-cristalizado-empresado em objetos-mercadorias*, cujo objetivo é gerar *mais-valor* ou *mais-dinheiro* ou *mais-valia* do que aquilo que foi efetivamente investido. Os sujeitos interpelados pelo capital almejam que a comercialização dos frutos do trabalho seja lucrativa, gere mais-valia. Esse processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo, “apaixonado” pelo dinheiro, interpela indivíduos em sujeitos-capitalistas.

Portanto, essa movimentação do dinheiro do sujeito-capitalista, que compra ou contrata força de trabalho para produzir mercadorias, almeja tornar-se mais dinheiro, reiniciando, em seguida, novamente o ciclo de circulação e troca de mercadorias – mediado pelo dinheiro – que alimenta o desejo de acumulação de mais e mais capital. A fórmula descrita para esse movimento de circulação próprio do capitalismo, segundo (MARX, 1988), é: $D - M - D'$, isto é, a relação do Dinheiro Acumulado – que adquire Mercadorias – com vistas a gerar Mais Dinheiro. O autor vai chamar esse circular do capital, que busca o incessante lucro, de “valorização do valor”:

A circulação do dinheiro como capital é (...) uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável. Como portador consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e o ponto de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor – é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho. Esse impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada do valor, é comum ao capitalista e ao entesourador, mas enquanto o entesourador é apenas o capitalista demente, o capitalista é o entesourador racional. A multiplicação incessante do valor, pretendida pelo entesourador ao procurar salvar o dinheiro da circulação, é alcançada pelo capitalista mais esperto ao entregá-lo sempre de novo à circulação. (Marx, 1988, p. 125-126)

Sigamos esse raciocínio marxista de forma a detalhar melhor esse processo. Assim, se o sujeito-capitalista, na prática de seus negócios, almeja o incessante lucro, o incessante

mais-valor, e descobre que não pode aumentar seu dinheiro, comprando mercadorias por seu exato valor ou por sua exata cristalização de tempo de trabalho nelas acumuladas, e vendendo-as por um valor ou valor de troca superior do que efetivamente valem – isto é, fingindo que esses objetos-mercadorias possuem mais tempo de trabalho gasto-cristalizado na sua produção do que efetivamente possuem – então ele tem um problema para aumentar seu dinheiro ou seu capital: o que ele, o capitalista, precisaria fazer? Trabalhar a mais para aumentar a duração das horas de trabalho a serem cristalizadas no valor ou valor de troca dos objetos-mercadorias que produz e comercializa?

O possuidor de mercadorias pode formar valores por meio do seu trabalho, mas não valores que se valorizem. Ele pode aumentar o valor de uma mercadoria, acrescentando, mediante novo trabalho, novo valor ao valor preexistente, por exemplo, ao fazer de couro, botas. O mesmo material tem agora mais valor porque ele contém um quantum maior de trabalho. A bota tem, por isso, mais valor que o couro, mas o valor do couro permanece o que era. Ele não se valorizou, não se acrescentou uma mais-valia durante a fabricação da bota. É, portanto, impossível que o produtor de mercadorias, fora da esfera de circulação, sem entrar em contato com outros possuidores de mercadorias, valorize valor e, daí, transforme dinheiro ou mercadoria em capital. (MARX, 1988, p. 134)

Conforme nos aponta esse raciocínio de Marx, o simples acréscimo de trabalho às mercadorias, por parte do capitalista, não o faz valorizar seu dinheiro empregado. O valor aumentado seria apenas as horas de trabalho a mais que foram acrescentadas nas novas mercadorias produzidas e como tal vendidas por seu exato valor de troca – e aqui está se supondo que tais mercadorias sejam produzidas pelo próprio capitalista ou que se paguem todas as horas de trabalho a mais, gastas e cristalizadas nesses novos objetos-mercadorias.

Outra questão que Marx coloca é: o simples movimento do capital do sujeito-capitalista ou o simples movimento do seu dinheiro – comprando, vendendo, guardando dinheiro, comprando e vendendo novamente – aumentaria o valor do capital ou valor do dinheiro do sujeito-capitalista, isto é, agregaria horas trabalho de forma a se obter mais-valor ou mais-valia ou mais-dinheiro? Marx mostra:

A modificação do valor de dinheiro, que deve transformar-se em capital não pode ocorrer neste mesmo dinheiro, pois como meio de compra e meio de pagamento ele só realiza o preço da mercadoria que ele compra ou paga, enquanto, persistindo em sua própria forma, petrifica-se numa grandeza de valor igual. Tampouco pode a modificação originar-se do segundo ato de circulação, a revenda da mercadoria, pois esse ato apenas retransforma a mercadoria da forma natural na forma dinheiro. (MARX, 1988, p. 134)

Conforme podemos visualizar nessa passagem de *O Capital* de Marx, o dinheiro apenas representa, no processo de circulação e troca de mercadorias, a petrificação legitimada de certa quantidade de horas de trabalho, logo, a simples movimentação do dinheiro, sem explorar alguém, não rende mais-valor ou mais-valia ou mais-dinheiro ao dono do capital. A simples posse do dinheiro apenas representaria a cristalização de determinado tempo de trabalho já acumulado pelo capitalista. Mas seu grande interesse está em obter mais, mais e mais, muito mais: “a valorização do valor – é sua meta subjetiva” (MARX, *op.cit*). Como fazer então? Como o sujeito-capitalista conseguiria aumentar sua lucratividade ou extrair sua mais-valia ou seu mais-valor ou seu mais-dinheiro em sua comercialização de objetos-mercadorias frutos do trabalho?

Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de **ser fonte de valor**, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica – a capacidade de trabalho ou a força de trabalho. Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie. (MARX, 1988, p.135) (grifo nosso)

Daqui, de imediato, já depreendemos a seguinte compreensão: como o capital acumulado pelo sujeito-capitalista representa horas de trabalho gastas-cristalizadas nos objetos-mercadorias que possui ou representa horas de trabalho cristalizadas-legitimadas no dinheiro que possui – sendo, este, o meio simbólico universal de troca potencial ou de aquisição potencial dos objetos-mercadorias – conclui-se que só e somente só o trabalho ou a força de trabalho podem agregar ou acrescentar valor ao trabalho acumulado pelo sujeito-capitalista.

Este, porém, como já afirmamos anteriormente, se simplesmente acrescentasse trabalho para agregar valor ao seu capital – pagando por todo esse trabalho acrescentado – lograria apenas acréscimo de valor semelhante ao trabalho acrescido, já que as mercadorias são vendidas por seu exato tempo de trabalho, mas isso não seria garantia de que obteria maiores lucros ou mais-valia ou mais-dinheiro.

Por conseguinte, para valorizar seu valor, ou seja, para aumentar seu acúmulo de produtos do trabalho e, conseqüentemente, vendê-los e valorizar seu dinheiro, o sujeito-capitalista precisaria contratar uma força de trabalho extra (os trabalhadores) e, decididamente, explorá-la, não pagando a totalidade das horas trabalhadas. É nessa

denúncia que Marx quer chegar, ao discutir, dialeticamente, as hipóteses de como o sujeito-capitalista aumentaria seu capital (dinheiro). Portanto, seguindo o raciocínio marxista, se o sujeito-capitalista pagasse todas as horas trabalhadas a estes trabalhadores que fossem contratados por ele, seu capital não aumentaria. Ou seja, para se obter mais-valia, não bastaria ao sujeito-capitalista acrescentar mais-trabalho às mercadorias, por intermédio da contratação de trabalhadores: é preciso, sobretudo, explorá-los.

Todavia, como foi possível, ao sujeito-capitalista, encontrar historicamente tal força de trabalho no mercado e que, justamente, aceitasse a exploração? Ironicamente, a luta de classes ou as opressões e escravidões, roubos, assassinatos que existiram ao longo da história, despojaram um batalhão de trabalhadores dos meios de produção. Ao despojá-los das terras cultiváveis, das florestas em que caçavam, dos rios em que pescavam, dos *habitats* naturais em que viviam, o sujeito-capitalista pôde encontrar essa classe de homens que aceitaria a exploração, pois esta não tinha outra alternativa de sobrevivência, a não ser vender barato sua força de trabalho. Na luta ou no desespero por continuarem sobrevivendo, separados dos meios de subsistência, tais trabalhadores acabaram sendo forçados, econômica e ideologicamente, a aceitar um negócio que não lhes era justo.

Desta forma, como só possuem a força de trabalho para vender, diante da necessidade de sobreviver, e como são muitos, uma multidão, o capitalista encontra-os no mercado e contrata-os, comprando suas forças de trabalho por um valor ou valor de troca mínimo, equivalente apenas ao custo de suas sobrevivências, e, é claro, as determinações econômico-jurídico-ideológico-discursivas interpelam os indivíduos em sujeito de modo a considerarem essas relações de produção naturais, eternas e inevitáveis, ganhando o estatuto de um processo legítimo e até aparentemente necessário. Assim, como explica Marx:

O capital só surge historicamente onde o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado, e esta é uma condição histórica que encerra uma história mundial. (...) Essa mercadoria peculiar, a força de trabalho, tem de ser examinada. Como todas as outras mercadorias, ela tem um valor. Como ele é determinado? O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto, também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de

subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor²⁸. (...) O limite último ou limite mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma massa de mercadorias, sem cujo suprimento diário o portador da força de trabalho, o homem, não pode renovar o seu processo de vida, sendo, portanto, o valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. ((MARX, 1988, p. 137-139)

Destarte, o sujeito-capitalista enxerga sua glória, ironizaria Marx. Todas as outras mercadorias que compra para vender e fazer mais dinheiro acabam frustrando-lhe, deixando-o na mesma situação em termos de acúmulo de capital, pois, se uma mercadoria x vale 10 horas de trabalho, não é possível vendê-la como se valesse 12 horas de trabalho. Todavia, comprando-se uma mercadoria chamada força de trabalho ou comprando-se o próprio potencial de trabalho, que, por necessidade de sobrevivência, aceita vender a si mesmo por um valor ou valor de troca (no caso, leia-se salário) determinado apenas pelo mínimo de sua sobrevivência, então, o sujeito-capitalista poderá alcançar sua mágica de investir dinheiro, meio simbólico universal representante de horas de trabalho acumuladas, e, no final desse investimento, ganhar mais dinheiro do aquele que investiu.

Desta forma, o sujeito-capitalista, com a posse do dinheiro, pode comprar objetos-mercadorias na forma de matérias primas, meios de produção e máquinas (capital constante) e na forma de força de trabalho (capital variável), fazendo-a criar objetos-mercadorias em horas de trabalho, e, no final, vender a totalidade desse trabalho gasto-cristalizado na produção das mercadorias de uma forma lucrativa. A propósito, desse investimento em capital constante e capital variável, é preciso que compreendamos o seguinte:

A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera seu valor no processo de produção. Eu a chamo, por isso, parte constante do capital, ou mais concisamente: capital constante. (MARX, 1988, p. 163)

Aqui vale destacar que os materiais e meios de produção, gastos em forma de capital constante, repassam seus valores de troca para o valor final do produto. Por exemplo, se uma quantidade 5x de algodão, usado na fabricação de roupas, custou 5 reais, equivalente a 50 minutos de trabalho, 10min = 1 real, e para fabricar 5 peças de roupa gasta-se 1x de algodão por peça, logo, cada peça, em seu valor final, contará 1 real equivalente aos

²⁸ Cumpre observar, contudo, que esses “meios de subsistência” necessários à sobrevivência do trabalhador, traduzidos em forma de salário, variam, de país para país, dependendo da correlação de forças na luta de classes.

10 minutos gastos na extração da matéria prima. Portanto, compra-se 5x de algodão por 5 reais e vende-os exatamente por 5 reais no final, distribuídos em cada peça de roupa. Ademais, a propósito especificamente do capital variável, é necessário entender o seguinte:

A parte do capital convertida em força de trabalho em contraposição muda seu valor no processo de produção. Ela reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia que ela mesma pode variar, ser maior ou menor. Essa parte do capital transforma-se continuamente de grandeza constante em grandeza variável. Eu a chamo, por isso, parte variável do capital, ou mais concisamente: capital variável. (MARX, 1988, p. 163)

Já aqui, no que alude ao capital variável ou ao investimento na compra da mercadoria chamada força de trabalho, cumpre ressaltar que este varia justamente pelo fato de que se trata da compra de uma força viva, que – em um processo sócio-econômico-histórico-jurídico-ideológico-discursivo contraditório, atravessado pela luta de classes: i) pode aceitar um maior ou menor grau de exploração, enquanto condição de realização do trabalho (implicando no índice de trabalho não pago); ii) pode produzir uma parte maior ou menor de trabalho não pago (implicando na extração da taxa de mais-valia); iii) pode aceitar trabalhar ou não por um mínimo de sobrevivência (implicando no índice do salário), ou lutar muito e exigir um grau maior de valorização do trabalho pago (implicando nas vitórias parciais da classe trabalhadora que promove um aumento real de salários, tirando assim um pouquinho da lucratividade da patronal); iv) por outro lado, a contratação dessa força viva também pode variar, a depender do interesse do sujeito-capitalista. Nas crises econômicas, por exemplo, a tendência é parar o ritmo da produção, reduzindo drasticamente o número da mão de obra contratada. Às vezes, também, a aquisição de máquinas, com o objetivo de produzir mais rápido do que os concorrentes capitalistas, gera a redução dos gastos com o capital variável.

Enfim, com a posse do dinheiro, e com o retromencionado investimento do sujeito-capitalista em capital constante e em capital variável, cumpre dizer, em linguagem mais simples, que o referido sujeito-capitalista tem a sua disposição agora todos os meios necessários para aumentar seus rendimentos. Ao comprar as matérias primas e os meios de produção, ao comprar a força de trabalho viva de trabalhadores, que, como vimos acima, se viu historicamente e repressivamente obrigada a trabalhar em troca de manter-se viva, agora o exitoso dono do capital está pronto para explorar e aumentar suas riquezas. Fazendo essa força de trabalho produzir o máximo que puder, de preferência, a depender do calor da luta de classes, pelo valor mínimo possível, isto é, a níveis rasos de

sobrevivência (leia-se: salários baixos), com um alto índice de trabalho não pago, então o senhor sujeito-capitalista agora pode fazer seu *valor* acumulado em dinheiro tornar-se finalmente em *mais-valor* ou *mais-valia* ou *mais-dinheiro*.

Como, portanto, essa exploração aconteceu? Pagando-se todas as horas trabalhadas a esse trabalhador que, na luta de classes, em busca da sobrevivência, foi forçado a aceitar as condições de trabalho do capitalista? Já sugerimos acima que não. A exploração consiste justamente no comprar a mercadoria-força-de-trabalho e pagar por ela apenas o valor (leia-se salário) equivalente às horas de trabalho que esta gostaria para produzir sua própria subsistência.

Suponhamos²⁹: em 3 horas de trabalho no dia, transformando as matérias-primas, o trabalhador produz a quantidade de objetos-mercadorias, que, quando vendidos, cobririam os gastos com essas matérias-primas e as máquinas e ainda assim manteriam sua sobrevivência, isto é, pagaria o seu salário diário. Porém, o sujeito-capitalista dono dos meios de produção, que julga legítimo ter ajudado o trabalhador a sobreviver, dando-lhe o emprego, deixando-o trabalhar em seus meios de produção, agora, se sente também no direito supostamente natural, legítimo e necessário de explorar e fazer uso dessa mercadoria chamada força-de-trabalho, que adquiriu no “livre” mercado. Assim, o sujeito-capitalista, amparado em mecanismos econômico-jurídico-ideológico-discursivos, considera mais do que justo o contrato salarial de pagamento que fez com o trabalhador, afinal, quando vender os objetos-mercadorias produzidos pelo próprio trabalhador, terá de devolver-lhe o dinheiro equivalente ao valor de 3 horas diárias de trabalho, isto é, equivalente à sobrevivência diária do trabalhador (salário diário).

Como o sujeito-capitalista julga totalmente legítimo o pagamento salarial que fizera ao trabalhador no valor de 3 horas diárias, ajudando-o a sobreviver, ele também julga natural, legítimo e necessário usufruir-explorar um tanto a mais essa força de trabalho pela qual pagou. Ele considera que tem agora o pleno direito de exigir que essa mercadoria intitulada força de trabalho valorize o seu valor, gere mais-valor (valorize o dinheiro investido na produção de objetos-mercadorias), isto é, trabalhe mais do que as 3 horas diárias que seriam necessárias para sua sobrevivência, transformando matérias-primas e produzindo mercadorias. Dessa forma, o sujeito-capitalista julga natural, legítimo e necessário exigir do operário que este trabalhe também mais 5 horas na produção de objetos-mercadorias, totalizando 8 horas diárias de trabalho, para compensar

²⁹ Trata-se de um exemplo hipotético.

a sua “benevolência” de patrão que, afinal, argumenta juridicamente, também precisaria manter o negócio funcionando, ajudando supostamente a ambas as partes: tanto o aumento das riquezas do sujeito-capitalista, quanto à sobrevivência do sujeito-trabalhador.

Nesse ponto, contudo, é preciso dizê-lo, há uma interpelação econômico-jurídico-ideológico-discursiva capitalista que – segundo as hipóteses constituintes de nossa tese – faz de tudo para deixar bem escondidos os interesses que estão em jogo nessa relação trabalhista do sujeito-capitalista para com o sujeito-operário. De preferência, tal interpelação esforça-se por apagar os interesses e detalhes econômico-jurídico-ideológico-discursivos que derivam dessa relação. Ademais, caso as organizações dos trabalhadores (sindicatos combativos, partidos socialistas de esquerda), de alguma forma, à medida de seus alcances políticos, denunciem-desvelem os truques dessa exploração trabalhista, entra-se em cena, então, toda constitutividade econômico-ideológico-jurídico-estatal-discursiva pró-reprodução das relações de produção para fazer parecer legítimo, necessário e inevitável o funcionamento dessas relações de trabalho.

Trata-se, portanto, do fato de que a manutenção do funcionamento do negócio do sujeito-capitalista, mantendo a atual reprodução das relações de produção, baseada na exploração do trabalho não pago ao trabalhador, interessa, sobretudo, ao objetivo e grande intento do sujeito-capitalista que descobriu, na exploração do trabalho não pago ao trabalhador, uma forma genial, segundo seu ponto de vista, de valorizar seu valor, de aumentar seus lucros, extraíndo mais-valia.

Assim, serão justamente essas horas a mais não pagas, no caso de nosso exemplo hipotético, serão essas 5 horas diárias não pagas em que o trabalhador produz mercadorias de graça para o patrão – que depois serão vendidas no mercado pelo valor exato do tempo de trabalho gasto na produção das mesmas, no caso, 5 horas de trabalho social padrão, acrescido das horas acumuladas na extração e manipulação das matérias-primas, que é o caso do capital constante – que permitirão ao sujeito-capitalista fazer seu valor empregado transformar-se em mais-valor ou mais-valia ou mais-dinheiro, cujo mistério estamos procurando desvendar nessa pesquisa. Marx, em *O Capital*, exemplifica-resume-discute essa exploração da seguinte forma:

O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia de força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada. A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o

comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor. Nosso capitalista previu o caso que o faz sorrir. (MARX, 1988, p. 153)

Em outras palavras, o sujeito-capitalista descobriu que é possível pagar o salário do trabalhador com apenas uma parte do tempo de trabalho realizado por este. A outra parte da jornada de trabalho do trabalhador poderá ser explorada gratuitamente, isto é, como trabalho não pago, como mais-valia. Prossegue Marx:

O trabalhador encontra, por isso, na oficina, os meios de produção necessários não para um processo de trabalho de 6 horas, mas de 12. Se 10 libras de algodão absorviam 6 horas de trabalho e transformavam-se em 10 libras de fio, então 20 libras de algodão absorverão 12 horas de trabalho e se transformarão em 20 libras de fio. (MARX, 1988, p. 153)

Isto é, conforme esse exemplo dado por Marx, o sujeito-capitalista percebeu que depois de tirar os gastos com o salário do trabalhador ainda é possível colocar esse mesmo trabalhador para gerar mais 6 horas de trabalho não pago e para isso irá ter gastos apenas com as matérias primas, com os meios de produção, isto é, com a parcela de capital constante que será cristalizada nas mercadorias a serem produzidas. Continua o exemplo do autor de *O Capital*:

Consideremos o produto do processo prolongado de trabalho. Nas 20 libras de fio estão objetivadas agora 5 jornadas de trabalho: 4 na massa consumida de algodão e fusos, 1 absorvida pelo algodão durante o processo de fiação. Mas a expressão em ouro de 5 jornadas de trabalho é 30 xelins ou 1 libra esterlina e 10 xelins. Esse é, portanto, o preço das 20 libras de fio. Uma libra de fio custa, depois como antes, 1 xelim e 6 pence. Mas a soma dos valores das mercadorias lançadas no processo importou em 27 xelins. O valor do fio é de 30 xelins. O valor do produto ultrapassou de 1/9 o valor adiantado para sua produção. Dessa maneira, transformaram-se 27 xelins em 30. Deram uma mais-valia de 3 xelins. Finalmente a artimanha deu certo. Dinheiro se transformou em capital. (MARX, 1988, p. 153)

Portanto, Marx quis demonstrar, aqui, que o fato de o sujeito-capitalista não pagar a metade de um dia de trabalho ao trabalhador (6 horas), investido na produção das 20 libras de fio, fez com se gerasse um mais-valor ou uma mais-valia de 3 xelins. Ou seja, na produção das 20 libras de fio estariam cristalizado-objetivado o valor ou valor de troca de 5 dias/jornadas de trabalho, sendo que, pelo exemplo, 5 dias/jornadas de trabalho seriam = 30 xelins. Dividindo-se 30 xelins por 5 dias/jornadas, significa que 6 xelins equivale a 1 dia/jornada de trabalho.

Se, conforme o exemplo, as 20 libras de fio possuem o *valor* ou *valor de troca* de 5 dias/jornadas de trabalho, sendo 4 dias/jornadas na produção das matérias primas e fuso

+ 1 dia/jornada de trabalho gasto-cristalizado no processo de fiação dessas mesmas 20 libras de fio, então o sujeito-capitalista, não pagando parte do trabalho ao trabalhador, investiu 24 xelins em matéria-prima e meios de produção + metade de uma jornada de trabalho na fiação dessas libras de fio (3 xelins), já que, conforme estamos vendo nesse exemplo de Marx, com a metade do dia do trabalho (6 horas), tirou-se o salário do trabalhador (3 xelins). Logo, no 1 dia/jornada de trabalho cristalizado-objetivado na produção das 20 libras de fio, o sujeito-capitalista só gastou 3 xelins com esse hipotético trabalhador, mas gerou o valor = tempo de trabalho equivalente a 6 xelins.

Assim, o sujeito capitalista adiantou 27 xelins para produzir 20 libras de fio: metade de uma jornada de trabalho, gasta-cristalizada nas 20 libras de fio, saiu de graça para ele, por conseguinte, obteve uma mais-valia, um trabalho não pago de 3 xelins, já que as 20 libras de fio foram vendidas por seu exato *valor* ou *valor de troca*: 5 dia/jornadas de trabalho, isto é: 30 xelins. Portanto, como as mercadorias são vendidas pelo exato tempo de trabalho gasto-cristalizado na produção das mesmas, a custa de metade de um dia/jornada de trabalho não pago, obteve-se uma mais-valia de 3 xelins. Conclui então o autor:

Todas as condições do problema foram resolvidas e, de modo algum, as leis do intercâmbio de mercadorias foram violadas. Trocou-se equivalente por equivalente. O capitalista pagou, como comprador, toda mercadoria por seu valor, algodão, massa de fusos, força de trabalho. Depois fez o que faz qualquer outro comprador de mercadorias. Consumiu seu valor de uso. Do processo de consumo da força de trabalho, ao mesmo tempo processo de produção da mercadoria, resultou um produto de 20 libras de fio com um valor de 30 xelins. O capitalista volta agora ao mercado e vende mercadoria, depois de ter comprado mercadoria. Vende a libra de fio por 1 xelim e 6 pence, nenhum centavo acima ou abaixo do seu valor. E, não obstante, tira da circulação 3 xelins mais do que nela lançou. Todo esse seguimento, a transformação de seu dinheiro em capital, se opera na esfera da circulação e não se opera nela. Por intermédio da circulação, por ser condicionado pela compra da força de trabalho no mercado. Fora da circulação, pois ela apenas introduz o processo de valorização, que ocorre na esfera da produção. (...) O capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho viva à sua objetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo. (...) LEMBRANDO SEMPRE: O trabalho, seja contido nos meios de produção, seja acrescido a eles pela força de trabalho, somente conta por sua duração. Representa tantas horas, dias, etc. (MARX, 1988, p. 153-154)

Com as reflexões-exposições até aqui realizadas vislumbramos, portanto, pormenorizadamente, o que seria esse *mais* determinando o termo *valor* ou *valia*. É o *mais* que move o capitalista: *mais-trabalho não pago* ou *mais-valia* de forma a gerar *mais-dinheiro*. Portanto, este dinheiro – que, no fundo, é representante do valor ou representante

simbólico do tempo de trabalho cristalizado-gasto na produção de objetos-mercadorias – precisa, na ótica do sujeito-capitalista, transformar-se sempre em *mais* dinheiro.

Como fazer esse *valor = tempo de trabalho gasto-cristalizado em objetos-mercadorias*, agora fetichizado em dinheiro, transformar-se sempre em mais-valor ou mais-valia ou mais-dinheiro? Explorando o tempo de trabalho do trabalhador, que é a força viva geradora das riquezas ou dos objetos-mercadorias. Explorando como? Apropriando-se, com a contratação de trabalhadores, de uma parcela de *trabalho não pago* ou *mais-trabalho não pago* ou *mais-valia*, ou seja, pagando-lhes apenas uma parte do trabalho realizado, equivalente à manutenção mínima de sua sobrevivência e, por outro lado, não lhes pagando uma parcela significativa desse tempo de trabalho realizado, o que vai gerar gratuitamente mais-produtos (mais objetos-mercadorias) para o capitalista que só terá o trabalho de vendê-los no mercado e extrair-lhes a mais-valia.

Assim, podemos concluir que o mais-valor ou a mais-valia só se torna possível ao sujeito-capitalista se o mesmo apropriar-se de uma parcela de *trabalho não pago* realizada pelo trabalhador, ou, em outros termos, a mais-valia só se torna possível se for traduzida por *mais-trabalho não pago*, não basta simplesmente apropriar-se de um mais-trabalho: há que se ter exploração do tempo de trabalho do trabalhador. De qualquer modo, como o mostra Marx:

O capital não inventou o mais-trabalho. Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção, seja esse proprietário ateniense, teocrata etrusco, barão normando, escravocrata americano, boiardo da Valáquia, moderno ou capitalista. (MARX, 1998, p. 181)

Assim, essa forma exploradora que o sujeito-capitalista descobriu de ganhar dinheiro não surgiu com ele, trata-se, na verdade, de um desenvolvimento histórico-econômico-jurídico-repressivo-ideológico-discursivo, baseado na luta de classes, que até então tem se pautado pela exploração de uma classe sobre a outra, com graus mais asseverados ou mais moderados, por exemplo, pensemos nas relações dos nobres x escravos; dos senhores feudais x servos; do burguês atual x trabalhador.

Isso posto, portanto, podemos dizer que a mais-valia ou mais-valor trata-se de um mais-trabalho não pago ou um trabalho a mais não pago, histórica-econômica-jurídica-ideológica-discursivamente legitimado-naturalizado na opressão-exploração entre classes, que foi acrescido ao trabalho = valor acumulado pelo capitalista, traduzido na forma

simbólica do dinheiro ou capital. Diga-se de passagem, esse mais-trabalho não pago ou esse trabalho a mais pelo qual não se pagou ou essa mais-valia é o que permite ao sujeito-capitalista produzir, gratuitamente, mais objetos-mercadorias ou mais-produtos que, finalmente, podem ser vendidos e render-lhe *mais-dinheiro*, seu maior objetivo. Resumindo: o sujeito-capitalista explora os trabalhadores para aumentar seu dinheiro.

A luta de classes, portanto, se trava diretamente nessa disputa que se dá em torno da mais-valia. Na lógica do sujeito-capitalista, quanto maior a quantidade de tempo de trabalho não pago, maior a mais-valia, maior o seu lucro, maior o dinheiro extraído, mesmo que isso custe uma maior exploração do trabalhador. Por sua vez, na lógica do sujeito-trabalhador, o sentido imediato da sua luta está em aumentar o seu salário, reduzindo, assim, a fatia de tempo de trabalho que não lhe é paga. A única chance de melhorar as condições de vida dos sujeitos-trabalhadores, portanto, é fazer com que a fatia de trabalho não pago (mais-valia) retorne de alguma forma para melhorar sua vida, seja em forma de salário digno, seja em forma de serviços públicos de qualidade, afinal, é o sujeito-trabalhador que produz as riquezas do mundo, em forma de objetos-mercadorias. No capitalismo, porém, a mais-valia é destinada a enriquecer os patrões.

Donde, a partir do exposto, ousamos a enunciar este axioma-síntese, que, a nosso ver, reflete a contradição que estamos problematizando até aqui:

MAIS-VALIA = TRABALHO NÃO PAGO = Mais-trabalho não pago = Mais-valor =
 Mais-exploração = Mais-produtos = Mais-dinheiro = Mais-capital = Mais-
 desigualdade-social

3.3 Detalhando a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa

Estabelecidas as condições que envolvem a problemática do fenômeno da mais-valia, cumpre agora delinear-lo, de acordo o marxismo, pontuando as suas especificidades, seja como mais-valia absoluta, seja como mais-valia relativa, variantes da exploração do trabalho não pago, gerador de mais-produtos, e, conseqüentemente, de mais-dinheiro para o sujeito-capitalista. Para Marx, então:

A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança de proporção entre os dois

componentes da jornada de trabalho (trabalho necessário pago x mais trabalho) chamo de mais-valia relativa. (MARX, 1988, 239)

Qual seria o objetivo da mais-valia absoluta? Prolongar a jornada de trabalho até o limite máximo, a fim de que, além do valor pago ao trabalhador, reste ao capitalista uma quantidade maior de mais trabalho não pago, materializado em forma de mais produtos, para, é claro, o capitalista vender e extrair mais dinheiro. Outros efeitos que derivam da mais-valia absoluta refletem também na resistência e luta dos inúmeros governos pró-capital ou mesmo dos próprios sujeitos-capitalistas – comprometidos com a reprodução das relações de produção – atuando contra os movimentos operários que propõem a redução da jornada de trabalho sem redução de salário. É claro, em se legitimando uma jornada de trabalho menor, diminuiria a margem de extração do trabalho não pago. Imaginemos, como exemplo, uma jornada de 44 horas semanais no Brasil:

a _____ b _____ c (44 horas semanais)

Interpretando a figura, convencionamos que **ac** é = contrato total da jornada (44 horas); **ab** é = trabalho pago (19 horas); **bc** é = mais-valia ou trabalho não pago (25 horas). Ora, nem sempre foi essa jornada semanal, e até hoje muitas empresas procuram estender esse limite, para extrair mais trabalho não pago. Imaginemos no passado e em outros países, quando o movimento dos trabalhadores ainda estava nos seus primórdios e quando sequer existiam contratos de leis trabalhistas, então a exploração extenuante corria solta. Todavia, mesmo, atualmente, não é raro surgir denúncias de que existem empresas rurais que constantemente burlam essas jornadas. Além disso, muitos sujeitos-capitalistas de pequenas empresas também aproveitam das relações mais próximas com seus trabalhadores, de forma a intimidá-los, de certa forma, a trabalharem mais do que o tempo estipulado pela jornada prevista em lei, geralmente sem pagar-lhes horas extras. Já as grandes empresas criam o banco de horas que é uma forma disfarçada de aumentar a jornada sem aumentar o salário, já que seduz o operário a trabalhar a mais em determinados períodos sem precisar contratar novos funcionários – contratação, esta, que traria encargos trabalhistas ao capitalista – e sem pagar-lhe hora extra, deixando-o apenas com horas em haver dentro da empresa a serem negociadas, individualmente, com a gerência em um futuro próximo.

Assim, tais mecanismos de aumento da jornada legitimam-se e naturalizam-se e eternizam-se, com o argumento de que há impossibilidade de contratar mais trabalhadores, sobrecarregando com isso o quadro efetivo dos funcionários. Enfim, com essas considerações, o que queremos salientar é que estabelecer limite para a jornada de trabalho foi e ainda continua sendo um problema político a ser disputado na luta de classes mundial. Os movimentos operários anticapitalistas lutam atualmente no Brasil pelo fim do banco de horas e pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, propondo fixá-la em 35 horas semanais. Porém, é preciso ressaltar que no mundo de exploração do trabalho não pago, já se teve, por exemplo, também jornada de 50 horas semanais ou até maior. Vejamos os próximos exemplos:

a _____ b _____ c (50 horas semanais)

Em que **ac** é = contrato total da jornada (50 horas semanais); **ab** é = trabalho pago (19 horas); **bc** é = mais-valia ou trabalho não pago (31 horas). Ou também:

a _____ b _____ c (46 horas semanais)

Em que **ac** é = contrato total da jornada (46 horas semanais); **ab** é = trabalho pago (19 horas); **bc** é = mais-valia ou trabalho não pago (27 horas). Enfim, o que é relevante depreender destes exemplos hipotéticos é principalmente o truque econômico-jurídico-ideológico-discursivo que funciona interpelando os indivíduos da classe trabalhadora a se submeterem à lógica do mais-trabalho não pago ou do trabalho não pago ou da mais-valia, exaurindo ao máximo as suas forças a serviço do capital, a serviço de aumentar o dinheiro dos patrões.

Dito isto sobre a especificidade da mais-valia absoluta, questionemos, agora, sobre qual seria o objetivo da mais-valia relativa. Para começar essa demonstração, citamos mais uma vez Marx:

Como se pode aumentar a produção de mais valia, isto é, prolongar o mais trabalho, sem qualquer prolongamento ou independente de qualquer prolongamento da jornada ac? (...) Tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto, o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho, mediante o aumento da força produtiva do trabalho reduzir o valor da força de trabalho, e assim encurtar parte da jornada de trabalho necessária para reprodução deste valor. (MARX, 1988, p. 237-239)

Vamos exemplificar esse raciocínio marxista:

a _____ b _____ c (44 horas semanais)

Em que **ac** é = contrato total da jornada (44 horas semanais); **ab** é = valor da força de trabalho ou trabalho pago (19 horas semanais); **bc** é = mais-valia ou trabalho não pago (25 horas semanais). Contudo, sem prolongar a jornada, revolucionando a técnica e os meios de produção, intensificando ao máximo o ritmo de trabalho dos operários e, por conseguinte, aumentando a produtividade, um dado capitalista pode render mais que as condições sociais padrões de extração da mais-valia. Assim teremos:

a _____ b' _____ b _____ c (44 horas semanais)

Em que **ac** é = contrato total da jornada (44 horas semanais); **ab** é = valor da força de trabalho ou trabalho pago (19 horas semanais) na maioria das empresas que não intensificaram a produtividade; **ab'** é = valor da força de trabalho ou trabalho pago, reduzido com o aumento da tecnologia e com a intensificação³⁰ do ritmo de trabalho (12 horas semanais), sendo que a média das empresas continuam gastando 19 horas semanais para retribuir o salário do trabalhador; **b'c** é = agora mais-valia ou trabalho não pago (32 horas semanais) relativamente à empresa que intensificou o ritmo da produção; **b'b** é = aumento relativo do trabalho não pago ou da mais-valia, em relação às condições padrões³¹ da produção social (ganho a mais de 7 horas de trabalho não pago em relação à produtividade padrão das outras empresas).

Portanto, a grande mágica da mais-valia relativa é: i) sem aumentar a jornada de trabalho, em menos tempo, produzir-se mais objetos-mercadorias; ii) aumentando a produtividade do trabalho, em menos tempo, retribuir-se o salário equivalente à sobrevivência do trabalhador; e iii) com o aumento da produtividade do trabalho³², sobrar mais tempo para o trabalhador trabalhar de graça para o dono dos meios de produção, rendendo-lhe uma maior mais-valia, conseqüentemente, um maior lucro ou um maior rendimento em dinheiro.

³⁰ A intensificação do trabalho também é feita através de cobranças e pressões de chefes que fazem os trabalhadores operarem suas funções em ritmos cada vez mais acelerados.

³¹ Trata-se das condições padrões da maioria das empresas que continuam produzindo em ritmo mais lento do que essa suposta empresa que revolucionou sua técnica produtiva com vistas a extrair mais-valia relativa.

³² Leia-se: produzir mais mercadorias em menor tempo, com mais rapidez.

Como, por outros exemplos, levando em conta a totalidade do processo produtivo – relacionando os gastos do capital constante (meios de produção, matérias primas, custo operacional das máquinas, custo operacional do prédio da empresa) + os gastos com o capital variável (salários) – poderíamos demonstrar que, aumentando a produtividade sem alterar a jornada de trabalho, aumenta-se a mais-valia, reduzindo-se o tempo para pagar o valor da força de trabalho?

Tomemos como exemplo hipotético, para simplificar as contas, uma jornada diária de 8 horas, distribuídas em 6 horas de trabalho pago e 2 horas de trabalho não pago. Imaginemos que nessas 8 horas diárias se produzam 8 objetos-mercadorias, e que a hora de trabalho social, nesse ramo de produção, custa R\$10,00. Para produzir 8 mercadorias, imaginemos que o investimento em capital constante (meios de produção, matérias primas, etc.) foi de R\$ 80,00, distribuindo-se em R\$ 10,00 contido em cada mercadoria. Na hora de vender cada mercadoria, o capitalista as venderia, portanto, por R\$ 20,00 cada: R\$ 10,00 repassando o investimento feito no capital constante gerador de um objeto-mercadoria + R\$ 10,00 equivalendo a 1 hora social de trabalho gasto na produção desse mesmo objeto-mercadoria. O investimento total foi de R\$80,00 reais em capital constante que se distribuíram em 8 mercadorias + R\$60,00 reais de capital variável (6 horas de trabalho pago), que segundo as regras do contrato de trabalho, baseado na luta de classes, seria o salário mínimo diário necessário para manter a sobrevivência do trabalhador.

Todavia, como, hipoteticamente, foram produzidas 8 mercadorias, ao longo de 8 horas diárias, e não apenas 6 mercadorias que seriam fabricadas em 6 horas de trabalho e que seriam o suficiente para repor o valor do capital constante investido nestas 6 mercadorias (R\$60,00) + o salário do trabalhador no valor de R\$ 60,00 por dia, então, o sujeito-capitalista, em posse dos produtos do trabalho, pode vender a totalidade das 8 mercadorias a R\$160,00 reais, incluindo o capital constante investido em 8 mercadorias (R\$ 80,00) + as 6 horas de trabalho pago (R\$60,00), gastas na produção de 6 mercadorias + as 2 horas de trabalho não pago (R\$20,00), gastas na produção de 2 mercadorias. Portanto, vendendo os seus objetos-mercadorias por seu exato valor ou valor de troca, isto é, pelas exatas horas sociais de trabalho necessário à fabricação dos mesmos, então, assim, a mais valia obtida pelo sujeito-capitalista será de R\$20,00 reais justamente pelas duas horas de trabalho não pago. Se incluirmos, por exemplo, o fato de que a empresa possui 100 funcionários, multiplicam-se R\$20,00 por 100 = R\$2.000,00 de extração de mais-valia ao dia, estimando aqui uma produtividade bem baixa como vimos.

Façamos operar agora o aumento da produtividade pelo aumento de investimento em máquinas e pela intensificação do ritmo de trabalho, conforme sugere a especificidade de extração da mais-valia relativa. Tomemos ainda a jornada de 8 horas ao dia, contratada, porém, no valor de 6 horas sociais de trabalho pago, isto é, contratando-se cada operário no valor de R\$60,00 ao dia, já que a média da hora social de trabalho neste ramo³³ de produção, aqui hipotetizado, continua ainda no valor de R\$10,00.

Imaginemos, entretanto, que nestas 8 horas agora – com nova maquinaria e com o aumento brutal do ritmo de trabalho, incluindo a pressão ideológico-gerencial e as metas-ideológicas de aumento da produtividade – produzam-se 2 vezes mais mercadorias no mesmo intervalo de tempo, isto é, cada trabalhador produziria 16 mercadorias ao dia, ao invés de 8 mercadorias, como seria a média hipotética da maioria das outras empresas. Ora, para se produzir 16 mercadorias, ao invés de o sujeito-capitalista investir R\$ 80,00 em capital constante, distribuindo R\$10,00 de matéria prima e meios de produção em cada mercadoria, ele agora terá de gastar o dobro de matéria prima e o dobro do custo operacional das máquinas e demais meios de produção, logo, agora seriam R\$160,00 de gastos com capital constante repassado às 16 mercadorias, permanecendo o repasse de R\$10,00 para cada mercadoria.

Como este sujeito-capitalista mais moderno conseguiu dobrar a produção, ao longo das 8 horas de trabalho, passando de 8 objetos-mercadorias para 16 objetos-mercadorias, sem dobrar o custo com a força de trabalho, isto é, pagando ainda um salário de R\$ 60,00 ao dia ao trabalhador, o valor ou tempo de trabalho necessário para produzir essa sua mercadoria caiu. Ou seja, se a média das empresas continua produzindo 1 objeto-mercadoria, no prazo de (1 hora de trabalho que é = R\$ 10,00) + (R\$10,00 de capital constante), esse capitalista mais produtivo, entretanto, produz cada mercadoria agora em 30 minutos, logo, o custo de produção de cada mercadoria produzida está agora no valor de (30 minutos = R\$ 5,00) + (R\$10,00 de capital constante). Portanto, se caiu de 1 hora para 30 minutos o tempo necessário à produção de cada mercadoria, significa que agora esse capitalista mais moderno produz a mesma mercadoria que as outras empresas produzem no valor de R\$15,00 cada uma, sendo (30 minutos = R\$5,00) + (R\$ 10,00 de capital constante). Fica claro que a mercadoria diminui seu valor ou valor de troca, porque cada mercadoria agora reduziu pela metade seu tempo de trabalho social necessário à sua produção.

³³ Um ramo ou setor de produção refere-se à produção social de um dado tipo de mercadoria. Ex: fábrica de sapatos, fábrica de sal mineral, fábrica de camisetas, etc.

Ora, se, e prestemos atenção a este “se”, esse sujeito-capitalista moderno fosse vender as 16 mercadorias no valor de R\$ 15,00 cada uma teríamos ($16 \times R\$15,00 = R\$240,00$). Considerando que o sujeito-capitalista – já que se dobrou o número de matérias primas – tenha investido R\$160,00 ($16 \times R\$10,00$) em capital constante + R\$60,00 em capital variável (valor do salário) significa que ele investiu um total de R\$220,00. Como cada mercadoria produzida em 30 minutos contém agora apenas R\$5,00 de trabalho em cada uma, temos que $R\$60,00 \div R\$ 5,00 = 12$, isto é, seria preciso vender 12 mercadorias para repor o valor do salário do trabalhador e sobraria ao sujeito-capitalista apenas 4 mercadorias de mais-valia, sendo $4 \times R\$5,00 = R\$ 20,00$.

Ou seja, se esse sujeito-capitalista vendesse cada mercadoria a R\$15,00, mesmo aumentando o ritmo e a produtividade no trabalho, tal capitalista mais moderno ainda assim continuaria com uma mais-valia apenas de R\$20,00. Não compensaria o esforço. Mas reparem que acima escrevemos um “se”, isto é, “se” o empresário moderno vendesse cada mercadoria a R\$ 15,00 ele teria uma mais-valia igual à de seus concorrentes mais lentos (R\$20,00), sem contar que ele precisaria vender muito mais mercadorias para realizar sua mais-valia ou tirar seu dinheiro investido e seu lucro de volta. Entretanto, como observamos, trata-se de um “se” que não ocorre. Que mágica e artimanha, então, esse sujeito-capitalista mais produtivo realiza, fazendo com que tal aumento da produtividade não seja em vão, isto é, fazendo com que a extração de sua mais-valia ou mais-valor ou mais-trabalho não pago cresça, rendendo-lhe mais lucros ou mais dinheiro?

Vejamos. O valor médio da hora trabalho ainda continua em R\$10,00, pois a grande maioria dos produtores ainda não revolucionou seu ritmo produtivo, o que é de grande sorte para o sujeito-capitalista que acelerou sua produtividade, pois o valor de troca de cada mercadoria, conforme vimos, é determinado pela duração padrão do tempo de trabalho social. Assim, tal sujeito-capitalista mais avançado pode aproveitar-se disso para vencer a concorrência no mercado, vendendo sua mercadoria um pouco abaixo do valor médio da maioria das empresas que ainda é de R\$20,00 e um pouco acima do valor real que sua inovação tecnológica e aumento do ritmo de trabalho permitiram, tendo um custo trabalho apenas de R\$15,00.

Por que isso? Justamente porque esse sujeito-capitalista tem um desafio, ele agora precisa vender o dobro de mercadorias dos concorrentes para retirar seus investimentos e ainda retirar sua mais-valia, logo não seria fácil vendê-las a R\$20,00, uma vez que seus objetos-mercadorias, como são produzidas em número bastante superior aos dos concorrentes, poderiam ficar encalhados. Mas também ele não vai

vender estas mercadorias somente a R\$15,00, pois, como vimos, isso não aumentaria sua mais-valia relativa e não compensaria os seus investimentos.

Então, o que vai acontecer? Tal capitalista vai vender suas mercadorias mais barato que a maioria (R\$20,00), mas acima do seu valor real de produção (R\$15,00). Assim, por exemplo, o referido sujeito-capitalista hipotético poderia vender sua mercadoria, ao invés de R\$15,00, por R\$16,00. Ao fazer isso, ele apropriar-se-ia um pouco da mais-valia de seus concorrentes mais atrasados, já que estes, agora sim, teriam mais dificuldades para vender seus produtos que, relativamente, seguiriam com um valor de custo mais alto, não podendo barateá-los até os R\$16,00, já que começariam a ter prejuízos, logo, os capitalistas mais atrasados são forçados a ficar com uma mais-valia mínima, vendendo menos objetos-mercadorias, perdendo, por conseguinte, dinheiro em relação a seu concorrente mais produtivo.

Assim, este sujeito-capitalista mais produtivo venderia cada mercadoria a R\$16,00 e a “mágica” fica realizada. Ao invés de 16 mercadorias x R\$15,00 = R\$240,00, teríamos agora 16 x R\$16,00 = R\$256,00. Ele pode ganhar 1 real a mais de mais-valia na venda de cada mercadoria, isto é, se antes a mais-valia seria apenas de R\$20,00, agora ela será de R\$36,00, ou seja, R\$16,00 a mais relativamente a seus concorrentes.

Então, com a possibilidade desse acréscimo de R\$1,00 nas mercadorias, 30 minutos de trabalho passaria a ser vendido por R\$6,00, e não por R\$5,00 – o que não seria o caso, se a maioria das empresas produzisse essa mesma mercadoria nesse tempo médio de 30 minutos – logo, teríamos $R\$60,00 \div R\$6,00 = 10$, isto é, a venda de 10 mercadorias agora pagaria o salário do trabalhador, o que quer dizer que sobrariam 6 mercadorias gratuitas para o capitalista, ao invés de 4. Sendo vendidas as 6 mercadorias a 30 minutos = R\$6,00, temos $6 \times R\$6,00 = R\$36,00$ de mais-valia. Supondo que nesta empresa haja 100 trabalhadores, temos $100 \times R\$36,00 = R\$3.600,00$ de mais valia diária.

Se analisarmos o tempo exato de trabalho pago, veremos o tempo de trabalho não pago. Vejamos: conforme nossa hipótese anterior, o trabalhador, contratado pelo sujeito-capitalista que não aumentou o ritmo de produção em sua fábrica, gastaria 6 horas ou 360 minutos para pagar seu salário, rendendo 2 horas ou 120 minutos de trabalho não pago ao patrão, isto é, o trabalhador precisaria, para gerar seu salário, produzir 6 mercadorias x R\$20,00 = R\$120,00, descontando aí os R\$60,00 de capital constante gastos nas 6 mercadorias, restando-lhe os R\$ 60,00 de salário. Já agora, trabalhando na fábrica em que o ritmo e a produtividade do trabalho é maior, o mesmo trabalhador precisaria, para gerar seu salário, produzir 10 mercadorias x R\$16,00 =

R\$160,00, descontando aí os R\$100,00 de capital constante gastos nas 10 mercadorias, restando-lhe os R\$ 60,00 de salário.

Quantas horas ou quantos minutos este trabalhador gastaria para produzir essas 10 mercadorias que equivalem a seu salário diário de R\$60,00? Se para produzir 1 mercadoria gasta agora 30 minutos, logo, para calcularmos a produção de 10 mercadorias, basta multiplicarmos 10 mercadorias x 30 minutos = 300 minutos. Transformando-se os minutos em hora, temos que $300 \text{ minutos} \div 60 \text{ minutos} = 5 \text{ horas}$, ou seja, aumentando-se o ritmo de produtividade, o trabalhador agora, em apenas 5 horas e não mais em 6 horas, trabalharia o suficiente para (re)produzir seu salário de R\$60,00.

Contudo, como ele continua trabalhando, segundo o contrato trabalhista, baseado na luta de classes, 8 e não 5 horas no empreendimento do capitalista mais avançado, ele agora renderia uma mais-valia ou um mais-valor ou um trabalho não pago de 3 horas, enquanto os outros supostos trabalhadores das supostas empresas mais lentas renderiam apenas 2 horas de trabalho não pago. Dessa forma, sem alterar a jornada de trabalho, inovando as tecnologias da empresa e aumentando intensamente o ritmo de trabalho nos ombros dos trabalhadores, o sujeito-capitalista aumenta o grau de exploração da mais-valia ou do mais trabalho gratuito ou trabalho não pago. É esse processo relativo de ganho maior de trabalho não pago, possibilitado pelo desenvolvimento produtivo individual de determinado sujeito-capitalista, em relação à maioria de seus concorrentes capitalistas mais lentos, que se especifica com o nome de extração da mais-valia relativa.

Entretanto, vale lembrar que esta corrida, rumo ao aprimoramento da produtividade, no capitalismo, possui seus limites, pois, quando a maioria dos sujeitos-capitalistas também dobrarem o ritmo da produção, aí o valor das mercadorias cairia de um modo equilibrado e já não seria mais possível a um capitalista isolado fazer a “mágica” da mais-valia relativa, a taxa de mais-valia, neste caso, tenderia a cair para todos. De qualquer modo, no capitalismo, existe esse fator econômico-jurídico-ideológico-discursivo que impulsiona-interpela os sujeitos-capitalistas a procurarem produzir sempre em um ritmo mais acelerado e mais alucinante, pois isso lhes permitirá, durante algum tempo, obter uma mais-valia superior aos demais. Curiosamente, entretanto, apesar de o trabalhador conseguir pagar seu salário em menor tempo – quando se desenvolvem as forças produtivas –, isso não reflete na redução da jornada de trabalho, ao contrário, reflete tão simplesmente em aumento de sua exploração, em aumento de extração da mais-valia, ou em aumento do trabalho não pago, que é a fonte geradora de lucro dos capitalistas. Vale ressaltar aqui uma ironia de Marx, quando trata deste

tema, denunciando, pois, em *O Capital*, que a mais-valia relativa é uma forma, no fundo, de aumentar a exploração do trabalho não pago:

Economia do trabalho por meio do desenvolvimento da força produtiva não objetiva, portanto, na produção capitalista, a redução da jornada de trabalho. Seu objetivo é apenas (...) encurtar a parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para prolongar a outra parte da jornada de trabalho durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista. (MARX, 1988, p.242-243).

Por fim, vejamos, para efeito de clareza, o quadro comparativo que se segue, sintetizando essa especificidade da mais valia relativa:

| MAIORIA DOS SUJEITOS-CAPITALISTAS EM DADA CONJUNTURA PRODUTIVA | SUJEITO-CAPITALISTA QUE ACELEROU O RITMO DE PRODUÇÃO |
|---|--|
| Contrata 8 horas de jornada | Contrata 8 horas de jornada |
| Produz 8 mercadorias ao dia | Produz 16 mercadorias ao dia |
| Capital variável = paga R\$60,00 de salário | Capital variável = paga R\$60,00 de salário |
| 1 hora produz 1 mercadoria | 30 minutos produzem 1 mercadoria |
| 1 hora de trabalho cristalizada-gasta em objetos-mercadorias é vendida a R\$10,00 nesse setor de produção | 1 hora de trabalho cristalizada-gasta em objetos-mercadorias é vendida a R\$10,00 nesse setor de produção |
| Capital constante = R\$10,00 por mercadoria | Capital constante = R\$10,00 por mercadoria |
| Valor final da mercadoria = custa R\$20,00 | Valor final da mercadoria = custa R\$15,00 |
| Venda final da mercadoria por seu exato valor = R\$20,00 | Venda final da mercadoria, acrescentando R\$1,00, aproveitando-se do ritmo mais lento dos outros capitalistas = R\$16,00 |
| Em 8 horas produz 8 mercadorias, podendo vendê-las no total de R\$160,00 | Em 8 horas produz 16 mercadorias, podendo vendê-las no total de R\$256,00 |
| 6 horas de trabalho produzem 6 mercadorias, podendo vendê-las no total de R\$120,00 | 5 horas de trabalho produzem 10 mercadorias, podendo vendê-las no total de R\$160,00 |
| 6 horas de trabalho, descontando R\$60,00 de capital constante, gera R\$60,00 para pagar o salário do trabalhador | 5 horas de trabalho, descontando R\$100,00 de capital constante, gera R\$60,00 para pagar o salário do trabalhador |
| Sobram 2 horas de trabalho não pago que produzem 2 mercadorias no total de R\$40,00 | Sobram 3 horas de trabalho não pago que produzem 6 mercadorias no total de R\$ 96,00 |
| Estas 2 horas de trabalho não pago, descontando R\$20,00 de capital constante, geram uma mais-valia de R\$20,00 | Estas 3 horas de trabalho não pago, descontando R\$60,00 de capital constante, geram uma mais-valia de R\$36,00 |

Portanto, com esse panorama acima delineado, acreditamos que pudemos esclarecer bastante o que implica analisar a problemática do fenômeno da *mais-valia* ou do *mais-trabalho não pago* ou simplesmente do *trabalho não pago* que é a fonte geradora de mais dinheiro ao sujeito capitalista. Destarte, levando em conta que, nessa pesquisa, nosso objetivo ou nosso foco fundamental será demonstrar que, no capitalismo, *um* dos mecanismos utilizados pelo capital para reproduzir as relações de produção passa pelo *apagamento-legitimação-naturalização-eternização-(suposta inevitabilidade)-(suposta necessidade)* dessa mais-valia ou desse trabalho não pago – justamente porque interessa aos sujeitos-capitalistas e seus colaboradores manterem seus negócios lucrativos, baseando-se na exploração do trabalhador –, então, ao fundamentar teoricamente essa discussão, acreditamos que conseguimos dar nesse capítulo uma visão de quais são os interesses conflituosos de classe que jogam nesse processo. Passemos ao desvendar de mistérios outros.

CAPÍTULO 4

CONTRADIÇÕES EM TORNO DA MAIS-VALIA

4.1 A mais-valia contada-formulada pelos sujeitos-militantes que a denunciam

Se, conforme Pêcheux, fazemos parte de um processo sócio-histórico-econômico-jurídico-ideológico-discursivo em que as contradições da reprodução/transformação das relações de produção coordenam os acontecimentos, consideramos legítimo exibir um pouco da discursividade dos sujeitos-sociais que embatem contra esse embuste capitalista chamado de mais-valia.

O tom destes discursos comprova inclusive nossa tese de que, no capitalismo, para reproduzir as relações de produção, tenta-se *apagar-legitimar-naturalizar-eternizar-(fazer parecer necessária)-(fazer parecer inevitável)* a mais-valia ou o trabalho não pago. Logo, os sujeitos-sociais que lutam contra esse processo já perceberam que, antes de tudo, é preciso bradar todas as ferramentas teórico-discursivas e práticas possíveis no sentido de trazer essa exploração à tona. Do contrário, aos sujeitos-capitalistas sempre pertencerão os louros da batalha de classe. O efeito discursivo derivante dos movimentos que lutam contra o capital resume-se nesta proposição: é preciso saber contra quem e contra o quê estamos lutando, se quisermos algum dia galgar vitórias da classe operária em relação ao capital. Já demonstramos anteriormente como Pêcheux formulava essa batalha política, nunca sendo muito lembrá-la:

a idéia de que a reprodução das relações de produção não necessitaria ser explicada, porque “caminham por si mesmas”, *tanto que não são atingidas* mesmo que não se levem em consideração as *falhas* e os *malogros* do sistema, é uma ilusão eternalista e antidialética. Na realidade, a reprodução, bem como a transformação, das relações de produção é um *processo objetivo* cujo mistério é preciso desvendar, e não um simples estado de fato que bastaria ser constatado. (PÊCHEUX, 1997, p.148) (grifos do autor)

Em outro momento de sua obra o mesmo autor diria o seguinte:

A questão aqui não é de saber se *O Capital* e as pesquisas que dele derivaram produziram o que chamei “coisas-a-saber”: mesmo para os adversários, os mais ferozes, do marxismo, o processo de exploração capitalista, por exemplo, constitui incontestavelmente uma coisa-a-saber, da qual os detentores de capitais aprenderam a se servir tanto, e, às vezes, melhor que

aqueles que eles exploram. O mesmo acontece, para a luta de classes e várias outras “coisas-a-saber”. (PÊCHEUX, 2002, p.37) (grifos do autor)

Portanto, é disso que se trata: os sujeitos-sociais que militam contra o capitalismo compreendem que os trabalhadores precisam saber algo a respeito desse capitalismo que, enquanto processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo, nos interpela a reproduzir suas relações de produção. Afloram, pois, por contraponto, os discursos que, contra essa “ilusão eternalista”, apontam para a transformação das relações de produção.

Vejam, nesse sentido, a seguir, alguns excertos e sequências discursivas que apontam nessa direção. Começamos, portanto, a partir de um artigo, extraído do jornal Opinião Socialista, de circulação nacional entre a vanguarda do movimento operário, de orientação partidária do PSTU, que, enquanto amostra discursiva, apresenta um esforço político por popularizar aos trabalhadores a problemática da mais-valia, reforçando, assim, a hipótese de que os militantes anticapitalistas percebem que a exploração é algo apagado-naturalizado-legitimado-eternizado-(tornado necessário)-(tornado inevitável) pelos donos dos meios de produção, logo, trata-se de uma “coisa-a-saber”:

“O QUE É EXPLORAÇÃO

Dentro da estação de metrô Barra Funda, em São Paulo, há uma pequena casa lotérica. Ninguém nunca ganhou nada lá, mas ela está sempre cheia. O sucesso do empreendimento deve-se não à boa localização, mas ao nome: “Adeus, patrão!”. O sonho de se ver livre para sempre do trabalho imediatamente invade a cabeça dos que passam, e a vontade de fazer uma fezinha torna-se simplesmente irresistível. Vai que ganha...

Logo depois da lotérica, passa-se pelas catracas, desce-se a escada rolante e entra-se no vagão lotado. De repente, o sonho desmorona. Percebe-se que os R\$2,00 da aposta foram jogados fora. É fato consumado que a maioria esmagadora de nós está condenada a trabalhar a vida inteira. Ao final de nossa existência, teremos trabalhado de 8 a 12 horas por dia, 26 dias por mês, durante 35 a 40 anos. O trabalho, nosso meio de vida, terá sugado a própria vida. Quem, nessas condições, não quer dar adeus definitivo ao patrão e torrar uma bolada?

Mas por que todos sonham em ganhar na loteria e parar de trabalhar? É claro que o trabalho é duro, mas ele também cria maravilhas. Basta olhar ao redor. Quando trabalhamos, mesmo sem saber, somos parte de um todo único e indivisível chamado sociedade. O trabalho deveria despertar nossos traços mais humanos: a inteligência, a cooperação e a solidariedade. Por que isso não acontece? A resposta é evidente: porque na sociedade capitalista o trabalho não é a realização de nossas capacidades e talentos, mas um sofrimento a serviço do lucro. Lucro de outro, do patrão.

O capitalismo se caracteriza por apresentar as relações entre patrão e empregado como se fossem livres e justas: o empregado não é obrigado a aceitar a proposta de emprego do patrão. E, mesmo que tenha aceito, pode abandonar o emprego a qualquer momento. O patrão, por sua vez, também não é obrigado a contratar o empregado. E, mesmo o tendo contratado, não precisa mantê-lo. Pagando algumas multas, pode demiti-lo a qualquer hora.

O contrato de trabalho também parece bastante justo: oito horas de trabalho por dia em troca de salário que garantirá o sustento do trabalhador e até o de sua família! Pode haver troca mais justa? Mais democrática?

Começa o trabalho. As máquinas são ligadas, as engrenagens giram, as alavancas empurram. A laje é batida, o petróleo é refinado, o cós é costurado. Ao final do dia vê-se a magia do trabalho: um andar novo onde antes só havia armações de ferro, uma pilha de roupas onde antes só havia tecido, um carro onde antes só havia peças soltas, gasolina onde antes só havia óleo bruto. Criam-se assim novas

riquezas que não existiam antes e que têm um valor determinado: R\$ 25 mil se for um carro, R\$ 25 se for uma blusa etc.

Onde está a exploração? A ironia do sistema capitalista é que a exploração se dá exatamente através do fato mais aguardado pelo trabalhador: o pagamento do salário! O sistema salarial é o mecanismo fundamental da exploração capitalista. Se não houvesse salário, ou seja, se a retribuição ao operário pelos serviços prestados tivesse que se dar de outra forma, os capitalistas não conseguiriam explorar o trabalhador. Vejamos.

A produção média da indústria automobilística, segundo os dados da própria patronal, está hoje em 2,25 carros por trabalhador por mês. Arredondemos para dois, apenas para facilitar as contas. Isso significa que, ao longo de um mês, cada trabalhador do setor produz em média dois carros. Supondo que o valor médio desses carros, para tomar apenas os mais baratos, seja de R\$ 24 mil, cada trabalhador gera, ao longo de um mês, um total de R\$ 48 mil em novas riquezas antes não existentes. Suponhamos também que o salário desse trabalhador seja de R\$ 2 mil e que ele trabalhe, de fato, apenas 24 dias por mês, pois folga aos domingos e em alguns sábados. Dividindo-se os R\$ 48 mil pelos 24 dias em que o trabalhador trabalha, temos exatos R\$ 2 mil. Esse é, em média, o valor gerado por um trabalhador da indústria automobilística em um único dia de trabalho. Ou seja, o metalúrgico médio de uma montadora produz em um único dia o valor de seu próprio salário mensal (R\$ 2 mil). Mas o contrato “justo e democrático” estabelecido com o patrão diz que o trabalhador deverá trabalhar não apenas um dia, mas sim 24 dias inteiros. Somente depois disso receberá o seu salário. Isso significa que, em um mês, o trabalhador dedica-se um dia a pagar o seu salário e nos 23 dias trabalha absolutamente de graça, sem nenhuma contrapartida por parte do patrão.

Ou seja, no sistema capitalista a exploração não está no fato de o salário ser alto ou baixo. Que bom seria se o problema fosse somente esse. É claro que o aumento do salário do trabalhador é um duro golpe no patrão e reduz a exploração, mas não a elimina por completo. Se o salário de nosso metalúrgico for dobrado para R\$4 mil, ele então trabalhará dois dias para pagar o seu salário e 22 dias de graça para o patrão. Se for para R\$ 6 mil, trabalhará três dias para pagar o seu salário e 21 dias de graça etc. Nenhum aumento salarial conseguirá eliminar a exploração. Sempre, independentemente do salário do trabalhador, haverá uma parte da jornada que ele trabalhará de graça.

É claro que esse nível de exploração muda, dependendo do ramo da indústria e da profissão exercida. Algumas categorias são mais exploradas que outras, ou seja, trabalham mais tempo de graça para o patrão. Outras menos etc. Mas em toda e qualquer empresa em que os trabalhadores vendem a sua força de trabalho durante um certo tempo, em troca de salário, esse fenômeno se repetirá: trabalho gratuito para o patrão. Aí reside a “mágica” do capitalismo: que o trabalho do trabalhador gera muito mais riqueza do que ele recebe de volta na forma de salário. A diferença entre o que ele produz e o que recebe como salário chama-se mais-valia. É o trabalho não-pago pelo capitalista.

Como se vê, exploração e lucro são coisas diferentes. O lucro apenas reflete a exploração, mas não é a própria exploração. O lucro do patrão pode ser maior ou menor em função das despesas da empresa, queda dos preços. Ou seja, é um problema de mercado. Já a exploração é mais profunda. Ela acontece no próprio ato da produção: o trabalhador, em apenas um dia, pagou o seu salário e, sem saber, continuou trabalhando mais 23 dias, crendo que ainda estava em dívida com o patrão.

Quando os trabalhadores fazem greve por aumento salarial, os patrões mostram centenas de tabelas para provar que o aumento pedido é inviável, que a empresa vai falir etc. Essas tabelas são, em geral, mentirosas, não porque as empresas não tenham despesas. Elas têm. São mentirosas porque o aumento pedido pelos trabalhadores nunca chega a afetar os compromissos assumidos pelas empresas junto a fornecedores e bancos. Os aumentos pedidos pelos trabalhadores são, em geral, bastante modestos e só afetam o lucro da empresa, ou seja, aquele dinheiro que vai limpinho para o bolso do patrão, já descontadas as despesas. Mas, como o patrão não tem a menor intenção de se desfazer desse lucro, ele tenta apresentar sua tragédia (diminuição do lucro) como se fosse a tragédia da empresa, mas são coisas bem diferentes.

Mas há uma gota de verdade nos rios de lágrimas chorados pelos patrões. E é a seguinte: de fato, as empresas não suportam um aumento significativo dos salários porque todo o sistema capitalista está baseado no trabalho gratuito dos trabalhadores. Se os trabalhadores tiverem um aumento salarial de um determinado nível, todo o sistema vai desmoronar porque não é só o dono da fábrica que suga o sangue do operário. Também o banqueiro, o fornecedor de matéria-prima, o governo e os acionistas vivem do trabalho gratuito realizado pelo operário da fábrica. Quando o patrão fala em “pagar as despesas” ele quer dizer: “entregar a outros capitalistas uma parte do trabalho gratuito que você realiza aqui dentro da fábrica”.

Assim, vivemos em uma sociedade que vive do trabalho gratuito de uma parte da população. Essa imensa maioria, que trabalha a maior parte do tempo de graça sem saber, achando que está sendo paga, sustenta o luxo de uma ínfima minoria. Essa pequena minoria se mantém como uma classe

privilegiada apenas porque é proprietária das fábricas, empreiteiras, refinarias, bancos etc. Mas como eles se tornaram proprietários? Essa é uma pergunta que nem mesmo eles saberão responder. Falarão de alguma herança, de seu “espírito empreendedor”, se enrolarão, gaguejarão, mas não conseguirão explicar a verdadeira origem de sua riqueza. E por quê? Porque sabem que sua riqueza tem origem no trabalho gratuito dos outros. E seria muito vergonhoso admitir perante toda a sociedade: “sou rico porque exploro o trabalho dos outros, porque os outros trabalham de graça para mim”. Ninguém quer aparecer como sanguessuga e parasita. Não combina com a alta sociedade.

O capitalismo é, portanto, um sistema que carrega no seu próprio funcionamento a lógica da exploração. Por isso, sob o capitalismo, é impossível erradicar esse mal. O desafio de nossa classe é a destruição desse sistema e sua substituição por outro: um sistema fundado no princípio de que cada um retira da sociedade uma quantidade de riqueza proporcional ao seu trabalho. O princípio: para cada um, segundo o seu trabalho e não segundo suas posses. Em outras palavras, um sistema socialista, onde os trabalhadores sejam senhores de seu próprio trabalho e possam dizer em alto e bom som e em uma única voz: adeus, patrão! Até nunca mais!”

(CANARY, H. In: Jornal Opinião Socialista, de 25 de agosto a 07 de setembro de 2010)

De imediato, gostaríamos de tecer um comentário sobre o artigo em análise. Trata-se de um discurso que não se pode publicar em qualquer jornal. Por quê? Para responder, vale à pena resgatar as formulações realizadas por Pêcheux, quando este discute a noção de formação discursiva. Assim, conforme Pêcheux (1997):

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição numa conjuntura dada determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 1997, p.160)

Ora, pensando na proposição “o que pode e deve ser dito”, caberia aqui, em nossa opinião, um olhar mais ousado sobre as próprias possibilidades descritivas deste conceito. Ou seja, de acordo com o que nos interessa problematizar acerca dessa noção de formação discursiva, sem entrar nas controvérsias que implicam a complexidade do conceito, perguntamos em forma de paráfrase: poderia ser dita tal crítica ao capitalismo em qualquer edição jornalística, articulado sobre a forma não “de uma arenga, de um sermão...”, mas de um artigo?

Daqui, para responder sobre o porquê de não se poder publicar tal artigo em qualquer jornal, derivamos uma contradição e uma necessidade de ampliar o olhar sobre a própria tendência das formações discursivas, qual seja: o que se pode e se deve dizer – de acordo com a formação discursiva socialista que determina tal artigo aqui analisado, pois esta FD socialista jamais se confundiria com outras formulações – não pode ser dito e não deve ser dito em qualquer lugar. O que queremos dizer com isso? Que a luta de classes controla as possibilidades do dizer. Controla tanto de um ponto de vista interno à coerência do dizer, isto é, a tendência da formação discursiva socialista não

poderia ser condescendente com formulações do discurso capitalista em seu interior, sob pena de ser descaracterizada em seus objetivos políticos socialistas; da mesma forma também que, de um ponto de vista externo ao dizer, a luta de classes proíbe ou apaga a possibilidade de determinados dizeres aparecerem em quaisquer lugares.

Destarte, ao se estipular que não se pode e ao se decidir que não se deve denunciar o capitalismo em determinados espaços da mídia, de certo modo, *apaga-se* a possibilidade de desvelamento da mais-valia, ou, doutra maneira, *legitima-se*, *naturaliza-se*, *eterniza-se*, *faz-se parecer inevitável*, *faz-se parecer necessária* a mais-valia ou o trabalho não pago. Portanto, o raciocínio aqui é simples: os sujeitos-sociais que lutam contra o capitalismo são impedidos de popularizar suas convicções nos grandes veículos da imprensa burguesa, ou nos veículos de comunicação de massa, vamos encontrar seus rastros tão somente nas mídias ou nos espaços independentes que o próprio movimento operário consegue criar, sejam em jornais de partidos socialistas, sejam em jornais de sindicatos combativos, sejam em blogs alternativos da internet, sejam no esforço individual de autores de livros – destinados, como sabemos, a um público bem seletivo da sociedade – ou mesmo sejam em algumas obras de arte, músicas, filmes, quadrinhos, etc.

Quando não há uma organização combativa dos trabalhadores em determinado país, por exemplo, tais formulações, que denunciariam a exploração capitalista, sequer aventam propagar-se, podem ficar adormecidas por muitos anos. Por fim, não é demais arriscar uma hipótese: quando o desejo de explicar a mais-valia vir a ser uma prática ou quase um ritual de todos os trabalhadores que lutam, é possível dizer que a possibilidade da revolução operária estaria mais próxima. Não temos dúvida de que este era o grande objetivo e o grande projeto de Marx. O artigo em análise é a expressão prática desse projeto que procura interpelar os trabalhadores a lutarem contra o sistema.

Assim, sem entrar na análise dos exemplos que o artigo em discussão traz para explicitar o trabalho não pago – fato que já discutimos exaustivamente no capítulo precedente e que, aqui, nesta matéria, tenta-se formular de forma simplificada, buscando popularizar o entendimento da mais-valia, tomando o processo produtivo das indústrias automobilísticas –, gostaríamos de destacar por esta ocasião, em relação ao referido artigo, algumas sequências discursivas a nosso ver bem curiosas. Vejamos:

Sequência discursiva 1:

Quando os trabalhadores fazem greve por aumento salarial, os patrões mostram centenas de tabelas para provar que o aumento pedido é inviável, que a empresa vai falir etc. Essas tabelas são, em geral, mentirosas, não porque as

empresas não tenham despesas. Elas têm. São mentirosas porque o aumento pedido pelos trabalhadores nunca chega a afetar os compromissos assumidos pelas empresas junto a fornecedores e bancos. Os aumentos pedidos pelos trabalhadores são, em geral, bastante modestos e só afetam o lucro da empresa, ou seja, aquele dinheiro que vai limpinho para o bolso do patrão, já descontadas as despesas. Mas, como o patrão não tem a menor intenção de se desfazer desse lucro, ele tenta apresentar sua tragédia (diminuição do lucro) como se fosse a tragédia da empresa, mas são coisas bem diferentes.

Partindo da leitura de Pêcheux (1997), estabeleceríamos que entendemos que o sujeito social constituído na e pela materialidade da linguagem é antes um indivíduo, paradoxalmente já-sujeito, que é interpelado-constituído pelas condições econômicas, pelo poder jurídico-repressivo do Estado, pela ideologia, pelas práticas histórico-discursivas, tomando posição por identificação, por contra-identificação, ou por desidentificação, resultando, portanto, em uma entidade sujeitudoinal-econômico-jurídico-histórico-social-ideológico-discursiva que toma posição na reprodução/transformação das relações de produção.

Assim, firmados-relembrados esses princípios de nossa concepção do sujeito da linguagem, é que, para efeito de análise, começamos por dizer que – nesta sequência discursiva, aqui em discussão – o sujeito-militante-socialista tenta denunciar a interpelação, determinada pela contradição do processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo, que funciona argumentando ou por apagamento ou por legitimação-eternização-inevitabilidade-necessidade da mais-valia ou do trabalho não pago.

O sujeito-militante-socialista – interpelado-constituído pelo processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo, tomando posição pela transformação das relações de produção – é categórico: diz que os capitalistas “mentem” aos trabalhadores para legitimar sua exploração, “mentem” para fazê-la parecer necessária e inevitável, “mentem” para continuar ganhando em cima dos salários baixos dos trabalhadores. Aqui, é interessante observar que tais argumentos usados pela patronal e denunciados pelo sujeito-militante-socialista de fato podem sensibilizar os operários, afinal, se as mentiras dos patrões fossem verdadeiras, isto é, se “o aumento de salário pedido é inviável”, se a “empresa vai falir”, se o aumento de salário fosse de fato uma “tragédia para empresa”, é de se esperar que os trabalhadores se sintam ameaçados em relação à possibilidade de perderem seus empregos, portanto, legitimar-se-ia a exploração, fazendo-a parecer inevitável e necessária para manter a própria empresa funcionando. Por detrás desta legitimação, baseada na mentira, não nos esqueçamos, esconde o próprio apagamento da

mais-valia. É o que o discurso do sujeito-militante-socialista, publicado no jornal Opinião Socialista, quer, no fundo, criticar.

Extrairíamos outra sequência discursiva deste artigo para análise. Vejamos:

Sequência Discursiva 2:

Assim, vivemos em uma sociedade que vive do trabalho gratuito de uma parte da população. Essa imensa maioria, que trabalha a maior parte do tempo de graça sem saber, achando que está sendo paga, sustenta o luxo de uma ínfima minoria. Essa pequena minoria se mantém como uma classe privilegiada apenas porque é proprietária das fábricas, empreiteiras, refinarias, bancos etc. Mas como eles se tornaram proprietários? Essa é uma pergunta que nem mesmo eles saberão responder. Falarão de alguma herança, de seu “espírito empreendedor”, se enrolarão, gaguejarão, mas não conseguirão explicar a verdadeira origem de sua riqueza. E por quê? Porque sabem que sua riqueza tem origem no trabalho gratuito dos outros. E seria muito vergonhoso admitir perante toda a sociedade: “sou rico porque exploro o trabalho dos outros, porque os outros trabalham de graça para mim”. Ninguém quer aparecer como sanguessuga e parasita. Não combina com a alta sociedade.

Nesta sequência discursiva, a mais-valia é contada-denunciada pelo sujeito-militante-socialista de uma forma bem irônica, ou seja, além de mostrar que a mais-valia trata-se de um “trabalho gratuito de uma parte da população”; que se trata de “trabalhar a maior parte do tempo de graça sem saber, achando que está sendo paga, sustentando o luxo de uma ínfima minoria”; o sujeito-militante-socialista (re)formula uma proposição que jamais ouviríamos ou leríamos nas palavras de um sujeito-capitalista, isto é, “sou rico porque exploro o trabalho dos outros, porque os outros trabalham de graça para mim”.

Para tal prática capitalista, jamais formulada pelos seus agentes, mas silenciosamente exercida por eles no dia após dia, o sujeito-militante-socialista explica que “Ninguém quer aparecer como sanguessuga e parasita. Não combina com a alta sociedade.”. Ora, trata-se, mais uma vez, da tentativa de explicitar, trazer à tona, colocar em evidência, aquilo que os sujeitos-capitalistas, conforme nossa tese, optam por apagar: apagar as raízes da exploração do trabalho não pago. Mostrá-la seria contraditório, seria perigoso, seria pouco elegante, seria muita provocação aos trabalhadores, é melhor, na lógica deles, dos sujeitos-burgueses, usar palavras mais amenas, mentirosas, é verdade, mas bem amenas. Conforme sugere a formulação do próprio sujeito-militante-socialista aqui em análise: “sou rico pelo meu espírito empreendedor”. Não é bastante explicativa essa proposição?

Como não lembrar aqui Michel Pêcheux:

a objetividade materialista do ponto de vista do proletariado se caracteriza discursivamente por tomadas de posição *a favor de* certas palavras, formulações, expressões, etc., *contra* outras palavras, formulações ou expressões, exatamente como uma luta pela produção dos conhecimentos. (PÉCHEUX, 1997, p.209-210)

Portanto, como se trata de uma luta de classes, podemos dizer também que o ponto de vista do burguês se caracteriza discursivamente por tomadas de posição a favor de certas palavras, formulações, expressões, etc., contra outras palavras, formulações ou expressões, exatamente como uma luta pela produção dos conhecimentos. A opção pela formulação que ressalta a capacidade empreendedora do sujeito-capitalista inegavelmente se produz com vistas a esconder, apagar suas práticas de exploração do trabalho alheio.

Por fim, façamos um último recorte do artigo de Henrique Canary, publicado em *Opinião Socialista*. Vejamos:

Sequência Discursiva 3:

Dentro da estação de metrô Barra Funda, em São Paulo, há uma pequena casa lotérica. Ninguém nunca ganhou nada lá, mas ela está sempre cheia. O sucesso do empreendimento deve-se não à boa localização, mas ao nome: “Adeus, patrão!”. O sonho de se ver livre para sempre do trabalho imediatamente invade a cabeça dos que passam, e a vontade de fazer uma fezinha torna-se simplesmente irresistível. Vai que ganha...

O sujeito-militante-socialista problematiza assim os efeitos distorcidos que a mais-valia provoca, isto é, diante à possibilidade que o trabalhador visualiza em sua vida concreta, qual seja, a possibilidade de marchar “eternamente” em um processo de trabalho árduo que somente o explora e que nunca o tira da miséria ou nunca lhe recompensa como deveria, a quimera parece-lhe o caminho mais curto, sonhar em ganhar na loteria e abandonar o trabalho, ficando livre para sempre do patronato.

Contudo, o discurso socialista é implacável contra essa interpelação econômico-jurídico-ideológica-discursiva que faz parecer que a luta de classes se resolva de forma tão simples: “Ninguém nunca ganhou nada lá, mas ela está sempre cheia.” Ou seja, o discurso socialista tenta provocar um efeito desanimador às tomadas de posição que se identificam com as quimeras que seduzem a classe operária, fazendo o sujeito-leitor imaginar que nunca ninguém ganhou nada lá. Porém, o mesmo sujeito-militante-socialista reconhece e revela a contradição apesar de ninguém ganhar nada lá, a casa de jogo está sempre cheia.

Por que cheia? O sonho vendido passa pela formulação-interpelação do: “Adeus, patrão!” (...) Vai que ganha...”. Qual interpelação econômico-jurídico-ideológico-discursiva está sendo denunciada pelo sujeito-militante-socialista? A interpelação do

atalho. A lotérica vende a ilusão de que é possível atalhar a mais-valia, de que é possível livrar-se dela mudando de lugar social. Ora, o trabalhador está totalmente convencido em querer livrar-se do patrão, o patrão o explora, e ele nunca tem uma vida digna. Porém, o discurso socialista mostra, na sequência, o equívoco do atalho, pois o mal não estaria no trabalho em si, este seria belo, este seria gerador de todas as riquezas do mundo, portanto, seria um efeito distorcido que a mais-valia provoca, quando suas agruras interpelam os indivíduos a passarem a negar o próprio trabalho. O problema então seria outro, não se trata de todos abandonarem o trabalho, este seria o fim da humanidade, tratar-se-ia então de mudar o sistema de relação de trabalho vigente, tratar-se-ia de por fim justamente à exploração do trabalho não pago a serviço de uma minoria.

O que esta sequência discursiva revela, portanto, é que é uma ilusão da classe operária imaginar que vai se livrar das mazelas do capitalismo, driblando o sistema, a imensa maioria nunca ganhará na loteria e seguirá sendo explorada. Só lutando contra a exploração dos ricos, e destruindo o sistema capitalista baseado na exploração do trabalho alheio, a classe dos trabalhadores poderia fazer a formulação-propagandística, vendida no bilhete de loteria, tornar-se verdade, isto é, como diz o sujeito-militante-socialista, só assim poderia dizer “Adeus, Patrão!”.

Isso posto, o que cabe ressaltar para concluir esta análise é o seguinte: o artigo analisado funciona às avessas da reprodução das relações de produção, no que tange à problemática da mais-valia. Interpela-se, neste, pela transformação das relações de produção, principalmente partindo do pressuposto de que é preciso lutar contra o *apagamento-naturalização-legitimação-eternização-necessidade-inevitabilidade* da mais-valia ou do trabalho não pago.

Passemos agora a análise de outras amostras discursivas de outros sujeitos-sociais que, tentando popularizar de alguma forma essa discussão, asseveram-denunciam a mais-valia. Vejamos a música Cidadão, do sujeito-compositor Zé Geraldo:

| | |
|--|---|
| <p>CIDADÃO</p> <p>Tá vendo aquele edifício moço? Ajudei a levantar Foi um tempo de aflição Eram quatro condução Duas pra ir, duas pra voltar Hoje depois dele pronto Olho pra cima e fico tonto Mas me chega um cidadão E me diz desconfiado, tu tá aí admirado Ou tá querendo roubar? Meu domingo tá perdido Vou pra casa entristecido Dá vontade de beber E pra aumentar o meu tédio Eu nem posso olhar pro prédio Que eu ajudei a fazer</p> <p>Tá vendo aquele colégio moço? Eu também trabalhei lá Lá eu quase me arrebento Pus a massa fiz cimento Ajudei a rebocar Minha filha inocente Vem pra mim toda contente Pai vou me matricular Mas me diz um cidadão Criança de pé no chão Aqui não pode estudar</p> | <p>Esta dor doeu mais forte Por que que eu deixei o norte Eu me pus a me dizer Lá a seca castigava mas o pouco que eu plantava Tinha direito a comer</p> <p>Tá vendo aquela igreja moço? Onde o padre diz amém Pus o sino e o badalo Enchi minha mão de calo Lá eu trabalhei também Lá sim valeu a pena Tem quermesse, tem novena E o padre me deixa entrar Foi lá que Cristo me disse Rapaz deixe de tolice Não se deixe amedrontar</p> <p>Fui eu quem criou a terra Enchi o rio fiz a serra Não deixei nada faltar Hoje o homem criou asas E na maioria das casas Eu também não posso entrar.</p> <p>(Composição de Zé Geraldo)</p> |
|--|---|

Percebe-se, nesta letra de música do sujeito-compositor Zé Geraldo – interpelado-constituído por contra-identificação com a reprodução das relações de produção – que existe a retratação de um sujeito-operário-personagem que experimenta algumas contradições do capitalismo sobre seus ombros. O grande drama deste sujeito-trabalhador-personagem é que o mesmo percebe que é ele quem produz todas as riquezas, com o seu suor, com o seu trabalho, porém, *algo* ocorre no processo produtivo que o exclui de desfrutar das próprias maravilhas que cria. Esse *algo* é justamente a exploração do seu trabalho, ou, em outras palavras, trata-se da mais-valia, do trabalho que não lhe é pago para gerar uma grande lucratividade para o patrão.

Assim, conforme é denunciado-contado nesta composição musical, legitima-se, naturaliza-se a lógica de que o trabalhador não possui direito sobre os bens produzidos por ele, pois sua parte já teria sido paga no salário. Contudo, como revela a formulação do sujeito-operário-personagem, este salário recebido durante a produção da obra não lhe fora dignificante “foi um tempo de aflição eram quatro condução duas pra ir, duas pra voltar”.

Não bastassem as agruras, as aflições experimentadas no decorrer do processo produtivo, depois do edifício pronto, o sujeito-operário-personagem ainda se depara com a moral hipócrita da cidadania capitalista que o desqualifica por sua condição

social, provavelmente por estar vestido com uma imagem diferente daquelas que se espera de um nobre cidadão morador de um edifício. Nesse sentido, é bastante interpelativo o lamento do sujeito-operário-personagem, quando diz: “mas me chega um cidadão e me diz desconfiado, tu tá aí admirado ou tá querendo roubar?”.

A constatação lhe é dura. O capitalismo não somente o explora, o capitalismo o discrimina, o capitalismo o humilha, o capitalismo o exclui. Por conseguinte, esta contradição lhe afeta a ponto de este procurar consolo no alcoolismo: “Meu domingo tá perdido vou pra casa entristecido dá vontade de beber”. Esta denúncia, portanto, não é menor, as relações de produção, pautadas pela lógica de extração da mais-valia, humilham e podem destruir a moral do sujeito-trabalhador, inclusive, empurrando-o para o mundo dos vícios. São as saídas vislumbradas no imediatismo da angústia perante as contradições do processo produtivo.

A cena da construção do colégio estabelece denúncia semelhante face à impossibilidade do sujeito-trabalhador de desfrutar das riquezas que gera com o suor de seu corpo. Isto é, alguém está lhe roubando o trabalho, alguém está se beneficiando do seu mais-trabalho ou da sua mais-valia, sem dar-lhe uma retribuição social dignificante. Curiosa, portanto, a sequência discursiva que aponta para o fato de que as andanças do sujeito-operário-personagem, retirante do sertão, não lhe trouxeram melhorias de vida: “Esta dor doeu mais forte por que que eu deixei o norte eu me pus a me dizer lá a seca castigava mas o pouco que eu plantava tinha direito a comer.” Ou seja, longe da possibilidade de trabalhar e de tirar seu sustento da terra, este sujeito-trabalhador se vê obrigado a vender sua força de trabalho nas indústrias da construção civil, porém, sem ter aí os frutos do trabalho em suas próprias mãos, restando-lhe apenas um pagamento enquanto salário que nem de longe representa a totalidade das riquezas que produz.

Por fim, a composição do sujeito-compositor Zé Geraldo desvela as vozes desse sujeito-operário-personagem experimentando sua última contradição, qual seja, este sente-se acolhido na igreja que constrói provavelmente em um mutirão: “Lá sim valeu a pena tem quermesse tem novena e o padre me deixa entrar”. Ora, não podemos aqui deixar de resgatar Althusser (1999), quando este menciona que os Aparelhos Ideológicos de Estado também estão, de modo dominante, a serviço da reprodução das relações de produção. No caso, o otimismo religioso do sujeito-operário-personagem não passa de mais uma ilusão nos marcos do capitalismo, conformando-se com a possibilidade de ser entendido pelo menos pelos Santos ou por Cristo ou por Deus.

O Aparelho Ideológico Religioso, nesta interpelação, funciona construindo um consolo superficial para o sujeito-operário-personagem que, no fundo, não resolve ou

não propõe resolver a problemática da mais-valia ou a problemática da exploração do trabalho. Cristo seria, neste caso, o exemplo de um sujeito-trabalhador que não faz mais que lamentar a ingratidão dos homens “Hoje o homem criou asas e na maioria das casas eu também não posso entrar”. Assim, se o sujeito-operário-personagem seguir e identificar-se plenamente com o exemplo de Cristo, ele não ficará triste com as humilhações do capitalismo, mas também não se propará a lutar para transformar tal situação: naturalizará-eternizará-legitimar a mais-valia como uma ingratidão da espécie humana, o que definitivamente seria um erro essencialista e a-histórico.

Todavia, a despeito das soluções cristãs-idealistas que o sujeito-compositor-Zé-Geraldo vislumbra como possibilidade para o sujeito-operário-personagem, é clara a denúncia dos efeitos nocivos da mais-valia nessa composição musical, principalmente se levarmos em conta as contradições descritas nas duas primeiras estrofes. Entretanto, segundo nosso ponto de vista de sujeito-analista, que toma posição frente ao *corpus*, não acatamos sem suspeitas a totalidade desta crítica formulada pelo sujeito-compositor Zé Geraldo, pois, na terceira estrofe, o sujeito-operário-personagem se encontra mais uma vez iludido em sua saída cristã, identificando-se com as formulações produzidas no âmbito do Aparelho Ideológico de Estado Religioso.

A saída imaginada aí não é a de um embate direto contra o capitalismo, mas se dá em base a uma suposta tomada de consciência idealista dos sujeitos-capitalistas que deveriam conhecer os valores supremos da justiça divina e mudar de atitude. Ora, qual burguês iria se arrepender de seus acúmulos de capital com base na apropriação de mais-valia, isto é, com base na apropriação de trabalho não pago? Nós, na posição de sujeito-analista, colocamos sob suspeita tal interpelação.

De qualquer modo, essa amostra discursiva, na composição do sujeito-compositor Zé Geraldo, nos mostra que, mesmo por fora do olhar marxista, há, como efeito, um sentimento de que é necessário transformar as relações de produção baseadas na mais-valia ou baseadas na exploração. As relações de trabalho pautadas pela extração da mais-valia indubitavelmente danificam a vida da classe trabalhadora, e este é o grande efeito de sentido que depreendemos da letra de música *Cidadão*. O que o capitalismo faz com os operários não é bonito de se ver, muito menos de se viver. Portanto, se o sujeito-compositor Zé Geraldo sentiu a necessidade de problematizar a exploração do trabalhador é que, com certeza, algo o interpela em direção à luta pela transformação dessas relações de produção, conforme se deixa ver nesta formulação-composição-musical.

Nós o sabemos, um sujeito-capitalista jamais produziria tal discurso, ao contrário, o apagaria de seus arquivos. Não seria prudente a este cidadão capitalista dizer:

“trabalhem de graça para mim, para eu desfrutar das riquezas que vocês produzem, seus mortos de fome!”. Para o sujeito-capitalista a mais-valia precisa ser apagada, legitimada, naturalizada, eternizada, tornada inevitável e necessária. Já, segundo a denúncia do sujeito-compositor Zé Geraldo, aqui analisado, a mais-valia não pode ser considerada um fenômeno natural, muito menos legítimo, muito menos necessário, é nesse sentido que o sujeito-operário-personagem espelha tamanhas peripécias, justamente para provocar no sujeito-leitor o desejo de querer mudar essa situação, o desejo de querer transformar tais relações de produção. Portanto, parece-nos, nesse objeto artístico, trazem-se à tona os efeitos perniciosos de uma relação de trabalho pautada pela exploração, pautada pelo roubo do trabalho alheio, pautada pelo trabalho não pago, pautada pela mais-valia.

Passemos agora a analisar outras amostras discursivas que problematizam a contradição da mais-valia, tentando popularizar esta discussão. Escolhemos, desta feita, o enredo de samba, intitulado “*O samba da mais-valia*”, do sujeito-compositor Sérgio Silva.

| | |
|--|---|
| <p>“SAMBA DA MAIS-VALIA</p> <p>Síntese de muitas determinações A realidade social é feita de contradições Mas a árvore não pode esconder o arvoredo Vem o grande analista e revela o segredo Da acumulação de capital</p> <p>É mais-valia pra cá É mais-valia pra lá Capitalismo é selvagem é global É mais-valia pra cá É mais-valia pra lá Tempo roubado do trabalho social</p> <p>Mercadoria é alienação Trabalho e salário, a danação... A grana diz Trabalho sozinha A fórmula é $d - m - d'$ É a síntese</p> <p>Síntese de muitas determinações A realidade brasileira é feita de contradições Mas um grande analista indicou o caminho Ninguém pode vencer essa luta sozinho É luta de classes, coração... Tem a novela, meu bem E tem a Xuxa também Proselitismo tem no Jornal Nacional Tem desemprego, meu bem E tem a dengue também.</p> | <p>Desigualdade e tortura federal...</p> <p>No Brasil todo foi um ti-ti-ti Todo mundo pensando Do Oiapoque ao Chuí Mas agora é a hora da transformação O carnaval traz nossa revolução É a síntese...</p> <p>Síntese de muitas determinações A realidade social é feita de contradições Mas a árvore não pode esconder o arvoredo Vem o grande analista e revela o segredo Da acumulação de capital</p> <p>O manifesto falou O comunista escutou Tem que seguir o movimento popular O grande mestre mostrou A grande escola ensinou Dizer o samba no pé e se revoltar</p> <p>Lá no Rio os herdeiros da filosofia Descobriram o pandeiro, A cuíca, a magia... Mas agora é a hora da transformação O carnaval traz nossa revolução</p> <p>Carnaval! Revolução! Hi... hi... hi...!!!!”</p> |
| <p>(Composição de Sérgio Silva, acessada em 04 de março de 2011 no site http://www.youtube.com/watch?v=I5IIOh5scIy&feature=player_embedded at=27</p> | |

Esse enredo de samba escrito pelo sujeito-compositor Sérgio Silva – interpelado-constituído por tomada de posição que aponta para a luta pela transformação das relações de produção – aborda a problemática da mais-valia de um ponto de vista irônico, de certo modo carnavalizando as contradições do capitalismo, descrevendo-as com a lente teórica do marxismo, tanto em seu aspecto teórico, quanto em seu aspecto prático, argumentando de forma humorada em defesa da revolução.

Desfilam, assim, sob o olhar do sujeito-leitor, algo semelhante às alegorias carnavalescas que representariam o mundo capitalista. O primeiro carro alegórico que o sujeito-compositor, em sua denúncia, põe a desfilar é o que exhibe a figura da contradição social. O verso que sintetiza que “a realidade social é feita de contradições” é, portanto, o carro-chefe que expõe a crítica ao capitalismo neste samba-enredo, ou seja, o capitalismo cria pobres e ricos, trabalhadores e patrões, miseráveis e milionários, convivendo todos em um mesmo mundo, separados, contudo, econômica-jurídica-ideológica-discursivamente como se fossem estranhos.

Como não sentir essa contradição social que nos acerca? É o efeito de sentido que atribuímos à contradição social derivada desta “síntese de muitas determinações”: i) determinações econômicas que nos dividem em ricos e pobres, capitalistas e trabalhadores; ii) determinações jurídicas que nos estipulam lugares sociais diferentes – o lugar do proprietário das empresas e o lugar da simples pessoa física do trabalhador – utilizando-se, inclusive, o policiamento estatal, para não permitir acesso aos mesmos lugares e bens, ou seja, há lugares reservados no espaço social que não podem ser disponibilizados à grande maioria dos trabalhadores, da mesma forma, que as riquezas produzidas não podem ser usufruídas por todos, sob pena de se aprisionarem os que ousarem a violar as regras do sistema-burguês-capitalista; iii) determinações ideológicas que nos separam em nossas práticas sociais, uns realizando práticas consideradas de prestígio, outros realizando práticas consideradas próprias da classe baixa, etc...; e iv) determinações discursivas que não nos permitem fazer um único e mesmo discurso, ou seja, o discurso em prol de toda humanidade, mas, sim, nos obrigam a ser críticos e a fazer o discurso da luta de classes, sob pena de tão somente reproduzirmos as relações de produção, sem intentar transformá-las.

Assim, feita a abertura de denúncia contra o capitalismo, através da descrição do carro-chefe da contradição social, o samba-enredo faz desfilar em seguida o carro alegórico do método histórico-dialético que aponta que a parte não pode esconder o todo, mas que é constitutiva do todo, isto é, a “árvore não pode esconder o arvoredo”.

Podemos pensar aqui que a riqueza não pode ocultar a pobreza, ou vice-versa, elas são constitutivas, uma se constrói, gerando a outra, logo, uma destas partes (pobreza ou riqueza) não pode esconder seu contrário, outrossim, a existência de uma dessas facetas permite a revelação de seu oposto. Logo, uma árvore não esconde a floresta, mas é constitutiva da floresta. No tema dessa pesquisa, observar o funcionamento do trabalho pago é perceber o funcionamento do trabalho não pago, que é apagado: a árvore não pode esconder o arvoredo. Essa ideia do método dialético de interpenetração da parte com o todo vem sendo constituída desde Hegel, sendo apropriada pelo marxismo, conforme já demonstramos anteriormente no Capítulo II. Por isso, a acumulação de capital não pode passar despercebida ao sujeito-analista que emprega o método histórico-dialético. Este há de revelar-lhe o segredo.

Destarte, ao comparar, em sua análise, a relação da própria acumulação de capital com o todo social, o sujeito-analista, sugerido na letra do samba – que, em nossa percepção, trata-se do sujeito-teórico-marxista – vai descobrir o segredo desta própria acumulação: verá que esta se constitui a custa do roubo do trabalho social, isto é, da mais-valia ou do trabalho não pago ao trabalhador. O refrão do samba-enredo é explícito nessa sua tentativa de vulgarização do conceito da mais-valia, como a grande responsável pela formação das riquezas do sujeito-capitalista: “é mais-valia pra cá/ é mais-valia pra lá/ capitalismo é selvagem é global/ é mais-valia pra cá/ é mais-valia pra lá/ tempo roubado do trabalho social.”.

Segundo essa formulação da mais-valia, esta se caracteriza por “tempo de trabalho social roubado”, o que, em outras palavras, é somente outra formulação para “tempo de trabalho que não foi pago ao trabalhador” ou simplesmente “trabalho não pago” ou “mais-trabalho não pago”, conforme vimos anteriormente a propósito da discussão teórica em torno do fenômeno da mais-valia, que, inclusive, desemboca na mais-valia absoluta e na mais-valia relativa, ambas se constituindo como mecanismos de exploração, cada uma, ao seu modo, procurando conseguir extrair do trabalhador mais tempo de trabalho gratuito ou mais tempo de trabalho não pago.

Isso posto, na sequência, um terceiro carro alegórico desfila perante o olhar do sujeito-leitor e, em nosso caso, de sujeito-leitor-analista. Trata-se da alegoria que denuncia os mecanismos econômico-jurídico-ideológico-discursivos que constituem o próprio apagamento-legitimidade-naturalização-eternização-(aparente necessidade)-(aparente inevitabilidade) da mais-valia. Um mecanismo seria a mercadoria que é geradora da alienação, na medida em que esta (a mercadoria) esconde em seu brilho-

fetichismo o fato de ser, sobretudo, valor de troca (quantidade determinada de tempo de trabalho social nela cristalizado), ou seja, produto de um determinado tempo de trabalho social que foi consumado tão somente para realizar a exploração que o sujeito capitalista exerce sobre o trabalhador no intuito de obter lucros.

No capitalismo, portanto, não se produz em função do valor de uso, isto é, para realizar o desejo-necessidade coletivo das pessoas: a mercadoria é produzida, fundamentalmente, em função de agregar-lhe valor ou valor de troca, gerando com isso mais-valor, mais-trabalho não pago, que se traduzirá em mais-dinheiro para os sujeitos-capitalistas que controlam a produção, apesar de não serem estes que trabalham, mas, sim, os operários-trabalhadores, que, conforme temos discutido, são os que agregam uma parcela de trabalho não pago às mercadorias. O samba resume essa denúncia na afirmação de que “mercadoria é alienação”.

Outro mecanismo constitutivo da mais-valia apropriada pelos ricos trata-se do trabalho vinculado ao salário. O verso do samba-enredo sugere que “trabalho e salário é a danação”. Por que essa afirmação? Justamente, porque a venda da força de trabalho associado ao salário é um mecanismo econômico-jurídico-ideológico-discursivo que possibilita ao sujeito capitalista estabelecer uma relação com o trabalhador baseada em um contrato aparentemente legítimo, aparentemente livre, aparentemente necessário, aparentemente inevitável e aparentemente justo. Assim, o sujeito-trabalhador é interpelado a acreditar que não estaria assinando um contrato em que trabalharia de graça, ao contrário, este sujeito-trabalhador é interpelado a acreditar que está sendo pago para trabalhar.

Já sabemos, porém, que essa interpelação é enganosa: somente uma parcela do tempo do trabalho do operário é paga, a outra parcela é literalmente apropriada gratuitamente pelo patrão, e, é claro, esta parte não está revelada no contrato, nem o patrão a revelará ao trabalhador, esta “danação”, conforme sugere o samba-enredo, está tão somente implícita. Portanto, ao dizer que esse mecanismo de vinculação do trabalho com o salário é a “danação”, o sujeito-compositor, claramente anticapitalista, denuncia a perversidade deste processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo que interpela os indivíduos-operários a se constituírem em sujeitos-trabalhadores que são coibidos-forjados a legitimarem essa ordem de exploração capitalista.

Outra interpelação econômico-jurídico-ideológico-discursiva, utilizada pelo capitalismo para reproduzir suas relações de produção, sem ser questionado em sua contradição, trata-se do pretense sucesso empreendedor do sujeito-capitalista que argumenta que ganha dinheiro por sua capacidade criadora, por seu esforço individual,

por sua capacidade administrativa-organizacional. Este sucesso empreendedor, diga-se de passagem, também é um argumento falacioso e inverídico, e tal argumento falso é exposto na letra do samba-enredo pela formulação “a grana diz trabalho sozinha!”. Marx já dizia, e o demonstramos no capítulo dedicado à teorização da mais-valia, que o capital é valor (trabalho social gasto-cristalizado-empreendido na produção das mercadorias e representado-traduzido no fetiche simbólico do dinheiro) que se valoriza ou que se quer valorizar (gerar mais acúmulo de trabalho em objetos-mercadorias para aumentar a sua representação na forma de dinheiro). Em termos triviais, contudo, o capitalismo aparece simplesmente como dinheiro que quer se tornar mais dinheiro, fazendo parecer que este dinheiro é que gera mais dinheiro pelo próprio esforço, independentemente da exploração do trabalhador.

Entretanto, parte do esforço teórico do marxismo está em demonstrar que não é por decorrência de uma boa administração financeira que a acumulação de dinheiro funciona. Para se gerar mais dinheiro, é preciso que ocorra a exploração do trabalho de outros, portanto, “a grana” não trabalha sozinha, esse argumento é falso, nossas análises já o mostraram anteriormente. O fato é que fora preciso, então, ao sujeito-capitalista descobrir uma fórmula para fazer seu dinheiro aumentar. Esta fórmula se constitui, segundo os passos, que apontamos de forma bem resumida, a seguir. Para acumular mais dinheiro, fora preciso ao capitalista: 1- tomar o dinheiro acumulado (d); 2- investir parte do dinheiro na compra de matérias primas e meios de produção (m traduzidas em capital constante); 3- investir dinheiro na compra da mercadoria chamada força de trabalho para produzir mercadorias (m); 4- não pagar a totalidade do tempo trabalhado a esta força de trabalho (m); 5- vender a totalidade do tempo trabalhado-gasto-cristalizado por esta força de trabalho, materializado nas mercadorias (m) que produziu através de seus meios de produção (m traduzidas em capital constante); 6- no final do processo, com a venda das mercadorias (m) produzidas – sendo uma parte destas mercadorias produzidas gratuitamente pelo operário – ganhar mais dinheiro (d’).

Portanto, a fórmula $d - m - d'$, constituída por Marx e literalmente citada neste samba-enredo, como sendo o grande princípio capitalista que move a acumulação de capital, revela que é falacioso o argumento de que o dinheiro ou “a grana” trabalhem sozinhos. O que esta fórmula marxista sintetiza é que o dinheiro por si não gera mais dinheiro, isso é só a aparência. Na verdade, o dinheiro só gera mais dinheiro quando o sujeito-capitalista compra uma parte do tempo do sujeito-trabalhador e não paga parte desse tempo trabalhado por este mesmo trabalhador, fazendo-o produzir muitas

mercadorias gratuitamente para ele, em seus meios de produção, ou seja, em suas fábricas ou empresas ou empreendimentos comerciais ou latifúndios, etc.

Ao vender a totalidade das mercadorias produzidas sem ter despesas com a totalidade do trabalho despendido na produção destas, o sujeito-capitalista finalmente pode aumentar sua fortuna acumulada, pois vendeu o trabalho que explorou do trabalhador. Portanto, essa alegoria, exposta neste samba-enredo, dialoga claramente com os pressupostos teóricos de *O Capital* de Marx, tentando assim desvelar-popularizar-denunciar a problemática da mais-valia geradora da riqueza dos capitalistas. Trata-se, pois, de um discurso que interpela rumo ao desmascaramento das atuais relações de produção capitalistas, buscando desvelá-las para transformá-las.

Desse modo, exibidos esses princípios econômico-jurídico-ideológico-discursivos mantenedores do sistema capitalista, na sequência, o sujeito-compositor do samba da mais-valia passa a desvendar algumas práticas ideológicas que servem para interpelar os indivíduos a se conformarem com a tomada de posição que tão simplesmente reproduz as relações de produção. Nesse sentido, é bastante irônico nomear que, na contradição social da realidade brasileira, muitos dispositivos asseveram essa passividade dos sujeitos perante o capital. É citada, por exemplo, a interpelação ideológico-discursiva da novela, do programa da Xuxa, do Jornal Nacional, que objetiva a produzir-acomodar os sujeitos a reproduzirem essas relações de produção, baseadas na mais-valia ou na exploração do trabalho não pago, como se fossem naturais, legítimas, eternas e necessárias.

Como funcionaria a interpelação dessas práticas ideológico-discursivas? Principalmente na medida em que adormece-identifica a consciência dos sujeitos-trabalhadores, de forma que se considere natural, legítimo, eterno e necessário este processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo, em que, estes, os trabalhadores, se encontram inseridos, a despeito das desigualdades que os assolam:

Tem a novela, meu bem
E tem a Xuxa também
Proselitismo tem no Jornal Nacional
Tem desemprego, meu bem
E tem a dengue também
Desigualdade e tortura federal

Destarte, mazelas sociais derivariam de um mundo capitalista fundado na prática de extração da mais-valia: o desemprego, a dengue, a desigualdade, a tortura federal são decorrências deste sistema constituído com base na exploração de uns pelos outros,

entretanto, legitimadas-naturalizadas-eternizadas-(tornadas necessárias)-(tornadas inevitáveis) pelo discurso da mídia.

Como resolver esses problemas advindos do mundo capitalista? Aqui, se constroem as últimas alegorias descritas pelo sujeito-compositor do samba-enredo que argumentam na direção da defesa da luta de classes e da revolução, como saídas para resolverem-se as contradições do capital. Ao enunciar a proposição que afirma que “ninguém pode vencer essa luta sozinho, é luta de classes, coração”, argumenta-se no sentido de firmar os princípios marxistas de que somente a luta e a organização da classe trabalhadora podem transformar as relações de produção construídas com base na exploração.

As estrofes finais do samba também são um claro chamado à revolução, reivindicando claramente as propostas do *Manifesto Comunista*, de Karl Marx e Engels (1982). É o sentido que atribuímos aos versos que parecem se desfilar perante nós como uma coluna de soldados comunistas, brandindo suas foices e seus martelos: “agora é a hora da transformação”; “o manifesto falou, o comunista escutou, tem que seguir o movimento popular”; “dizer o samba no pé e se revoltar”; “o carnaval traz nossa revolução”; “Carnaval! Revolução!”.

Portanto, o teor do samba da mais-valia, do sujeito-compositor Sérgio Silva, é claro: parte do pressuposto de que é preciso trazer à tona as explorações decorrentes do capitalismo, se quisermos transformá-las. Corrobora, assim, a tese de que *um* dos mecanismos utilizados pelo capitalismo para reproduzir as relações de produção passa por apagar-legitimar-naturalizar-eternizar-(fazer parecer inevitável)-(fazer parecer necessária) a mais-valia, logo, caberia aos sujeitos-militantes – que digladiam-lutam-embatem contra esse processo – denunciá-lo, trazê-lo à superfície, colocá-lo à mostra, desvelar suas bases, explicitar suas contradições, desnaturalizar sua constituição, apontar para sua possível superação, desconstruir sua legitimidade-eternização-inevitabilidade-necessidade.

Nesse sentido, acreditamos que a análise deste samba-enredo – composto em 2005, por Sérgio Silva, conforme nossa pesquisa – tenha servido para interpelar-demonstrar acerca da atualidade das tomadas de posição políticas de sujeitos-militantes que, cada qual ao seu modo, problematizam as contradições relacionadas à mais-valia, colocando na ordem do dia a necessidade de dar a batalha para superá-las. Assim, tal discursividade mostra que o marxismo ainda produz seus efeitos na sociedade, não estando silenciado como gostariam de fazer crer os reprodutores da ordem, que advogam o fim da história e a supremacia absoluta do capitalismo.

Analisemos agora um poema clássico do sujeito-poeta Bertold Brecht, que, interpelado-constituído na luta pela transformação das relações de produção, na tentativa de popularizar os conhecimentos sobre a exploração da força de trabalho, denuncia-problematiza a arrogância histórica das classes dominantes que, ao longo dos tempos, tem explorado o trabalho realizado pela classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, apagado esse feito, para provocar a ilusão de que suas opulências teriam sido criadas pelo esforço dos próprios poderosos, e não fruto da exploração do trabalho alheio. Vejamos:

PERGUNTAS DE UM TRABALHADOR QUE LÊ

Quem construiu Tebas de sete portas?
Constam nos livros os nomes dos reis;
Terão os reis arrastado os blocos de pedra?
E Babilônia, tantas vezes arrasada,
- quem, tantas vezes, a reconstruiu?
Em que edifícios da dourada Lima os construtores moravam?
Para onde iam, à noite, os pedreiros, depois de pronta a Muralha da China?
A grande Roma é cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu?
Sobre quem triunfavam os césares?
Teria a tão decantada Bizâncio só palácios para os seus habitantes?
Até na lendária Atlântida, na noite em que pelo mar foi tragada,
Os afogados devem ter gritado por seus escravos.
O jovem Alexandre conquistou a Índia, sozinho?
César, vencendo os gauleses, não levaria consigo ao menos um cozinheiro?
Chorou Felipe de Espanha quando a sua esquadra foi a pique;
E ninguém mais terá chorado?
A cada página, um grande feito.
Quem cozinhava o banquete?
De dez em dez anos, um grande homem.
Quem pagava as despesas?
Tantas histórias, quantas perguntas.

AUTOR: (Bertold Brecht)

Nesse poema, o sujeito-poeta – interpelado-constituído por tomada de posição contra a reprodução das relações de produção que se desenvolveram na historicidade do processo econômico-social-jurídico-ideológico-discursivo – instiga os sujeitos-leitores a adotarem o ponto de vista da classe trabalhadora para contra-identificarem-se com a história contada pelos sujeitos da classe detentora dos meios de produção.

Assim, apesar de não tratar especificamente da mais-valia ou do trabalho não pago, as formulações encontradas neste poema colocam em xeque e questionam o fundamento histórico-econômico-jurídico-ideológico-discursivo da própria exploração do trabalho, isto é, denunciam que as classes dominantes, ao longo da história, precisaram fazer crer, em seus discursos, que suas riquezas derivaram das ideias geniais

de seus grandes homens, omitindo-apagando que foram os trabalhadores os principais personagens que lhes permitiram galgar o lugar social de classes dominantes.

Cada sujeito-leitor, para perceber esse apagamento da classe operária ao longo da história, poderia se convencer com os versos-formulações expostos no poema. Recordamos aqui apenas três, como exemplo: “Quem construiu Tebas de sete portas? Constanos nos livros os nomes dos reis; terão os reis arrastados os blocos de pedra? (...) Para onde iam, à noite, os pedreiros, depois de pronta a Muralha da China? (...) César, vencendo os gauleses, não levaria consigo ao menos um cozinheiro?”. Ou seja, o sujeito-poeta, questionando a historicidade da reprodução das relações de produção, retrata que a classe dos poderosos sempre explorou uma determinada classe de trabalhadores, da mesma forma que sempre também a relegou ao esquecimento, ao desmerecimento, a não valorização.

Surgem, portanto, desse processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo as interpelações que, conforme explicitamos nessa tese, promovem o apagamento-legitimação-eternização-naturalização-inevitabilização e aparente necessidade da exploração e não pagamento de parte do tempo do trabalho alheio. Ou, para usarmos os termos que descrevem a exploração atual do trabalho que estamos problematizando nessa tese: são interpelações que promovem o *apagamento-naturalização-legitimação-eternização-(suposta inevitabilidade)-(suposta necessidade)* da mais-valia.

Assim, não é demais ressaltar que a “interdiscursividade” (PÊCHEUX, 1997) dessa ideologia dos grandes homens, que se constituiu ao longo da história da luta de classes, mostra hoje seus efeitos também no atual mundo capitalista: os donos dos meios de produção divulgam o nome de suas empresas ou os próprios nomes de grandes milionários bem sucedidos (Bill Gates, Família Martins, Antônio Ermírio de Moraes, Sílvio Santos, Roberto Marinho, etc.) como se estes fossem resultantes de grandes empreendimentos que deram certo por conta de uma suposta criatividade genial de seus idealizadores. Para cada uma dessas grandes empresas, ou para cada um desses megamilionários nunca seria demais lembrar: Quem produziu as mercadorias para eles venderem e se enriquecerem? Quem trabalhou uma parcela do tempo gratuitamente para eles? Quem trabalhou para pagar as despesas das máquinas, matérias-primas e aluguel das empresas? Quem gerou-lhes as riquezas?

Dito isso, podemos concluir essa análise, citando as sugestões do próprio sujeito-poeta que, desmistificando-desvendando essas interpelações econômico-jurídico-ideológico-discursivas da classe dos abastados, diz: “A cada página, um grande feito.

Quem cozinha o banquete? De dez em dez anos, um grande homem. Quem pagava as despesas?” Portanto, o que tais questionamentos-formulações revelam é que a classe dos trabalhadores precisa desvelar a história contada pela classe dominante.

Implicados – conforme sugere o sujeito-poeta – nas perguntas de um trabalhador que lê, ou, poderíamos parafrasear, nas perguntas de um trabalhador que analisa o discurso, ou, nas palavras pecheutianas, nas perguntas de um trabalhador que

“se volta” *contra o sujeito universal* por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma *separação* (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) *com respeito ao que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar”*: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno. (...) Em suma, o sujeito, “mau sujeito”, “mau espírito”, (que) *se contra-identifica* com a formação discursiva que lhe é imposta pelo “interdiscurso”... (PÊCHEUX, 1997, p. 215),

enfim, implicados nestas possíveis leituras-questões da classe trabalhadora, tais questionamentos-formulações do sujeito-poeta Brecht querem instigar os sujeitos-leitores desta classe a assumirem a disposição crítica de desvendar, na luta, os discursos da classe dominante.

Uma vez que esta, a classe dominante, em seu desejo-necessidade de manter-reproduzir as relações de produção, conta a história de modo a interpelar-iludir-acomodar a classe dos trabalhadores, logo, caberia aos sujeitos constituídos nesta classe dos explorados ousarem lutar contra essa exploração do trabalho: precisariam, pois, contar-construir outra história, diga-se de imediato, precisariam começar contando a história que denunciaria a mais-valia ou o trabalho não pago ou trabalho explorado por aqueles que se querem manter na posição econômico-social-jurídico-ideológico-discursiva de ricos e poderosos. Desta crítica concebida pelos operários, nasceria a possibilidade de lutar pela transformação das relações de produção.

É nesse sentido que as formulações-questões do poema em análise também corroboram nossa tese, qual seja: os sujeitos-militantes – que, na contradição de classes, lutam contra a exploração das classes detentoras dos meios de produção – desde há muito já perceberam que é preciso desvendar o apagamento-legitimação-naturalização-eternização-(aparente inevitabilidade)-(aparente necessidade) dessas relações sociais pautadas na exploração e não pagamento do trabalho alheio. Aqui, claro fica que nossa tese de análise discursiva tenta desmistificar-desvendar os mistérios de um objeto econômico-jurídico-ideológico-histórico-discursivo, *a mais-valia*, contra o qual o próprio

sujeito-analista milita-investe-combate. Evidencia-se, assim, que a análise do discurso de inspiração marxista não se separa, portanto, dos objetivos políticos que a constituem.

Passemos, neste momento, à leitura-análise de outras formulações discursivas que abordam-asseveram-denunciam e tentam popularizar essa problemática da mais-valia. Vamos, por conseguinte, tecer algumas considerações sobre a mais-valia, contada-criticada nas formulações de uma história em quadrinho. A novidade desta formulação discursivo-imagística é a retratação simples de sujeitos-personagens envolvidos no processo produtivo do chão da fábrica. Vejamos:



sacou?!

Em nossa leitura, o objetivo do sujeito-militante-marxista produtor deste quadrinho – interpelado-constituído-identificado com a luta pela transformação das relações de produção – é claro. Ao produzir-formular este quadrinho, pretende-se convidar o sujeito-leitor a desidentificar-se das interpelações econômico-jurídico-ideológico-discursivas dos sujeitos-capitalistas, que, aqui, nesse exemplo, são descritas de forma desnudadas, em suas intenções de extrair cada vez mais dos trabalhadores uma quantidade maior de trabalho não pago ou uma quantidade maior de mais-valia.

O sujeito-personagem-burguês é descrito em toda sua imponência, vestido de terno preto e desenhado com um corpo maior do que todos os corpos dos outros sujeitos-personagens que aparecem no quadrinho, além de ser exibido com um charuto, símbolo de luxo e poder financeiro. Na história, o sujeito-personagem-burguês responde ao questionamento de um dado sujeito-personagem, que aparece desenhado com um corpo médio, em relação ao sujeito-personagem-burguês e em relação aos corpos dos sujeitos-personagens-operários. Este corpo médio, que aparece aqui de gravata, sugere que provavelmente este seja um determinado sujeito constituído-interpelado por algum grau de instrução e de criticidade, e que, neste momento, estaria visitando ou colocando em xeque os fundamentos da empresa.

O diálogo travado entre o sujeito-personagem-burguês e o sujeito-personagem-crítico é bastante curioso, no sentido de trazer à tona a mais-valia, o trabalho não pago ou o tempo de trabalho explorado-roubado-surrupiado aos trabalhadores. Ao perguntar ao sujeito-personagem-burguês sobre o que teria sido dito ao sujeito-personagem-trabalhador, a resposta dada pelo sujeito-personagem-burguês, “Que trabalhasse mais depressa”, é reveladora de todo o interesse constitutivo dessa classe: fazer com que seus trabalhadores produzam em um ritmo cada vez mais acelerado, o “mais depressa” possível, o que lhes garantiria uma parcela maior de tempo de trabalho não pago, rendendo-lhe a produção de mais mercadorias a serem vendidas.

Na sequência, o diálogo realizado entre os dois sujeitos-personagens (sujeito-burguês e sujeito-crítico) demonstra também que o pagamento do salário ao sujeito-trabalhador é realizado pelo próprio sujeito-trabalhador, já que é a venda de parte das mercadorias que o próprio trabalhador produz é que lhe restitui o salário. Essa verdade econômico-jurídico-ideológico-discursiva é descrita-formulada ironicamente no quadrinho quando o sujeito-personagem-burguês é obrigado a reconhecer que é “ELE”, o trabalhador, quem produz as mercadorias que, ao serem vendidas, lhe retribuem o salário.

Uma primeira contradição também acaba sendo verbalizada pelo sujeito-personagem-burguês, quando este é levado a formular que o sujeito-trabalhador produz um total de mercadorias equivalente ao valor de 240 reais por dia, sendo que o salário diário do trabalhador é apenas de 20 reais. Fica explícito aqui que a mais-valia extraída ao trabalhador não é pouca. Como já demonstramos no terceiro capítulo, bastaria descontar as despesas com a matéria prima, com os meios de produção, com a manutenção das dependências físicas da empresa (o que é também chamado de despesas com o capital constante) e teríamos a exata medida do quanto o patrão lucraria em cima desse trabalho não pago ao operário. A contradição mostrada nesse quadrinho, portanto, é bastante elucidativa de como se dá o princípio de exploração do trabalho: pagando-restituindo apenas uma ínfima parte do tempo de trabalho executado pelo operário.

Fazendo as contas de 240 reais de produção ao dia por cada trabalhador menos 20 reais de salário diário a cada operário, o sujeito-personagem-crítico, ironicamente, no decorrer do quadrinho, acaba invertendo a formulação econômico-jurídico-ideológico-discursiva dos atuais sujeitos-capitalistas: ou seja, costuma-se dizer, nas relações contratuais econômico-jurídico-ideológico-discursivo-capitalistas atuais que o patrão é quem paga ao trabalhador, mas aqui, com base na matemática realizada e na teoria da mais-valia de inspiração marxista, é dito-formulado o contrário, o trabalhador é quem paga 20 reais por dia para si mesmo e 220 reais por dia para o patrão, já que ele é quem produz as riquezas.

Ademais, a formulação-fala do sujeito-personagem-crítico é bastante irônica quando esta expõe a absurdidade ideológico-discursiva de que o trabalhador “paga ao burguês, 220 reais por dia, para que este lhe diga que trabalhe mais depressa!”. Ou seja, o sujeito-trabalhador recebe ordens de um sujeito-burguês parasita e sanguessuga, esse é o grande absurdo da interpelação econômico-jurídico-ideológico-discursiva reprodutora do capitalismo que, na prática, apaga-naturaliza-legitima-eterniza-(faz parecer inevitável)-(faz parecer necessária) a mais-valia.

Diante ao desvelamento-desvendamento da lógica econômico-jurídico-ideológico-discursiva constitutiva do capitalismo, coube ao sujeito-personagem-burguês apelar para seu estatuto de ser o proprietário das máquinas: “Mas sou eu o proprietário das máquinas!”. Contudo, frente a esse argumento do sujeito-burguês, o sujeito-personagem-crítico questiona-lhe a origem do dinheiro que lhe permitiu adquirir as máquinas, ou, em outras palavras, permitiu-lhe acumular o capital, e vemos que a lógica burguesa-capitalista mais uma vez é desnudada: o dinheiro adveio da venda das mercadorias

também produzidas pelos operários, o que coloca a classe burguesa como parasitária do trabalho alheio, e, logicamente, totalmente dispensável no processo produtivo.

Assim, o poder interpelativo das formulações deste quadrinho, por parte do sujeito-militante-marxista que o construiu, é que as mesmas põem à mostra a descoberta de que a classe detentora dos meios de produção é totalmente parasitária no processo produtivo. Não sendo necessária para o bom andamento da fábrica e muito menos para a produção das riquezas, tal descoberta aqui desvendada de forma tão lógica e simples constitui o tendão de Aquiles do capitalismo, logo, explica-se porque estes sujeitos-capitalistas precisam fazer de tudo para apagar-legitimar-naturalizar-eternizar-(fazer parecer inevitável)-(fazer parecer necessária) a mais-valia, ou, em outras palavras, precisam fazer de tudo para apagar-legitimar-naturalizar-eternizar-(fazer parecer inevitável)-(fazer parecer necessária) a exploração exercida sobre os trabalhadores.

A expressão mencionada no quadrinho de “Cuidado! Eles podem ouvir!” é o efeito derivado dessa fragilidade econômico-jurídico-ideológico-discursiva das interpelações que advogam a superioridade do capitalismo. Afinal, são essas contradições constitutivas das interpelações pró-capitalistas, que, inclusive, tornam a revolução um gesto totalmente lógico e possível, principalmente quando projetado pelo movimento operário teoricamente organizado em sua resistência, em sua aspiração de transformar as vigentes relações de produção. Tais contradições são as interpelações que, certamente, afetaram Pêcheux ao ponto de enunciar que:

A prática política do proletariado não é o ato de um sujeito (que seria o proletariado); essa prática rompe com o funcionamento político espontâneo da forma-sujeito, e é com respeito a esse fato que ela é *Experiment*, experimentação científica, e não *Erfahrung*. (...) as formas empíricas e espontâneas – subjetivas – da prática política funcionam diferencialmente em função das posições de classe às quais elas correspondem, e constituem o ponto de aplicação da prática política de tipo novo (prática não-subjetiva de experimentação-transformação da história desenvolvida pelas massas por meio de suas organizações). A transformação das relações de produção, em suas diferentes etapas – da tomada do poder político pelos trabalhadores à ocupação-transformação-destruição da “máquina do estado” na transição socialista para o modo de produção comunista... (PÊCHEUX, 1997, p.207) (grifos do autor)

Portanto, cumprimos, aqui, com essa análise-problematização do quadrinho em questão, mais uma demonstração de que a tese por nós defendida continua válida e atual, qual seja, revelamos, mais uma vez, que *um* dos mecanismos utilizados pelo capitalismo para reproduzir as relações de produção passa por apagar-legitimar-naturalizar-eternizar-(fazer parecer inevitável)-(fazer parecer necessária) a mais-valia, a

exploração do trabalho. E, obviamente, nós, sujeitos-analistas do discurso, e muitos outros sujeitos-militantes inscritos no marxismo ou próximos a este estão e estamos na luta contra esses ardis capitalistas.

Para terminar, concluímos que todas as formulações, analisadas e ponderadas nesta seção – determinadas pela contradição do processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo –, resumir-se-iam em um único axioma, qual seja:

O processo de extração da mais-valia, de extração do trabalho não pago, de exploração do trabalhador, existe e precisa ser denunciado-desvendado-desmistificado-transformado na luta da classe trabalhadora.

4.2 O apagamento-legitimação-naturalização-eternização-inevitabilidade-necessidade da mais-valia *versus* a luta contra a exploração na discursividade política

Os *corpora* que analisaremos, nesta oportunidade, para seguir demonstrando as contradições que atravessam a problemática da mais-valia, constituem recortes por nós constituídos, no sentido de promover mais uma amostra acerca da pertinência da tese, segundo a qual, o apagamento-legitimação-naturalização-eternização-(aparente inevitabilidade)-(aparente necessidade) da mais-valia é, não a única, mas *uma* das interpelações – determinada pelo processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo – utilizada pelos sujeitos capitalistas para reproduzirem as relações de produção, baseadas na exploração.

São várias as circunstâncias econômico-jurídico-histórico-ideológico-social-discursivas em que os sujeitos são interpelados a praticarem, explicarem, idealizarem, argumentarem, se posicionarem em torno de processos que envolvem as relações de produção. Conforme os interesses de classes em jogo, os discursos ou *apagam-silenciam* ou deixam emergir como *evidentes-naturais-eternas-inevitáveis-legítimas-necessárias* certas condutas sociais acerca dessas relações produtivas. Descortinar-desvendar tais posições como não sendo neutras no processo econômico-jurídico-histórico-ideológico-discursivo de lutas de classes é o intuito deste trabalho, portanto, a escolha do *corpus* a seguir também não é desprovida da tentativa de asseverar as tensões desse conflito.

A propósito, trabalhamos, na sequência, com excertos e sequências discursivas recortadas de transcrições de vídeos-debates e de entrevistas da campanha eleitoral para

presidência da república 2010, no crivo de formas-sujeitos candidatos de seus respectivos partidos políticos e coligações, buscando visualizar nestas amostras discursivas alguns compromissos ou ausência deles, e também algumas explicações, práticas e idealizações acerca das relações produtivas vigentes no país. Sob a superfície do que se encontra dito, procuramos interpretar o grau de preocupação dos sujeitos-candidatos à presidência da república, acerca da exploração da mais-valia, a nosso ver, conforme temos demonstrado até aqui, base de sustentação do modelo produtivo capitalista.

O fio condutor da análise assume um olhar materialista-discursivo que considera “a luta de classes como o motor da história”, à guisa de (ALTHUSSER, 1978), em *Reposta a John Lewis*, pois entendemos que são os interesses e as necessidades das classes que fazem a história, assim, essa análise discursiva, inscrita nesse viés marxista, traz à cena principal a explicitação dos interesses de classes que estão em jogo nos discursos. Logo, a preocupação meta-discursiva fundamental de nossa parte, ao analisar a discursividade política que, de algum modo, refere-se ao tema da mais-valia é responder à questão: em serviço de qual classe, determinada tendência da formação discursiva advoga? Ajuda reproduzir as relações de produção ou inscreve-se na luta por transformá-las?

Isso dito, para dar início a essa análise, cumpre destacar que, baseado em nossas leituras de Pêcheux (1997) e em nossas leituras de Santos (no prelo), postulamos o seguinte dispositivo matricial como guia condutor para essa análise:

MATRIZ EPISTEMOLÓGICA DE UMA ANÁLISE MARXISTA

| Tendência da Formação Discursiva a Defender a Reprodução das Relações de Produção | Tendência da Formação Discursiva a Defender a Luta pela Transformação das Relações de Produção |
|--|---|
| Pró-burguesia (apaga a mais-valia; esconde a mais-valia; não denuncia a mais-valia; eterniza a mais-valia; naturaliza a mais-valia; legitima a mais-valia; faz parecer necessária a mais-valia; faz parecer inevitável a mais-valia) | Pró-trabalhadores (luta contra a mais-valia; explicita a mais-valia; assevera a mais-valia; denuncia a mais-valia; desnaturaliza a mais-valia; propõe outra política para lidar com a mais-valia) |
| NATUREZA DA TENDÊNCIA DA FORMAÇÃO DISCURSIVA | NATUREZA DA TENDÊNCIA DA FORMAÇÃO DISCURSIVA |
| OCORRÊNCIAS | OCORRÊNCIAS |

Feitas essas explicações, passemos, então, agora, à análise de recortes de trechos de vídeos-debates que selecionamos para apreciação de nossa problemática.

Corpus 1 – em suas condições de produção – EXCERTO 1

Transcrição de trecho de vídeo-debate de candidatos à presidência da república-2010, realizado pela Band, acessado em 15/08/2010: Pergunta do Sujeito-candidato Plínio Arruda Sampaio (PSOL) ao Sujeito-candidato Dilma Rousseff (PT).

Mediador: Agora é a vez do candidato Plínio Arruda Sampaio formular sua pergunta para quem vai responder... a sua escolha

Sujeito-candidato Plínio pergunta: Bom, vocês notaram que há muita convergência aqui, agora vocês vão ver a divergência, ô, a minha pergunta vai para candidata Doutora Dilma, Dona Dilma, a senhora apóia o plebiscito que a CNBB está fazendo pra botar um limite de 1000 hectares em toda propriedade agrícola, de tal maneira que toda propriedade possa ser desapropriada, redução da jornada de trabalho sem redução do salário e terceiro anistia aos desmatadores, qual é a sua posição sobre esses três pontos?

Mediador: eu peço a candidata Dilma, notem, não é pra seguir aqui um rigor espartano no horário, mas é muito importante que os candidatos observem quando fica vermelho o monitor pra gente manter a dinâmica é... do debate, ok? Candidata Dilma, a sua resposta, por favor?

Sujeito-candidato Dilma: Candidato Plínio, eu vou começar por essa questão do desmatamento, eu não concordo com nenhuma medida que fle... flexibilize a possibilidade de desmatamento seja na Amazônia, seja em qualquer bioma do país, no que se refere à questão da redução da jornada de trabalho, eu acho que é necessário, no Brasil, o respeito ao... os movimentos sociais, não é papel do governo é... substituir o movimento social e... determinar qual é a jornada de trabalho que esse ou aquele setor deve ter, é verdade que no Brasil, alguns setores mais avançados da indústria brasileira, principalmente aqueles mais oligopolizados, eles tem condição de ter uma jornada de trabalho menor, agora, como o Brasil é composto por milhões... e e milhões de situações diferentes, por milhares de empresas diferenciadas, essas empresas também podem ser pequenas e médias e aí a discussão tem de ser bastante específica, eu acho que é sempre prudente que o movimento social e a sociedade evolua e o governo, nesse aspecto, não deve correr na frente dos movimentos sociais, no que se refere aos limites de propriedade, eu acredito que definir um limite único do Iapoque ao Chuí não é prudente, eu sou a favor de processos de reassentamento, de reforma e reassentamento agrário, com qualidade, baseado na agricultura familiar onde a propriedade tenha acesso ao crédito, assistência técnica, em que as pessoas possam viver daqu... do seu trabalho, acho que o programa de aquisição de alimentos e de é... destinar 30% da merenda escolar para ser comprada na...

Mediador: Candidato Plínio, o senhor tem um minuto para... sua réplica

Sujeito-candidato Plínio: Bom, fica claro o seguinte... anistia aos desmatadores, você concorda com o movimento popular, que está pedindo isso, você não quer anistia, você será contra a anistia... quanto à jornada de trabalho, você falou mais ou menos pra cá, mais ou menos pra lá, mas eu tenho a impressão que você acha que os movimentos sociais devem pedir, não o governo e... os mil hectares de terra aí ocê não quer memo, não quer saber, e isso é que é fundamental, se você não tiver, realmente, uma divisão da propriedade da terra, você está no modelo da desigualdade, não está no modelo da igualdade, sem distribuir essa terra excedente que representa mais ou menos do que o tamanho da Penha inteira, você está fora do marco da igualdade social e é isso que vim fazer aqui, defender a igualdade social

Sujeito-candidato Dilma: Olha, deputado Plínio, eu respeito a sua posição, não concordo com ela, acredito que, no Brasil, há situações extremamente diferenciadas e acho que elas tem de desrei... respeita... de... tem de ser respeitadas, essa questão do limite da propriedade, ela... pra ela ser implantada no Brasil tem de levar em conta essa diversidade que existe no Brasil... no que se refere aos movimentos sociais, eu não vejo porquê o estado brasileiro tem de substituir lutas que o movimento social, num momento democrático em que vivemos, pode e deve desenvolver, eu não sei porquê é... o que se aplica, por exemplo, a uma... sem dúvida, sem sombra de dúvida, o que se aplica aqui, em São Paulo, tenha de se aplicar em estado do nordeste brasileiro, no que se refere a jornada de trabalho, há essas desigualdades, essas diversidades entre... no Brasil e isso tem que ser respeitado.”

You Tube http://www.youtube.com/watch?v=rL0g_6h_xcQ&feature=channel

Em primeiríssimo lugar, gostaríamos de destacar que o recorte do *corpus* feito acima, enquanto excerto, traz amostras de que continua atual e válido, teoricamente, o postulado que derivamos de nossas leituras de Pêcheux, qual seja, o de que, em nossa sociedade, as condições econômico-jurídico-ideológico-discursivas determinantes dos

discursos, sejam estes quais forem, mas, principalmente, quando se trata do discurso político, são constituídos com base na contradição da reprodução/transformação das relações de produção capitalistas.

Mais propriamente ao tema que aqui nos interessa examinar, compreendemos que o processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo, nos marcos do sistema capitalista, tende a interpelar os indivíduos em sujeito de modo que não percebam ou considerem natural, eterna, inevitável, legítima e necessária a exploração do tempo de trabalho dos operários, não pagando uma parcela deste tempo trabalhado (o que, conforme temos discutido, dá origem à mais-valia – trabalho não pago – fonte geradora de mais dinheiro para os sujeitos capitalistas).

Tal interpelação, obviamente, se dá em favor do lucro patronal, e, na verdade, segundo o que vimos explicitando ao longo desta tese, esse processo de exploração do trabalho precisaria – sob a ótica da luta dos trabalhadores – ter sua legitimidade sob suspeita, já que não tem nada de natural, não é eterno, não é inevitável e muito menos necessário, ao contrário, trata-se de um processo *construído* historicamente através de uma acirrada luta de classes, o que implica que poderia ser radicalmente outro.

Contudo, como nós, “sujeito-analista (que nos instalamos) em um lugar discursivo de investigação” (SANTOS, 2004, p.117), fazemos questão de declarar que tendemos a olhar os funcionamentos discursivos com o objetivo de criar condições para transformá-los, e não com o intuito de meramente fazer uma diagnose, ousamos, nessa análise, olhar-avaliar-valorizar-desvalorizar os efeitos de sentido derivados do *corpus*, conforme explicitaremos em seguida. Para tanto, subtraímos do mesmo algumas sequências discursivas que enquadramos ou no terreno da defesa da reprodução das relações de produção ou no terreno da defesa da luta pela transformação das relações de produção, segundo formulação de Pêcheux (1997) e já sugeridos em nossa matriz epistemológica.

Sequência Discursiva 1:

Sujeito-candidato Plínio pergunta a sujeito-candidata Dilma:

Bom, vocês notaram que há muita convergência aqui, agora vocês vão ver a divergência, ô, a minha pergunta vai para candidata Doutora Dilma, Dona Dilma, a senhora apóia o plebiscito que a CNBB está fazendo pra botar um limite de 1000 hectares em toda propriedade agrícola, de tal maneira que toda propriedade possa ser desapropriada, redução da jornada de trabalho sem redução do salário e terceiro anistia aos desmatadores, qual é a sua posição sobre esses três pontos?

Avaliamos que esta sequência discursiva se estabelece como uma tendência da formação discursiva em fortalecer a defesa da luta pela transformação das relações de

produção – tendo por enunciador o sujeito-candidato Plínio de Arruda Sampaio, indivíduo interpelado-constituído em sujeito do discurso pelo agrupamento político do PSOL, partido, este, construído sob influências do marxismo, considerando-se anticapitalista.

Isso posto, queremos explicitar que, (re)-significando Pêcheux (1997), nossa diagnose-avaliação-análise entende uma tendência de uma dada formação discursiva como aquilo que pode e deve ser dito em uma dada conjuntura, implicando aquilo que não pode e não deve ser dito, mas incluindo também aí o que se diz, nessa mesma conjuntura, mesmo sem poder ou mesmo sem dever dizer.

Ademais, esta luta pelo dizer/não dizer; pela validação/invalidação do dizer; pela validação/invalidação do não dizer; pela conservação/revolução do dizer; pela conservação/revolução do não dizer; se mostra através de determinadas formulações/ausência de formulações, marcadas através da materialidade linguística, que revelam a tomada de posição dos indivíduos interpelados em sujeitos do discurso como constituídos por uma dada interpelação econômico-jurídico-ideológico-discursiva, o que implica necessariamente que a tomada de posição destes sujeitos, via tendência de uma formação discursiva, produz efeitos em relação à luta de classes ou refrata efeitos desta mesma luta de classes, ou seja, produz ou refrata efeitos em favor daquilo que Pêcheux (1997) chama de processo de defesa da reprodução ou processo de defesa da luta pela transformação das relações de produção.

Esta luta, expressa enquanto tendência de uma dada formação discursiva, trata-se de um movimento dialético, um movimento contraditório, um movimento em que os contrários se interpenetram, um movimento ora desigual e ora combinado em que estas formulações ou ausências delas produzem enquanto efeitos de sentidos, mesmo que tais formulações/ausência de formulações estejam fazendo parte de uma mesma tendência de uma dada formação discursiva interferente/refratária na/da luta de classes. Aqui cumpre salientar que derivamos a noção de “tendência” da leitura dialética que Marx realiza em *O Capital*, já que, em nossa posição, o olhar dialético analisa sempre os fenômenos em movimento, não é possível fixar fenômenos, muito menos os constituídos pelos processos econômico-jurídico-ideológico-discursivos. Acreditar na rigidez é desconsiderar as possibilidades, inclusive, de revolução-transformação dos fenômenos.

Por isso, achamos que este olhar pode provocar reflexões nas análises discursivas, afinal pode-se preferir o termo *tendência de uma formação discursiva* ao simples termo *formação discursiva*, já que, a nosso ver, este substantivo “formação”, puramente colocado, produz um efeito positivista de formulações cristalizadas,

estanques na produção dos sentidos, desconsiderando a dialética, a mudança, o movimento ou mesmo a possibilidade da luta discursiva no seio de uma mesma tendência da formação discursiva. Por exemplo, face ao que *pode e deve ser dito em dada conjuntura* pode-se insurgir o inesperado, pode-se insurgir o dizer revolucionário que ousa dizer, mesmo não o podendo, mesmo não o devendo, o que provocaria seus efeitos e fissuras na tendência da formação discursiva.

Logo, é válido destacar que não seria recomendável enquadrar, categorizar uma tendência de uma formação discursiva, mas tão somente delineá-la enquanto tendência, não enxergá-la como formação discursiva rígida que sugere a ideia estruturalista de regularidade que estaria condenada a existir *ad eterno*. Em nossa visão, o movimento histórico-dialético é implacável, os sentidos estão se movendo, nascendo uns, morrendo outros.

Também achamos pertinente marcar a propósito da noção de tendência de uma formação discursiva, constituída neste movimentar contraditório, que esta funcionaria como um vetor que aponta sempre para qual direção encaminha-se a tomada de posição do sujeito no processo da luta de classes, ou reproduzindo as relações de produção ou lutando por transformá-las. Jamais, no âmbito do materialismo histórico e dialético, seria justificável examinar as tendências de uma determinada formação discursiva sem relacioná-las com os efeitos de sentido que estas marcam na luta de classes. Fazê-lo, em nosso entendimento, seria apagar o potencial marxista-revolucionário da teoria de Pêcheux, que almejava contribuir com as leituras do movimento operário, na luta pelo socialismo.

Sabemos que tudo que não avança tende a estacionar e a recuar, portanto, sob a luz da dialética marxista, o que queremos aqui, nesta análise, é revitalizar o potencial da teoria pecheutiana, enquanto instrumentalização significativa para os materialistas-dialéticos que avaliam as tendências das formações discursivas no intuito de transformá-las, interferindo sobre elas e não apenas refratando-as, já que elas são constituídas, na sociedade capitalista, pelos embates pró ou contra o capital.

O exercício de mera demarcação de formações discursivas, em quaisquer que sejam os *corpora*, descoladas do processo político que estas constituem na luta de classes, seria vazio, se olhados pelo ângulo do materialismo histórico-dialético. É claro, porém, que ninguém está proibido de praticar a pura metalinguagem, e é isso que, a nosso ver, tal exercício se tornaria: metalinguagem pura. Nós, entretanto, não pretendemos incorrer nesse tipo de análise, em nossas possíveis contribuições teórico-analíticas.

Portanto, esta noção de tendência de uma formação discursiva busca interferir nesse viés. A questão que a caracterização da tendência de uma dada formação discursiva

coloca é: para onde esta tendência da formação discursiva aponta? Defesa do capitalismo ou defesa da luta para superá-lo? Defesa da reprodução das relações de produção ou defesa da luta pela transformação dessas relações de produção baseadas na exploração? No caso de nosso tema e da análise que aqui realizamos, identificamos, por exemplo, que, conforme pistas marcadas ou não marcadas nas formulações ou ausências de formulações da materialidade linguística, pode-se caracterizar que há uma tendência de uma dada formação discursiva em esconder-apagar-legitimar-naturalizar-eternizar-(fazer parecer inevitável)-(fazer parecer necessário)-asseverar-denunciar o fenômeno da mais-valia, mas, no caso, a análise não termina aí, visto que o próximo passo é questionar para onde essa tendência de “apagamento-legitimação-naturalização-eternização-inevitabilidade-necessidade-asseveração-denúncia do fenômeno da mais-valia” aponta.

Ora, se se trata de esconder-apagar-legitimar a mais-valia, por exemplo, vemos que o indivíduo interpelado em sujeito do discurso, nos bastidores econômico-jurídico-ideológico-discursivos, está fortalecendo a defesa da reprodução das relações de produção capitalistas existentes, em detrimento dos que lutam por sua transformação. Assim, a caracterização da tendência de uma dada formação discursiva imiscui-se necessariamente ao lugar que tal tendência ocupa na luta de classes. É nesse sentido que, mesmo (re)-significando a terminologia de Michel Pêcheux, acreditamos que continuamos mais pecheutianos do que nunca, na verdade, estamos tão somente tentando dar um “zoom” ao alcance de sua teoria materialista do discurso.

Feitas estas considerações em torno da teoria que baliza nossa análise acerca da discursividade política que gira em torno da mais-valia, voltamos agora à análise do *corpus*, a propósito da sequência discursiva enunciada pelo sujeito-candidato Plínio. Por que achamos que esta sequência discursiva revela a tendência de uma dada formação discursiva que almeja colocar em evidência o fenômeno da mais-valia? E por que avaliamos que tal tendência de tornar evidente a existência do fenômeno da mais-valia aponta, em termos econômico-jurídico-ideológico-discursivos, para o marco da defesa da luta pela transformação das relações de produção?

Ora, justificamos essa interpretação pró-transformação das relações de produção, justamente porque é claro que as palavras enunciadas, no conjunto da formulação linguístico-discursiva, estão *a favor* da reforma agrária, da redução da jornada sem redução do salário e do fim da destruição ambiental, o que explicita uma perspectiva política *contra* o latifúndio e *contra* a manutenção da atual jornada de trabalho. Sabemos, pois, que a atual jornada existente no país acentua ainda mais a mais-valia ou

o trabalho não pago extraído pelos burgueses, já que, quanto maior o tempo de trabalho despendido pelos operários na fábrica ou na empresa, maior a quantidade de horas não pagas que o empresário pode apropriar-se do trabalhador, traduzindo-se em aumento da sua lucratividade empresarial-individual. Vejam nossas explicações anteriores, no terceiro capítulo, sobre a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa.

Além de defender a redução da jornada, é notória também a denúncia que o sujeito-candidato Plínio faz do modo abusivo como as madeireiras exploram o ambiente. Destarte, fazer este questionamento ao sujeito-candidata Dilma, representante da linha política do então sujeito-governo Lula, baseando-se em um plebiscito de iniciativa popular, valoriza atitudes políticas que trilham o caminho da luta pela transformação das relações produtivas e, conseqüentemente, desvaloriza (contra-identifica-se), coloca em questionamento as atitudes políticas que não queiram se comprometer com esta luta pela mudança.

Portanto, a tendência da formação discursiva, em fazer exigências contra a exploração capitalista, demarca um posicionamento claro na luta de classes, o desejo de incidir no fortalecimento das lutas pela transformação das relações de produção. É o que, afinal, interpelados por uma perspectiva marxista, julgamos ser relevante na análise da luta expressa no interior de uma tendência de uma dada formação discursiva, principalmente quando se trata de caracterizar o funcionamento da discursividade política:

a objetividade materialista do ponto de vista do proletariado se caracteriza discursivamente por tomadas de posição *a favor de* certas palavras, formulações, expressões, etc., *contra* outras palavras, formulações ou expressões, exatamente como uma luta pela produção dos conhecimentos. (PÊCHEUX, 1997, p. 209-210) (grifos do autor)

Na caracterização de tendências da formação discursiva, encontramos, portanto, expressos na materialidade linguística, um embate, uma luta, uma guerra a respeito do que formular e do que não formular, do que dizer e do que apagar, do que valorizar e do que desvalorizar, do que aceitar e do que rejeitar, enfim, há um movimento contraditório, interpelando os indivíduos em sujeito do discurso, tomando posição por “identificação”, “contra-identificação” ou “desidentificação” (PÊCHEUX, 1997) acerca do que é posto em funcionamento pela tendência constituinte da formação discursiva. O sujeito-candidato Plínio interpela rumo à contra-identificação/desidentificação com o capitalismo.

Além disso, especificamente ao nosso tema de pesquisa, como é vista a mais-valia, a partir da superfície do dizer do sujeito-candidato Plínio? É tratada no âmbito da

reprodução econômico-jurídico-ideológico-discursiva capitalista que apaga ou faz parecer natural, eterna, legítima, inevitável, necessária a exploração do tempo de trabalho dos operários, sem pagá-los, mas, ao contrário, lucrando à custa do trabalho destes? Não, a nosso ver, o enunciado “redução da jornada de trabalho sem redução do salário” encaminha para a construção de outra forma de tratar as relações de produção, que, no mínimo, apontaria para a redução da taxa de mais-valia ou redução da quantidade de trabalho não pago, uma vez que o salário não seria reduzido, só o tempo de trabalho dos operários.

Portanto, a mais-valia, enquanto fenômeno constitutivo da reprodução das relações de produção do mundo capitalista, não é apagada neste discurso, tampouco é tratada como algo natural, eterno, inevitável, legítimo e necessário. A forma-sujeito PSOL, no dizer de sua candidatura, desidentifica-se das relações de produção vigentes, exigindo um deslocamento a ser construído na luta de classes. Qual seria a proposta final para essa transformação das relações de produção? Seria o socialismo, aos moldes marxistas? Ou seria apenas uma amenização das formas de exploração sem exterminá-las por completo, o que estaria nas bases de um projeto etapista ou reformista? Quanto a isso não se pode afirmar com clareza, pois o sujeito-candidato Plínio (PSOL) não diz nada sobre a possibilidade de como viria a ser esse projeto.

Aliás, este é mais um motivo, a nosso ver, porque devemos considerar que há uma *tendência* da formação discursiva a se encaminhar para a luta pela transformação das relações de produção, mais do que isso não é possível ao sujeito-analista de discurso afirmar. A propósito, quantas vezes, na história, já não vimos a tendência constitutiva de uma dada formação discursiva pró-transformação assumir o poder no capitalismo e depois, na práxis, implícita ou explicitamente, seguir governando a favor do capital? A propósito, lembrem-se da formulação-proposição do sujeito-sociólogo (Fernando Henrique Cardoso), antes autor de análises marxistas, que ousou um dia dizer “esqueçam o que eu disse”, quando colocado na situação de sujeito-presidente do país?

Ou para ficar, em um exemplo francês, citado por Pêcheux (2002), não muito longe, a nosso ver, dos dois últimos mandatos do governo de frente popular no Brasil: “On a gagné!” Mas quem ganhou na eleição do sujeito-candidato François Mitterrand (Partido Socialista) da França? Os trabalhadores? Ou os empresários que ainda continuaram ditando as regras de exploração dos operários naquele país? A mesma pergunta: quem ganhou no “Brasil, Um País de Todos” do sujeito-governo Lula e agora sujeito-governo Dilma? “On a gagné”, poder-se-ia dizer também aqui no Brasil. Mas quem? “Todos”, diria, na atualidade, o slogan governamental! Mas, conforme nossas

leituras teóricas de Pêcheux (1997), sendo o processo econômico-jurídico-histórico-ideológico-discursivo atravessado pela reprodução/transformação das relações de produção, quem continua ganhando muito e muito mais? Os trabalhadores ou os banqueiros? Os trabalhadores ou os latifundiários? Os trabalhadores ou os empresários? Para nós, a classe dominante. Ao leitor, suas próprias conclusões.

De nossa parte, portanto, diríamos que o teste da revolução operária tem sido aplicado implacavelmente pela história, e muitos combatentes depõem suas armas no meio do caminho, o que, é claro, não esperamos e não desejamos jamais para o sujeito-candidato Plínio de Arruda Sampaio e para o seu agrupamento, o PSOL. Qualquer recuo, de qualquer agrupamento marxista, ninguém tem dúvida disso, enfraqueceria o exército voluntário-socialista do movimento operário. Portanto, apenas fazemos essas considerações para que, nós, indivíduos interpelados-constituídos em sujeito sob a égide do marxismo, fiquemos sempre vigilantes em relação às nossas tomadas de posição nas tendências construídas na dialeticidade das formações discursivas atravessadas pela luta de classes. Infelizmente, não existe vacina que imunize o movimento operário para não recuar. A revolução permanente é o nosso teste.

Isto exposto, dando continuidade à análise, como caracterizamos-avaliamos discursivamente a resposta dada pelo sujeito-candidata Dilma Rousseff ao referido questionamento do sujeito-candidato Plínio? É a contradição que anunciamos a seguir.

Sequência Discursiva 2:

Sujeito-candidata Dilma respondendo a sujeito-candidato Plínio especificamente sobre a redução da jornada de trabalho:

...no que se refere à questão da redução da jornada de trabalho, eu acho que é necessário, no Brasil, o respeito ao... os movimentos sociais, não é papel do governo é... substituir o movimento social e... determinar qual é a jornada de trabalho que esse ou aquele setor deve ter, é verdade que no Brasil, alguns setores mais avançados da indústria brasileira, principalmente aqueles mais oligopolizados, eles tem condição de ter uma jornada de trabalho menor, agora, como o Brasil é composto por milhões... e e milhões de situações diferentes, por milhares de empresas diferenciadas, essas empresas também podem ser pequenas e médias e aí a discussão tem de ser bastante específica, eu acho que é sempre prudente que o movimento social e a sociedade evolua e o governo, nesse aspecto, não deve correr na frente dos movimentos sociais...

Tendo por enunciador o sujeito-candidata Dilma Rousseff – interpelada-constituída em sujeito do discurso pelo agrupamento político do PT; pelas alianças políticas com outros partidos como o PMDB, PSB, PC do B; pelo lugar institucional de continuadora do projeto de governo em vigência no país presidido pelo presidente Lula; e pelo processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo nacional e internacional –

avaliamos que esta sequência discursiva se estabelece enquanto uma tendência de uma dada formação discursiva que, de um ponto de vista econômico-jurídico-ideológico-discursivo eternizante, considera natural, necessário e legítimo desvincular totalmente o papel do sujeito-governo, enquanto instância institucional que poderia assumir compromissos com a luta contra a mais-valia, de qualquer embate contra o capital. Dessa forma, se o sujeito-candidato a sujeito-governo jamais pode ou deve assumir compromissos de luta contra a exploração capitalista, realizada na extração da mais-valia, tal tendência constituinte desta formação discursiva acaba fortalecendo, assim, a defesa da reprodução das relações de produção capitalistas.

Por que caracterizamos-avaliamos que os efeitos de sentido derivados dessa sequência discursiva fica no terreno da reprodução das relações de produção? Justamente porque o sujeito-candidata Dilma esquiva-se de comprometer com a luta pela redução da jornada de trabalho. O sujeito apaga-eterniza-legítima-(faz parecer inevitável) os efeitos da mais-valia na sociedade capitalista, como se este fosse tema menor, algo que não deveria ser alvo de legislação presidencial. O sujeito-candidata Dilma Rousseff diz que “não é papel do governo é... substituir o movimento social e... determinar qual é a jornada de trabalho que esse ou aquele setor deve ter”. Ou seja, a exploração do trabalhador, a exploração gratuita do tempo de trabalho dos operários não é algo que cabe ao governo legislar sobre.

Ora, nós sabemos que a atual jornada de trabalho é fixada por lei, logo, qualquer que seja outra jornada de trabalho a ser estabelecida deverá também ser fixada em lei, mas o sujeito em análise toma posição por deixar essa questão sob a responsabilidade do sujeito-movimento-social, não do sujeito-governo, como se o sujeito-movimento-social, sem outorgação do sujeito-governo, tivesse o poder de estabelecer uma jornada de trabalho por fora das leis do país. Como acreditar nessa interpelação, se, mesmo quando consta em lei, o sujeito-patrão superexplora os trabalhadores? Ainda mais não o estando na legislatura! Não seria suspeita essa discursividade, quando analisada sob a ótica dos interesses dos sujeitos-trabalhadores?

Ademais, além de transferir a responsabilidade de lutar contra os fatores criadores da mais-valia, tal como a jornada de trabalho excessiva, para um dado sujeito intitulado de “movimentos sociais” – distinguindo, inclusive, o sujeito-governo dessa força da classe trabalhadora chamada de sujeito-movimento-social – o sujeito-candidata Dilma ainda cria algumas desculpas para justificar o porquê de não lutar em conjunto com os movimentos para enfrentar tal questão. Isso é feito através de formulações-

proposições que avaliam a situação das empresas (se são grandes, médias ou pequenas) para não definir posição sobre a redução da jornada. É o que se lê em: “é verdade que no Brasil, alguns setores mais avançados da indústria brasileira, principalmente aqueles mais oligopolizados, eles tem condição de ter uma jornada de trabalho menor, agora, como o Brasil é composto por milhões... e e milhões de situações diferentes, por milhares de empresas diferenciadas, essas empresas também podem ser pequenas e médias e aí a discussão tem de ser bastante específica”.

Ora, as condições de produção constituintes da referida instância-sujeito nos mostram que o sujeito-candidata Dilma é constituído pela formatura em economia e, portanto, sabe que a taxa de mais-valia independe do tamanho da empresa. Toda relação produtiva empresarial com o trabalhador se dá no marco do trabalho não pago, no marco da apropriação da mais-valia. Mas, como se vê, a exploração gratuita do tempo de vida dos trabalhadores, em função do enriquecimento dos donos dos meios de produção, não é assunto que preocupa o sujeito-candidata a sujeito-governo. É isso que chamamos de apagamento-eternização-legitimação-naturalização-(suposta inevitabilidade)-(suposta necessidade) da mais valia para manter a reprodução das relações de produção capitalistas. O efeito de sentido é: o sujeito-governo não deve interferir nessa seara, pois trata-se de tema contraditório, perpassado por interesses de classes antagônicas sobre os quais o sujeito-governo não quer interferir.

Contudo, em nossa tomada de posição de sujeito-analista, visualizamos justamente o contrário: porque é contraditório, porque é atravessado por interesses de classes antagônicas, é que o sujeito-governo teria obrigação de assumir-explicitar sua tomada de posição quanto a essa problemática. Ao alegar “não poder” ou “não dever” tomar posição, transferindo essa responsabilidade para outro sujeito intitulado de sujeito-movimento-social – o sujeito-candidata a sujeito-governo está sim, mesmo que não o explicita, tomando posição, porém de um modo mais disfarçado para os leitores menos atentos. Qual é sua tomada de posição? Fica, sobretudo, do lado das classes empresariais, banqueiras e latifundiárias dominantes, já que as leis trabalhistas atuais, regentes dos critérios estipulados para as atuais jornadas de trabalho servem, sobretudo, a esta classe, logo, o discurso de não interferência política é deixar os fatos como estão, não há meio termo. Como se vê, não há neutralidade da tendência constituinte da formação discursiva em relação ao processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo instituído por interesses de classes em conflito.

Na réplica, o sujeito-candidato Plínio menciona a seguinte interpretação do dizer do sujeito-candidata Dilma:

Sequência discursiva 3:

Sujeito-candidato Plínio:

quanto à jornada de trabalho, você falou mais ou menos pra cá, mais ou menos pra lá, mas eu tenho a impressão que você acha que os movimentos sociais devem pedir, não o governo.

Observemos que, mesmo na tensão do debate, não foi difícil perceber, como efeito de sentido da sequência discursiva 2, que o sujeito-candidata Dilma não quer se comprometer com a luta pela redução da jornada de trabalho, afinal isso contrariaria interesses de muitíssimos empresários que financiaram a campanha dessa coligação ou mesmo contrariaria a suposta “governabilidade” do governo Lula ou do então futuro e agora atual governo Dilma, que, na ótica dos detentores do capital, pode ser traduzida como “ou governas como eu mando ou não governas”.

Por conseguinte, o sujeito-candidata Dilma – interpelado-constituído pelos princípios econômico-jurídico-ideológico-discursivo-capitalistas e inscrito em uma tendência constituinte de dada formação discursiva que acha legítimo-natural-necessário abster-se de embater contra os desmandos do capital, os quais se dão, por exemplo, pela exacerbação da exploração da taxa de mais-valia, com jornadas de trabalho altas – aponta para o fortalecimento da reprodução das relações de produção. Esta tendência discursiva defendida pelo sujeito-candidata Dilma fecha nos seguintes termos, não menos curiosos:

Sequência discursiva 4:

Sujeito-candidata Dilma:

...no que se refere aos movimentos sociais, eu não vejo porquê o estado brasileiro tem de substituir lutas que o movimento social, num momento democrático em que vivemos, pode e deve desenvolver, eu não sei porquê é... o que se aplica, por exemplo, a uma... sem dúvida, sem sombra de dúvida, o que se aplica aqui, em São Paulo, tenha de se aplicar em estado do nordeste brasileiro, no que se refere a jornada de trabalho, há essas desigualdades, essas diversidades entre... no Brasil e isso tem que ser respeitado.

Portanto, mais uma vez, o sujeito-candidata Dilma diz “não ver porquê” deve estar aliado aos movimentos sociais. Ora, o sujeito-candidata Dilma pode até “não ver” ou “não querer dizer”, pois isso não soaria bem, dito pela voz do PT, enquanto partido que se diz do lado dos trabalhadores, mas nós já inferimos anteriormente esse porquê, há uma desidentificação completa do sujeito-candidata/atual-governo Dilma com a luta

pela transformação das relações de produção. O fato é que não existe a mínima vontade do sujeito-candidata/actual-governo Dilma em lutar contra as explorações do capital.

Ademais, o argumento reivindicado da diversidade regional para não se intrometer na redução da jornada de trabalho é, no mínimo, também singular, como se lê em: “eu não sei porquê é... o que se aplica, por exemplo, a uma... sem dúvida, sem sombra de dúvida, o que se aplica aqui, em São Paulo, tenha de se aplicar em estado do nordeste brasileiro, no que se refere a jornada de trabalho”. Por que esse argumento é frágil e suspeito? Porque é conhecido de todos os sujeitos-militantes-marxistas que as empresas adoram mudar-se para regiões em que o movimento sindical é mais desorganizado para aumentar aí a sua taxa de mais-valia ou de exploração do tempo de trabalho não pago, afinal, quanto menos acirrada a luta de classes em dada região, mais fácil a exploração. O sujeito-candidata Dilma estaria fazendo a defesa de que esta situação de exploração por parte dos sujeitos-capitalistas deve continuar existindo, aproveitando-se dos níveis de desorganização da classe trabalhadora? Ou estaria defendendo que os nordestinos deveriam trabalhar mais tempo que os paulistas? Como se vê, torna-se impossível ao sujeito-candidata Dilma e agora actual governo do país remendar este soneto perpassado pela luta de classes.

Para terminar, vejamos outra sequência:

Sequência discursiva 5:

Sujeito-candidata Dilma:

eu acho que é sempre **prudente** que o movimento social e a sociedade evoluam e o governo, nesse aspecto, não deve correr na frente dos movimentos sociais.

Anunciamos, baseados em nossas leituras de Marx, de Althusser e de Pêcheux, que o processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo interpela os indivíduos em sujeitos do discurso, apagando ou fazendo parecer natural, eterno, legítimo, inevitável e necessário o que, no fundo, trata-se de um processo constituído na contradição, na luta de classes. O adjetivo “prudente”, por ocasião desta situação de enunciação, recortada na sequência discursiva 5, é sintomático de um sujeito interpelado-constituído que quer fazer parecerem legítimas, naturais, inevitáveis, eternas e necessárias as atuais relações de produção, contudo, sabemos que, no fundo, tratam-se de relações construídas com base na exploração do homem pelo homem.

Assim, quando o sujeito-candidata Dilma usa o adjetivo “prudente” para defender o processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo vigente, o efeito de sentido é que os

que pensam em transformar tais relações de produção seriam os “imprudentes”, ou os “sem juízo”. Portanto, vestindo a carapuça, conforme diz o ditado popular, nós, enquanto sujeito-analistas, militantes marxistas, juntamente com Pêcheux (1997), fazemos aqui questão de firmar nossa “imprudência”. Imprudência de querer pensar que as relações de produção poderiam ser diferentes, não baseadas na exploração gratuita do tempo de vida do trabalhador tão somente para enriquecer alguns poucos. Portanto, colocamos sob suspeita a tomada de posição do sujeito-candidata Dilma Rousseff.

A propósito, por ocasião da primeira parte desta análise, o sujeito-candidata Dilma ainda não tinha se tornado a atual sujeito-presidente da República, o que, entretanto, em nada diminui a validade de nossa leitura, ao contrário, exacerba nossa tese, afinal, não há de se ter expectativas de que a atual sujeito-presidente da república Dilma crie qualquer medida que incida sobre a jugular do capital, que, no caso, trata-se da lucratividade capitalista baseada na extração da mais-valia. A conclusão que fica é a seguinte: se está correta a tese de que *um* dos mecanismos utilizados pelo capitalismo para reproduzir as relações de produção é apagar-legitimar-naturalizar-eternizar-(fazer parecer inevitável)-(fazer parecer necessária) a exploração que se concretiza sobre o ombro dos trabalhadores via trabalho não pago, via mais-valia, o percurso histórico que se transcorre aponta para a legitimação-naturalização-eternização institucional da exploração.

Por que afirmamos isso? Justamente porque a atual sujeito-presidente da república, que obteve a confiança de milhões e milhões de trabalhadores segue e seguirá ajudando, em seu discurso e em sua prática política, não os trabalhadores, no sentido de criar condições para que estes se indignem contra a exploração do capital, mas, ao contrário, a depender de seus compromissos de campanha, o sujeito-governo Dilma continuará prestando, sim, ajuda ao capitalismo, no sentido de calar-se perante o processo que, fazendo parecer legítima, natural, eterna e necessária a mais-valia, mói nas empresas, em nome do lucro de uns poucos, todos os dias, uma quantidade significativa do tempo de vida dos operários, sem pagá-los por isso.

Seria esta uma ajuda pequena prestada aos sujeitos-capitalistas? Achamos que não. Não é pouca coisa ter um sujeito-presidente da república, auxiliando o capitalismo a apagar-naturalizar-legitimar-eternizar-(fazer parecer inevitável)-(fazer parecer necessária) a forma inescrupulosa de se ganhar dinheiro. Por isso reafirmamos: apagar-naturalizar-legitimar-eternizar-(fazer parecer inevitável)-(fazer parecer necessária) a mais-valia, econômica-jurídica-ideológica-discursivamente, ajuda a reproduzir as relações de produção.

Por fim, cumpre destacar que a necessidade do sujeito-candidata-já-presidente-Dilma reiterar em sua enunciação que reconhece a existência dos movimentos sociais, abstendo-se, contudo, de juntar-se a eles em sua luta – pois estava certa de que estaria provavelmente na posição de sujeito-governo – indica o seguinte: em essência, segue sendo uma posição que defende os encaminhamentos do capitalismo, criando, entretanto, uma nuance de democracia, pois faz parecer que reconhece que a luta existe, faz parecer que reconhece que o sujeito-movimento-social existe, porém, sem jamais comprometer-se com esta fatídica luta. Trata-se de uma tendência da formação discursiva em ser, elegantemente, liberal, mas com insistentes nuances de democracia, o que cria ilusões nos trabalhadores, levando-os a acreditarem que trata-se de seu governo, quando, na verdade, este continua subserviente ao capitalismo.

Sintetizamos as análises até aqui realizadas nos seguintes moldes:

| Tendência da Formação Discursiva a Defender a Reprodução das Relações de Produção | Tendência da Formação Discursiva a Defender a Luta pela Transformação das Relações de Produção |
|---|---|
| Pró-burguesia (apaga a mais-valia; legitima a mais-valia; não denuncia a mais-valia; eterniza a mais-valia; naturaliza a mais-valia; faz parecer necessária e inevitável a mais-valia) | Pró-trabalhadores (luta contra a mais-valia; denuncia a mais-valia; assevera a existência da mais-valia; desnaturaliza a mais-valia; propõe outra política para lidar com a mais-valia, reduzindo a jornada sem redução do salário) |
| Sujeito-candidata Dilma: TENDE A ABSTER-SE PERANTE O PROCESSO DE EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES, INSCREVENDO-SE EM UM LIBERALISMO COM NUANCES DEMOCRÁTICOS, MAS QUE, NO FUNDO, REPRODUZ AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO | Sujeito-candidato Plínio: TENDE AO EMBATE CONTRA AS EXPLORAÇÕES DO CAPITAL |
| Sequência Discursiva 2; Sequência Discursiva 4; Sequência Discursiva 5 | Sequência Discursiva 1; Sequência Discursiva 3 |

Outro recorte por nós selecionado, em forma de excerto, para apreciar a problemática da mais-valia, provém do mesmo debate presidencial, destacando o posicionamento do sujeito-candidato José Serra, membro do principal partido de oposição de direita constituído no país, clássico aliado das classes dominantes. Por se tratar de uma visão clássica da burguesia do país, com forte influência social, achamos que este recorte constitui-se como amostra significativa para demonstrar a tese de que os capitalistas precisam apagar, amenizar, esconder os efeitos danosos da mais-valia

sobre os trabalhadores para legitimar, naturalizar, eternizar, fazer parecer inevitável, fazer parecer necessária a reprodução das relações de produção vigentes no mundo.

Corpus 2 – em suas condições de produção – EXCERTO 2

Transcrição de trecho de vídeo-debate de candidatos à presidência da república-2010, realizado pela Band, acessado em 14/08/2010: Pergunta do sujeito-candidato Plínio Arruda Sampaio (PSOL) a sujeito-candidato José Serra (PSDB).

“Sujeito-candidato Plínio pergunta: Olha se vocês dois fizerem bloção, eu vou fazer bloquinho com a Marina, e nós só falamos nós, vocês estão me tirando do debate que nem os outros, entendeu... eu quero ser perguntado aqui uai, direito meu... Serra, mesma pergunta: plebiscito pra..., eu tô representando aqui ah (Mediador diz: olha o tempo candidato) os movimentos sociais, plebiscito, redução da jornada de trabalho e desmatamento, você ouviu a pergunta pra Dilma, responda!

Sujeito-candidato Serra responde: Plínio, primeiro, proibir propriedades de mais 1000 hectares, porque na prática significa isso, se você... é... quiser fazer isso pra fazer reforma agrária... não é necessário, porque tem um estoque de terras hoje que já foram desapropriadas que não estão sendo distribuídas, não estão indo pra assentamento... são milhares e milhares de hectares, então vamos comprar um problema de graça... ta sobrando terra pra distribuir, o governo não distribuiu, esse é outro departamento, porque que não distribuiu e... é... nós vamos agora procurar sarna pra se coçar, indo atrás de quem tem mais de 1000 hectares e olha... (confuso) você vai ser desapropriado, às vezes, lá na Amazônia, ou numa região próxima, distante, etc... sinceramente, eu acho que é... não faz sentido isso... segunda questão, a respeito de jornada de trabalho, jornada de trabalho foi discutido na constituinte, você tava lá, esse foi um problema muito debatido... eu sou a favor de que a jornada de trabalho sejam, sempre, a partir do marco constitucional e da lei existente, que sejam definida sindicato por sindicato e regiões e por todo o Brasil e acho que esse é um bom debate pra ter no Congresso Nacional entre sindicatos, as pessoas que defendem isso, quem é contra, pra se procurar uma saída que é... não... é... que seja razoável do ponto de vista do desenvolvimento brasileiro, agora... eu sou a favor, apoio é... é... lutas sindicais nessa direção, acho que o engessamento constitucional disso seria um exagero, a terceira questão? Plínio?

Sujeito-candidato Plínio responde: Anistia pros desmatadores...

Sujeito-candidato Serra conclui: anistia pros desmata desmatadores... não sou a favor!

Mediador: Muito bem, o candidato José Serra economizou doze segundos, Plínio Arruda Sampaio um minuto, pode usar os doze segundos (risos)

Sujeito-candidato Plínio: Ok, bom, você que está me ouvindo, essa pergunta é dos movimentos sociais, eles me pediram que fizesse isso aqui... o que eu sinto é o seguinte, do candidato José Serra, ele é pelo latifúndio, né, não quer que mexa!... quanto à redução da jornada de trabalho, pelo empresário, ele diz que o sindicato tem que discutir, não é lei, e... de fato ele não gosta de madeireiro, isso é bom!

Mediador: Muito bem, vamos lá, tréplica, candidato José Serra

Sujeito-candidato José Serra: Plínio, não brinca, vai? Falar a favor do latifúndio? Você sabe que não tem nada a ver... No Chile, país... é... que fez uma reforma agrária nos anos 60, que você trabalhou lá, era considerado latifúndio, acima de 80 hectares... tá certo? É... Evidentemente isso no Brasil é uma coisa de... é... chácara de fim de semana, praticamente, é... é... uma propriedade muito pequena... agora, você vai, tem terra pra entregar pras pessoas... CE vai... ficar... é... querendo tirar terra... é... de quem tem muita... e vai... o governo estocar... porque o atual governo ta cheio de terra e que... acabou não distribuindo... então, eu acho que efetivamente, não faz sentido... Mas, a propósito, é.. eu quero aqui voltar um tema que é muito importante pra todos nós (mediador diz: dez segundos) em relação a políticas agrícolas, nós temos que dar um novo rumo em matéria de política agrícola no Brasil, inclusive, pros pequenos e médios agricultores...”

<http://vodpod.com/search/browse?q=debate+presidente>

Neste recorte linguístico-discursivo, também extraído do mesmo debate presidencial (2010) promovido pela Band, observamos a mesma contradição político-ideológica descrita anteriormente, no que tange ao tema da mais-valia, especificamente no que se refere a manter ou não a atual jornada de trabalho em vigor no país, o que

implica diretamente no nível de exploração que abaterá sobre o tempo de vida dos trabalhadores. A mesma pergunta antes feita ao sujeito-candidata Dilma, pelo sujeito-candidato Plínio, é dirigida ao sujeito-candidato José Serra, questionando-lhe se é a favor do plebiscito que defende o limite da propriedade de terra, a redução da jornada de trabalho e a punição aos desmatadores.

Desta feita, não vamos aqui mais uma vez analisar-avaliar a tomada de posição da candidatura do PSOL, pois esta mantém nos limites da mesma tendência da formação discursiva antes já mencionada, que, a nosso ver, exige deslocar atitudes exploradoras em vigor no país, encaminhando para a necessidade de construir a defesa da luta pela transformação das relações de produção. Portanto, nesta ocasião da análise, deter-nos-emos apenas em seqüências discursivas que recortamos do dizer enunciado pelo sujeito-candidato José Serra.

Seqüência discursiva 6:

Sujeito-candidato José Serra:

segunda questão, a respeito de jornada de trabalho, jornada de trabalho foi discutido na constituinte, você tava lá, esse foi um problema muito debatido... eu sou a favor de que a jornada de trabalho sejam, sempre, a partir do marco constitucional e da lei existente, que sejam definida sindicato por sindicato e regiões e por todo o Brasil e acho que esse é um bom debate pra ter no Congresso Nacional entre sindicatos, as pessoas que defendem isso, quem é contra, pra se procurar uma saída que é... não... é... que seja razoável do ponto de vista do desenvolvimento brasileiro, agora... eu sou a favor, apoio é... é... lutas sindicais nessa direção, acho que o engessamento constitucional disso seria um exagero

Tendo por enunciador o sujeito-candidato José Serra – interpelado-constituído em sujeito do discurso pelo agrupamento político do PSDB; pelas alianças políticas com o DEM; pelo desejo de reocupar o lugar institucional de continuador do projeto de governo, já vigorado no país, por ocasião do duplo mandato de Fernando Henrique Cardoso; e pelo processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo capitalista – avaliamos que esta seqüência discursiva se enquadra como tendência de uma formação discursiva própria do liberalismo burguês.

Esta tendência de formação discursiva, vale ressaltar, julga eterno, necessário, natural e legítimo o sujeito-governo “jamais” se comprometer com a luta dos trabalhadores como, por exemplo, a luta pela redução da jornada sem redução de salário. Porém, apesar da ausência de comprometimento com os trabalhadores, ao mesmo tempo, tal tendência discursiva precisa dar a impressão de que as lutas fazem parte de um “debate democrático e livre” e que todos estão “repletos de liberdade”, para

que “sempre”, sindicato por sindicato, possam decidir, na luta livre e democrática das classes, qual seria a jornada de trabalho que seria vigorada.

É claro, contudo, não podemos deixar nos enganar, que esta pretensa liberdade de tomar decisões só poderia ocorrer, obviamente, desde que os sujeitos envolvidos no debate estejam pautados pelos preceitos da “legalidade” e pelos preceitos do ponto de vista do “desenvolvimento” ou, especificamente, do ponto de vista do “desenvolvimento brasileiro”, conforme declarou o próprio sujeito-candidato. Portanto, no caso particular das formulações do sujeito-candidato José Serra, segundo nossa leitura, tais preceitos liberais devem ser traduzidos pura e simplesmente como manutenção da “lucratividade empresarial”. Vale aqui apontar, citando Zizek (1996), que:

O liberalismo é uma doutrina (desenvolvida desde Locke até Hayek) que se materializa em rituais e aparelhos (liberdade de imprensa, eleições, mercado etc) e atua na (auto-) experiência “espontânea” dos sujeitos como “indivíduos livres”. (ZIZEK, 1996, p.15)

Na verdade, trata-se da pseudodemocracia dos ricos, em que é vendida a ideia de que os trabalhadores tem o direito de definir seu destino, quando já está tudo controlado pelo aparato institucional do estado burguês. Basta pensar que uma jornada de trabalho definida sindicato por sindicato implicaria em uma multiplicidade de situações em que a força dos trabalhadores precisaria sobrepujar às ameaças de cada patrão em particular que faria de tudo para manter o nível de exploração da mais-valia, criando, dentre outros, o fantasma de demissões, em muitos casos, forçando, inclusive, os trabalhadores a aumentarem suas jornadas ou seu ritmo de trabalho, principalmente quando ocorrem processos de crises econômicas. No Brasil, políticas liberais, como a do banco de horas, tem, na verdade, aumentado a jornada dos operários e não reduzido.

Além disso, o que dizer das imposições patronais que muitas vezes demitem funcionários em uma fábrica, forçando um número muito menor de trabalhadores a manter o mesmo nível de produtividade anterior às demissões, aumentando infernalmente o ritmo de trabalho? É esse movimento livre de definição da jornada, sindicato por sindicato, que o sujeito-candidato José Serra está defendendo, liberdade, esta, em que sempre os patrões são os que saem ganhando. Seria razoável, do ponto de vista da classe operária, cair nesse canto da sereia da “liberdade” do “liberalismo burguês”? Ora, nem precisamos dizer mais, é óbvio que esta tendência constituinte da

formação discursiva liberal aponta e fortalece, sem dúvidas, a defesa da reprodução das relações de produção capitalistas.

Por quais motivos outros acharíamos que este discurso enquadra-se na tendência discursiva de defesa da reprodução das relações de produção? Porque o advérbio “sempre” revela que o seu possível governo jamais irá se comprometer a tomar iniciativas nesse terreno. De acordo com esta tomada de posição, o sujeito-candidato José Serra diz “eu sou a favor de que a jornada de trabalho sejam, sempre, a partir do marco constitucional e da lei existente, que sejam definida sindicato por sindicato e regiões e por todo o Brasil”. Ora, ressalta-se aqui a tendência discursiva antes pontuada pelo sujeito-candidata Dilma Rousseff, de que a jornada deve ser “sempre (...) definida (...) por regiões”. Aparece assim, mais uma vez o desejo capitalista de que continue as desigualdades regionais, no que alude à exploração do trabalhador, o que permite a manobra das empresas de instalarem-se em regiões em que o nível de organização dos operários é menor, facilitando aí a maior exploração da mais-valia.

Ser definida “sindicato por sindicato” tem de ser vista ainda como outro engodo, para que o sujeito-governo não legisle sobre o tema, deixando os trabalhadores à mercê da sorte de conseguir enfrentar o sujeito-empresário em milhares de circunstâncias, para conseguir alguma redução da exploração. Na prática, é dizer que não vai haver redução da jornada, a depender do seu governo, pois cada sindicato é que deverá lutar para consegui-lo. Aqui há uma tendência da formação discursiva em fazer coro também com o sujeito-candidata Dilma Rousseff, quando este disse: “eu acho que é sempre prudente que o movimento social e a sociedade evolua e o governo, nesse aspecto, não deve correr na frente dos movimentos sociais” ou “no que se refere aos movimentos sociais, eu não vejo porquê o estado brasileiro tem de substituir lutas que o movimento social, num momento democrático em que vivemos, pode e deve desenvolver”.

Por outro lado, o sujeito-candidato José Serra, além de expor sua posição de que são os sindicatos é que devem lutar pela redução da jornada, não sendo este um objeto de preocupação do seu hipotético governo, conforme já dissemos, o mesmo exhibe uma defesa liberal de que as pessoas podem discutir o tema, mas a partir dos marcos constitucionais existentes, isto é, deixa claro que a democracia burguesa funciona assim, pode-se debater sobre a mais-valia, desde que não se fira a constituição, o que, traduzido em nossa leitura marxista, significa: desde que não se atente contra o lucro da propriedade privada.

É nesse sentido que interpretamos a declaração do sujeito-candidato José Serra, quando afirma que: “eu sou a favor de que a jornada de trabalho sejam, sempre, a partir

do marco constitucional e da lei existente, que sejam definida sindicato por sindicato e regiões e por todo o Brasil”. Portanto, esta proposição “a partir do marco constitucional e da lei existente” só se justifica enquanto limite estipulado pelo sujeito-candidato José Serra de até onde pode ir essa pretensa liberdade de discussão, e o limite é a manutenção da lucratividade da propriedade capitalista dos meios de produção. Em um parâmetro marxista-socialista, por exemplo, a redução da jornada de trabalho implicaria em criar condições para haver pleno emprego ou mesmo para se criar políticas efetivas de distribuição de renda. É contra esse possível marxismo-socialista que essa formulação-proposição argumenta, marchando assim nos trâmites da defesa da reprodução das relações de produção capitalistas.

Estabelecidos os limites da democracia burguesa, o sujeito-candidato José Serra tenta construir, no âmbito da discursividade política, o que pode e deve ser definido sobre o tema: “e acho que esse é um bom debate pra ter no Congresso Nacional entre sindicatos, as pessoas que defendem isso, quem é contra, pra se procurar uma saída que é... não... é... que seja razoável do ponto de vista do desenvolvimento brasileiro, agora... eu sou a favor, apoio é... é... lutas sindicais nessa direção, acho que o engessamento constitucional disso seria um exagero”.

Aqui, o sujeito-candidato José Serra desidentifica-se da formação discursiva que pretende reduzir a jornada sem reduzir o salário. Ao enunciar a proposição “as pessoas que defendem isso” fica evidente que são “outras pessoas que defendem a redução da jornada de trabalho”, não seu partido. O pronome demonstrativo “isso” também desvaloriza o tema ao não nomeá-lo claramente, como se fosse necessário evitar pronunciar a proposição “redução da jornada de trabalho sem redução do salário”. O sujeito-candidato fala ainda em achar uma saída que seja “razoável do ponto de vista do desenvolvimento brasileiro”. Que ponto de vista é este? Quem está se desenvolvendo no Brasil, ao ponto de exigir o “razoável”? E os trabalhadores que perdem suas vidas nas empresas enriquecendo seus donos, trabalhando gratuitamente parte substancial de seu tempo, estariam se desenvolvendo de forma “razoável”? Ou é a burguesia que não pode perder sua lucratividade? Sabemos que o interesse é sim aquele dos ricos que está escamoteado no chamado “ponto de vista do desenvolvimento brasileiro”.

Portanto, pouco altera o sujeito-candidato dizer que “apoio é... é... lutas sindicais nessa direção, acho que o engessamento constitucional disso seria um exagero”. A série de restrições feitas anteriormente não deixa dúvidas de que se trata de uma tomada de posição do sujeito identificada com a defesa da reprodução das relações de produção. É

claro, ao contrário do sujeito-candidato José Serra que defende o “razoável”, somos partícipes da turma dos “irrazoáveis”, quando, em nossa análise, declaramos que o “razoável” ponto de vista do desenvolvimento brasileiro não interessa a nós trabalhadores, principalmente nós que lutamos pela transformação das relações de produção capitalistas.

A conclusão que fica é que se apaga, aqui, mais uma vez, neste discurso político, a possibilidade de colocar o dedo na ferida da mais-valia, confirmando assim a tese de que os defensores dos capitalistas precisam esconder-apagar ou naturalizar-legitimar-eternizar-(fazer parecer necessário)-(fazer parecer inevitável) este fenômeno constituinte de sua sociedade e responsável pelo enriquecimento de poucos e empobrecimento de muitos. Jamais poderíamos esperar dos sujeitos-políticos representantes dos empresários e banqueiros, como os políticos do PSDB e do DEM, que o fizessem. O adjetivo “razoável” e as palavras de “sou a favor, apoio” não devem constituir ilusões para os sujeitos-trabalhadores, pois aparecem tão somente após uma série de restrições e preceitos que, como vimos, situa-se no âmbito do liberalismo burguês, defendendo o pleno funcionamento das instituições econômico-jurídico-ideológico-discursivas capitalistas, bem como defendendo a abstenção do sujeito-governo em definir a redução da jornada, transferindo a responsabilidade para os sindicatos.

A réplica do sujeito-candidato Plínio foi significativa e contundente a essa resposta do sujeito-candidato José Serra, conforme podemos ler no *corpus*:

Sequência Discursiva 7:

Réplica do sujeito-candidato Plínio:

o que eu sinto é o seguinte, do candidato José Serra, ele é pelo latifúndio, né, não quer que mexa!... quanto à redução da jornada de trabalho, pelo empresário, ele diz que o sindicato tem que discutir, não é lei.

Haveria dúvidas de que a tendência constituinte da formação discursiva em que se inscreve o sujeito-candidato José Serra é a do liberalismo-burguês e que esta depõe a favor do fortalecimento da manutenção do sistema capitalista? E por que este sujeito-candidato não se compromete a ser um sujeito-governo que vai defender com firmeza a luta dos trabalhadores contra a mais-valia, a luta dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário? Os próprios questionamentos já trazem embutidos em si as respostas que os mesmos suscitam, logo não vamos nos ocupar em respondê-los, mas apenas queremos salientar que, mais uma vez, ao final desta análise, acreditamos ter mostrado que a tese aqui defendida apresenta sua pertinência, qual seja: os defensores do capitalismo precisam apagar-legitimar-eternizar-naturalizar-(fazer parecer necessária e inevitável) a mais-valia, precisam tratar a exploração dos

trabalhadores como problema menor, ou precisam interpelar a população a acreditar que tal relação de exploração instaurada no processo produtivo capitalista se trate de algo que não carece de ser transformado radicalmente, assim, sequer a nomeiam como “exploração dos trabalhadores” ou como “processo produtivo injusto e contraditório”.

Em nenhum momento, por exemplo, o sujeito-candidato José Serra disse que seria justificável e necessário lutar pela redução de jornada de trabalho sem reduzir o salário, porque só os ricos ganham com este fenômeno, enquanto os trabalhadores deixam um tempo grande de suas vidas se consumirem nas empresas. Ao contrário, tratou do tema como algo distante de si, e como algo natural, legítimo, eterno, inevitável e necessário dentro do “processo democrático”, tema que precisa ouvir os dois lados, os que são a *favor* e os que são *contra*, para se chegar a um acordo sobre redução ou não da jornada, sindicato por sindicato. A possibilidade de superação dessa contradição, em nenhum momento, sequer foi aventada.

Destarte, se é preciso ouvir os dois lados, os trabalhadores e os patrões, é que a exploração da mais-valia tornou-se algo natural, legítimo, inevitável, necessário e eterno, algo que tem de ser tratado sempre no âmbito da legalidade da democracia burguesa. Ora, nesse ponto é preciso ser taxativo em nossas conclusões, naturalizar-eternizar-legitimar-(fazer parecer necessário)-(fazer parecer inevitável) a mais-valia é apagar a sua contradição constitutiva, que é a de beneficiar a classe burguesa, dando-lhe alta lucratividade, ao mesmo tempo, em que se expropria, no ritmo e jornadas intensas de trabalho, o tempo de vida dos trabalhadores. Apagar-legitimar-naturalizar-eternizar-(fazer parecer necessária)-(fazer parecer inevitável) a mais-valia, enquanto tema relevante da luta dos trabalhadores, sem projetar superá-la, é ser, na luta de classes, a favor da reprodução das relações de produção. O capitalismo agradece aos sujeitos-candidatos políticos que se submetem aos seus ditames. Sintetizamos essa análise assim:

| Tendência da Formação Discursiva a Defender a Reprodução das Relações de Produção | Tendência da Formação Discursiva a Defender a Luta pela Transformação das Relações de Produção |
|--|---|
| Pró-burguesia (apaga a mais-valia; eterniza a mais-valia; não denuncia a mais-valia; naturaliza a mais-valia; legitima a mais-valia; faz a mais-valia parecer necessária e inevitável) | Pró-trabalhadores (luta contra a mais-valia; denuncia a mais-valia; assevera a existência da mais-valia; desnaturaliza a mais-valia; propõe outra política para lidar com a mais-valia, reduzindo a jornada sem redução do salário) |
| Sujeito-candidato José Serra: TENDE AO LIBERALISMO BURGUÊS | Sujeito-candidato Plínio: TENDE AO EMBATE CONTRA AS EXPLORAÇÕES DO CAPITAL |
| Sequência Discursiva 6 | Sequência Discursiva 7 |

Por fim, no marco dos discursos produzidos nas circunstâncias das eleições presidenciais 2010, selecionamos um recorte, em forma de excerto, do discurso de um sujeito-candidato socialista que foi apagado completamente dos debates presidenciais realizado pelas grandes redes de TV. Ao se ler uma entrevista de 10 minutos concedida ao Terra TV, podemos perceber porque não é interessante para os sujeitos-capitalistas, inclusive os da grande mídia, trazer à tona sujeitos-candidatos da esquerda socialista para o interior de seus debates eleitorais, pois seriam trazidas à superfície denúncias acerca da exploração dos trabalhadores que precisam ser escondidas, precisam ser consideradas como visões marginais, não podem aparecer, o que reforça a tese de que *um* dos mecanismos utilizados pelos capitalistas para reproduzir as relações de produção é justamente apagar-legitimar-naturalizar-eternizar-(fazer parecer inevitável e necessária) a mais-valia, seja enquanto fenômeno, sejam enquanto discursos políticos-teóricos que lutam por denunciar suas contradições.

Corpus 3 – em suas condições de produção – EXCERTO 3

Transcrição de trecho de vídeo-entrevista de candidato à presidência da república-2010, realizado pelo site Terra TV, acessado em 17/08/2010: Entrevista feita ao sujeito-candidato José Maria de Almeida – o Zé Maria (PSTU). Lembrando que este foi um dos sujeitos-candidatos à presidência da esquerda socialista que foi excluído do debate da Band, por isso o resgatamos aqui enquanto sujeito-candidato apagado, principalmente por se tratar de um sujeito marxista-socialista que tenderia a instituir a tendência de uma formação discursiva que iria problematizar a exploração da mais-valia.

“Jornalista do Terra TV: Olá internauta, você está no Terra TV e acompanha a entrevista agora com José Maria de Almeida que disputa a presidência da república pelo partido socialista dos trabalhadores unificado... Zé Maria, como o candidato é conhecido, concorre ao cargo pela terceira vez, tem uma longa história de militância política, que o levou duas vezes a prisão durante a ditadura, uma, 1977, ao participar da primeira panfletagem e outra, em 1980, quando foi preso com Luís Inácio Lula da Silva e mais 10 sindicalistas, Zé Maria participou da criação do Partido dos Trabalhadores e deixou o PT, em 1992, por defender a campanha Fora Color, tornou-se conhecido no país nas eleições de 1998, já no PSTU, com o slogan Contra Burguês vote 16. Candidato, é um prazer recebê-lo aqui no Terra.

Sujeito-candidato Zé Maria: Boa tarde Maria, o prazer é meu, boa tarde internautas!

Jornalista do Terra TV: Certo, a primeira pergunta que fazemos a todos é: por que o senhor quer ser presidente do Brasil?

Sujeito-candidato Zé Maria: porque é necessário apresentar nessas eleições uma alternativa que possa debater o Brasil de fato, aquele Brasil que nós vivemos de verdade no nosso dia a dia que tá bastante diferente da propaganda que o governo tem feito na televisão, o Brasil de verdade o desemprego continua muito grande, o salário continua muito baixo, a saúde pública um caos, a educação pública, o próprio ministério da educação e cultura é... cuidou de nos informar recentemente, num relatório do Enem, que ta... em... em pandarecos né... então é preciso, na nossa opinião, discutir as mudanças que o país precisa pra que o serviço público, a saúde, a educação, o emprego, o salário, a aposentadoria possa ser assegurada a toda população brasileira de forma que as pessoas tenham uma vida digna, nós vivemos num país que... é muito rico, que cresceu muito, nesse último período, produziu muita riqueza, essa é a única parte verdadeira da propaganda que se passa na televisão, o problema é que essa riqueza toda, nessa sociedade capitalista em que nós vivemos, ela fica com o dono da fábrica, o dono do banco, o dono das terras e nós defendemos uma sociedade socialista, onde essa riqueza produzida pela classe trabalhadora brasileira, a riqueza e os recursos naturais, que o nosso país tem, fiquem com os trabalhadores para garantir o emprego, salário digno, melhorar o salário mínimo, aposentadoria digna, moradia, transporte, saúde, educação, enfim, vida digna pro povo brasileiro... nós apresentamos uma candidatura, nós queremos construir um governo no nosso país... socialista que transforme a nossa sociedade e assegure vida digna

pro povo brasileiro, que hoje trabalha e trabalha muito, mas apenas pra enriquecer... meia dúzia de banqueiros

Jornalista Terra TV: Pra quem o senhor fala, quem são os seus eleitores em potencial?

Sujeito-candidato Zé Maria (PSTU): Os trabalhadores e jovens do Brasil, nós temos um foco na nossa campanha que são aqueles que trabalham, que produzem a riqueza do Brasil, que fazem o Brasil funcionar, que são a maioria da população, mas que infelizmente são alijados, são excluídos, né, da dos benefícios da riqueza que eles produzem, nós vivemos num país que produz uma riqueza imensa, três trilhões de reais todos os anos, a riqueza produzida nas indústrias é uma coisa muito grande, a riqueza propiciada pelos recursos naturais que o Brasil tem, as terras, o clima do país, a biodiversidade, os minérios é imensa, num país como o nosso, e são os trabalhadores que transformam tudo isso em recursos, na nossa sociedade, mas eles são justamente os excluídos disso, na sociedade capitalista aquilo que se produz numa fábrica fica pro dono da fábrica, e não pra quem trabalha, então nós temos uma situação como a Vale, por exemplo, que é uma empresa muito importante, a segunda maior mineradora do mundo, cada trabalhador... trabalhador em média da Vale rende pra empresa um milhão de reais por ano, um milhão, e a empresa gasta com cada trabalhador dela trinta mil reais, 3%, nós queremos mudar a sociedade justamente pra mudar essa situação, uma parte maior dessa riqueza produzida pelos trabalhadores tem que ficar com eles próprios... pra melhorar o salário, pra reduzir a jornada, pra constituir benefícios pra melhorar suas condições de vida, outra parte dessa riqueza produzida tem que ir pra modernizar a empresa, nós queremos que a empresa continue a funcionar, contrate cada vez mais trabalhadores, e a outra parte tem que ir pra financiar aquilo que é necessário pra sociedade, a saúde pública, a educação pública, moradia, acesso à cultura, ao lazer, é pra isso que tem ser canalizado a riqueza que nós produzimos no país, hoje isso é canalizado pra os bancos, pra as grandes empresas, né, pra os donos das terras e é isso a essência da sociedade capitalista, essa mudança é a mudança fundamental que nós queremos fazer... e essa mudança depende da disposição dos trabalhadores brasileiros, da juventude do nosso país, abraçar junto conosco esse sonho, pra que nós criemos as condições pra mudar o Brasil, começa agora, com a disputa da eleições, que é uma disputa importante, ta se discutindo aqui projetos pra o país, mas essa luta vai seguramente ter continuidade depois do processo eleitoral...”

Tv<http://terratv.terra.com.br/videos/Noticias/Especiais/Eleicoes-2010/4823-315579/Zé-Maria-quer-socialismo>

Desse recorte, por nós selecionado, cumpre suscitar, primeiramente, alguns questionamentos sobre os principais motivos de não se querer levar todos os sujeitos-candidatos da esquerda socialista a fazerem parte dos debates institucionalizados pela grande mídia. Contraditoriamente, esta insiste em dizer que, com estes debates, presta-se um excelente serviço à população, possibilitando-lhe conhecer as propostas dos candidatos que vão gerir o país. Mas esta seria mesmo a verdade?

Ora, quão longe de serem verídicos estão esses argumentos da grande mídia. No fundo, nesses grandes debates, vivemos uma falsa democracia, já que nem todos os sujeitos-candidatos aparecem aí. O que temos visto nas últimas eleições realizadas em âmbito nacional é que a grande mídia procura, sobretudo, asseverar os discursos que são mais convenientes à reprodução do capital, procurando resguardar essa ordem política como sendo a ordem natural, legítima, eterna, inevitável e necessária da humanidade.

Assim, asseveram-se e elegendem-se alguns discursos políticos que podem e devem aparecer, enquanto, em contrapartida, escolhem-se alguns sujeitos-candidatos representantes do marxismo como os que não podem aparecer. Por que isso é feito? Em nossa leitura, toma-se essa posição justamente para apagar-restringir o leque de formulações da única filosofia política que coloca o dedo nas mazelas do capitalismo,

ou, mais especificamente, coloca o dedo na ferida da mais-valia, da exploração do trabalhador. Portanto, o recorte aqui analisado acerca do sujeito-candidato Zé Maria (PSTU) não foi possível ser enunciado nos espaços da grande mídia. No debate da Band, a propósito do que vimos anteriormente, tal sujeito-candidato não foi convidado a estar presente. Qual seria o incômodo em trazer todos os sujeitos-candidatos marxistas para a grande mídia? Vejamos a sequência discursiva que se segue:

Sequência Discursiva 8:

Sujeito-candidato Zé Maria (PSTU) respondendo a jornalista do site Terra TV:

...na sociedade capitalista aquilo que se produz numa fábrica fica pro dono da fábrica, e não pra quem trabalha, então nós temos uma situação como a Vale, por exemplo, que é uma empresa muito importante, a segunda maior mineradora do mundo, cada trabalhador... trabalhador em média da Vale rende pra empresa um milhão de reais por ano, um milhão, e a empresa gasta com cada trabalhador dela trinta mil reais, 3%, nós queremos mudar a sociedade justamente pra mudar essa situação, uma parte maior dessa riqueza produzida pelos trabalhadores tem que ficar com eles próprios... pra melhorar o salário, pra reduzir a jornada, pra constituir benefícios pra melhorar suas condições de vida, outra parte dessa riqueza produzida tem que ir pra modernizar a empresa, nós queremos que a empresa continue a funcionar, contrate cada vez mais trabalhadores, e a outra parte tem que ir pra financiar aquilo que é necessário pra sociedade, a saúde pública, a educação pública, moradia, acesso à cultura, ao lazer, é pra isso que tem ser canalizado a riqueza que nós produzimos no país, hoje isso é canalizado pra os bancos, pra as grandes empresas, né, pra os donos das terras e é isso a essência da sociedade capitalista, essa mudança é a mudança fundamental que nós queremos fazer... e essa mudança depende da disposição dos trabalhadores brasileiros, da juventude do nosso país, abraçar junto conosco esse sonho, pra que nós criemos as condições pra mudar o Brasil, começa agora, com a disputa da eleições, que é uma disputa importante, ta se discutindo aqui projetos pra o país, mas essa luta vai seguramente ter continuidade depois do processo eleitoral...

Ao serem lidas as formulações presentes nesta sequência discursiva, fica claro que este tipo de discursividade precisa ser apagado do imaginário da maioria da população, por isso os sujeitos-candidatos da esquerda socialista (PSTU, PCB, PCO, PSOL), em sua maioria, não são entrevistados pela grande mídia, não são cercados pelos holofotes, são afastados dos debates, não estão listados entre os chamados “principais” candidatos, adjetivo, aliás, que já diz de antemão à população quais são os candidatos que devem merecer crédito, e, é óbvio, o grande esforço é para que os sujeitos-candidatos revolucionários não estejam listados entre os “principais”.

Qual o incômodo? O problema é que os trabalhadores não podem ficar ouvindo determinadas continhas tão simples em rede nacional, como a realizada tão naturalmente pelo sujeito-candidato Zé Maria: “...cada trabalhador... trabalhador em média da Vale rende pra empresa um milhão de reais por ano, um milhão, e a empresa

gasta com cada trabalhador dela trinta mil reais, 3%, nós queremos mudar a sociedade justamente pra mudar essa situação...”. Esse discurso denuncia e assevera a existência da mais-valia, coloca o trabalhador para pensar sobre questões muito perigosas. Quanto rendo para minha empresa durante o ano? Quanto a empresa me paga em salário durante o ano? Quanto a empresa lucra à custa do meu trabalho? Esta é uma discursividade muito perigosa para os sujeitos-capitalistas, precisa ser apagada, precisa ser considerada marginal, desprovida de credibilidade, coisa de partido nanico, conversa de comunista.

E os sujeitos-socialistas possuem outros sonhos, outras propostas, muito danosas à lógica do capital, propõe transformar as relações de produção em benefício dos trabalhadores, a única classe que, de fato, gera a riqueza. Como diz o sujeito-candidato Zé Maria “uma parte maior dessa riqueza produzida pelos trabalhadores tem que ficar com eles próprios... pra melhorar o salário, pra reduzir a jornada, pra constituir benefícios pra melhorar suas condições de vida, outra parte dessa riqueza produzida tem que ir pra modernizar a empresa, nós queremos que a empresa continue a funcionar, contrate cada vez mais trabalhadores, e a outra parte tem que ir pra financiar aquilo que é necessário pra sociedade, a saúde pública, a educação pública, moradia, acesso à cultura, ao lazer, é pra isso que tem ser canalizado a riqueza que nós produzimos no país, hoje isso é canalizado pra os bancos, pra as grandes empresas, né, pra os donos das terras e é isso a essência da sociedade capitalista, essa mudança é a mudança fundamental que nós queremos fazer...”.

Essas vozes outras não podem aparecer na grande mídia, não podem ser nomeados em rede nacional como sendo propostas sérias, precisam ficar no subterrâneo, nos porões da luta de classe. A interpelação econômico-jurídico-ideológico-discursiva que leva a mídia a apagar esse sujeito-candidato marxista-socialista dos debates é o da tendência da formação discursiva que reproduz as relações de produção, demarcando o que pode e deve ser dito em determinadas circunstâncias, quem pode aparecer e quem não tem direito à palavra, nem pode ser visto.

Entretanto, apesar do apagamento proposital que a mídia capitalista faz, essa discursividade ainda pode ser lida ou suspeitada por muitos militantes honestos do movimento social, que, de alguma forma, a vê ali representada na materialidade vazia do não assento, da não cadeira, da não presença que incomoda, do corpo que não pode ser visto na tela da TV, do nome que não está listado entre os principais candidatos, apesar de ser candidato, do nome que não foi sequer convidado, seja por qual motivo estapafúrdio for, portanto, apesar do apagamento proposital, às vezes, se pergunta por

ele: por que o Zé Maria (PSTU) não foi ao debate, ou por que outro candidato da esquerda socialista (PCO, PCB) não foi ao debate?

Então, essa pergunta mostra que não se passou totalmente em brancas nuvens, alguém vê, alguém pergunta, alguém suspeita, e é essa suspeita que pode fazer aparecer também outra questão: será que estão de fato dizendo tudo que a classe trabalhadora precisa saber para libertar-se historicamente de seus grilhões? Até quando vão evitar a proliferação das suspeitas? Qual é o limite? Na denúncia desse fato reafirmamos aqui nossa tese: o capital para se reproduzir enquanto sistema econômico-jurídico-ideológico-discursivo precisa apagar-naturalizar-legitimar-eternizar-(fazer parecer necessária)-(fazer parecer inevitável) a mais-valia, logo, nos debates políticos, como efeito, precisa esconder os sujeitos que denunciam suas contradições. Mas há um embate em curso, há sujeitos muito desconfiados observando o cenário, ouvindo, falando, interferindo... na contramão existe também uma história se fazendo e se armando na luta.

Sintetizamos a análise acima realizada nos seguintes termos:

| Tendência da Formação Discursiva a Defender a Reprodução das Relações de Produção | Tendência da Formação Discursiva a Defender a Luta pela Transformação das Relações de Produção |
|--|--|
| Pró-burguesia (apaga-esconde a mais-valia; eterniza a mais-valia; não denuncia a mais-valia; naturaliza a mais-valia; legitima a mais-valia; faz parecer necessária e inevitável a mais-valia) | Pró-trabalhadores (luta contra a mais-valia; explicita a mais-valia; denuncia a mais-valia; desnaturaliza a mais-valia; propõe outra política para mudar a lógica da mais-valia, reduzindo a jornada, aumentando o salário, gerando mais emprego, modernizando a empresa, exterminando com a mais-valia enquanto forma de lucratividade individual, propondo socializar os benefícios das riquezas produzidas) |
| Sujeito-Grande-Mídia: O não convite aos candidatos da esquerda socialista nos debates da mídia tende a naturalizar a democracia burguesa | Sujeito-candidato Zé Maria: Tende a defender as proposições da luta marxista-socialista |
| Discurso da mídia, materializado na não cadeira, no que não foi convidado, no que não está listado entre os principais candidatos. | Sequência Discursiva 8 |

CAPÍTULO 5

A MAIS-VALIA NA PRÁTICA ECONÔMICO-JURÍDICO-IDEOLÓGICO-DISCURSIVO-EMPRESARIAL

5.1 O caso da empresa Sadia

Nessa pesquisa, também julgamos bastante pertinente analisar a prática discursiva de grandes empresas, no que tange à imagem que constroem de si mesmas, interpelando o público que as leem em direção à “reprodução das relações de produção”, conforme teoriza (PÊCHEUX, 1997). Obviamente, o fenômeno econômico-jurídico-ideológico-discursivo da mais-valia, que implica tempo de trabalho não pago ao trabalhador, ocorre no interior secreto dessas grandes empresas. Com seus exércitos de mãos de obra, recrutados para produzir-lhes as mercadorias e gerar-lhes os mais produtos que são frutos do trabalho não pago ao seu próprio operariado, as empresas se desenvolvem e crescem e despontam no mercado. Todo marxista sabe disso, o lucro advém da venda das mercadorias que foram produzidas gratuitamente pelo trabalhador. Mas as empresas não podem dizê-lo, isso deporia contra a reprodução de suas práticas.

Contudo, para efeito de pesquisa, é preciso salientar que entrar nas grandes empresas e ouvir-investigar as práticas discursivas dos chefes empresariais que dão as ordens explícitas para que os trabalhadores trabalhem mais rapidamente, mais responsabilmente, e sejam cada vez mais eficientes, gerando mais e mais lucros, é uma tarefa impossível ao pesquisador em Análise do Discurso. Nenhuma empresa aceitaria um pesquisador em Análise do Discurso que declarasse – conforme os códigos éticos de pesquisa – que adentraria ali para investigar como ela, discursivamente, constrói a prática econômico-jurídico-ideológica de exploração dos seus próprios trabalhadores.

Obviamente, a empresa negaria essa prática econômico-jurídico-ideológico-discursiva de construção da exploração e contaria a versão legitimada juridicamente de que todo o processo de trabalho transcorre de acordo com os contratos de trabalho, baseados nas leis trabalhistas. E nós sabemos, as leis trabalhistas seguem os ditames burgueses do capitalismo. A própria exploração do trabalhador está prevista nessas leis, mesmo que tal previsão não esteja transcrita por essa exata formulação: “a mais-valia é legítima, natural, necessária, inevitável, eterna”.

Entretanto, para ficar apenas em um exemplo simples de como a mais-valia é legitimada, eternizada, naturalizada, tornada inevitável e necessária pelas próprias leis, basta observar que a jornada de trabalho ainda é muito alta no mundo. Em se constatando que existem milhões de trabalhadores fora dos empregos formais, isso significa que, se não houvesse previsão para a exploração da mais-valia nas próprias leis trabalhistas, a jornada de trabalho poderia ser bem menor³⁴, permitindo assim que todos trabalhassem e sobrevivessem com dignidade. Porém, no capitalismo, ao se fazer as leis trabalhistas, não se calcula o bem estar de todos os seres humanos, calculam-se, sim, as possibilidades de a classe burguesa permanecer burguesa, mesmo que isso seja à custa da exploração dos trabalhadores e da miséria de tantos outros que sequer conseguem entrar no chamado “emprego formal, com carteira assinada”.

Assim sendo, face à impossibilidade-dificuldade de pesquisar-investigar a própria prática discursiva dos empresários em sua relação direta com os trabalhadores – que, no dia a dia da fábrica, são explorados –, resta-nos a opção de analisar a prática discursiva das grandes empresas, verificando a imagem que elas constroem de si mesmas em seus *sites*, interpelando seus interlocutores a enxergarem-nas como uma empresa que exerce práticas econômico-jurídico-ideológico-discursivas legítimas, naturais, necessárias, eternas e inevitáveis. Seguramente, a extração da mais-valia está apagada discursivamente nesses sites. De qualquer modo, para explicar os caminhos de nossa pesquisa, cumpre ressaltar que os *sites* das empresas são públicos, portanto, não existe possibilidade, neste caso, de a empresa vetar a leitura atenta de um analista do discurso marxista acerca dessa materialidade linguístico-discursiva construída publicamente pelas empresas.

Nesse sentido, para dar amostras de como funciona a prática discursiva empresarial, em sua relação direta ou indireta com a problemática da mais-valia – já que, segundo nossa hipótese, a exploração da mais-valia é a própria razão de ser e a razão de fundo das empresas – nesse trabalho de tese optamos por realizar uma pesquisa que chamaríamos de qualitativa, estudando o caso de uma grande empresa capitalista tradicional, a Sadia, e também o caso de uma grande empresa baseada no chamado cooperativismo empresarial, a Unimed.

³⁴ Não é casual que todas Centrais Sindicais brasileiras, ao chamar um Dia Nacional de Lutas, em 11 de julho de 2013, tiveram como eixo central, em suas pautas de reivindicações, a *redução da jornada de trabalho sem redução de salários*.

Segundo nossa hipótese, apesar das imagens discursivas distintas que tais empresas procuram estabelecer em torno de si mesmas, uma construção econômico-jurídico-ideológico-discursiva deve seguir comum em ambas: todas elas, pela lógica de funcionamento do capitalismo, hão de reproduzir as relações de produção, ajudando apagar, legitimar, naturalizar, eternizar, fazer parecer inevitável e necessário o processo de exploração do trabalho não pago, isto é, o processo de exploração da mais-valia.

Assim, no primeiro momento dessa análise, como estudo de caso, acessamos o site da empresa Sadia, uma grande empresa capitalista, de expressão nacional, e selecionamos, como *corpus*, algumas amostras linguístico-discursivas, em formas de excertos e sequências discursivas, que contam a história dessa empresa ou mesmo argumentam sobre o sucesso empreendedor dessa instituição. Mais especificamente, cumpre salientar que, no site da Sadia, encontramos amostras linguístico-discursivas, resumindo sua história em cada década, desde sua fundação, na década de 40, até a atualidade.

Não vamos, contudo, analisar todas as amostras, década por década, pois não é nosso objetivo analisar, pormenorizadamente, a história da Sadia. Nosso foco é outro, pesquisamos o site da Sadia para verificar como o discurso empresarial construído realiza o apagamento-naturalização-legitimação-eternização-necessidade-inevitabilidade da mais-valia. Nesse sentido, selecionamos as amostras linguístico-discursivas que julgamos mais significativas em relação a esse tema.

Assim, para efeito de análise, após leitura do *corpus*, recortamos das amostras linguístico-discursivas selecionadas alguns excertos e algumas sequências discursivas que, de alguma forma, apagam-naturalizam-legitimam-eternizam-(fazem parecer inevitável e necessária) a prática de extração da mais-valia dos trabalhadores. É o que tentaremos demonstrar a seguir. Vejamos a primeira amostra linguístico-discursiva, recortada em forma de excerto.



Fundada em 1944 por Attilio Fontana, a Sadia cresceu e tornou-se referência de excelência na indústria de alimentos. Esse sucesso se deve à constante preocupação com a qualidade e ao empenho em desenvolver sempre novos produtos. Hoje o seu portfólio conta com mais de 650 itens, que são distribuídos para mais de 300.000 pontos de venda em todo o Brasil.

Esse é um sucesso que não se limita às fronteiras brasileiras. A Sadia é hoje uma das maiores empresas de alimentos da América Latina e uma das principais exportadoras do país, distribuindo mais de mil produtos para mais de 100 países.

Por quatro vezes seguidas eleita a marca mais valiosa do setor de alimentos brasileiro, ela emprega hoje cerca de 55 mil funcionários e mantém parceria com cerca de 10.000 granjas integradas de aves e de suínos, contribuindo dessa forma para a estabilidade e crescimento do país, sempre de forma socialmente responsável e preocupada com o meio ambiente e a comunidade.

Navegando pelas próximas páginas, você vai encontrar mais informações e curiosidades sobre a Sadia e a sua história.

Obrigado pela sua visita.

Acesso em 16/12/2010: <http://www.sadia.com.br/>

Do excerto acima, recortamos para escrutinação a sequência discursiva registrada abaixo.

Sequência Discursiva 1:

Fundada em 1944 por Attilio Fontana, a Sadia cresceu e tornou-se referência de excelência na indústria de alimentos. Esse sucesso se deve à constante preocupação com a qualidade e ao empenho em desenvolver sempre novos produtos.

É relevante, nesta sequência discursiva, destacar a argumentação dada pela empresa para explicar as causas de seu sucesso: “Esse sucesso se deve à constante preocupação com a qualidade e ao empenho em desenvolver sempre novos produtos.”. Qual a relação desse argumento empresarial com a problemática da mais-valia, tema dessa pesquisa? Justamente a prática discursiva de apagar as reais causas do sucesso da

empresa. É falso dizer que o sucesso da empresa dependeu exclusivamente da “qualidade dos seus produtos e da criatividade de sua gerência”, como quer fazer parecer o discurso empresarial.

Está apagado, nessa sequência discursiva, um elemento crucial que fez a empresa alavancar, a parcela de trabalho não pago aos seus funcionários, a mais-valia. Foi principalmente a parcela de trabalho não pago que permitiu o crescente lucro da empresa e sua conseqüente possibilidade de reinvestimento, ao ponto de se tornar uma grande empresa. Obviamente, esses fatos escusos jamais poderiam ser contados pelo discurso empresarial, mas é possível ouvi-los em suas explicações incompletas, escutando o que não fora dito.

Uma pergunta que poderia ser feita: esse tipo de argumentação acerca do sucesso empresarial da Sadia legítima, eterniza, naturaliza, faz parecer inevitável e necessária a prática econômico-jurídico-ideológico-discursiva da empresa, enquanto praticante da extração de mais-valia dos seus funcionários? Indiretamente sim, pois a empresa tenta construir uma imagem de que são os méritos administrativos do próprio empresariado que faz o negócio capitalista crescer, logo, não haveria motivo para colocar suas práticas sob suspeita. Entretanto, um escrutínio, teoricamente orientado, por uma Análise do Discurso, de viés marxista, pode explicitar as contradições da prática discursiva econômico-jurídico-ideológico-discursiva da empresa. É este olhar que a classe trabalhadora deveria desenvolver. Eis, portanto, uma das contribuições que este tipo de pesquisa que ora fazemos poderia suscitar.

Sequência discursiva 2:

Por quatro vezes seguidas eleita a marca mais valiosa do setor de alimentos brasileiro, ela emprega hoje cerca de 55 mil funcionários e mantém parceria com cerca de 10.000 granjas integradas de aves e de suínos, contribuindo dessa forma para a estabilidade e crescimento do país, sempre de forma socialmente responsável e preocupada com o meio ambiente e a comunidade.

Nesta sequência, há que se frisar a imagem que a empresa constrói acerca de si mesma para legitimar o exercício de sua prática, justificando a importância de sua existência econômico-jurídico-ideológico-discursiva. Argumentos constroem a interpelação de que ela é necessária no setor de alimentos: “quatro vezes eleita a melhor marca na produção de alimentos”. Quem ousaria colocar sob suspeita a prática de uma empresa “tão necessária” para a alimentação do povo?

Argumentos também constroem a interpelação de que a Sadia é vital-fundamental para os trabalhadores: “emprega hoje cerca de 55 mil funcionários”. Quem poderia dizer que essa empresa “não é vital-fundamental” para os trabalhadores? Vejam a quantidade de empregos gerados. Observem, todavia, que é ocultado o fato de que são justamente os trabalhadores a força material que faz as mercadorias da empresa, bem como seus constantes ganhos, à custa da parcela de tempo de trabalho não pago, a mais-valia. Mas a lógica é invertida pela prática discursiva empresarial. Não são os trabalhadores que fazem a empresa sobreviver e crescer e lucrar, mas, sim, a empresa que “ajudaria” os trabalhadores a seguirem vivos, promovendo assim um grande “bem social” à classe dos trabalhadores.

Além disso, argumentos constroem ainda a interpelação de que a empresa é necessária para o país, para o planeta, para a sociedade: “contribui para a estabilidade e crescimento do país, sempre de forma socialmente responsável e preocupada com o meio ambiente e a comunidade.”. Quem ousaria legislar, questionar contra a Sadia, face ao papel econômico-jurídico-ideológico-discursivo que a mesma cumpre? Somente os “loucos marxistas” suspeitariam da legitimidade e da necessidade de suas práticas. E vejam a sutileza da prática discursiva empresarial, defendendo a reprodução das relações de produção: suas práticas de exploração dos trabalhadores nunca aparecem, outras imagens são construídas para justificar a existência de suas práticas empresariais capitalistas.

Vejamos, na sequência, outra amostra linguístico-discursiva extraída do site, conforme excerto a seguir:

NOSSA HISTÓRIA/SOBRE A SADIA/LINHA DO TEMPO

- Década de 40



Quando pensamos na origem da marca Sadia, a primeira associação que nos vem à cabeça é a mais óbvia: Sadia demonstra a preocupação da empresa em oferecer aos consumidores alimentos saudáveis e de qualidade. Realmente, esta é a maior preocupação da companhia. Mas, apesar da coincidência, o nome surgiu de um jeito muito mais simples.

A S.A. Indústria e Comércio Concórdia foi batizada de Sadia a partir das iniciais SA de "Sociedade Anônima" e das três últimas letras da palavra "Concórdia", DIA.

Na época, o mundo passava por grandes transformações e o cenário industrial brasileiro era promissor. A região de Concórdia, em Santa Catarina, começava a se tornar um importante centro produtor. A criação de suínos e o cultivo de alguns produtos agrícolas posicionavam o município entre os 10 mais prósperos do Estado.

Foi neste contexto que Attilio Fontana criou a **Sadia** em 1944. No começo, ele só tinha um pequeno moinho e um frigorífico inacabado. O retorno dos investimentos aplicados no moinho permitiu completar a construção do frigorífico. Em 1946, ele já abatia mais de 100 suínos por dia.

Com o avanço industrial do País, os padrões de consumo começaram a mudar e a empresa precisou ajustar-se ao mercado. Em 1947, a Sadia virou marca registrada e abriu uma distribuidora em São Paulo. Foi o passo inicial para conquistar o mercado nos anos 50.

De lá pra cá, a Sadia mudou muito. Hoje, é a marca de alimentos mais conhecida no Brasil, exportando para diversos países. Mas as bases do negócio que Attilio Fontana criou em 1944 continuam as mesmas: o respeito ao trabalho, o cuidado com a terra e a valorização da técnica.

Acesso em 16/12/2010: <http://www.sadia.com.br/sobre-a-sadia/linha-do-tempo.jsp>

Do excerto acima, extraído do site da Sadia, em seções que contam sua história desde a fundação, recortamos a sequência linguístico-discursiva que se segue.

Sequência Discursiva 3:

Foi neste contexto que Attilio Fontana criou a *Sadia* em 1944. No começo, ele só tinha um pequeno moinho e um frigorífico inacabado. O retorno dos investimentos aplicados no moinho permitiu completar a construção do frigorífico. Em 1946, ele já abatia mais de 100 suínos por dia.

Mais uma vez, tal sequência revela como a empresa constrói a naturalização-legitimação-eternização ou até mesmo o apagamento da prática de exploração de mais-valia. A prática discursiva do site, em sua argumentação, faz parecer que a Sadia surgiu de um esforço individual e de um trabalho genial do então pequeno empreendedor

“Attilio Fontana”. A argumentação diz que “no começo, ele só tinha um pequeno moinho e um frigorífico inacabado”, ou seja, sua capacidade de crescer e de enriquecer veio do próprio trabalho e da própria criatividade. Na sequência, é mencionado o “retorno dos investimentos” que fizera o negócio crescer. De onde veio esse retorno? Em que se investiu? Contrataram-se trabalhadores para ajudar a fazer o serviço, não lhes pagando uma parcela do tempo trabalhado? Já existiria aí algum funcionário, dando-lhe uma parcela de trabalho não pago, ou seja, permitindo-lhe extrair mais-valia? Apaga-se aí, ao não se explicar quais foram os reais “investimentos” a provável exploração do trabalho já iniciada. E, diga-se de passagem, é justamente o trabalho não pago, a mais-valia, o único investimento que permite extrair lucros como retorno.

Nos dois anos seguintes, em um passe de mágica, o mesmo empresário fora desenhado como uma máquina de moer carne: “Em 1946, **ele** já abatia mais de 100 suínos por dia”. Aqui chega a ser cômica a construção da prática discursiva que se imputa ao esforço individual de Attilio Fontana. É possível a uma única pessoa abater 100 suínos ao dia? Quantos trabalhadores já eram explorados em seu frigorífico nesse mesmo período? Qual era o salário? Quanto tempo os trabalhadores trabalhavam de graça para o empresário Attilio Fontana? Quem de fato abatia os suínos e os preparava?

Em resumo, a prática econômico-jurídico-ideológico-discursiva do site da Sadia faz parecer que a empresa cresceu sem a exploração de seus principais sujeitos: os trabalhadores. Assim, apaga-se a exploração da mais-valia dos sem-nomes do trabalho, dando-se explicações suspeitas para o crescimento-surgimento da empresa. Com esse apagamento, constrói-se indiretamente a legitimação-eternização-naturalização-inevitabilidade-necessidade da prática econômico-jurídico-ideológico-discursiva da própria empresa que tem seu negócio plenamente aceito pela sociedade: interpela-se rumo à reprodução das relações de produção, como diria Pêcheux (1997).

Cumpramos observar, por fim, que, desde a sua fundação até hoje, os trabalhadores explorados nessa empresa são a real fonte de seus lucros, graças à mais-valia ou à parcela de tempo de trabalho que não lhes é paga. Essa prática, contudo, não pode aparecer no discurso empresarial, pois seria depor contra o próprio patrimônio. Com a análise do discurso empresarial, entretanto, percebemos as fendas por onde escapam as contradições de suas próprias práticas. Isso mostra que pesquisar-problematizar a mais-valia pelo viés da Análise do Discurso possui sua parcela de relevância social, em se pensando pela ótica da classe trabalhadora.

Saltemos agora para esse outro excerto, recortado do site da empresa Sadia, referente à década de 60:

Década de 60



Na década de 60, o Brasil atravessou diversas dificuldades. As incertezas políticas e a inflação davam indícios de que a época não seria favorável aos empreendimentos. Contrariando os prognósticos, a Sadia decidiu investir em tecnologia, reestruturação de vendas e expansão das atividades.

Em 1961, institucionalizou o sistema de Fomento Agropecuário com base na parceria entre o produtor suinícola e a indústria. Além disso, iniciou a avicultura integrada em Concórdia, aumentando seu desempenho em criação e abate de frangos. O processo que havia começado de maneira experimental em 1956, doze anos depois, atingia 1 milhão de frangos abatidos.

Em 1964, a Sadia inaugurou, em São Paulo, a Frigobrás - Companhia Brasileira de Frigoríficos, primeira indústria de carnes e derivados fora de Concórdia. O projeto já existia há alguns anos, mas só então foi concretizado. A partir daí, diversos produtos passaram a ser produzidos em São Paulo: salsichas, almôndegas, quibes e o famoso Hambúrguer Sadia. Foi o ingresso do negócio no segmento de alimentos semiprontos congelados.

A época também foi marcada pela criação do Conselho de Administração, pelos primeiros abates de perus em Concórdia, além dos primeiros contratos de exportação com carnes bovina e suína in natura congeladas.

Em 1967, com depósitos em toda a Região Sul e escritórios comerciais em diferentes cantos do País, a empresa cria a Sadia Comercial Ltda., responsável pela venda e distribuição dos produtos no Brasil.

Crescimento, avanço tecnológico, pesquisas em genética animal, lançamentos inéditos, distribuição capilar dos produtos, imagem de marca de qualidade, ingresso nas exportações, além de outras conquistas, fizeram a história da Sadia na década de 60.

Acesso em 16/12/2010: <http://www.sadia.com.br/sobre-a-sadia/linha-do-tempo.jsp>

Do excerto acima, destacamos a seguinte sequência discursiva, que, de certa forma, constroi uma explicação outra para as reais causas do crescimento da empresa, omitindo mais uma vez a exploração dos trabalhadores como fator crucial.

Sequência discursiva 4:

Crescimento, avanço tecnológico, pesquisas em genética animal, lançamentos inéditos, distribuição capilar dos produtos, imagem de marca de qualidade, ingresso nas exportações, além de outras conquistas, fizeram a história da Sadia na década de 60.

Interessante observar que, nesta sequência discursiva, argumenta-se como se tais palavras fossem as palavras chaves do sucesso da empresa na década de 60. Primeira palavra: “Crescimento”. O que essa palavra diz, sob a ótica empresarial? Aumento dos lucros? Aumento da produção de mercadorias? Aumento do mercado consumidor? Aumento dos investimentos? Sim, pela ótica empresarial, esta é a explicação. Porém, o analista do discurso marxista escuta palavras apagadas nessa formulação, escuta as palavras do proletariado, que, certamente, não endossariam essa explicação empresarial aparentemente tão legítima, tão natural, tão inevitável de que, na década de 60, a Sadia fora marcada pelo “crescimento” em si e por si. Como afirma Pêcheux:

... a objetividade materialista do ponto de vista do proletariado se caracteriza discursivamente por tomadas de posição *a favor de* certas palavras, formulações, expressões, etc., *contra* outras palavras, formulações ou expressões, exatamente como uma luta pela produção dos conhecimentos. (PÊCHEUX, 1997:209-210)

Nesse sentido, contra a palavra “crescimento”, em si e por si – explicação, esta, do ponto de vista empresarial –, o ponto de vista do analista do discurso marxista enxerga: “crescimento” à custa de “mais-valia”, de “trabalho não pago”, de “exploração”, de “baixos salários”, de “jornada de trabalho extensiva”.

Segunda palavra: “avanços tecnológicos”. Esta explicação empresarial também serve para apagar, naturalizar, legitimar a mais-valia. Por um lado, é inegável que os avanços tecnológicos fazem uma empresa produzir mais mercadorias, porque aceleram o processo de produção. Uma questão, porém, fica mal explicada pelo discurso empresarial. O lucro não advém do grande número de mercadorias produzidas. O lucro ainda segue advindo da mais-valia, do trabalho não pago aos trabalhadores.

A exploração dos trabalhadores, conjugada com os avanços tecnológicos, geram, temporariamente, a chamada “mais-valia relativa”, segundo Marx (1988), que é a possibilidade da empresa – graças ao aumento da produtividade, graças ao menor tempo de trabalho gasto-cristalizado na produção das mercadorias – poder colocar suas mercadorias no mercado abaixo do valor daquelas dos outros empresários concorrentes, podendo, assim, vender mais mercadorias e, temporariamente, conseguir um maior lucro excedente da venda de mais produtos à custa de uma parcela maior de trabalho não pago.

Avanços tecnológicos, portanto, quando estão funcionando bem em uma empresa, significam que os trabalhadores estão sendo ainda mais explorados, ou seja, a parcela de mais-valia, a parcela de trabalho não pago extraída a custa de cada trabalhador

está ainda maior. Os salários não aumentam, quando se tem “avanço tecnológico”, a jornada de trabalho não é reduzida, quando se tem “avanço tecnológico”, ou seja, a exploração de mais-valia é que aumenta e segue ainda mais gritante, porque, no fundo, com o “avanço tecnológico”, o trabalhador trabalha menos tempo para pagar seu próprio salário, porém, como a jornada de trabalho não é diminuída, em função do “avanço tecnológico”, então o trabalhador trabalha mais tempo de graça para o patrão. Nesse sentido, em uma empresa, “avanço tecnológico” significa “aumento da mais-valia, aumenta da exploração”. Isso a Sadia não diz em seu site.

Outras questões que a empresa não pode mostrar, quando fala de “avanços tecnológicos”: com qual capital foram compradas as novas máquinas tecnologicamente mais avançadas? Não teria sido com o capital extraído da exploração da mais-valia dos próprios trabalhadores? Quem opera as novas máquinas? Não são ainda os próprios trabalhadores? Então, a Sadia, seguindo a lógica capitalista de interpelar rumo à reprodução das relações de produção, com o uso de palavras mágicas, como “avanço tecnológico”, faz parecer que o seu sucesso se deve aos méritos dirigentes da própria empresa e não à exploração dos trabalhadores e não à mais-valia. Enfim, a essa interpelação econômico-jurídico-ideológico-discursiva das empresas capitalistas, temos chamado de apagamento-naturalização-eternização-inevitabilidade-aparente necessidade da prática de exploração da mais-valia.

Terceira sequência de palavras: “pesquisas em genética animal, lançamentos inéditos, distribuição capilar dos produtos, imagem de marca de qualidade, ingresso nas exportações...”. Tal formulação também ressalta que os méritos do sucesso da Sadia estão em sua capacidade de administrar a empresa, de planejar a produção, de ingressar no mercado mundial, de ser zelosa com suas mercadorias, de prezar pela qualidade, de ser criativa. Contudo, do ponto de vista da análise discursiva de viés marxista, em relação a essa formulação, há que se fazer a pergunta incômoda: quem executou todas essas ordens e tarefas, não sendo pagos integralmente para isso, já que existe a parcela de trabalho não pago que é a mais-valia? Não seriam os próprios operários?

Os trabalhadores não teriam a capacidade intelectual de planejar e administrar a produção da Sadia, já que são eles que executam com eficiências todas as ordens e tarefas? É claro que os trabalhadores conseguem gerenciar a produção, fazer pesquisas, planejar a distribuição de produtos, criar produtos novos, etc. Tal atividade também é produto do trabalho. Mas cabe salientar, o discurso empresarial precisa fazer parecer que sua capacidade intelectual dirigente e sua capacidade administrativa dirigente são fundamentais e indispensáveis para o crescimento da empresa. Tal prática discursiva serve para

naturalizar, eternizar, legitimar, fazer parecer necessária, fazer parecer inevitável as práticas de sua direção, ou seja, o lugar social do próprio empresário, do próprio burguês.

Nesse sentido, é que os méritos de crescimento da empresa não podem ser atribuídos aos reais sujeitos que a movimentam, os trabalhadores. Estes precisam ser interpelados a achar-acreditar que é natural, legítimo, necessário, eterno, inevitável o seu lugar social de trabalhadores explorados. A extração de mais-valia, portanto, que é feita à custa de não pagar aos trabalhadores a totalidade do tempo trabalhado, deve ser vista como necessária, eterna, inevitável, legítima, natural, já que os trabalhadores “dependeriam”, segundo o discurso empresarial, da capacidade administrativa e intelectual e criativa do próprio empresário, do próprio capitalista. No caso em estudo, “dependeriam” da capacidade administrativo-intelectual-criativa dos próprios donos da Sadia.

Vejamos agora mais outra amostra linguístico-discursiva extraída do site, em forma de excerto:

Década de 2000



“Esta é a década em que o Brasil comemora os seus 500 anos. A economia está estabilizada, os índices de inflação mais baixos e as instituições democráticas consolidadas. A globalização é um fato e novas tendências ganham corpo: fusões, joint ventures, parcerias, alianças estratégicas, e-commerce, logística integrada, governança corporativa, responsabilidade social e outros temas importantes.

A Sadia entra no ano 2000 com o perfil de uma empresa de alto valor e sua marca absolutamente consolidada. Sua presença é cada vez mais competitiva no mercado interno e estratégica no mercado externo. Já possui filiais na Argentina, Uruguai e Chile, escritórios na Itália, Inglaterra e Emirados Árabes e representações no Paraguai, Bolívia e Japão. Em uma atitude inédita, adota inscrições em Braille em suas embalagens cartonadas. Outro marco importante é a inauguração do **Memorial Atílio Fontana**, em Concórdia, uma homenagem da empresa aos 100 anos de seu fundador.

Logo no início da década, em 2001, a Sadia lançou na Bolsa de Nova York seus ADRs - American Depositary Receipts - para aumentar sua visibilidade e permitir que investidores estrangeiros pudessem adquirir seus títulos. No mesmo ano, também aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo.

Em 2001 e 2003, foi eleita a marca mais valiosa do setor de alimentos no Brasil pela consultoria inglesa Interbrand. No ano seguinte, iniciou a comemoração dos seus 60 anos de fundação com uma grande campanha publicitária - "Sadia 60 anos. Uma história de Amor" - que colecionou inúmeros prêmios.

Para contribuir com o desenvolvimento sustentável, em 2004 a empresa fundou o Instituto Sadia, que hoje atua com o Programa de Investimento Social e o Programa de Suinocultura Sustentável Sadia (Programa 3S).

Em 2005, foi a vez de retomar o abate de bovinos, aumentando sua oferta de produtos. Entre os lançamentos, um dos grandes destaques foi o **Hot Pocket**, que rapidamente tornou-se um sucesso de vendas. Nesse mesmo ano, a Sadia criou também a linha **Sadia Soja** e reformulou a marca Rezende. Pela quarta vez consecutiva, foi eleita a marca de alimentos mais valiosa do Brasil.

Já em 2006, aconteceram profundas transformações na companhia e ela tornou-se mais preparada para enfrentar os desafios do mercado. Criou um Comitê de Sustentabilidade para avaliar suas atividades e inaugurou uma diretoria de Relações Internacionais que, posteriormente, deu início a um projeto de instalação de uma fábrica na Rússia.

No mesmo ano, iniciou as obras da Unidade Agroindustrial de Lucas do Rio Verde. O projeto é um dos maiores da companhia e compreende a construção de um abatedouro de aves, uma unidade de abate e industrialização de suínos, além de uma fábrica de rações.

Em 2007, o Hot Pocket foi eleito "O Melhor do Brasil" por uma das mais importantes feiras de alimentos do mundo: a SIAL, em Paris. Foi nesse ano também que a Sadia realizou a primeira venda de créditos de carbono, obtidos com a captação de gases do efeito estufa. E antes mesmo do Protocolo de Quioto, foi pioneira ao desenvolver projetos para a captação de metano da atmosfera, contribuindo para amenizar o aquecimento global."

Acesso em 16/12/2010: <http://www.sadia.com.br/sobre-a-sadia/linha-do-tempo.jsp>

Realizando esse outro salto até o relato referente à primeira década do segundo milênio, chama-nos a atenção, em primeiro lugar, a foto escolhida pela empresa Sadia, como marketing de abertura do novo milênio. Donos da Sadia propagandeando uma amostra de suas mercadorias ao lado do Presidente Lula. Qual o peso dessa imagem em relação às práticas econômico-jurídico-ideológico-discursivas da empresa? Quais efeitos de sentido podemos depreender?

Em nosso ponto de vista, tal imagem revela a tentativa de apagamento da luta de classes, e, conseqüentemente, procura-se naturalizar, legitimar, eternizar, fazer parecer necessárias e inevitáveis as próprias práticas econômico-jurídico-ideológico-discursivas da Sadia, em relação à extração da mais-valia. Por que visualizamos esse efeito de sentido apenas ao nos depararmos com uma foto? Justamente porque não se trata de uma foto qualquer, da empresa Sadia, ao lado de um Presidente da República qualquer. Segundo as amostras linguístico-discursivas do site, em todas as outras décadas que pesquisamos, não encontramos, nas fotos que encabeçam os relatos, alguma outra foto, em alguma outra década, que evidencie a marca da empresa Sadia juntamente com outros Presidentes da República. Por que uma foto com o Presidente Lula?

Como, historicamente, Lula é conhecido como o maior líder operário do mundo, como o maior líder sindical do mundo, uma foto de Lula, propagandeando uma mercadoria da Sadia, faz parecer que, inclusive, a classe trabalhadora de conjunto está

de acordo com a Sadia, está também apoiando as práticas econômico-jurídico-ideológico-discursivas dessa empresa. A construção discursivo-ideológica é: se o maior sindicalista do mundo também já apoia a Sadia, em plena primeira década do novo milênio, quem teria autoridade para questionar as práticas dessa empresa?

O efeito de sentido construído é de que não existe exploração dos trabalhadores nessa empresa, não existe extração de mais-valia abusiva nessa empresa, e, mesmo se alguém perceber que existe, sim, a exploração dos trabalhadores, a foto de Lula com chefes e mercadorias produzidas na Sadia serve para fazer parecer legítima, fazer parecer natural, fazer parecer necessária, fazer parecer inevitável, fazer parecer eterna essa prática. Extrair mais-valia e enriquecer-se à custa dos trabalhadores não é um problema, tornou-se um negócio “natural e legítimo”. Para nós, portanto, essa simples foto representa a construção dessa imagem. Argumenta-se como apaziguadora da luta de classes latente no âmago da própria empresa.

Obviamente, nós, sujeitos-analistas marxistas, sabemos que Lula mudou de lado há muito tempo, ou seja, aliou-se aos grandes empresários para tornar-se Presidente, apostando nos pactos sociais com a classe burguesa, ajudando a reproduzir as relações de produção capitalistas. Porém, a maioria da classe trabalhadora de nosso país, fruto da grande referência de luta que Lula representou historicamente, ainda não chegou a essa mesma conclusão que a maioria dos lutadores marxistas revolucionários tem chegado. Nesse sentido, a Sadia aproveita-se da capitulação de Lula à política econômico-jurídico-ideológico-discursiva da burguesia para naturalizar, eternizar, legitimar, fazer parecer necessárias e inevitáveis suas práticas de extração da mais-valia junto à classe trabalhadora que ela mesma explora.

A imagem construída, portanto, sob a ótica empresarial, não é a de uma empresa que cresce e se enriquece, explorando a mais-valia de seus 55 mil trabalhadores, ao contrário, constroi-se a imagem de uma empresa que presta um bom serviço social, alimentando o povo com suas mercadorias, colaborando com o país e o mundo. As sequências discursivas abaixo revelam a imagem que a empresa constroi de si, interpelando seus interlocutores a aprovarem suas práticas de eficiência no mercado da alimentação:

Sequência discursiva 5:

Em 2001 e 2003, foi eleita a marca mais valiosa do setor de alimentos no Brasil pela consultoria inglesa Interbrand.

Sequência discursiva 6:

Pela quarta vez consecutiva, foi eleita a marca de alimentos mais valiosa do Brasil.

Sequência discursiva 7:

Em 2007, o Hot Pocket foi eleito “O Melhor do Brasil” por uma das mais importantes feiras de alimentos do mundo: a SIAL, em Paris.

Tais sequências servem, portanto, para justificar, legitimar, naturalizar, fazer parecer necessária e inevitável o papel social que a empresa cumpre. Esse é, então, outro argumento que as empresas usam para justificar a “reprodução das relações de produção” (PÊCHEUX, 1997). As empresas nunca dizem: “produzimos visando única e exclusivamente o lucro, à custa da exploração do trabalho dos nossos funcionários, isto é, à custa da mais-valia, à custa de uma parcela de trabalho não pago”. Muito pelo contrário, as empresas sempre argumentam que existem para servir ao consumidor, colocando excelentes produtos no mercado.

Entretanto, conforme sabemos, na mercadoria existem duas facetas, uma faceta à mostra, que é o seu “*valor de uso*” (MARX, 1988), ou seja, toda mercadoria existe para ser consumida, e outra faceta escondida que é o seu “*valor de troca*” (MARX, 1988), ou seja, em toda mercadoria existe um tempo de trabalho gasto-cristalizado na produção das mesmas que é vendido pelo seu exato valor pelos capitalistas, sendo que tais capitalistas não pagaram todo o tempo de trabalho gasto-cristalizado na produção dessas mercadorias, o que lhes permite o lucro, a mais-valia. As empresas capitalistas, porém, a exemplo da Sadia, conforme temos afirmado em nosso trabalho, cuidam de apagar esse lado da produção da mercadoria que envolve o tempo de trabalho gasto, incluindo tanto o trabalho pago, quanto o trabalho não pago (a mais-valia).

Nos discursos empresariais, portanto, apenas se evidencia o *valor de uso* das mercadorias, fazendo parecer que esse é o grande objetivo das empresas, gerar *valor de uso* para seus consumidores. Assim, a Sadia quer fazer parecer que produz para prover alimentação de qualidade para a população: essa formulação é o que a empresa assevera em seu site. Ela jamais diz, entretanto, quais são os seus verdadeiros objetivos. E seus verdadeiros objetivos está em investir capital na produção de alimentos única e exclusivamente para, no processo de produção das mercadorias, extrair mais-valia de seus operários, que no frígido do processo significa extrair lucro com a venda de uma parcela de mercadorias que foram produzidas gratuitamente pelos trabalhadores.

Destarte, obviamente, a construção do *valor de troca* das mercadorias não aparece no site da empresa Sadia. Mas aparece sua pretensa preocupação com a

qualidade de suas mercadorias, sua pretensa preocupação em produzir mercadorias que terão *valor de uso* no mercado. Se ninguém comprar as mercadorias da Sadia, a empresa não poderá realizar o lucro que só vem depois de vendido o tempo de trabalho gastocristalizado na produção das mercadorias, tanto o tempo de trabalho pago, quanto o tempo de trabalho não pago. Sem vender suas mercadorias, de nada terá adiantado contratar trabalhadores e colocá-los para fazer salsichas, linguiças, bacons, etc.

O processo precisa ser completo. Uma parte das mercadorias vendidas cobre os gastos com o “*capital constante*” (MARX, 1988), são os gastos com as máquinas, energia elétrica, matéria prima, alojamentos, etc. Outra parte das mercadorias vendidas cobre os gastos com o “*capital variável*” (MARX, 1988), são os gastos com o salário dos trabalhadores. E finalmente a outra parte das mercadorias vendidas permite extrair a “*mais-valia*” (MARX, 1988), isto é, as mercadorias que saíram sem custo trabalho para o empresário, pois, conforme o contrato salarial estabelecido com seus funcionários, os donos dos meios de produção – no caso, os donos da Sadia – já previram que não se pagaria todo o tempo de trabalho a ser gasto na produção das mercadorias, justamente o tempo que permitiria gerar as mercadorias a mais que depois seriam vendidas e possibilitariam realizar seus lucros, realizar sua mais-valia.

Assim, é fundamental que a empresa venda suas mercadorias, logo, não é de se estranhar que, na construção da autoimagem empresarial, haja destaque ao discurso de que seus produtos são excelentes e de que cumprem um papel social formidável. Essa propaganda fica visível nas sequências discursivas 5, 6 e 7 que enumeramos acima. Quanto a essas sequências discursivas, segundo o ponto de vista de uma análise discursiva de cunho marxista, é preciso, portanto, que se fique claro: a grande preocupação dessa prática discursiva empresarial aí demarcada, de fundo, não são os consumidores de fato. A preocupação é justamente a realização da mais-valia, pois só e somente só depois de vendidas todas as mercadorias produzidas pela empresa é que os sujeitos-capitalistas podem apurar se os seus investimentos, em extração de mais-valia, foram realmente compensadores.

Além disso, a empresa Sadia também se utiliza de outros recursos ideológico-discursivos para se autovalorizar. Trata-se de sua pretensa preocupação com uma produção ambientalmente sustentável. Com essa construção ideológico-discursiva, procura projetar-se como uma empresa preocupada com a sociedade, tentando legitimar, naturalizar, fazer parecer necessária sua prática econômico-jurídico-ideológico-social. Isso pode ser lido nas sequências discursivas abaixo:

Sequência discursiva 8:

Para contribuir com o desenvolvimento sustentável, em 2004 a empresa fundou o Instituto Sadia, que hoje atua com o Programa de Investimento Social e o Programa de Suinocultura Sustentável Sadia (Programa 3S).

Sequência discursiva 9:

Foi nesse ano também que a Sadia realizou a primeira venda de créditos de carbono, obtidos com a captação de gases do efeito estufa. E antes mesmo do Protocolo de Quioto, foi pioneira ao desenvolver projetos para a captação de metano da atmosfera, contribuindo para amenizar o aquecimento global.

Ora, poderiam perguntar os leitores, o que essas sequências discursivas teriam a ver com o apagamento-naturalização-legitimação-eternização-necessidade-inevitabilidade da mais-valia, foco desse trabalho? Trata-se, sobretudo, de uma naturalização-legitimação-eternização-(aparente necessidade e inevitabilidade) indireta da prática de extrair mais-valia.

À medida que a empresa interpela-convence todas as classes sociais, burgueses e trabalhadores, de que cumpre um papel necessário e legítimo na sociedade e no planeta, eterniza-se, socialmente, a necessidade de que tal empresa deva seguir existindo. “Reproduzem-se as relações de produção”, conforme aponta Pêcheux (1997), fazendo parecer que não importam as práticas de exploração, as práticas de extração da mais-valia da empresa. Ao contrário, argumenta-se que suas práticas produtivas são totalmente responsáveis, inclusive com o meio-ambiente, tema ideológica e discursivamente bastante questionado na sociedade capitalista atual, face às degradações ambientais que o capitalismo moderno tem causado. O argumento, portanto, é de que a empresa Sadia estaria na vanguarda das empresas, exercendo, inclusive, uma produção ambientalmente sustentável e responsável.

O efeito de sentido é, pois, em curto, médio e longo prazo, criar uma prática ideológica hegemônica que desautorize qualquer discurso outro que se oponha às práticas econômico-jurídico-ideológico-discursivas dessa empresa. Conforme hipotetizamos, então, a empresa Sadia se comporta como todas as demais empresas capitalistas se comportariam: baseiam-se na exploração dos trabalhadores, baseiam-se no enriquecimento à custa da extração de mais-valia, baseiam-se no crescimento via trabalho não pago, mas sempre interpelam rumo à reprodução das relações de produção, colocando-se como instituições necessárias, legítimas, fundamentais e que devem ser eternas para a sociedade.

Sabendo-se que a exploração de mais-valia é a razão de ser e a razão de fundo de toda empresa, o argumento das mesmas, portanto, é evidente, mesmo que não o seja

dito claramente: os trabalhadores são explorados? E daí? Os empresários não se preocupam com isso. Extrair a mais-valia é o grande objetivo de qualquer negócio capitalista? Qual o problema? Os empresários estão à vontade com essa exploração. A propósito, segundo essa lógica econômico-jurídico-ideológico-discursivo-empresarial, tais práticas são legítimas, naturais, necessárias, inevitáveis e, sobretudo, devem se eternizar em função do papel econômico-social que cumprem.

Todavia, os sujeitos sociais, identificados com as lutas da classe trabalhadora, almejam-pelejam-lutam por outras práticas sociais, pautadas pela “transformação das relações de produção”, conforme Pêcheux (1997). Em função desse projeto outro que emerge devido a esse mundo dividido-fracionado em luta de classes, tais sujeitos sociais colocam o dedo na ferida das práticas empresariais, escutando-analisando o que as empresas dizem e também o que as empresas não dizem, procurando desvendar aí como a prática da exploração é naturalizada, legitimada, eternizada, feita necessária, inevitável ou mesmo apagada. Claro, portanto, que este é o nosso lugar de sujeito-analista. Claro, também, que escutamos-analisamos, no site da Sadia, formulações outras de um discurso outro a serviço de uma classe outra, a classe dos donos dos meios de produção.

Enfim, a partir da análise-interpretação-investigação dessas sequências discursivas, extraídas do site da Sadia, uma conclusão parece-nos possível: confirmamos, em forma de uma amostra qualitativa, a hipótese de que, no capitalismo, as empresas procuram realizar uma interpelação econômico-jurídico-ideológico-discursiva que tenta fazer parecer natural, legítima, eterna, inevitável, necessária a reprodução das relações de produção baseada na apropriação da mais-valia. No limite, para interpelar rumo a essa reprodução das relações de produção, a empresa apaga discursivamente essa exploração dos trabalhadores. Com isso, com efeito, busca-se perpetuar, sem maiores questionamentos, essa própria prática capitalista empresarial.

Prossigamos. Em foco agora a prática empresarial dita cooperativista: chegada a vez de escutar-analisar as formulações extraídas do site da Unimed.

5.2 A prática de exploração da mais-valia em empresas baseadas no cooperativismo: o caso Unimed.

Nesse trabalho temos defendido a tese de que *um* dos mecanismos usados pelo processo econômico-jurídico-ideológico-discursivo para reproduzir as relações de produção no capitalismo passa pela interpelação que procura apagar-legitimar-

naturalizar-eternizar-(fazer parecer inevitável)-(fazer parecer necessária) a mais-valia, ou seja, a exploração do tempo de trabalho do trabalhador, não os pagando por isso: tudo com vistas a beneficiar os donos dos meios de produção.

Ora, para contrastar às interpelações econômico-jurídico-ideológico-discursivas de uma empresa capitalista tradicional como a Sadia, cujo site nos revelou, segundo nossa análise, a face defensora da reprodução das relações de produção capitalistas, buscamos, desta feita, pesquisar outro site, no caso, de uma empresa baseada na filosofia do cooperativismo, exatamente para tentarmos perceber se também esse tipo de empresa interpela rumo à reprodução das relações de produção capitalistas. Ou empresas baseadas no cooperativismo causariam transformações nas relações de produção, rompendo com a lógica capitalista de produção?

Nossa escolha, portanto, por investigar *corpora* reveladores das práticas econômico-jurídico-ideológico-discursivas de empresas baseadas no cooperativismo não foi gratuita nem aleatória. O critério foi o de seguir perfazendo uma análise de cunho qualitativo, procurando investigar como e se a mais-valia é apagada-naturalizada-legitimada-eternizada-(tornada inevitável)-(tornada necessária), não importando qual seja o tipo de empresa privada que esteja sendo considerada.

A propósito, há muitas cooperativas no Brasil que produzem ou prestam serviço segundo a filosofia do cooperativismo, filosofia, esta, que considera que os donos dos meios de produção ou os donos da empresa são os próprios associados. A pergunta, entretanto, é: haveria também nessas empresas cooperativistas a mais-valia, ou seja, o tempo de trabalho não pago aos trabalhadores em favor de alguns privilegiados? Em outras palavras, haveria também nestas empresas tempo de trabalho não pago, gerando aumento do capital em favor dos donos dos meios de produção? Os donos dos meios de produção, ou seja, os donos da empresa cooperativa trabalham realmente de forma igual e dividem todo o capital acumulado da empresa?

Diante tais questionamentos, qual então a justificativa de se investigar sites de empresas fundadas com base no cooperativismo? Justamente porque é importante fazer um contraponto com as empresas capitalistas tradicionais para perceber se também tais empresas ditas cooperativistas ajudam à lógica de reprodução capitalista de exploração ou se rompem com essa lógica. Para tal pesquisa, portanto, como nosso critério foi o de investir em uma análise qualitativa, escolhemos uma grande empresa cooperativa que se destaca nacionalmente por seu prestígio e por seu vertiginoso crescimento, a Unimed: a União dos Médicos.

Como se sabe, a Unimed não é uma empresa cooperativa estatal, logo, o capital gerado pelo trabalho desta empresa não retorna para os cofres públicos, mas, sim, para a casta dos próprios donos do negócio, quais sejam, os médicos associados. Como se sabe também, a Unimed não é uma empresa cooperativa qualquer, ao contrário, trata-se de uma empresa cooperativa com projeção internacional, logo não se trata de uma cooperativa de iniciantes, trata-se, sim, de um negócio que tem dado certo. Diante disso, entendemos, portanto, que será uma amostra bastante significativa analisar o seu site, procurando perceber como esta empresa se relaciona com o que temos chamado aqui de mais-valia ou de trabalho não pago. Vamos à análise propriamente dita.

Para começar então, seguindo as orientações marxistas que nos guiam, perguntamos: qual a mercadoria produzida por essa empresa cooperativa? Justamente *a manutenção da saúde físico-psicológica dos seres humanos* que, sentindo-se desprotegidos pelo sistema de saúde público-estatal, escolhem pagar um plano de saúde que lhes dê uma relativa segurança. Portanto, os consumidores da mercadoria “manutenção da saúde físico-psicológica” produzida pela Unimed pagam mensalidades para os médicos associados donos da empresa.

Assim sendo, uma leitura crítica da conjuntura que permitiu a emergência da própria Unimed nos aponta que a própria razão de ser dessa empresa cooperativa já nasce, econômica, ideológica, jurídica e discursivamente, ajudando a reproduzir as relações de produção capitalistas, na medida em que o próprio sistema capitalista, interessado apenas na exploração do trabalho do trabalhador em benefício de uma classe de privilegiados, já cria uma série de carências para a população, dentre estas a própria ausência de um sistema público de saúde decente.

Para suprir essas carências, o capitalismo abre espaço para a prestação dos mais diversos serviços privados, mesmo em áreas que, sob uma ótica marxista, deveriam e poderiam ser protegidas pelo estado, de forma gratuita e com qualidade. A manutenção da saúde físico-psicológica dos seres humanos, com qualidade, é uma dessas áreas que poderiam e deveriam receber 100% de proteção do Estado. Porém, tal possibilidade somente seria viável, caso o trabalho não pago excedente produzido por esse sistema de produção, ou seja, a mais-valia, não fosse parar no bolso de alguns poucos burgueses, mas, sim, fosse socializada com toda a classe trabalhadora.

Entretanto, o estado capitalista não está interessado em proteger a saúde dos seres humanos de um modo geral, muito menos a saúde da classe trabalhadora. Os trabalhadores que geram a riqueza do mundo, que são os responsáveis pela produção das

riquezas do mundo, que geram mais-valia para os empresários e donos dos meios de produção, sequer tem o direito a uma assistência de saúde decente e com qualidade. É, portanto, a busca desenfreada pela mais-valia capitalista que é a grande responsável pela própria existência de convênios privados de saúde, ou seja, o trabalho não pago excedente das empresas não vai para criar uma assistência de saúde pública estatal com qualidade, ao contrário, vai para enriquecer exclusivamente os donos dos meios de produção.

Países em que o sistema de saúde fosse público, estatal e de qualidade, com toda a certeza, não abririam possibilidade para que a “*manutenção da saúde físico-psicológica dos seres humanos*” fosse transformada em comércio, em mercadorias. Contudo, o princípio do capitalismo é: salve-se quem tiver possibilidade de pagar por isso. Nesse sentido, é que a mercadoria “*manutenção da saúde físico-psicológica dos seres humanos*” encontra seus consumidores, logo, também encontra no mercado, dentre outras, a empresa Unimed que, com seus trabalhadores associados e outros não, conforme veremos, produzem-vendem tal mercadoria.

Como todas as mercadorias comercializadas no mundo capitalista, também a “*manutenção da saúde físico-psicológica dos seres humanos*” possui um valor de uso e um valor de troca. O valor de uso dessa mercadoria está no fato de que os seres sociais possuem necessidade de comprar essa mercadoria criada pelas carências assistenciais do estado capitalista, já que o referido Estado não lhes dá uma assistência de saúde pública de qualidade. Ademais, conforme toda mercadoria, esta também possui um valor de troca, que é calculado com base no tempo de trabalho social gasto para produzir-atender os clientes-consumidores do plano de saúde da Unimed.

Por fim, segundo o princípio da teoria marxista, há também, na produção desta mercadoria específica – manutenção da saúde físico-psicológica dos seres humanos – uma parcela de tempo de trabalho que não foi paga, a mais valia. Assim, conforme aponta a teoria, é justamente essa parcela de tempo de trabalho não pago que geraria o crescimento do capital da empresa que investe nesse setor. Quer dizer, então, que as cooperativas também exploram o trabalho de alguém? Quer dizer que a Unimed teria também como máximo objetivo, à semelhança de outras empresas capitalistas, gerar mais-valia a partir da produção da mercadoria “*manutenção da saúde físico-psicológica dos seres humanos*”? Em nossa hipótese sim, do contrário, tal cooperativa sequer existiria e também não cresceria economicamente.

Portanto, para frisar o que ficou dito até aqui – ao buscar suprir incompetências estatais pouco preocupadas com a saúde geral do ser humano e muito menos com a

saúde geral da classe trabalhadora – a cooperativa Unimed já nasce, econômica, jurídica, ideológica e discursivamente, interpelando rumo à reprodução das relações de produção capitalistas. Por conseguinte, o simples fato de sua existência, indiretamente, já legitima, naturaliza, eterniza e ajuda a fazer parecer inevitável a precariedade de vida da classe trabalhadora mais empobrecida, uma vez que ajuda a interpelar que a exploração de mais-valia é algo normal e insuspeito, inclusive ratificando que não há problema em existir trabalhadores com salários baixos que, além de explorados, sequer tem direito a uma saúde pública estatal de qualidade. Para a Unimed, vale a lógica capitalista: salve-se quem puder pagar. Sem protestos, portanto, os cooperativistas da saúde privada agradecem a precariedade do sistema público de saúde.

Entretanto – além de tal cooperativa considerar normal e legítimo abocanhar parte do salário dos trabalhadores que ganham um pouco melhor, bem como abocanhar a mais-valia que foi parar no bolso da classe detentora dos meios de produção que pode mais confortavelmente pagar por planos de saúde privados – em nossa hipótese, a empresa cooperativa Unimed também cresceu e cresce, porque explora o tempo de trabalho não pago de alguém, isto é, também se baseia na extração da mais-valia, a despeito da discursividade aparentemente socializante que o cooperativismo tenta criar. Como isso acontece? Quem são os explorados? Quem são os beneficiados? É possível perceber indícios dessa prática a partir da análise de seu site? Vamos ao *corpus* extraído do site público da Unimed. Tal *corpus* foi recortado como excertos e desses excertos pinçamos seqüências discursivas que apontam para regularidades que permitem tecer considerações que implicam na constitutividade do fenômeno da mais-valia. Começemos pela imagem que a empresa Unimed constrói de si, ao contar sua própria história.

1967- Fundação da Unimed

Um grupo de médicos filiados ao Sindicato dos Médicos de Santos (SP), insatisfeito com a crescente mercantilização do setor de saúde, buscou um modelo que resgatasse a ética e o papel social da medicina, garantindo a prática liberal da profissão e a qualidade do atendimento. Edmundo Castilho e mais 22 médicos fundam, então, em 18 de dezembro, a União dos Médicos, Unimed, na cidade de Santos (SP), com base nos princípios do cooperativismo. A primeira diretoria é formada por José Luiz Camargo Barbosa, Mario Billerbeck, Gino Sarti, Edmond Atick e Helio Gomes.

Acesso em 14/02/2013: <http://memoria.unimed.coop.br/memoria/indexProjeto.do?pagina=linhaTempo.jsp>

Seqüência discursiva 1:

Um grupo de médicos filiados ao Sindicato dos Médicos de Santos (SP), insatisfeito com a crescente mercantilização do setor de saúde, buscou um modelo que resgatasse a ética e o papel social da medicina, garantindo a prática liberal da profissão e a qualidade do atendimento. Edmundo Castilho e mais 22

médicos fundam, então, em 18 de dezembro, a União dos Médicos, Unimed, na cidade de Santos (SP), com base nos princípios do cooperativismo.

Como se vê, nesta sequência discursiva, a imagem construída pela própria empresa, ao contar sua história, é a de que a mesma foi fundada pela iniciativa de um grupo de médicos sindicalizados que estavam insatisfeitos com a mercantilização do setor de saúde, procurando atuar com base no princípio do cooperativismo. Qual a natureza da insatisfação desse grupo de médicos? Seria a exploração da mais-valia, do trabalho não pago, que eles, os médicos, sofriam na própria pele por conta dos donos de outros convênios privados? Não suportando mais serem explorados por donos de convênios de saúde privados, tais médicos sindicalistas resolveram se tornar donos do próprio negócio? Esse pareceu ser o projeto inicial. Pergunta: e agora, com a nova filosofia, pôs-se fim a exploração da mais-valia? Pôs-se fim ao trabalho não pago? Continuemos nossa investigação.

Aqui cumpre ressaltar que, no site da Unimed, existem amostras linguístico-discursivas que ressaltam e enaltecem a própria história do cooperativismo. Vejamos o excerto a seguir:

Onde tudo começou -A primeira Cooperativa -“os pioneiros de Rochdale”

A história dos operários tecelões de Rochdale - “Pioneiros de Rochdale” - situada no condado de Lancashire, na cidade de Manchester, na Inglaterra, tem sido a grande referência para o cooperativismo moderno. A Inglaterra do início do século XIX passava por uma séria crise, reflexo da luta entre os antigos condados herdados dos senhores feudais, os tecelões e a era industrial.

Prejudicados pelo novo modelo econômico que substituiu o trabalho artesanal pela produção industrial, os trabalhadores viram multiplicar os problemas básicos e as dificuldades de sobrevivência humana: falta de moradia, acesso à educação, saúde e alimentação e o alto índice de desemprego, em virtude da mão-de-obra excedente.

Diante dessa situação tão difícil, os trabalhadores passaram a buscar alternativas viáveis, que pudessem garantir a sobrevivência e o sustento de suas famílias.

Diante dos problemas que já se tornavam angustiantes em toda a Europa, um grupo de 28 operários tecelões ingleses, sob a influência dos primeiros intelectuais socialistas, decidem fundar a cooperativa de consumo, denominada “Rochdale Society of Equitable Pioneers”, registrada em 24 de outubro de 1844, em Rochdale-Inglaterra.

Os objetivos e forma de organização social do trabalho e economia da Cooperativa de Rochdale transformaram-se, posteriormente, em Princípios do Cooperativismo Mundial.

Tradicionalmente reconhecidos como pioneiros, os tecelões cooperadores



começaram a juntar os primeiros fundos necessários para realizar seu projeto de vida:

- Abrir um armazém comunitário para a venda de provisões, roupas etc.;
- Comprar e construir casas destinadas aos membros que desejem amparar-se mutuamente para melhorar sua condição doméstica e social;
- Iniciar a manufatura dos produtos que a cooperativa julgar conveniente, para o emprego dos que se encontram sem trabalho ou daqueles que sofreram reduções salariais;



- Para garantir mais segurança e bem-estar, a cooperativa comprará ou alugará terra que seja cultivada pelos membros desempregados;
- Organizar as forças de produção, de distribuição, de educação e desenvolver a administração democrática e autogestionária do empreendimento.

Acesso em

14/02/2013: http://www.unimed.coop.br/pct/index.jsp?cd_canal=58672&cd_secao=58664&cd_materia=294922

Dessa materialidade linguístico-discursiva, presente no site da Unimed, recortamos, para análise, a seguinte sequência discursiva:

Sequência discursiva 2:

Diante dos problemas que já se tornavam angustiantes em toda a Europa, um grupo de 28 operários tecelões ingleses, sob a influência dos primeiros intelectuais socialistas, decidem fundar a cooperativa de consumo, denominada “Rochdale Society of Equitable Pioneers”, registrada em 24 de outubro de 1844, em Rochdale-Inglaterra. Os objetivos e forma de organização social do trabalho e economia da Cooperativa de Rochdale transformaram-se, posteriormente, em Princípios do Cooperativismo Mundial.

Ora, percebemos aqui um esforço discursivo-ideológico para identificar a fundação da Unimed à formação da primeira cooperativa existente no mundo, sob a influência dos primeiros socialistas, a quem Marx, em suas obras, chamaria de socialistas utópicos: “23 médicos fundariam a Unimed, do mesmo modo que 28 operários tecelões fundariam a primeira cooperativa do mundo”. A interpelação é clara. Demonstrar que o crescimento da Unimed baseou-se em um profundo espírito de trabalho cooperativo de seus pioneiros. Quem, portanto, duvidaria dos fins econômicos justos que tal cooperativa tem almejado desde os primórdios de sua fundação? A princípio, tais argumentações são montadas para não se levantar nenhuma suspeita. Vejamos, agora, essa outra amostra linguístico-discursiva enaltecendo a história do cooperativismo mundial.

Probos pioneiros de Rochdale

A cooperação como elemento de relacionamento entre os povos data de tempos imemoriais. Paralelamente ao registro da presença primária do homem no mundo, encontram-se referências de formas primitivas, voluntárias e eventuais de cooperação (caçadas, formação de grupos de defesa ao ambiente hostil de então, entre tantas outras).

Segundo Charles Gide, a origem da cooperação está na própria humanidade, no seu modo de ser, de viver e de agir diante das necessidades e desafios que permeiam a vida.

Com o surgimento da máquina a vapor, a situação veio a agravar-se significando o desemprego para muitos trabalhadores, o que os levou a se unir, com a finalidade de se proteger contra o desemprego. Nessa época, os operários trabalhavam de 17 a 18 horas por dia, moravam em casas sem o mínimo de conforto e pagavam muito caro pelo que comiam e vestiam. O cooperativismo moderno, portanto, surgiu junto a Revolução Industrial, com os problemas sociais dela decorrentes. Os movimentos sociais de resgate das condições básicas dos trabalhadores não tardaram a se manifestar, sempre em defesa dos direitos e garantias fundamentais do homem, presentes no idealismo da Revolução Francesa, exteriorizados pelas palavras de ordem: LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE.

Em 1843, 28 pobres tecelões de Rochdale, distrito de Lancashire, na Inglaterra, encontravam-se reunidos em conselho para descobrir um meio de fugir à ameaça iminente da miséria. Após estudarem algumas soluções, aprovaram a fundação de um Armazém Cooperativo. Foi necessário um ano para economizar a soma de 28 libras esterlinas.

Essa iniciativa se concretizou em 21 de dezembro de 1844. Vinte e oito homens, “os probos pioneiros”, como ficaram conhecidos, abriram as portas e iniciaram as atividades de comercialização no armazém cooperativo dessa primeira cooperativa que recebeu o nome de Rochdale Society of Equitable Pioneers, situado à Toad Lane 31 (Beco do Sapo) em Rochdale. Lançando ao mundo a semente do sistema econômico do cooperativismo.

Rochdale teve o mérito de demonstrar o valor do princípio de distribuir os lucros em proporção às compras (produção) e não em proporção ao capital. “Os cooperados estão

plenamente convencidos de que todos os que contribuem para criar a riqueza devem participar da sua distribuição”.

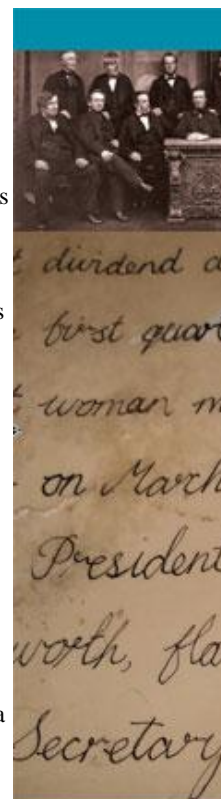
Inicialmente, o andar térreo foi alugado por 10 libras ao ano, por um período de três anos, sendo que o sucesso da cooperativa possibilitou que fossem alugados os demais andares para fins de consumo e educação.

Em 1970, várias cooperativas inglesas reuniram-se para comprar o prédio e com auxílio de todos, foi fundado o “Toad Lane Museum”.

É o marco da origem do cooperativismo com as mesmas características e os mesmos princípios até hoje seguidos (adesão livre; gestão democrática; juros módicos ao capital; retorno proporcional às operações; transações a dinheiro; neutralidade política e religiosa; desenvolvimento do ensino).

Acesso em

14/02/2013: http://www.unimed.coop.br/pct/index.jsp?cd_canal=58672&cd_secao=58664&cd_materia=294922



Do excerto acima, para reconstruir as condições de produção que levaram à fundação da empresa cooperativa Unimed, recortamos, para análise, a seguinte sequência discursiva:

Sequência discursiva 3:

Rochdale teve o mérito de demonstrar o valor do princípio de distribuir os lucros em proporção às compras (produção) e não em proporção ao capital. “Os cooperados estão plenamente convencidos de que todos os que contribuem para criar a riqueza devem participar da sua distribuição” (...) É o marco da origem do cooperativismo com as mesmas características e os mesmos princípios até hoje seguidos (adesão livre; gestão democrática; juros módicos ao capital; retorno proporcional às operações; transações a dinheiro; neutralidade política e religiosa; desenvolvimento do ensino).

Ora, aqui estaria o grande princípio do cooperativismo, em que a empresa Unimed diz inscrever-se. Distribuir as riquezas entre todos aqueles que as produzem, no caso, entre todos os trabalhadores cooperados. Nesse caso, perguntamos: quem são os cooperados da Unimed? Pelo que pesquisamos, em seu site, são os médicos. Como tais médicos cooperados se organizam na cooperativa? Isto é, organizam-se segundo quais princípios? Nesta mesma sequência discursiva, há que se pontuar a seguinte proposição: “os mesmos princípios até hoje seguidos” [são] “(adesão livre; gestão democrática; juros módicos ao capital; retorno proporcional às operações; transações a dinheiro; neutralidade política e religiosa; desenvolvimento do ensino)”.

Dentre esta proposição, cumpre destacar o citado princípio da “adesão livre”, ou seja, nenhum cooperado poderá reclamar das regras que a gestão da cooperativa impor, já que nada, nem ninguém, o obrigara a ser um cooperado. Ora, os contratos trabalhistas de uma empresa capitalista tradicional também rezam as mesmas cláusulas, isto é, o trabalhador é livre para trabalhar ou não em uma determinada empresa. Mas, depois de assinado o contrato, sabemos que os chefes das empresas são os que ditam as regras. Outro princípio bastante interessante é o da “gestão democrática”, ou seja, os cooperados são interpelados-convencidos de que sempre, por meio do voto, poderão escolher quem serão os administradores da empresa, logo, haverá sempre a suposta opção de se almejar substituir os gestores político-financeiros da cooperativa, caso estes gestores apresentarem contradições insuportáveis. Por fim, o mais curioso princípio é o do “retorno proporcional às operações”, ou seja, as riquezas produzidas pelo trabalho no interior da cooperativa serão distribuídas, hierarquicamente, de acordo à proporção do próprio trabalho ou do investimento de capital de cada um.

O que significaria esse princípio em detalhes? Em nosso gesto interpretativo de sujeito analista do discurso de orientação marxista, tal princípio revela que existiria, no interior da própria Cooperativa Unimed, uma hierarquia entre os próprios médicos cooperados. Alguns médicos cooperados seriam simplesmente trabalhadores cooperados, tendo retorno de acordo com seus trabalhos-consultas realizados, outros

médicos, contudo, de acordo com suas possibilidades detentoras de capital, poderiam investir mais capital no interior da própria cooperativa, logo teriam maior fatia no momento de participar da distribuição da mais-valia produzida no interior da Unimed. Tudo, portanto, aparentemente muito democrático. Tudo, porém, contraditoriamente, muito próximo aos princípios capitalistas: “quem é dono da bola escala e joga no time” ou “quem paga a banda escolhe a música”, em outras palavras, alguns médicos associados tem mais poder e mais capital do que outros.

A pergunta, contudo, que nós, enquanto pesquisador, não queremos deixar calar é: como funcionaria a mais-valia, tempo de trabalho não pago, no interior dessa cooperativa, cuja relação trabalhista é baseada no cooperativismo? Conforme nossa hipótese, a mais-valia não é e nunca será declarada pelos donos dos meios de produção, pelos donos das empresas, e muito menos pelos donos das cooperativas, ao contrário, ela pode ser lida/percebida nas interpelações econômico-jurídico-ideológico-discursivas contraditórias da própria empresa e ou cooperativa, que, de alguma forma, a apaga, naturalizando-a, legitimando-a, eternizando-a, tornando-a inevitável e necessária, por outros meios. Continuemos, portanto, nosso percurso por outras materialidades linguístico-discursivas extraídas do site da Unimed, em forma de excertos transmutados em sequências discursivas, procurando entrever algumas respostas para essa nossa questão de pesquisa.

1971 - Lei 5764/71

Nesse período, as cooperativas médicas passam a se organizar nos moldes da Lei nº 5.764/71. A legislação exige, no mínimo, três cooperativas de primeiro grau, as Singulares (cooperativas fundadas nas cidades), para se organizar uma Federação, que é a chamada cooperativa de segundo grau. Também são necessárias três federações para que se organize uma Confederação (cooperativa de terceiro grau).

Acesso em 14/02/2013: <http://memoria.unimed.coop.br/memoria/indexProjeto.do?pagina=linhaTempo.jsp>

Sequência discursiva 4:

Nesse período, as cooperativas médicas passam a se organizar nos moldes da Lei nº 5.764/71. A legislação exige, no mínimo, três cooperativas de primeiro grau, as Singulares (cooperativas fundadas nas cidades), para se organizar uma Federação, que é a chamada cooperativa de segundo grau. Também são necessárias três federações para que se organize uma Confederação (cooperativa de terceiro grau)

Nesta sequência discursiva, percebe-se, como efeito de sentido, já uma preocupação dos fundadores da cooperativa Unimed em fazer a empresa crescer, adequando-a às leis do país, criando hierarquias no interior da Unimed com o objetivo de organizar-administrar o negócio. Nesse sentido, é curioso o interesse em criar tais

hierarquias para ampliar o crescimento empresarial da Unimed, sendo que, para, no mínimo, “cada três cooperativas de primeiro grau (...) fundadas nas cidades”, já se pode formar uma Federação da Unimed, “a chamada cooperativa de segundo grau”, da mesma forma que, com, no mínimo, três Federações, já se pode formar uma Confederação “(cooperativa de terceiro grau)”.

Portanto, a pergunta intrigante é: quem administra as cooperativas singulares, de primeiro grau, teria algum privilégio econômico nessa administração? Quem administra as Federações, de segundo grau, teria algum privilégio econômico nessa administração? Quem administra as Confederações teria algum privilégio econômico nessa administração? Qual a parcela de mais-valia, tempo de trabalho não pago, que é repassada para os gestores das diversas hierarquias superiores que foram sendo criadas com o crescimento da cooperativa Unimed? Impossível não derivar daí o seguinte efeito de sentido: há um sutil apagamento-naturalização-legitimação-inevitabilidade-eternização-necessidade do processo de exploração da mais-valia/trabalho não pago em gestação, em forma de transferência de maiores taxas de lucros para os comandantes das cooperativas de primeiro grau e das diversas Federações e Confederações que vão se formando.

Não seriam já os próprios gestores cooperados da Unimed os principais interessados em fazer o negócio se expandir? Tal interesse estaria pautado pelos princípios socialistas utópicos do cooperativismo, idealizados no século XIX, mencionados no site, ou estaria pautado pela possibilidade já escancarada de se abocanhar a mais-valia que passou a ser gerada de forma cada vez mais lucrativa pelo crescimento da empresa? Nós, analista do discurso, orientado pela teoria marxista, ficamos com essa última hipótese. Há, possivelmente, uma burocracia administrativa já instalada no interior da Unimed altamente interessada em usufruir da mais-valia produzida pelo trabalho não pago a uma parcela dos próprios médicos cooperados –divididos hierarquicamente entre si de acordo com a proporção de suas “operações”, leia-se, proporção de “investimentos” (conforme vimos na análise da *sequência discursiva 3*) – bem como produzida por uma parcela de trabalho não pago criada por outros trabalhadores, que, conforme veremos mais à frente, também estão previstos na estrutura organizacional da cooperativa, isto é, tratam-se dos trabalhadores não cooperados.

Como se pode notar, a partir de uma análise discursiva orientada teoricamente pelo marxismo, há uma prática por parte dos cooperados administradores em estabelecer hierarquias econômicas e de poder, no interior da própria Unimed, subdividindo-a em Confederações, Federações, Cooperativas de primeiro grau, até chegar à divisão entre os

próprios médicos cooperados e demais trabalhadores não cooperados, e é nessa subdivisão que se realiza-produz a mercadoria “*manutenção da saúde físico-corporal de seres humanos*”.

Como os conveniados compram o direito de consumir tal mercadoria, pagando mensalidades antecipadas e periódicas a esse plano de saúde privado – o plano de saúde Unimed – percebe-se que existe grande probabilidade para as hierarquias aí constituídas de apropriarem-se da mais-valia gerada, vendendo tal mercadoria pelo seu exato valor, recebendo-a antecipadamente e, sobretudo, não pagando todo o trabalho realizado no interior da empresa para produzir tal mercadoria. Por que afirmamos isso? Porque uma cooperativa não cresceria seu capital = dinheiro = frutos do trabalho, caso repartisse, mês após mês, igualmente todas as riquezas fruto do trabalho entre todos os seus trabalhadores médicos cooperados.

Outra observação ainda precisa ser registrada: não necessariamente, os consumidores da Unimed irão requisitar toda a mercadoria pela qual pagaram, só o farão, caso fiquem doentes ou em exames de rotinas mais simples. Caso permaneçam saudáveis, pagarão as mensalidades para a Unimed, mas não usufruirão da totalidade do serviço comprado. Quem irá ter gastos abundantes com tratamento de saúde se está bem? Isso significa que a empresa pode abocanhar uma mais-valia relativa ainda maior, já que, segundo os princípios da cooperativa, conforme vimos na análise da *sequência discursiva 3*, os médicos cooperados recebem proporcionalmente pelo trabalho desenvolvido e proporcionalmente pelo investimento realizado, isto é, participam da distribuição da riqueza proporcionalmente pela quantia de dinheiro que nela investem e proporcionalmente pelo número de consultas/trabalho ou atendimentos/trabalho que cada um produz no interior da cooperativa Unimed. Portanto, diminuindo-se a procura³⁵ pelos atendimentos de saúde, parte das mensalidades pagas pelos consumidores é também apropriada pela cooperativa como trabalho não pago, como mais-valia relativa.

Destarte, muitas vezes, uma parte do capital, adquirida no processo de compra e venda da mercadoria “*manutenção da saúde físico-psicológica de seres humanos*” não

³⁵ Para confirmar esse fato de que os planos privados de saúde lucram com o trabalho não pago provindo das mensalidades de seus clientes, é interessante observar os escândalos que tem acontecido em nosso país, no que se refere aos planos de saúde privados, quando estes rejeitam idosos com mais de 59 anos. Por que os idosos são rejeitados? Porque tendem a usufruir mais intensamente dos serviços prestados, logo, os idosos não são interessantes para os convênios privados semelhantes à UNIMED, já que não geram mais-valia relativa para a empresa, isto é, a quantia de trabalho não pago é bem menor quando um cliente que paga mensalidade tende a requisitar os serviços de forma mais periódica. Mais uma vez, a exploração da mais-valia atravessando até os supostos convênios privados de saúde que supostamente seriam uma “garantia” de saúde para as pessoas que podem pagar.

foi requisitada-solicitada pelos consumidores-clientes da Unimed. Assim, essa parcela de capital também não foi usada-dispendida para pagar o trabalho proporcional dos médicos cooperados, logo, tal parcela de capital deve-se ao trabalho não pago. Sendo trabalho não pago, trata-se de uma mais-valia relativa, e tal mais-valia sobra limpinha para o crescimento do capital da empresa e possivelmente para as hierarquias administradoras-gestoras-privilegiadas ou hierarquias dotadas de maiores investimentos no interior da empresa cooperativa. Parafraseando um dito popular, no capitalismo não há pontos sem nós. Mudam-se as interpelações econômico-jurídico-ideológico-discursivas para se conformar-fundar-administrar uma empresa, nomeando-a de empresa cooperativa, mas a prática segue sendo, por outros meios, a da reprodução das relações de produção, baseadas na exploração do trabalho não pago.

De qual materialidade linguístico-discursiva derivamos esses efeitos de sentido? Das condições de produção que levaram às proposições marcadas no site, do destaque dado à hierarquização administrativa que fora delineado para gerir o crescimento da empresa e do princípio hierárquico de “retorno proporcional às operações”, visto na análise da *sequência discursiva 3*. Hierarquizar-convencionar o retorno financeiro de acordo com a “proporcionalidade das operações” e hierarquizar para administrar as riquezas é uma forma de escamotear-apagar-legitimar-naturalizar-eternizar o ganho da mais-valia no interior da cooperativa, criando, assim, subterfúgios burocráticos para gerir-distribuir as riquezas aí acumuladas. A distribuição das riquezas já não será, nem de longe, repartida, de forma igual, entre todos os cooperados que nela trabalham.

Todos cooperados são iguais, mas uns são mais iguais que outros, parafraseando o romancista George Orwell. Portanto, criar hierarquias entre as cooperativas da Unimed e entre os próprios médicos cooperados é uma forma de criar a necessidade de administradores e de privilegiados para o negócio, legitimando-naturalizando-eternizando, assim, mecanismos para apropriar-se desigualmente da mais-valia produzida no interior da cooperativa. Surge aí um primeiro segredo do sucesso da Unimed: tal cooperativa cria meios que levam a uma primeira casta privilegiada dona dos meios de produção cooperativamente produzidos – os gestores das cooperativas de primeiro, segundo e terceiro grau e os médicos cooperados que realizarem maiores investimentos – a querer cada vez mais apropriar-se, gerir-administrar e a ter interesse de reinvestir continuamente na produção, tudo com vistas a obter mais-valia, mais-trabalho não pago, mais-dinheiro. Agregar mais e mais valor (leia-se mais-valia que rende mais dinheiro) passa a fazer parte da estratégia central da empresa.

Vejam os outros excertos, do qual recortamos outra sequência discursiva para análise:

1974 - 1ª Convenção Nacional Unimed

Em março é realizada a 1ª Convenção Nacional Unimed, na cidade de Santos (SP). Ainda nesse ano ocorrem mais duas edições desse evento, em Campinas e Joinville, nos meses de julho e outubro, respectivamente. Já são mais de 50 cooperativas médicas em todo o país.

Acesso em 14/02/2013: <http://memoria.unimed.coop.br/memoria/indexProjeto.do?pagina=linhaTempo.jsp>

Sequência discursiva 5:

Ainda nesse ano ocorrem mais duas edições desse evento, em Campinas e Joinville, nos meses de julho e outubro, respectivamente. Já são mais de 50 cooperativas médicas em todo o país.

Nesta sequência discursiva, portanto, em que se constroem imagens acerca da história da Unimed, um fato salta aos olhos: o negócio da empresa cresceu, ou seja, já não são mais apenas os 23 médicos pioneiros, produzindo e vendendo, por meio de seu trabalho cooperado, a mercadoria “*manutenção da saúde físico-psicológica de seres humanos*”, são já 50 cooperativas da Unimed espalhadas pelo país. O que proporcionou tamanho crescimento? Todo tempo de trabalho social produzido no interior dessa empresa cooperativa fora pago aos que trabalharam? Se o fosse, haveria possibilidade de a empresa crescer? Ou, conforme nossa hipótese, houve uma parcela de trabalho não pago, uma parcela do tempo de trabalho dos médicos cooperados que não fora distribuída igualmente entre todos eles, ficando uma parte para as hierarquias gestoras? Haveria alguns trabalhadores na empresa que não teriam os mesmos privilégios salariais que os médicos cooperados e, ao não receberem a totalidade do tempo de trabalho realizado, proporcionariam tamanho crescimento à empresa? Os administradores ou gestores da cooperativa estariam, de fato, repartindo todas as riquezas produzidas com os seus cooperados? Se assim o fizessem, a empresa cresceria e expandiria seu capital? Os médicos cooperados deixam quanto de sua mais-valia, parcela de trabalho não pago, voltada para o crescimento do capital total da empresa? Todo o dinheiro da mensalidade dos conveniados foi gasto com o pagamento do trabalho gerado no interior da empresa, ou, como, não necessariamente, se requisita a mercadoria “*manutenção da saúde físico-psicológica de seres humanos*”, sobra uma parcela maior de mais-valia relativa para a empresa?

Essas perguntas – que vão se desenhando, à medida que nos mergulhamos na análise do *corpus* – de alguma forma, são incitadas pelo vertiginoso crescimento da empresa, já que, nenhum capital cresce do nada, ao contrário, somente o trabalho não

pago a quem trabalha é que pode gerar crescimento das riquezas, crescimento do dinheiro e agregar *valor = trabalho* ao capital de uma empresa, como nos mostra Marx (1988), em *O Capital*. Logo, somente o suposto trabalho não pago aos médicos cooperados ou até mesmo o suposto trabalho não pago a outros possíveis trabalhadores da Unimed é que poderia estar gerando o tamanho crescimento do capital acumulado dessa cooperativa. Segundo o marxismo, não existe milagre econômico, quando se trata de acumulação do capital, alguém está entregando sua mais-valia para tal empresa. Existiriam, na Unimed, outros trabalhadores que não os médicos cooperados? Veremos mais à frente que sim, por conseguinte, há mais trabalhadores que tem sua mais-valia sugada pela cooperativa.

A mais-valia, portanto, está apagada, silenciada, escamoteada até o momento, da história contada pelo site da empresa, mas, com toda a certeza, o trabalho não pago, a mais-valia de alguém, é que estaria embutida nessa prática econômica tão rentável, do contrário, a cooperativa não cresceria tanto, não alcançaria tamanho sucesso. Quem estaria sacrificando sua mais-valia para o crescimento da empresa Unimed? Os médicos, tendo uma brutal taxa de trabalho não pago, trabalhando uma parte de seu tempo para o crescimento da empresa? Os gestores da cooperativa, trabalhando “generosamente” e de graça, uma parte do seu tempo de trabalho, para o crescimento da empresa? Os outros trabalhadores que dão sustentação à estrutura da Unimed estariam contribuindo com sua mais-valia para fazer a empresa crescer economicamente? Ou seriam, e não podemos descartar essa hipótese, os próprios consumidores, clientes da Unimed, que estariam pagando mensalidades dos convênios acima das necessidades reais de fato exigidas para a manutenção da empresa, tanto em seus gastos com o salário comissionado dos médicos, gestores, trabalhadores, quanto em seus gastos com a manutenção dos hospitais e equipamentos médicos? Vejamos outros excertos e sequências discursivas, tentando descobrir sinais outros que revelem o funcionamento da prática de extração da mais-valia responsável pelo crescimento da cooperativa.

1977- Uma década de fundação

Uma década após a fundação da primeira cooperativa médica, já existem 60 Unimeds em todo o país. O Sistema também passa a contar com quatro federações, com a criação da do Estado de Minas Gerais, no mês de março.

Acesso em 14/02/2013: <http://memoria.unimed.coop.br/memoria/indexProjeto.do?pagina=linhaTempo.jsp>

Sequência discursiva 6:

Uma década após a fundação da primeira cooperativa médica, já existem 60 Unimed em todo o país. O Sistema também passa a contar com quatro federações, com a criação da do Estado de Minas Gerais, no mês de março.

Esta sequência discursiva é bastante clara para revelar como a empresa Unimed se expandiu em apenas uma década, já que “existem 60 Unimed em todo o país”. Além disso, trata-se de uma empresa cooperativa que conta com quatro federações espalhadas pelo país, quatro cooperativas de segundo grau. Vejamos outros *corpora*.

1986 - Prêmio Mérito Lojista

A Unimed recebe, pela primeira vez, o Prêmio Mérito Lojista, como o plano de saúde preferido dos sócios da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas, firmando sua importância junto ao empresariado nacional. A premiação se repetirá consecutivamente até o ano de 2007.

Acesso em 14/02/2013: <http://memoria.unimed.coop.br/memoria/indexProjeto.do?pagina=linhaTempo.jsp>

Sequência discursiva 7:

A Unimed recebe, pela primeira vez, o Prêmio Mérito Lojista, como o plano de saúde preferido dos sócios da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas, firmando sua importância junto ao empresariado nacional. A premiação se repetirá consecutivamente até o ano de 2007.

Nesta sequência discursiva, percebemos já uma preocupação da empresa em promover a sua marca como plano de saúde respeitado nacionalmente, ressaltando, inclusive, que recebe o aval da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas. Isto é, o trabalho prestado pela empresa Unimed é visto como trabalho de qualidade, assim, o argumento é de que vale a pena comprar os planos de saúde comercializados por esta empresa. Portanto, a preocupação capitalista em promover sua marca para obter cada vez mais consumidores está em andamento, o que significa que o negócio caminha referendado pelo sistema capitalista, tendo reconhecimento, inclusive, do empresariado nacional. Vejamos outras amostras linguístico-discursivas extraídas do site da Unimed.

1989 - Montecooper

A preocupação com questões previdenciárias dos médicos cooperados de todo o país leva a Unimed do Brasil a implantar, por meio da incorporação do Montepio Cooperativista do Brasil (Montecooper), a Unimed Seguradora S.A.

Acesso em 14/02/2013: <http://memoria.unimed.coop.br/memoria/indexProjeto.do?pagina=linhaTempo.jsp>

Sequência discursiva 8:

A preocupação com questões previdenciárias dos médicos cooperados de todo o país leva a Unimed do Brasil a implantar, por meio da incorporação do Montepio Cooperativista do Brasil (Montecooper), a Unimed Seguradora S.A.

Interessante perceber, nessa sequência discursiva, como a cooperativa Unimed começa a explorar, por outros meios, os próprios médicos cooperados, criando um fundo de previdência privado, no interior da própria Unimed, para atendê-los. Qual a parcela de tempo de trabalho que os médicos cooperados teriam de contribuir para manter tal seguridade previdenciária que a própria situação trabalhista da cooperativa não garantiria? A desculpa é a de que a cooperativa está preocupada com a assistência previdenciária dos próprios cooperados, porém, para isso, vende-lhes um seguro previdenciário privado. A criação da Unimed Seguradora S.A, portanto, surge explorando os próprios médicos cooperados. Não é fascinante a criatividade das hierarquias gestoras para sugar a mais-valia dos próprios médicos cooperados?

1992- Convênio

Firmado, no mês de junho, convênio com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas para o desenvolvimento de projetos de reforma, adaptação e construção dos hospitais da Unimed, em âmbito nacional.

Acesso em 14/02/2013: <http://memoria.unimed.coop.br/memoria/indexProjeto.do?pagina=linhaTempo.jsp>

Sequência Discursiva 9:

Firmado, no mês de junho, convênio com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas para o desenvolvimento de projetos de reforma, adaptação e construção dos hospitais da Unimed, em âmbito nacional.

Esta sequência discursiva, segundo nossa interpretação, já revela o projeto ambicioso da cooperativa Unimed, em seus planos expansionistas, ou seja, esta passa a investir capital na construção dos próprios hospitais em âmbito nacional, o que, certamente, facilitará o aumento de seu capital, já que reduzirá seus gastos com capital constante. Destaque para o fato de que a construção dos hospitais será feita em convênio com a Faculdade de Arquitetura da PUC-Campinas, que, possivelmente, em função de empregar estudantes estagiários em formação, terá uma mão de obra bem mais barata, se comparada às empresas de construções civis tradicionais. São os gestores da Unimed expandindo seu negócio à custa do trabalho não pago, da exploração da mais-valia dos trabalhadores conveniados com a PUC-Campinas. Mais uma vez inferimos, a partir daí,

a exploração da mais-valia de alguns trabalhadores em função de fazer crescer a estrutura cooperativa da Unimed.

A Unimed revela tal exploração em seu site? Obviamente que não. A exploração da mais-valia, responsável pelo crescimento da cooperativa Unimed, está apagada, escamoteada em suas práticas discursivas, mas pode ser lida a partir das práticas econômicas em que a empresa investiu para fazer seu negócio crescer. De qualquer modo, para legitimar sua prática capitalista-expansionista, a Unimed se apresenta como uma empresa de cooperados que não explora seus próprios colaboradores. Porém, enxergamos aqui uma contradição clara da empresa: trabalhadores terceiros que constroem a estrutura da empresa são explorados sem titubeação. Não há, portanto, mágicas, as empresas crescem com base na exploração da mais-valia de outrem. Vejamos outros excertos acompanhados de sequências discursivas por nós recortadas.

1992 - Liderança

Ao completar 25 anos, a Unimed do Brasil conta com 14 federações e 241 singulares. Ela ultrapassa os números de 60 mil médicos cooperados, 6,4 milhões de clientes e 29,9 mil empresas contratantes.

Acesso em 14/02/2013: <http://memoria.unimed.coop.br/memoria/indexProjeto.do?Pagina=linhaTempo.jsp>

Sequência discursiva 10:

Ao completar 25 anos, a Unimed do Brasil conta com 14 federações e 241 singulares. Ela ultrapassa os números de 60 mil médicos cooperados, 6,4 milhões de clientes e 29,9 mil empresas contratantes.

Nesta sequência discursiva, é possível inferir os gigantescos passos comerciais que a Unimed dera na área da saúde privada. Comercializar “*a manutenção da saúde físico-psicológica de seres humanos*” revelou-se um mercado bastante promissor. Observe, aqui, que dos 23 médicos cooperados pioneiros, já temos um crescimento para 60 mil médicos cooperados. As federações da Unimed já alcançam o número de 14, contando com 241 cooperativas de base. Os clientes consumidores pagantes dos planos de saúde Unimed somam a quantia de 6,4 milhões, além do que 29,9 mil empresas se interessam em contratar os serviços da Unimed.

Pergunta: qual a parcela de trabalho não pago, isto é, qual a parcela de mais-valia que, nesse gigantesco processo, vai parar nos cofres da empresa cooperativa Unimed? Isso está apagado no site. A mágica que levou a esse crescimento vertiginoso não está evidenciada no site da Unimed. A nós, pesquisador analista do discurso, cabe somente fazer inferências hipotéticas: i) médicos cooperados trabalharam parte de seu

tempo gratuitamente para a empresa, transferindo-lhe mais-valia; ii) trabalhadores outros trabalharam parte de seu tempo gratuitamente para a empresa, transferindo-lhe mais-valia; iii) clientes pagaram pelo serviço e não o consumiram globalmente, pois não ficaram doentes, logo, a cooperativa abocanhou a mais-valia relativa advinda dessa possibilidade de transferência de trabalho não pago; iv) empresas, com a mais-valia extraídas de seus funcionários, contrataram os serviços da Unimed, mas também não receberam pelo serviço, porque nem todos os seus trabalhadores adoeceram, transferindo, assim, mais-valia para a Unimed; v) a Unimed facilitou contratos trabalhistas para empresas amigas e dirigentes hierárquicos lucraram com isso. Enfim, muitos interesses econômico-jurídico-ideológico-discursivos, relativamente ao apagamento-naturalização-legitimação-eternização-inevitabilidade-necessidade da mais-valia, podem ter contribuído para o salto e sucesso da empresa. As inferências-hipotéticas de acima são efeitos de sentido que emergem da análise desse processo. Vejamos outras amostras linguístico-discursivas:

27/08/1992 - Unimed Administração e Serviços

Criação da Unimed Administração e Serviços S/C Ltda, para dar suporte logístico ao Sistema Unimed. Sua missão é administrar os serviços prestados de forma integrada, mantendo uma busca constante da qualidade e produtividade, objetivando a satisfação das necessidades dos clientes.

Acesso em 14/02/2013: <http://memoria.unimed.coop.br/memoria/indexProjeto.do?pagina=linhaTempo.jsp>

Sequência discursiva 11:

Criação da Unimed Administração e Serviços S/C Ltda, para dar suporte logístico ao Sistema Unimed. Sua missão é administrar os serviços prestados de forma integrada, mantendo uma busca constante da qualidade e produtividade, objetivando a satisfação das necessidades dos clientes.

Esta sequência discursiva corrobora nossa hipótese de que a cooperativa Unimed, à medida que se expande, ganha cada vez mais contornos de uma empresa capitalista tradicional, assim, surgem investimentos fortes nas hierarquias dirigentes dos próprios negócios, nesse sentido, a “*criação da Unimed Administração e Serviços S/C Ltda*” não é algo pouco suspeito. Os ideais do cooperativismo se imiscuem de forma gritante aos ideais evidentes da ideologia liberal. Torna-se, assim, cada vez mais patente o papel atribuído às castas burocráticas que vão se cristalizando no interior da empresa. Quais privilégios econômicos tais dirigentes passam a ocupar? Vivem da mais-valia de qual setor dos médicos cooperados ou de qual setor outro de trabalhadores que fazem a empresa funcionar?

Enfim, tais questões são perguntas fundamentais que um analista do discurso marxista não pode deixar em silêncio. Fazê-las é, por outros meios, procurar desvelar as interpelações capitalistas também presentes no seio das cooperativas privadas que, de certa forma, também ajudam a apagar-legitimar-eternizar-naturalizar-(fazer parecer necessária e inevitável) a mais-valia, isto é, a exploração do tempo de trabalho do trabalhador, em benefício de uma casta, a dona dirigente dos meios de produção. Outro excerto:

1996 - Melhores e Maiores

O Complexo Unimed ocupa a 18ª posição em faturamento no Brasil, de acordo com a revista Exame, edição 'Melhores e Maiores', ficando atrás apenas de quatro empresas com controle acionário nacional: Ipiranga, Pão de Açúcar, Varig e Brahma.

Acesso em 14/02/2013: <http://memoria.unimed.coop.br/memoria/indexProjeto.do?pagina=linhaTempo.jsp>

Sequência discursiva 12:

O Complexo Unimed ocupa a 18ª posição em faturamento no Brasil, de acordo com a revista Exame, edição 'Melhores e Maiores', ficando atrás apenas de quatro empresas com controle acionário nacional: Ipiranga, Pão de Açúcar, Varig e Brahma.

Diante dessa sequência discursiva, também referente aos fatos históricos marcantes enunciados no site da Unimed, interpela-nos, enquanto sujeito analista do discurso, o fato de os cooperativistas da Unimed se identificarem tanto com o sentimento neoliberal de grandeza das empresas capitalistas. Não basta ter um grande faturamento, é preciso propagandar-se/identificar-se como uma das maiores e das melhores empresas.

À custa de quê? Esse é o efeito de sentido que emerge dessa prática econômico-jurídico-ideológico-discursiva que naturaliza-legitima-eterniza a grandeza empresarial. Tal marketing de grandeza empresarial, contudo, omite-esconde um fato: os grandes faturamentos empresariais não surgem do acaso, devem-se à mais-valia, ao trabalho não pago. Porém, ao se identificar com o sentimento de grandeza das empresas capitalistas, com o sentimento de *mais e mais* próprio aos sujeitos-capitalistas, os dirigentes da cooperativa Unimed faz parecer que tal processo de exploração do trabalho é legítimo, eterno, necessário, inevitável, natural e, sobretudo, desejável. Qual seria de fato a diferença econômico-ideológico-jurídico-discursiva dos ideais ditos cooperativistas da Unimed em relação ao processo de exploração capitalista em geral? Pelo que vimos, nessa sequência discursiva, nenhuma. Há, sim, um desejo de identificação com a reprodução das relações de produção capitalistas.

Por que podemos identificar tais efeitos de sentido? Justamente porque seria a chance econômico-jurídico-ideológico-discursiva dos cooperativistas da Unimed quererem se diferenciar, em suas práticas, das práticas de outras empresas capitalistas tradicionais. Mas não, a sequência discursiva é clara, os gestores da Unimed se inscrevem na discursividade capitalista por identificação, isto é, “estamos entre as maiores e as melhores empresas”. É oportuno trazer à tona, aqui, o provérbio popular que afirma: *diga-me com quem andas que eu te direi quem és*. Tal tomada de posição política dos gestores da cooperativa Unimed, face ao sistema capitalista, é óbvia, ajuda apagar-legitimar-naturalizar-eternizar-(fazer parecer necessária e inevitável) a mais-valia, conseqüentemente, interpela para reproduzir as relações de produção, conforme teoriza Pêcheux (1997). Na luta de classes só existem dois lados, sugere Pêcheux, ou se ajuda a reproduzir as relações de produção ou luta-se para transformá-las. Ora, pelos dizeres enunciados no site da Unimed, essa tomada de posição da cooperativa Unimed não esconde qual é o seu lado nessa luta de classes.

Prossigamos nossa análise através de outras amostras linguístico-discursivas extraídas do site Unimed, no que se refere à sua história:

2001- Parcerias

A Unimed e o Ministério da Saúde discutem o estabelecimento de parcerias estratégicas em ações de prevenção à saúde. Essa possibilidade é aventada pelo então titular da pasta José Serra, em palestra proferida na 31ª Convenção Nacional da Unimed, realizada em Goiânia (GO), no mês de outubro. Diz o ministro: "A Unimed é a maior cooperativa médica do mundo, uma parceira natural para as campanhas de prevenção do ministério.

Acesso em 14/02/2013: <http://memoria.unimed.coop.br/memoria/indexProjeto.do?pagina=linhaTempo.jsp>

Sequência discursiva 13:

A Unimed e o Ministério da Saúde discutem o estabelecimento de parcerias estratégicas em ações de prevenção à saúde. Essa possibilidade é aventada pelo então titular da pasta José Serra, em palestra proferida na 31ª Convenção Nacional da Unimed, realizada em Goiânia (GO), no mês de outubro. Diz o ministro: "A Unimed é a maior cooperativa médica do mundo, uma parceira natural para as campanhas de prevenção do ministério."

Nesta sequência discursiva, é preciso ressaltar o projeto de parceria público-privada que a Unimed procura estabelecer com o Ministério da Saúde, na época da gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso (2001), tendo José Serra como ministro da saúde. Quais ganhos econômicos que tais cooperativas privadas conseguiriam angariar, nesse tipo de parceria, junto ao Estado? Geralmente os principais ganhos estariam relacionados às facilitações tributárias que a empresa recebe

por parte do Estado, além de receber facilitações para dar saída à venda de seus serviços ou de suas mercadorias.

No caso da Unimed, ao invés do Estado investir a totalidade dos seus impostos no sistema de saúde pública, o Ministério de Saúde prefere transferir receitas públicas, ou seja, impostos públicos pagos pela população trabalhadora, para engrossar ainda mais a mais-valia dos planos de saúde privados da Unimed. Portanto, o que vimos aqui é a Unimed utilizando-se de seu prestígio econômico-jurídico-ideológico-discursivo, no setor da saúde privada, bem como de suas amizades políticas com gestores do Estado, para, dessa forma, aumentar seu faturamento, aumentar sua taxa de mais-valia. Isso está apagado no site como algo muito natural e legítimo.

Os marxistas, contudo, sabem, historicamente, que o Sujeito Governo Fernando Henrique Cardoso/José Serra sempre fora generoso com a saúde privada do país e essa sequência discursiva, em análise, não nos deixa dúvidas, segundo a fala do próprio ex-ministro José Serra: "A Unimed é a maior cooperativa médica do mundo, uma parceira natural para as campanhas de prevenção do ministério." Enfim, transferir recursos públicos para beneficiar negócios da iniciativa privada tem nome, segundo a concepção marxista: trata-se de transferência da mais-valia, transferência de trabalho não pago, gerado pelos próprios trabalhadores do país, para beneficiar, mais uma vez, o setor privado.

Qual o problema dessa política? Simples. Os impostos pagos ao Estado são extraídos da mais-valia, do trabalho não pago, gerado pelos próprios trabalhadores do país, porém, tais trabalhadores, que criaram tal riqueza, não veem o retorno público desses impostos, pois os gestores públicos, pró-capitalistas, à semelhança de José Serra/Fernando Henrique Cardoso, os transferem de volta para as mãos de castas privadas, no caso, a casta dos médicos cooperados da Unimed. Há que se comemorar tal fato? A Unimed o comemora, tanto que faz questão de resgatar tal história em seu site. A pergunta que emerge é: isso ajuda a reproduzir as relações de produção capitalistas ou transformá-las? A resposta é óbvia. O modelo cooperativista de sucesso da Unimed tem seu lugar na luta de classes, reproduz o sistema burguês de produção. Alguma dúvida? Vejamos outros excertos, dos quais extraímos regularidades em formas de sequências discursivas.

2002 - Responsabilidade

A primeira empresa do Sistema Unimed a aderir ao Programa Nacional de Responsabilidade Social da Unimed é a Central Nacional Unimed, que acabava de lançar um programa de cidadania empresarial. A iniciativa contempla a administração de cursos profissionalizantes e palestras para as famílias das crianças matriculadas na creche do Hospital Santa Marcelina, localizado na zona leste de São Paulo. A instituição atende cerca de 800 crianças de 0 a 6 anos, em sua maioria residentes nas favelas da região

2005 - Responsabilidade

Consolidada a cifra de R\$ 500 milhões em investimentos sociais registrada no balanço social de 2005. O levantamento reúne 174 Unimed e mostra que, desse valor, R\$ 340 milhões foram destinados ao investimento social interno para cooperados e colaboradores e R\$ 169 milhões destinados à promoção da saúde, educação, esporte, cultura, lazer e atividades filantrópicas nas comunidades locais.

Acesso em 14/02/2013: <http://memoria.unimed.coop.br/memoria/indexProjeto.do?pagina=linhaTempo.jsp>

Sequência discursiva 14:

A primeira empresa do Sistema Unimed a aderir ao Programa Nacional de Responsabilidade Social da Unimed é a Central Nacional Unimed, que acabava de lançar um programa de cidadania empresarial. (...) Consolidada a cifra de R\$ 500 milhões em investimentos sociais registrada no balanço social de 2005. O levantamento reúne 174 Unimed e mostra que, desse valor, R\$ 340 milhões foram destinados ao investimento social interno para cooperados e colaboradores e R\$ 169 milhões destinados à promoção da saúde, educação, esporte, cultura, lazer e atividades filantrópicas nas comunidades locais.

Há vários textos, no site da Unimed, intitulados como Responsabilidade. Recortamos dois excertos referentes a essa temática e pinçamos a regularidade desta sequência discursiva 14, trazendo à tona uma amostra que revela o teor dessa política, qual seja, aparecer e projetar-se nacionalmente como uma empresa cooperativa preocupada com a “cidadania”, com o bem estar social dos brasileiros, com as comunidades carentes. Ora, “500 milhões em investimentos sociais” são cifras comemoradas pela empresa. Porém, cabe perguntar: para que serve tal prática empresarial cidadã? Em nossa interpretação para legitimar e fazer parecer necessárias suas práticas econômico-jurídico-ideológico-discursivas junto à sociedade.

O que, contudo, a empresa não diz? Primeiro: que tais cifras são geradas pelo trabalho não pago, pela mais-valia de alguém. Logo, o dinheiro da caridade cidadã – “R\$ 169 milhões destinados à promoção da saúde, educação, esporte, cultura, lazer e atividades filantrópicas nas comunidades locais” – está tingido pela exploração do trabalho, justamente porque a empresa está distribuindo as riquezas geradas pelo trabalho não pago a alguém. Segundo fato que a empresa não diz em seu site: que existem facilidades tributárias para as empresas que investem uma parcela de seus recursos em projetos sociais, portanto, também o Estado financia a pretensa generosidade dessa cooperativa.

Outra questão que emerge é: tal assistencialismo ajuda a reproduzir as relações de produção ou transformá-las? Em nosso ponto de vista reproduz as desigualdades do próprio sistema capitalista, na medida em que tal empresa faz *marketing* à custa da miséria perpetuada pelo próprio sistema do qual a empresa se beneficia, o capitalismo.

Quantos doentes, que não tem condições de pagar Planos de Saúde, à beira da morte, o sistema de saúde Unimed atende? A materialidade linguística enunciada no site apontamos que nenhum. Estamos, portanto, diante de uma prática cidadã falsamente generosa, pois, de um lado, a empresa existe por conta de uma política estatal totalmente precária, no que se refere à assistência à saúde, por outro lado, a Unimed faz-se de cidadã, distribuindo recursos angariados à custa da própria falta de uma política de saúde decente para a população. É o que se chama, em ditado popular: doar esmola com o chapéu do vizinho. Prossigamos.

2006 - Prêmios e reconhecimentos

Segundo pesquisa Datafolha, a Unimed é considerada o plano de saúde para o qual os médicos mais gostam de trabalhar e o que melhor remunera a categoria. A avaliação foi feita por meio de 1.028 entrevistas, sendo 664 com médicos cooperados à Unimed.

Acesso em 14/02/2013: <http://memoria.unimed.coop.br/memoria/indexProjeto.do?pagina=linhaTempo.jsp>

Sequência discursiva 15:

Segundo pesquisa Datafolha, a Unimed é considerada o plano de saúde para o qual os médicos mais gostam de trabalhar e o que melhor remunera a categoria. A avaliação foi feita por meio de 1.028 entrevistas, sendo 664 com médicos cooperados à Unimed.

Esta sequência discursiva, presente no site, também é bastante reveladora do segredo de crescimento do sistema cooperativista Unimed: a mais-valia, ou seja, o trabalho não pago. Pesquisando atentamente o site, notamos que não são claras as informações relativamente ao fato de quem seriam os trabalhadores não cooperados que também fazem parte da empresa, se seriam médicos ou não. Mas, aqui, nessa sequência discursiva, que o sistema Unimed faz questão de divulgar, para demonstrar uma suposta satisfação dos seus próprios trabalhadores da saúde vinculados a essa cooperativa, escapa um segredo do crescimento econômico da prática dessa empresa.

Primeiro segredo: a Unimed “*remunera*” a categoria. Ou seja, se a Unimed “*remunera*” a sua categoria de trabalhadores, sejam, estes, médicos cooperados ou não, isso implica e confirma o que dissemos anteriormente: que o repasse das mensalidades cobradas pelos planos de saúde da cooperativa não são distribuídas igualmente entre todos os trabalhadores. Isso significa que, nesse contrato de *remuneração* trabalhista, os dirigentes da cooperativa Unimed *decidem* qual será a porcentagem destinada ao *pagamento* dos médicos e qual porcentagem será *acumulada enquanto mais-valia*,

enquanto trabalho não pago. Mais uma vez, a teoria marxista da mais-valia revela-se infalível, quando se trata de desvelar a reprodução das relações de produção.

Todo o discurso do cooperativismo que se prosperou graças à sua gestão baseada na colaboração entre os trabalhadores, sendo, pois, uma empresa socialmente responsável, não passa de um discurso inócuo, pois, na sua prática econômico-jurídico-ideológico-discursiva, o cooperativismo da Unimed não consegue esconder a sutil legitimação, eternização, naturalização da exploração da mais-valia que também pratica, sob o véu de palavras amenas e pouco claras. Necessária e inevitável essa prática? A Unimed faz parecer que sim.

Outro detalhe bastante significativo fica demonstrado nesta sequência discursiva, qual seja, nem todos os médicos que trabalham para a Unimed são cooperados. Nesse sentido, as entrevistas feitas pelo instituto de pesquisa Datafolha revelam números interessantes: “a Unimed é considerada o plano de saúde para o qual os médicos mais gostam de trabalhar e o que melhor remunera a categoria. A avaliação foi feita por meio de 1.028 entrevistas, sendo 664 com médicos cooperados à Unimed.”. Ou seja, se, no universo de 1.028 entrevistas, 664 médicos são cooperados, conseqüentemente, 364 médicos não o são.

A pergunta daí derivante é: qual a remuneração dos médicos cooperados? Qual a remuneração dos médicos não cooperados? Fica implícito, portanto, aqui, que os *médicos não cooperados* devem receber um salário menor, logo, a Unimed explora de forma ainda mais contundente a mais-valia desses trabalhadores, o trabalho não pago a esses trabalhadores da saúde. Sob a falácia do crescimento econômico por méritos do trabalho cooperativo, vimos, pois, em ação, mais uma vez, os rastros da exploração da mais-valia.

Os médicos estão satisfeitos com os seus salários? A direção da Unimed, baseando-se na pesquisa Datafolha, para legitimar-eternizar-naturalizar-(fazer parecer necessária e inevitável) sua prática de exploração da mais-valia, faz questão de enunciar que sim: os médicos estão satisfeitos com sua remuneração. Porém, orientados pela teoria de uma análise do discurso de viés marxista, notamos que algo mais sutil pode ser lido por detrás dessa interpelação econômico-jurídico-ideológico-discursiva da Unimed, a saber, satisfeitos mesmo devem estar os dirigentes dessa cooperativa ou os médicos cooperados detentores de maiores investimentos no interior da empresa, pois, à custa do trabalho não pago a milhares de seus médicos, aumenta-se cada vez mais o faturamento econômico dessa empresa. Quantos e quem obtêm privilégios por essa exploração da mais-valia no setor da saúde privada/Unimed?

Especificamente, essa é uma pergunta difícil para essa pesquisa responder, uma vez que apenas analisamos o que é discursivizado, o que é enunciado pelo site da cooperativa. Cabe-nos, contudo, uma afirmação, a partir do *corpus* que investigamos: o cooperativismo da Unimed, como tem revelado nossa análise, também ajuda a reproduzir as relações capitalistas de produção, nada há de revolucionário em suas práticas. Fica, portanto, uma hipótese, sem ser de toda conclusiva, qual seja, em cooperativas como a Unimed, os considerados donos dos meios de produção são os cooperados, mas, sobretudo, não podemos nos deixar de atentar para os setores que administram e controlam os negócios da cooperativa, bem como para as hierarquias de investimento em capitais que vão se conformando no interior da empresa. Seriam alguns donos mais donos que os outros donos? Eis a questão. Portanto, quem mais se beneficia da mais-valia subtraída no âmago da Unimed? Esta é a pergunta que não quer ser calada. Aos leitores suas próprias conclusões e hipóteses.

Resumindo. Mais uma vez, confirma-se nossa tese de que *um* dos mecanismos utilizados pelo capitalismo, para reproduzir suas relações de produção, passa pela interpelação econômico-jurídico-ideológico-discursiva que apaga-legítima-eterniza-naturaliza-(faz parecer necessária e inevitável) a mais-valia. Nesse sentido, a Unimed, pelo discurso que faz circular em seu site, referenda o sistema capitalista. Não há dúvidas quanto a essa evidência. Vejamos outro excerto seguido da sequência discursiva recortada para análise.

2006 - Prêmios e reconhecimentos

O trabalho de gestão de pessoas das Unimed Blumenau (SC), São José do Rio Preto (SP), Vales do Taquari e Rio Pardo (RS), Missões (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Unimed Seguros é destacado pelas revistas Exame e Você S/A. Na maior pesquisa do gênero realizada no país até então, as publicações apresentaram o ranking das "150 melhores empresas para você trabalhar" e das "50 melhores empresas para a mulher trabalhar".

Acesso em 14/02/2013: <http://memoria.unimed.coop.br/memoria/indexProjeto.do?pagina=linhaTempo.jsp>

Sequência discursiva 16:

Na maior pesquisa do gênero realizada no país até então, as publicações apresentaram o ranking das "150 melhores empresas para você trabalhar" e das "50 melhores empresas para a mulher trabalhar".

Nesta sequência discursiva, demonstra-se, uma vez mais, a interpelação produzida pela cooperativa Unimed, apresentando o desejo de se colocar como uma empresa que valoriza o trabalhador. Isto é, como se trata de uma cooperativa, fundada com base no

discurso-ideológico da colaboração mútua, percebe-se que a empresa não pode descuidar de interpelar rumo a uma suposta satisfação de seus próprios trabalhadores, pois, caso não o faça, isso deporia contra os princípios propagandeados pela cooperativa.

Contudo, como já o vimos anteriormente, existe, sim, o trabalho não pago, a subtração de mais-valia no interior dessa cooperativa, logo, há uma tensão atravessando sua prática econômico-jurídico-ideológico-discursiva, o que a leva a enunciar, em seu site, fazendo parecer que essa exploração de mais-valia não é tão brutal, já que, comparativamente a outras empresas, os profissionais da Unimed revelariam, através de pesquisas, uma relativa satisfação com o trabalho na empresa.

Interessante as seguintes proposições “das "150 melhores empresas para você trabalhar" e das "50 melhores empresas para a mulher trabalhar".”. Ou seja, todo trabalhador está satisfeito em trabalhar para a Unimed, inclusive as trabalhadoras mulheres. Destarte, o efeito de sentido suscitado por essa interpelação econômico-jurídico-ideológico-discursiva da Unimed é de que a exploração da mais-valia ali praticada é legítima e necessária, pois também é voltada para bem atender a seus funcionários, sendo, pois, inevitável e natural, já que, graças a esse tipo de gestão, garante-se crescimento econômico com satisfação trabalhista a todos os seus trabalhadores.

Fica apagado, contudo, que todo esse trabalho gerado no interior da Unimed ainda mais satisfação gera para os seus gestores-dirigentes ou para suas hierarquias, quando estes se deparam com os monstruosos faturamentos que se acumulam anos após anos, à custa da mais-valia de seus trabalhadores. Para onde vão os rendimentos extras do trabalho cooperado não pago, da mais-valia cooperada? Claro fica que os trabalhadores, mesmo os cooperados, ficam apenas com uma parte do trabalho que produzem, do contrário, dirigentes da empresa Unimed não exibiriam, em sua história, contada no seu próprio site, crescimento econômico tão promissor.

O fim da cooperativa Unimed, portanto, acaba caindo no próprio fim em si e por si do capitalismo: explorar o trabalho de seus trabalhadores para acumular ainda mais o montante do próprio capital. “Valorizar o valor”, como diria Marx (1988), em benefício do acúmulo do capital dos donos dos meios de produção. A mais-valia gerada no interior da Unimed não é revertida em benefício de toda a sociedade, como proporia, por exemplo, um projeto político econômico-jurídico-ideológico-discursivo de cunho marxista, quando este defende a estatização dos meios de produção. A proposta cooperativista da Unimed, portanto, trata-se de mais uma prática que reproduz as

relações de produção, apesar de, em suas interpelações, querer diferenciar-se das empresas capitalistas tradicionais. Vejamos esse outro excerto:

2007 - Liderança

Nesse ano, a Unimed apresenta os seguintes números: 106 mil médicos cooperados, 377 cooperativas, 14,6 milhões de clientes, 64,9 milhões de consultas por ano, 32% de participação no mercado, 75% do território nacional, 4.125 municípios, R\$ 16,2 bilhões de faturamento em 2006, 16 mil recursos credenciados, 32 mil empregos diretos e 290 mil empregos indiretos.

Acesso em 14/02/2013: <http://memoria.unimed.coop.br/memoria/indexProjeto.do?pagina=linhaTempo.jsp>

Sequência discursiva 17:

Nesse ano, a Unimed apresenta os seguintes números: 106 mil médicos cooperados, 377 cooperativas, 14,6 milhões de clientes, 64,9 milhões de consultas por ano, 32% de participação no mercado, 75% do território nacional, 4.125 municípios, R\$ 16,2 bilhões de faturamento em 2006, 16 mil recursos credenciados, 32 mil empregos diretos e 290 mil empregos indiretos.

Nesta sequência discursiva, em que a cooperativa Unimed demonstra sua liderança no setor de saúde privado, os próprios números, apresentados pela cooperativa, são bastante reveladores para uma análise de discurso de orientação marxista. Ou seja, os efeitos de sentido suscitados pelos números revelam o segredo do crescimento econômico da cooperativa Unimed e desvelam o que a levou à sua posição de liderança, qual seja, nada mais, nada menos que, *eureka!*, a exploração da mais-valia de seus funcionários.

Façamos as contas: 106 mil médicos cooperados + 32 mil empregos diretos + 290 mil empregos indiretos e aqui, leia-se, 290 mil trabalhadores outros, provavelmente explorados pela Unimed como mão de obra barata. Supondo-se que os 106 mil médicos cooperados fossem privilegiados nessa relação e dividissem a mais-valia da empresa como sócios iguais, eles estariam subtraindo a mais valia de 32 mil + 290 mil trabalhadores = 322 mil trabalhadores. Ou seja, não se pagando a totalidade do trabalho de 322 mil trabalhadores, haveria já aí uma grande quantidade de mais-valia, de trabalho não pago, que já explicaria, para uma análise do discurso de orientação marxista criteriosa, o sucesso econômico-jurídico-ideológico-discursivo capitalista da cooperativa Unimed.

Contudo, uma vez que os próprios 106 mil médicos cooperados, conforme o revela o próprio site da Unimed, recebem seus retornos financeiros com base no princípio do trabalho-investimento cooperado realizado (princípio do “*retorno proporcional às operações*”, ver análise da *Sequência discursiva 3*, nessa mesma

seção), qual seja, em outras palavras, uma vez que os próprios médicos cooperados possuem hierarquias entre si, recebendo seus retornos financeiros conforme o número de consultas-trabalhos realizados por cada um ou mesmo conforme o número de capital investido por cada um no interior da Cooperativa Unimed, tendo, assim, porcentagem financeira de retorno comissionada, estipulada pelos critérios estabelecidos pelos próprios dirigentes da cooperativa, é possível inferir-afirmar que também os próprios médicos cooperados deixam uma parcela de mais-valia, de trabalho não pago, para enriquecer o montante de capital da cooperativa Unimed.

Fica, portanto, um questionamento: o trabalho dito cooperativo da Unimed não seria uma forma bastante sutil de apagar-legitimar-naturalizar-eternizar a própria mais-valia subtraída a milhares de trabalhadores, escondendo-se atrás de uma suposta prática econômico-jurídico-ideológico-discursiva cooperativista, que, no fundo, também se identifica com as práticas empresariais capitalistas tradicionais? Como não lembrar aqui as sábias palavras do *sempre* marxista Michel Pêcheux:

A questão aqui não é de saber se *O Capital* e as pesquisas que dele derivaram produziram o que chamei “coisas-a-saber”: mesmo para os adversários, os mais ferozes, do marxismo, o processo de exploração capitalista, por exemplo, constitui incontestavelmente uma coisa-a-saber, da qual os detentores de capitais aprenderam a se servir tanto, e, às vezes, melhor que aqueles que eles exploram. O mesmo acontece, para a luta de classes e várias outras “coisas-a-saber”. (PÊCHEUX, 2002:37)

Isto é, a mais-valia é uma “coisa-a-saber” para entender os segredos dos crescimentos econômicos capitalistas, mesmo quando tais segredos tentam se esconder sob as interpelações econômico-jurídico-ideológico-discursivas ditas cooperativistas. A Unimed é prova de que o seu cooperativismo também pratica a mais-valia, pratica a exploração dos trabalhadores em função de um grupo de dirigentes privilegiados. Portanto, a cooperativa Unimed reproduz ou transforma as relações de produção capitalista? A resposta é uma “afirmação do óbvio” (PÊCHEUX, 1997), não é verdade?

Para terminar, vejamos esse excerto que traz dados mais recentes extraídos do site da empresa cooperativa Unimed:

Dados Estratégicos do Sistema Unimed - Equipe de Comunicação - Última atualização: 19 de outubro de 2012

Nesta seção você encontra os principais números e dados que denotam o porte e a importância do Sistema Unimed.

- **38% de participação** (Pesquisa Datafolha 2011) no mercado nacional de planos de saúde (atende mais de 18 milhões de clientes);
- **367 cooperativas** com abrangência em **83% do território nacional** - 4.623 municípios;
- Mais de **112 mil** médicos cooperados;
- Conjunto das cooperativas somou em 2011 receita de **R\$ 30,1 bilhões** em receita de contraprestação (segundo a ANS), já o **Sistema Unimed acumulou R\$29,4 bilhões de um faturamento de R\$38,9 bilhões**;
- **R\$ 1,257 bilhão** em investimentos internos (colaborador e cooperado) e externos (fomento ao comércio local e comunidade), segundo Balanço Social Consolidado do Sistema Unimed 2011.
- **106 hospitais próprios** mais **3.097 hospitais credenciados**, dos **4.548** privados de um total de **6.690** hospitais no Brasil;
- **178 pronto-atendimentos próprios**, 96 laboratórios próprios e 40 centros de diagnósticos próprios;
- Disponibiliza **7.371 leitos** próprios e 140 mil leitos credenciados;
- Mais de **25 mil recursos credenciados**;
- Realização de mais de 94 milhões de consultas/ano; 2,2 milhões internações/ano; e **192 milhões de exames complementares/ano**;
- Realização de mais de **5,2 consultas/usuários/ano** e 10,7 exames complementares por usuário ano;
- 69 mil empregos diretos, sendo 1.526 colaboradores com deficiência/redução de mobilidade (de acordo com o Balanço Social Consolidado do Sistema Unimed 2011);
- A consultoria BrandFinance verificou o **valor da marca** Unimed: **R\$ 3,22 bilhões**. Segundo o ranking da companhia, ocupa o 29º lugar entre as marcas mais valiosas do país.
- **Por 18 anos consecutivos a Unimed é a marca Top ofMind em Plano de Saúde**, de acordo com pesquisa nacional do Instituto Datafolha;
- **Detentora 23 vezes do Prêmio Mérito Lojista**, como plano de saúde preferido dos sócios da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas;

- A Unimed foi a escolhida, na categoria convênio e assistência médica, para receber o “Oscar” da área de recursos humanos: o **Prêmio Top ofMind –Fornecedores de RH do ano 2010**. Esta foi a **12ª vez** que a marca foi premiada.
- A Unimed também foi eleita em 2012, pela 11ª vez consecutiva, a **marca de planos de saúde em que os brasileiros mais confiam na Pesquisa Marcas de Confiança**, conduzida pela Revista Seleções/Ibope Inteligência.
- **Unimed recebe pelo sexto ano consecutivo** o certificado **Superbrands**. Marca participa do livro de luxo que reúne a história e curiosidades das mais importantes marcas que atuam no país. A iniciativa faz parte do projeto Superbrands Brasil.
- A Unimed é eleita uma das **empresas de maior prestígio** no Brasil no setor de saúde, segundo levantamento do Grupo Troiano para a revista **Época Negócios**, nas edições **2008, 2009, 2010 e 2011**.
- A Unimed é pela quarta vez consecutiva a marca mais lembrada e conquistou o **Top ofMind Internet, Uol/Datafolha**. Embora o prêmio esteja na sexta edição, em 2009 foi a primeira vez que a **categoria Plano de Saúde** foi inclusa. A marca teve **19% das lembranças** em 2012.
- A Unimed recebeu o Prêmio **VisãoAgro Paulista 2012**, na categoria "Destaque - Planos de Saúde", no setor sucroalcooleiro entre os Melhores do Estado de São Paulo.
- A Unimed foi eleita o Melhor Plano de Saúde para as classes C e D, no Prêmio Melhores do Seguros, promovido pela **Revista Apólice**;

Acesso em 10/11/2012: http://www.unimed.coop.br/pct/index.jsp?cd_canal=49146&cd_secao=49112

Sequência discursiva 18:

-Mais de 112 mil médicos cooperados; - Conjunto das cooperativas somou em 2011 receita de R\$ 30,1 bilhões em receita de contraprestação (segundo a ANS), já o Sistema Unimed acumulou R\$29,4 bilhões de um faturamento de R\$38,9 bilhões;(…)- 69 mil empregos diretos, sendo 1.526 *colaboradores* com deficiência/redução de mobilidade (de acordo com o Balanço Social Consolidado do Sistema Unimed 2011)

Dos dados estratégicos da Unimed exibidos em seu site, no ano de 2012, recortamos esta *sequência discursiva 18*, pois a mesma apresenta detalhes significativos referentes à mais-valia, objeto de estudo dessa pesquisa. Nesse recorte, fica evidente o salto que a Unimed deu, em termos de empregos diretos. Conforme vimos anteriormente, na análise da *sequência discursiva 17*, referente aos dados apresentados acerca do ano de 2007, naquela ocasião o número de empregos diretos estava na casa dos 32 mil trabalhadores. Já em 2012, esse número de empregos diretos atingiu a casa dos 69 mil empregos. Ou seja, dobrou-se o número de trabalhadores diretos da Unimed, se comparado a 2007.

Interessante notar, contudo, que nesse balanço do ano de 2012, a cooperativa Unimed não apresenta o número dos empregos indiretos, que, em 2007, conforme dados

mostrados na análise da *sequência discursiva 17*, estava na casa dos 290 mil empregos. Quando a Unimed fala de empregos indiretos, leia-se, 290 mil trabalhadores outros também explorados pela Unimed, provavelmente como mão de obra barata, que também ajudariam a engordar a taxa de mais-valia da cooperativa, a taxa de trabalho não pago transferido para essa cooperativa. Tal processo, portanto, a exploração de trabalhadores indiretos, também serviria para aumentar substancialmente o faturamento econômico dessa cooperativa. Por que tal dado está omissos no balanço atual de 2012? Qual seria o total de trabalhadores direta ou indiretamente explorados pela cooperativa Unimed mais recentemente?

Ora, os dados completos estão apagados-silenciados no balanço de 2012 do site da Unimed, mas, caso tenha dobrado também o número de trabalhadores indiretos, da mesma forma que aconteceu com o número dos seus trabalhadores diretos, dobrando de 32 mil, em 2007, para 69 mil, em 2012, pode-se inferir-hipotetizar que suas cifras bilionárias atuais, apresentadas em 2012 – como indica essa proposição “o Sistema Unimed acumulou R\$29,4 bilhões de um faturamento de R\$38,9 bilhões” – não provieram de um passe de mágica, mas sim de uma brutal exploração de mais-valia, uma brutal parcela de trabalho não pago extraída dos serviços prestados pelos seus milhares de trabalhadores.

Curioso observar que o número de médicos cooperados não aumentou muito. Vejamos: em 2007 eram 106 mil médicos cooperados, já, em 2012, o número subiu apenas para 112 mil médicos cooperados. Qual leitura pode ser feita a partir desses dados? Que o número de sócios, médicos cooperados, da cooperativa não dobrou, da mesma forma que aconteceu com o número de trabalhadores comuns. Enquanto dobrou-se o número de empregos diretos, indo de 32 mil, em 2007, para 69 mil trabalhadores, em 2012, praticamente o número de médicos cooperados subiu pouco mais do que 5%. O que isso significa? Que houve aumento significativo da mão de obra mais barata que presta serviço à Unimed, isto é, houve aumento dos trabalhadores que não tem os mesmos direitos trabalhistas que os médicos cooperados. Portanto, percebe-se que se investiu mais na exploração de mão de obra mais barata do que no aumento de médicos cooperados. Em outros termos, priorizou-se investir naqueles que rendem uma maior parcela de mais-valia.

Não seria essa prática mais uma prova de que, na cooperativa Unimed, os mesmos cálculos capitalistas estão em jogo? Não seria esta mais uma prova de que, para se ganhar dinheiro no capitalismo não existe milagre, há que se subtrair trabalho não

pago dos trabalhadores? Logo, por detrás do discurso de caráter “generoso” do cooperativismo da Unimed, o que também notamos é um jeito outro de apagar a mais-valia; um jeito outro de lidar com a mais-valia como se fosse algo natural; um jeito outro de legitimar a prática de exploração da mais-valia; um jeito outro de eternizar a mais-valia, escondendo-a sob o véu do trabalho cooperado; um jeito outro de tornar a prática de exploração da mais-valia como algo necessário, inevitável e insuspeito.

Explora-se o trabalhador em nome do trabalho cooperado, essa é a mágica econômico-jurídico-ideológico-discursiva da Unimed. Este também é o segredo do seu jeito estonteante de crescer economicamente. Contudo, os trabalhadores da Unimed nem são chamados de trabalhadores no interior dessa cooperativa, são tratados como se fossem “colaboradores”: “69 mil empregos diretos, sendo 1.526 *colaboradores com deficiência/redução de mobilidade*”. *Colaboradores?* Que generosa alcunha!

Lindas palavras, contudo, não escondem os fatos relacionados à luta de classes perante a uma análise do discurso de orientação marxista. A fumaça, o sinal, o índice da exploração do trabalho não pago está presente, lindas palavras não escondem essa “*coisa-a-saber*” chamada de mais-valia, e é isso que esperamos ter demonstrado nas análises até aqui realizadas. A Unimed, ironicamente, usa seus “*colaboradores*” para extrair-lhes mais-valia, para extrair-lhes trabalho não pago, e enriquecer seus dirigentes e hierarquias mais privilegiadas com isso. Destarte, assevera-se a reprodução das relações de produção na prática econômico-jurídico-ideológico-discursiva da Unimed. Alguma dúvida? Não nos parece.

Conclusão: à medida que nos mergulhamos nos *corpora* extraídos do site da cooperativa Unimed, fomos descobrindo, através das formulações e das palavras aí marcadas, os rastros daquilo que temos chamado de apagamento-naturalização-legitimação-eternização-inevitabilidade-necessidade da mais-valia. Tratou-se, pois, de uma confirmação de nossa tese totalmente orientada pelos princípios da teoria de uma análise de discurso de viés marxista. Sem usar a lente teórica proveniente do estudo da mais-valia em *O Capital* de Marx, e sem usar a lente teórica dos princípios norteadores da teoria de Análise de Discurso de Pêcheux, provavelmente não faríamos o gesto de leitura aqui vislumbrado nessa seção de análise. Por que fazemos questão de dizer isso? Justamente para fazer jus à relevância de se estar munido teoricamente pelo marxismo, quando se trata de interpretar-escrutar-investigar-ler determinados *corpora*, cujo tema em foco seja a mais-valia.

Há, portanto, uma grande diferença entre ler/interpretar o site da Unimed – desprovido de um olhar teórico ou munido com um olhar teórico outro qualquer – e ler/interpretar o site da Unimed a partir de um olhar fundamentado pela análise do discurso de viés marxista. É esse olhar leitor, teoricamente orientado pelo marxismo, que asseveramos em nossas análises. Se esse olhar leitor conseguiu fazer interpelações, de nossa parte, nessa pesquisa, nos sentimos com o dever cumprido.

CAPÍTULO 6

RADIOGRAFIA CONCLUSIVA

6.1 Ponto de chegada: concluindo o percurso

Anunciamos, ao longo dessa pesquisa, a tese de que existe uma interpelação econômico-jurídico-ideológico-discursiva que constitui indivíduos em sujeitos através do *apagamento-naturalização-legitimação-eternização-(suposta inevitabilidade)-(suposta necessidade) da mais-valia*, sendo esta interpelação *um* dos mecanismos usados pelos sujeitos-capitalistas que desejam manter a reprodução das relações de produção capitalistas. Ao mesmo tempo, sugerimos que essas tomadas de posição refratam assim as outras interpelações que pautariam pela *asseveração-denúncia da mais-valia*, enquanto instrumentalização teórica necessária para os que se proponham a travar o embate contra as contradições do capital ou pela transformação das relações de produção.

Logramos o intuito de provar essa tese? Para responder a essa questão, propomos, na sequência, baseado em Santos (no prelo), uma matriz sinóptica que sugere o centro gravitacional em torno do qual giraram as formulações teórico-analíticas a que pudemos chegar. Vejamos:

| | | |
|-----------------------------------|---------------------|---|
| MATERIALIDADES DISCURSIVAS | LINGUÍSTICO- | NATUREZA DA INTERPELAÇÃO: <i>APAGAMENTO-NATURALIZAÇÃO-ETERNIZAÇÃO-INEVITABILIDADE-NECESSIDADE-LEGITIMAÇÃO DA MAIS-VALIA OU ASSEVERAÇÃO-DENÚNCIA DA MAIS-VALIA</i> |
|-----------------------------------|---------------------|---|

OCORRÊNCIA 1

| | |
|---|---|
| (1) -“O marxismo está no pensamento do século XIX como peixe n’água: o que quer dizer que noutra parte qualquer deixa de respirar” (FOUCAULT, 2007, p.360) | Nessa discursividade, ao apagar-se a única teoria consequente que denuncia a mais-valia, por conseguinte ajuda-se a legitimar, eternizar a própria exploração do trabalhador. |
|---|---|

OCORRÊNCIA 2

| | |
|---|---|
| (2)-“Foi Nietzsche, em todo caso, que queimou para nós, e antes mesmo que tivéssemos nascido, as promessas mescladas da dialética e da antropologia.” (FOUCAULT, 2007, p.362) | Ao descredenciar a dialética marxista, teoria que aponta para a possibilidade de se superarem as próprias contradições do capitalismo, tal discursividade eterniza e faz a mais-valia parecer um fenômeno inevitável , impossível, pois, de ser superado-transformado dialeticamente. |
|---|---|

OCORRÊNCIA 3

| | |
|---|--|
| (3)-“A guerra das raças” precede “a luta de classes” (FOUCAULT, 2005) | Ao tentar inverter o princípio marxista de que a luta de classe é o motor da história, tal discursividade apaga o fato de que a mais-valia, exploração do trabalho alheio, é e sempre foi o objeto central das lutas sociais. Isso serve para eternizar, legitimar, naturalizar a mais-valia, já que sua existência passa a ser considerada como problema menor. |
|---|--|

OCORRÊNCIA 4

| | |
|---|--|
| (4)-As categorias de “classe trabalhadora”, “pequeno-burguês”, etc., adquirem um significado cada vez mais reduzido como forma de entendimento da identidade global dos agentes sociais. O conceito de “lutas de classes”, por exemplo, não é correto nem incorreto – ele é, simplesmente, totalmente insuficiente para descrever os conflitos sociais contemporâneos. (LACLAU, 1983, p.2). | Essa discursividade, ao argumentar contra a centralidade da luta de classes, ajuda a tirar do centro das lutas o combate político à mais-valia, o combate político à exploração do trabalho não pago. Portanto, teórica e politicamente, aposta no recuo da luta contra o capitalismo, ajudando apagar-naturalizar-eternizar-legitimar-tornar inevitável e necessária a própria extração de mais-valia. |
|---|--|

OCORRÊNCIA 5

| | |
|--|---|
| (5)-“é cada vez mais óbvio para todo o mundo, exceto os dogmáticos de extrema direita e extrema esquerda, que as desigualdades sociais e as diferenças políticas simplesmente não podem ser enquadradas de maneira plausível na questão da classe ou reduzidas a ela.” (BARRET, 1999, p.254) | Essa discursividade, que critica o marxismo, apaga o fato de que a exploração da mais-valia é o fato central que atravessa todas as outras desigualdades sociais (de raça, sexo, gênero, ambientais, etc.). Ao fazê-lo, desvia-se, na teoria, o foco central das lutas políticas, servindo, portanto, para eternizar, legitimar, naturalizar a própria exploração dos trabalhadores. Trata-se de um recuo na luta contra a reprodução das relações de produção. |
|--|---|

OCORRÊNCIA 6

| | |
|--|--|
| (6)-“Quando os trabalhadores fazem greve por aumento salarial, os patrões mostram centenas de tabelas para provar que <i>o aumento pedido é inviável</i> , que <i>a empresa vai falir</i> , etc.” (CANARY, H. In: Jornal Opinião Socialista, de 25 de agosto a 07 de setembro de 2010) (grifos nossos) | Essa discursividade, conforme sugerem os grifos, assevera-denuncia possíveis enunciados utilizados pelos sujeitos-capitalistas, em que estes argumentam que é inevitável e necessária a mais-valia. A denúncia feita é de que, para as empresas, simples aumentos salariais seriam inviáveis, impossíveis: os patrões defendem a extração de mais-valia a ferro e fogo. |
|--|--|

OCORRÊNCIA 7

| | |
|--|--|
| (7)-“Mas como eles se tornaram proprietários? Essa é uma pergunta que nem mesmo eles saberão responder. Falarão de <i>alguma herança</i> , de seu “ <i>espírito empreendedor</i> ”, se enrolarão, gaguejarão, mas não conseguirão explicar a verdadeira origem de sua riqueza.” (CANARY, H. In: Jornal Opinião Socialista, de 25 de agosto a 07 de setembro de 2010) (grifos nossos) | Essa discursividade, conforme sugerem os grifos feitos por nós, assevera-denuncia enunciados utilizados pelos sujeitos-capitalistas que ora apagam a mais-valia como geradora de sua riqueza, pois a riqueza seria fruto do espírito empreendedor; ora naturalizam, legitimam, eternizam e fazem parecer necessária a mais-valia, pois a riqueza seria fruto natural e eterno de alguma herança passada por gerações anteriores. |
|--|--|

OCORRÊNCIA 8

| | |
|--|--|
| (8)-“E seria muito vergonhoso admitir perante toda a sociedade: “sou rico porque exploro o trabalho dos outros, porque os outros trabalham de graça para mim”. Ninguém quer aparecer como sanguessuga ou parasita. Não combina com a alta sociedade.” (CANARY, H. In: Jornal Opinião Socialista, de 25 de agosto a 07 de setembro de 2010) | Essa discursividade denuncia-assevera os motivos pelos quais os sujeitos-capitalistas apagam-escondem a mais-valia, pois não querem aparecer como sanguessuga ou parasita. |
|--|--|

OCORRÊNCIA 9

| | |
|--|---|
| (9)-“Tá vendo aquele colégio moço? Eu também trabalhei lá (...) Minha filha inocente, vem pra mim toda contente, pai vou me matricular, mas me diz um cidadão, criança de pé no chão aqui não pode estudar, esta dor doeu mais forte, por que eu deixei o norte, eu me pus a me dizer, lá a seca castigava, mas o pouco que eu plantava, tinha direito a comer ” (O Cidadão, de Zé Geraldo) | Essa discursividade denuncia-assevera que a mais-valia feita pelos patrões não pode ser considerada legítima, necessária, inevitável, eterna , pois separa o trabalhador da própria riqueza que produz: criança de pé no chão aqui não pode estudar. Surge então o desejo de romper com o modo de produção capitalista, baseado na extração de mais-valia: lá a seca castigava, mas o pouco que eu plantava, tinha direito a comer. |
|--|---|

OCORRÊNCIA 10

| | |
|--|---|
| (10)-“É mais-valia pra cá, é mais-valia pra lá, capitalismo é selvagem é global, é mais-valia pra cá, é mais-valia pra lá, tempo roubado do trabalho social ” (Composição de Sérgio Silva, acessada em 04 de março de 2011 no site http://www.youtube.com/watch?v=I5IIOh5scIy&feature=player_embedded_at=27 , Acesso em 04/03/2011) | Essa discursividade denuncia-assevera que a mais-valia é a legitimação-naturalização-eternização de um roubo feito ao sujeito-trabalhador, ou seja, argumenta-se que a mais-valia trata-se de tempo roubado do trabalho social. |
|--|---|

OCORRÊNCIA 11

| | |
|--|--|
| (11)-“Quem construiu Tebas de Sete Portas? Constam nos livros os nomes dos reis; Terão os reis arrastado os blocos de pedra?” (Bertold Brecht) | Essa discursividade assevera-denuncia que existe um apagamento da mais-valia ou do trabalho não pago que se arrasta ao longo da história, pois “constam nos livros que os reis construíram Tebas de Sete Portas, não os trabalhadores ou os escravos”. Esse apagamento , portanto, serve para naturalizar, legitimar e eternizar a exploração do trabalho. |
|--|--|

OCORRÊNCIA 12

| | |
|--|---|
| (12)-“Mas sou eu o proprietário das máquinas!” (Sujeito-personagem-burguês, In: www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/02/248411.shtml , Acesso, 12/07/2013) | Essa discursividade assevera-denuncia que a mais-valia é considerada necessária e inevitável do ponto de vista do patrão, já que este julga legítimo explorar a mais-valia do trabalhador, uma vez que ele é o dono dos meios de produção. |
|--|---|

OCORRÊNCIA 13

| | |
|--|---|
| <p>(13)- “candidata Doutora Dilma, Dona Dilma, a senhora apoia o plebiscito que a CNBB está fazendo pra botar um limite de 1000 hectares em toda propriedade agrícola, de tal maneira que toda propriedade possa ser desapropriada, redução da jornada de trabalho sem redução de salário e terceiro anistia aos desmatadores, qual a sua posição sobre esses três pontos?” (Sujeito-candidato Plínio de Arruda Sampaio, In: http://www.youtube.com/watch?v=rLOg_6h_xcQ&feature=channel, acesso em 15/08/2010) (grifo nosso)</p> | <p>Essa discursividade assevera que a mais-valia é um tema que deve ser debatido pelos políticos e a sua formulação, apontando sobre a necessidade de haver redução da jornada sem redução de salário, já indica uma denúncia de que essa relação trabalhista precisa ser transformada.</p> |
|--|---|

OCORRÊNCIA 14

| | |
|---|--|
| <p>(14)- “No que se refere à questão da redução da jornada de trabalho (...) não é papel do governo (...) determinar qual é a jornada de trabalho que esse ou aquele setor deve ter.” (Sujeito-candidata Dilma, In: http://www.youtube.com/watch?v=rLOg_6h_xcQ&feature=channel, acesso em 15/08/2010) (grifo nosso)</p> | <p>Essa discursividade legítima e eterniza a mais-valia ou os níveis de trabalho não pago existentes nas relações trabalhistas em vigor no país, pois o governo não irá tomar nenhuma providência para superar essa contradição.</p> |
|---|--|

OCORRÊNCIA 15

| | |
|--|---|
| <p>(15)-“Eu acho que é sempre prudente que o movimento social e a sociedade evolua e o governo, nesse aspecto, não deve correr na frente dos movimentos sociais” (Sujeito-candidata Dilma, In: http://www.youtube.com/watch?v=rLOg_6h_xcQ&feature=channel, acesso em 15/08/2010) (grifo nosso)</p> | <p>Essa discursividade eterniza e faz parecer necessário e inevitável o atual processo de exploração do trabalhador em vigência no país, quando o tema trata-se da extração da mais-valia ou do trabalho não pago ao trabalhador. O sujeito-candidata a governo e atual governo julga <i>sempre prudente</i> não tomar posição para superar tal contradição.</p> |
|--|---|

OCORRÊNCIA 16

| | |
|--|--|
| <p>(16)-“a respeito da jornada de trabalho (...) eu sou a favor de que a jornada de trabalho sejam, sempre, a partir do marco constitucional e da lei existente, que sejam definida sindicato por sindicato e regiões e por todo o Brasil” (Sujeito-candidato José Serra, In: http://www.youtube.com/watch?v=rLOg_6h_xcQ&feature=channel, acesso em 14/08/2010)</p> | <p>Essa discursividade eterniza a exploração do trabalhador baseada na mais-valia ou no trabalho não pago, já que este não é um problema que deve ser superado por intervenção do governo. Ao se dizer que tal problemática deve ser debatida <i>sempre</i>, a partir da lei existente e <i>definida sindicato por sindicato</i>, está se anunciando que, a depender desse possível governo, tal contradição nunca será transformada. Portanto, ao se considerar que esse tema não é problema de governo, legítima-se e tornam-se inevitáveis as leis em vigor que julgam natural essa exploração.</p> |
|--|--|

OCORRÊNCIA 17

| | |
|--|---|
| <p>(17)-“...cada trabalhador... trabalhador em média da Vale rende pra empresa um milhão de reais por ano, um milhão, e a empresa gasta com cada trabalhador dela trinta mil reais, 3%, nós queremos mudar a sociedade justamente pra mudar essa situação...” (Ttvhttp://terratv.terra.com.br/videos/Noticias/Eleicoes-2010/4823-315579/Ze-Maria-quer-socialismo, acesso em 17/08/2010) (grifos nossos)</p> | <p>Essa discursividade assevera-denuncia que a mais-valia não é legítima, não é inevitável, não é necessária, logo, não pode ser eternizada, devendo ser transformada. Afirma-se que se quer mudar a sociedade justamente para mudar essa situação, ou seja, há um desejo de superar a contradição social da exploração do trabalho não pago/mais-valia.</p> |
|--|---|

OCORRÊNCIA 18

| | |
|---|---|
| (18)-“Por quatro vezes seguidas eleita a marca mais valiosa do setor de alimentos brasileiro, ela emprega hoje cerca de 55 mil funcionários”. In: Acesso em 16/12/2010: http://www.sadia.com.br/ | Essa discursividade legítima, naturaliza e faz parecer que a Sadia é necessária e inevitável para a classe trabalhadora, por conseguinte, apaga o fato de que são os trabalhadores que geram, através da mais-valia, o crescimento econômico da empresa. |
|---|---|

OCORRÊNCIA 19

| | |
|---|---|
| (19)-“Foi neste contexto que Attilio Fontana (...) criou a Sadia em 1944. No começo, ele só tinha um pequeno moinho e um frigorífico inacabado. O retorno dos investimentos aplicados no moinho permitiu completar a construção do frigorífico. Em 1946, ele já abatia mais de 100 suínos por dia.” Acesso em 16/12/2010: http://www.sadia.com.br/sobre-a-sadia/linha-do-tempo.jsp | Essa discursividade apaga o fato de que são os trabalhadores, através do trabalho não pago, através da mais-valia, que fizeram a empresa Sadia crescer e não o esforço de um gênio capitalista. Trata a extração da mais-valia como algo natural e próprio do processo de produção, indigno sequer de ser mencionado. |
|---|---|

OCORRÊNCIA 20

| | |
|---|--|
| (20)-Crescimento, avanço tecnológico, pesquisas em genética animal, lançamentos inéditos, distribuição capilar dos produtos, imagem de marca de qualidade, ingresso nas exportações, além de outras conquistas, fizeram a história da Sadia na década de 60.” Acesso em 16/12/2010: http://www.sadia.com.br/sobre-a-sadia/linha-do-tempo.jsp | Essa discursividade apaga a extração da mais-valia como sendo a mola propulsora do crescimento da empresa Sadia. São usados, ao contrário, argumentos-formulações que tentam fazer parecer que a empresa é necessária, inevitável e fundamental nesse processo produtivo. Com isso, indiretamente, legitima-se e tenta-se eternizar a exploração de mais-valia aí realizada. Contudo, é preciso ressaltar: essa exploração do trabalho não pago está totalmente silenciada pela prática discursiva empresarial. A eternização-legitimação-naturalização-inevitabilidade-necessidade da exploração de mais-valia são efeitos de sentido, deduzidos indiretamente dessa prática discursiva. |
|---|--|

OCORRÊNCIA 21

| | |
|---|---|
| (21)-“Segundo pesquisa Datafolha, a Unimed é considerada o plano de saúde para o qual os médicos mais gostam de trabalhar e o que melhor remunera a categoria. A avaliação foi feita por meio de 1.028 entrevistas, sendo 664 com médicos cooperados à Unimed.” Acesso em 14/02/2013: http://memoria.unimed.coop.br/memoria/indexProjeto.do?pagina=linhaTempo.jsp | Essa discursividade deixa escapar que todos os trabalhadores da Unimed são remunerados , sejam os médicos cooperados, sejam os outros trabalhadores. Se todos os trabalhadores são remunerados , isso significa que a Unimed lhes estipula um salário, logo, utiliza-se desse contrato salarial para apropriar-se de uma parcela de mais-valia desses trabalhadores, ou seja, apropriar-se de uma parcela de tempo de trabalho não pago. O fato de se dizer que os trabalhadores gostam de trabalhar para essa empresa cooperativa não muda nada no fato de a empresa lhes explorar mais-valia, não pagando todo o trabalho realizado. A propósito, não poderia ser diferente, se a Unimed lucra e cresce tanto, isso se deve ao fato de ela explorar parte do tempo de trabalho de seus funcionários/médicos, cooperados ou não. A extração de mais-valia, porém, não está dita, não está assumida, está apagada no site, mas escapa, quando lemos o não dito que ficou na sombra do dito. Com tal prática, o que fazem os dirigentes dessa cooperativa? Eternizam, legitimam, naturalizam a prática de apropriar-se do trabalho não pago alheio, isto é, da mais-valia. Portanto, como se vê, na discursividade cooperativista, todos são ditos iguais, mas, na prática, uns são mais iguais que os outros. |
|---|---|

OCORRÊNCIA 22

| | |
|---|--|
| <p>(22)-Nesse ano, a Unimed apresenta os seguintes números: 106 mil médicos cooperados, 377 cooperativas, 14,6 milhões de clientes, 64,9 milhões de consultas por ano, 32% de participação no mercado, 75% do território nacional, 4.125 municípios, R\$ 16,2 bilhões de faturamento em 2006, 16 mil recursos credenciados, 32 mil empregos diretos e 290 mil empregos indiretos. Acesso em 14/02/2013: http://memoria.unimed.coop.br/memoria/indexProjeto.do?pagina=linhaTempo.jsp</p> | <p>Essa discursividade revela também, no mínimo, que existe uma divisão clara de classe no interior da cooperativa, a divisão entre os médicos cooperados, supostos donos da cooperativa, e os outros trabalhadores. São 106 mil médicos cooperados, 32 mil empregos diretos e 290 mil empregos indiretos. Portanto, para dizer o mínimo, existem 32 mil + 290 mil trabalhadores = 322 mil trabalhadores que possivelmente não tem os mesmos benefícios salariais que os 106 mil médicos cooperados, isto é, existe uma apropriação mais acentuada da mais-valia desses 322 mil trabalhadores. O crescimento econômico da Unimed revela-se assim pautado também pelo trabalho não pago, pela mais-valia. Por trás do discurso da cooperatividade no trabalho, há em andamento, portanto, de forma sutil, o apagamento, naturalização, legitimação, eternização, inevitabilidade, necessidade da mais-valia, do trabalho não pago.</p> |
|---|--|

Portanto, a partir da matriz sinóptica aqui apresentada, uma conclusão tendencial não nos parece equivocada: *uma* das interpelações promovidas pela discursividade econômico-jurídico-ideológico-discursiva de cunho capitalista, de forma a reproduzir as relações de produção, passa por *apagar-naturalizar-eternizar-legitimar-(fazer parecer necessária)-(fazer parecer legítima) a mais-valia ou o trabalho não pago*, que, conforme vimos, é a fonte geradora de mais dinheiro ou mais capital para os donos dos meios de produção. Por outro lado, há uma luta em curso que *assevera-denuncia-problematiza* essas relações de produção, buscando vislumbrar saídas para superar tais contradições ou, em outras palavras, buscando possibilidades para transformar as relações de produção vigentes baseadas na exploração do trabalhador.

Façamos emergir a pergunta final: depois de lidas essas páginas, algum sujeito-analista do discurso de nossa conjuntura universitária atual ainda sustentaria a tese de que “luta de classes não existe”? Se o fizerem, digo: este é um ataque político contra a classe trabalhadora mundial. Enquanto sujeito-analista do discurso e militante marxista, tenho tomado posição nesse embate: a interpelação está posta, a batalha continua sendo travada. Há uma luta de classes em curso na própria teoria da Análise do Discurso.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. “Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para uma investigação)”. In: **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro. Contraponto Editora Ltda, 1999, p.105-178.

ALTHUSSER, L. **Resposta a John Lewis**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1978.

ALVATER, E. Existe um marxismo ecológico. In: **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. Disponível em la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/Agradecimentos.doc>. Também em: www.clacso.org ou <http://www.clacso.org.ar/biblioteca> ou biblioteca@clacso.edu.ar. 2007.

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo. Editora HUCITEC. 1997.

BAKHTIN, M. M. **Para uma Filosofia do Ato Responsável**. [Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco]. São Carlos. Pedro & João Editores, 2010.

BALIBAR, E. **A Filosofia de Marx**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1995.

BARRET, M. “Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe”. In: **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro. Contraponto Editora Ltda, 1999, p.235-264.

BORON, A; AMADEO, J; GONZALEZ, S. **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. Disponível em la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/Agradecimentos.doc>. Também em: www.clacso.org ou <http://www.clacso.org.ar/biblioteca> ou biblioteca@clacso.edu.ar. 2007.

EAGLETON, T. “A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental”. In: **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro. Contraponto Editora Ltda, 1999, p.179-226.

ENGELS, F. “Apêndice: Humanização do Macaco pelo Trabalho”. In: **A Dialética da Natureza**. São Paulo. Paz e Terra, 6ª edição, 2000, p.215-228.

_____. **A origem da Família, da Propriedade e do Estado**. São Paulo. Editora Escala, Coleção *Grandes Obras do Pensamento Universal*, 2ª Ed.

FIGUEIRA, L. F. B. **O "althusserianismo em linguística": a teoria do discurso de Michel Pêcheux**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo. Martins Fontes, 2007.

_____. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

_____. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo, Martins Fontes, 2006.

HEGEL, G. W. F. **A Fenomenologia do Espírito**. Coleção Os pensadores. Volume II. São Paulo. Nova Cultural, 1989.

LACLAU, E. **Hegemony and Socialist Strategy**. Londres. Verso, 1985.

_____. **Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social**. Texto apresentado no workshop promovido pelo CEDLA (Centro de Documentação Latino-Americano) de Amsterdã, Holanda, em outubro de 1983. Publicado originalmente na revista CEDLA, Latin American Studies, nº 29, organizado por David Slater. Traduzido do inglês pela Tradutec, São Paulo. In: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm. Acesso em 06/07/2008.

MARX, K. & ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro. ZAHAR EDITORES, 1982.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo. Martins Fontes, 2007.

_____. “As Teses sobre Feuerbach”. In: MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo. Martins Fontes, 2007b, p.99-103.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Volume I. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Campinas, SP. Pontes. 2002.

SANTOS, J.B.C. “Uma Reflexão Metodológica sobre Análise de Discursos”. In: FERNANDES, C.A. & SANTOS, J.B.C. **Análise do Discurso: unidade e dispersão**. 2004.

_____. **Funcionamentos Discursivos**. (no prelo).

ZIZEK, S. “O espectro da ideologia”. In: **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro. Contraponto Editora Ltda, 1999, p.7-38.

VILLARTA-NEDER, M.A. “Tendências da Análise do Discurso do Brasil (AD do B): murmúrios e silêncios constitutivos”. In: PAULA, L. & STAFUZZA, G. **Da Análise do Discurso no Brasil à Análise do Discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas**. Uberlândia. EDUFU, 2010.